



TESOURO NACIONAL

**BGU**

**2023**

# Balanço Geral da União

Demonstrações Contábeis Consolidadas da União





**BGU** **Balanco Geral da União**  
**2023** Demonstrações Contábeis Consolidadas da União



**Ministério da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Dario Carnevalli Durigan

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON)**

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

**Coordenador-Geral de Contabilidade da União**

Luciano Moura Castro do Nascimento

**Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União**

Renato da Costa Usier

**Equipe Técnica**

Marilu Cardoso da Silva (Gerente)

Alexandre Fineas Lima e Sousa

Diego Rodrigues Boente

Gabriela Gonçalves Batista Stábile

Kleber Vieira Medeiros

Rafael da Silva Assunção

Rinaldo José Mendes Meneguim

Rubem Mateus de Arruda Ziegler

**Arte**

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Hugo Pullen

**Informações**

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Correio eletrônico [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

Disponível em: [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*\*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 22 de março de 2024



## Sumário

<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Gráficos .....</b>	<b>15</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>16</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>24</b>
<b>Demonstrações Contábeis Consolidadas .....</b>	<b>28</b>
Balanco Patrimonial.....	28
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes .....	29
Quadro das Contas de Compensação.....	29
Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.....	30
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	31
Balanco Orçamentário.....	33
Execução de Restos a Pagar Não Processados .....	35
Execução de Restos a Pagar Processados .....	36
Balanco Financeiro .....	37
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	39
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas .....	40
Quadro de Juros e Encargos da Dívida .....	40
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função .....	41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	42
<b>Notas Explicativas.....</b>	<b>44</b>
1 - Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022 .....	44
2 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....	65
3 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	69
4 - Diretrizes Gerais da Política de Remuneração das Empresas Estatais Federais .....	80
5 - Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis .....	82
6 - Reestruturação Organizacional .....	89
7 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis .....	93
8 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	96
9 - Créditos a Receber.....	105
10 - Investimentos .....	145
11 - Imobilizado .....	154
12 - Intangível .....	165
13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.....	167



14 -	Empréstimos e Financiamentos .....	170
15 -	Fornecedores e Contas a Pagar .....	177
16 -	Transferências Fiscais .....	180
17 -	Provisões.....	183
18 -	Demais Obrigações .....	203
19 -	Atos Potenciais Ativos .....	209
20 -	Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes .....	213
21 -	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria .....	221
22 -	Contribuições.....	223
23 -	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	225
24 -	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	227
25 -	Juros e Encargos de Mora Ativos.....	230
26 -	Variações Monetárias e Cambiais Aumentativas .....	231
27 -	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras.....	234
28 -	Ganhos com Incorporação de Ativos .....	236
29 -	Ganhos com Desincorporação de Passivos .....	238
30 -	Resultado de Participações .....	240
31 -	Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas .....	242
32 -	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas .....	246
33 -	Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais .....	249
34 -	Benefícios a Pessoal.....	251
35 -	Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	255
36 -	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo .....	259
37 -	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos.....	262
38 -	Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas .....	263
39 -	Transferências e Delegações Concedidas.....	264
40 -	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas.....	266
41 -	Desincorporação de Ativos.....	269
42 -	Incentivos .....	271
43 -	Subvenções Econômicas.....	272
44 -	Constituição de Provisões .....	274
45 -	Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas .....	275
46 -	Resultado Patrimonial .....	278
47 -	Execução Orçamentária da Receita.....	287
48 -	Execução Orçamentária da Despesa .....	296



49 -	Resultado Orçamentário .....	307
50 -	Execução dos Restos a Pagar .....	315
51 -	Execução Efetiva do Gasto Público por Função de Governo .....	318
52 -	Receita Orçamentária .....	321
53 -	Despesa Orçamentária .....	323
54 -	Resultado Financeiro .....	324
55 -	Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	325
56 -	Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL .....	330
57 -	Partes Relacionadas.....	332
58 -	Evolução da Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio .....	342
59 -	Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social .....	344
60 -	Resultado do Banco Central do Brasil .....	351
61 -	Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas .....	354
62 -	Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai) .....	360
63 -	Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios .....	361
	<b>Glossário .....</b>	<b>372</b>



## Lista de Siglas

ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.	ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Abrapp	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	ASPS	Ações e Serviços Públicos de Saúde
ACP	Ação Civil Pública	AV	Análise Vertical
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	Banerj	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade	Basa	Banco da Amazônia S.A.
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	BB	Banco do Brasil S.A.
AEA	Ajuste de Exercícios Anteriores	BCB	Banco Central do Brasil
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	BF	Balanço Financeiro
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento	BGU	Balanço Geral da União
AGO	Assembleia Geral Ordinária	BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
AGU	Advocacia-Geral da União	BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
AH	Análise Horizontal	BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Amazul	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.	BNH	Banco Nacional da Habitação
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	BO	Balanço Orçamentário
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil	BP	Balanço Patrimonial
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações	BPC	Benefício de Prestação Continuada
Ancine	Agência Nacional do Cinema	CA	Cargo Comissionado de Assessoria
ANDE	<i>Administración Nacional de Eletricidad</i>	Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	CAF	Corporação Andina de Fomento
ANM	Agência Nacional de Mineração	Caixa	Caixa Econômica Federal
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	CAM	Coeficiente de Atualização Monetária
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados	CAPAG	Capacidade de Pagamento
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar	Carf	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	CAS	Cargo Comissionado de Assistência
		Casemg	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A.
		CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais



CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	CMN	Conselho Monetário Nacional
CCD	Cargo Comissionado de Direção	CNBE	Comissão Naval Brasileira na Europa
CCT	Cargo Comissionado Técnico	COAFI	Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
CCX	Cargo Comissionado Executivo	CODAR	Coordenação-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório
CD	Cargo de Direção	Codeba	Companhia das Docas do Estado da Bahia
CDB	Certificado de Depósito Bancário	CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CDC	Companhia Docas do Ceará	Codern	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CDP	Companhia Docas do Pará	Codesa	Companhia Docas do Espírito Santo
CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro	Codesp	Companhia Docas do Estado de São Paulo
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Ceasaminas	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.	CODIV	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Cebas	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social	Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CEEE-G	Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica	COFIS	Coordenação-Geral de Fiscalização
CEITEC	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.	COGEF	Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais
Cetad	Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros	COINT	Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais
CF/1988	Constituição Federal de 1988	COMPREV	Compensação Previdenciária
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CFT	Certificado Financeiro do Tesouro	Condel	Conselhos Deliberativos
CGE	Cargo Comissionado de Gerência Executiva	Correios	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CG-Fies	Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil	Covid-19	Coronavírus SARS-CoV-2
CGU	Controladoria-Geral da União	CPP	<i>Canadian Pension Plan</i>
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CII	Corporação Interamericana de Investimentos	CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CINE	Classificação Internacional Normalizada da Educação	CTN	Certificado do Tesouro Nacional
CJF	Conselho da Justiça Federal	CUTN	Conta Única do Tesouro Nacional
CMB	Casa da Moeda do Brasil	CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMG	Custo Médio Gerencial		



CVS	Título Público Federal Emitido na Novação do FCVS	Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais	Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
DAS	Direção e Assessoramento Superiores	Emgea	Empresa Gestora de Ativos
Dataprev	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social	EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
DAU	Dívida Ativa da União	Enap	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas da União	ENBPar	Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.
DF	Distrito Federal	EPE	Empresa de Pesquisa Energética
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	EPL	Empresa de Planejamento e Logística
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha	EUA	Estados Unidos da América
DGT	Demonstrativo de Gastos Tributários	FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
DIESC	Divisão de Estratégia de Cobrança e Garantia	FAS	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
DIRF	Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
DMLP	Dívida de Médio e Longo Prazos	FBN	Fundação Biblioteca Nacional
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	FCDF	Fundo Constitucional do Distrito Federal
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	FCP	Fundação Cultural Palmares
DPF	Dívida Pública Federal	FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
DPFe	Dívida Pública Federal Externa	FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
DPMF	Dívida Pública Mobiliária Federal	FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
DPMFe	Dívida Pública Mobiliária Federal externa	FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal interna	FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
DPU	Defensoria Pública da União	Ferrobán	Ferrovias Bandeirantes S.A.
DRF	Delegacia da Receita Federal de Julgamento	FEX	Função Comissionada Executiva
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais	FG	Função Gratificada Específica de Instituição de Ensino
EBC	Empresa Brasil de Comunicação	FGE	Fundo de Garantia à Exportação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	FGEduc	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	FG-Fies	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil
		FGI	Fundo Garantidor para Investimentos



FGO	Fundo de Garantia de Operações	Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FGPC	Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade	Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FGR	Função Gratificada	Fungetur	Fundo Geral de Turismo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Funpresp-Exe	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil	Funrural	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos	Fust	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social	GAT	Gratificação da Atividade de Trabalho
Fistel	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	GDAT	Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária
FMM	Fundo da Marinha Mercante	GIFA	Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação
FNAC	Fundo Nacional de Aviação Civil	GNE-EX-TER/A	Gratificação Função de Natureza Especial Ex-Territórios
FNAS	Fundo Nacional da Assistência Social	GNE-GDF	Gratificação Função de Natureza Especial Distrito Federal
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento	GPS	Guia da Previdência Social
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	GRU	Guia de Recolhimento da União
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	HNSC	Hospital Nossa Senhora da Conceição
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
FNMC	Fundo Nacional Sobre Mudanças do Clima	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
FONPLATA	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FRGPS	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
FUC	Função Comissionada de Coordenador de Curso	IECP	Instrumento Elegível ao Capital Principal
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas	IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Funarte	Fundação Nacional de Artes	IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde		
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira		
Fundacentro	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho		



IHCD	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	com as normas internacionais do <i>International Accounting Standards Board</i>	
II	Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros	JCP	Juros sobre Capital Próprio
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil	KFW	Instituto de Crédito de Reconstrução - <i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco de Desenvolvimento da Alemanha)
INCC	Índice Nacional de Custos da Construção	LC	Lei Complementar
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira	LFT	Letra Financeira do Tesouro
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	LOA	Lei Orçamentária Anual
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	LTN	Letra do Tesouro Nacional
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	LVECO2	Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	MAPHEM	Modelo de Ajuste de Perdas junto a Haveres de Estados e Municípios
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	MB	Marinha do Brasil
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio	MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados	MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>	MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>	MEC	Ministério da Educação
IR	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	MEP	Método da Equivalência Patrimonial
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil	MF	Ministério da Fazenda
IRPF	Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas	MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
IRPJ	Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas	MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte	MJSP	Ministério da Justiça e da Segurança Pública
ITG	Interpretação Técnica de Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes	MME	Ministério de Minas e Energia
		MPS	Ministério da Previdência Social
		MPU	Ministério Público da União



MTE	Ministério do Trabalho e Emprego	PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência	PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Annual
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral	PLP	Projeto de Lei Complementar
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público	PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento – <i>New Development Bank</i> (NDB)	PND	Programa Nacional de Desestatização
NE	Nota Explicativa	PNE	Portador de Necessidade Especial
NTN	Nota do Tesouro Nacional	PPR	Planilha de Preços Referenciais
Nuclep	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.	Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	PRLCB	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Produban	Banco da Produção do Estado de Alagoas S.A.
OGU	Orçamento Geral da União	PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PAF	Plano Anual de Financiamento	PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
PAR	Programa de Arrendamento Residencial	Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	Proies	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Peac	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito	Pronampe	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
PESA	Programa Especial de Saneamento de Ativos	Prosub	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PESE	Programa Emergencial de Suporte ao Emprego	PROTECH	Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.	PSI	Programa de Sustentação do Investimento
PGBC	Procuradoria-Geral do Banco Central	PSSC	Plano de Seguridade Social dos Congressistas
PGF	Procuradoria-Geral Federal	PUC	<i>Projected Unit Credit</i>
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	RAD	Relatório Anual da Dívida Pública Federal
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos	RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PGU	Procuradoria-Geral da União		
PIB	Produto Interno Bruto		
PIS	Programa de Integração Social		
PL	Patrimônio Líquido		
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias		



RAV	Retribuição Adicional Variável	SID	Sistema Integrado da Dívida
RCL	Receita Corrente Líquida	Sief	Sistema de Informações Econômico-Fiscais
Refis	Programa de Recuperação Fiscal	Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	SPE	Secretaria de Política Econômica
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
RGPS	Regime Geral de Previdência Social	SPPS	Secretaria de Políticas de Previdência Social
RMD	Relatório Mensal da Dívida Pública Federal	SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
RMGH	Relatório Mensal de Garantias Honradas	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
RMI	Renda Mensal Inicial	SRGPS	Secretaria de Regime Geral de Previdência Social
RML	Reserva Mínima de Liquidez	SRPRC	Secretaria de Regime Próprio e Complementar
RMV	Renda Mensal Vitalícia	STF	Supremo Tribunal Federal
RP	Restos a Pagar	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social	Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
RPV	Requisição de Pequeno Valor	SUS	Sistema Único de Saúde
RQG	Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas	Susep	Superintendência de Seguros Privados
RRF	Regime de Recuperação Fiscal	TCE	Tomada de Contas Especial
RTN	Resultado do Tesouro Nacional	TCU	Tribunal de Contas da União
S.A.	Sociedade Anônima	TDA	Título da Dívida Agrária
SAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais	Telebras	Telecomunicações Brasileiras S.A.
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	TIR	Taxa Interna de Retorno
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia	TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados	TLP	Taxa de Longo Prazo
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	TR	Taxa Referencial
SFH	Sistema Financeiro de Habitação	Trensurb	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
SFN	Sistema Financeiro Nacional	TRF	Tribunal Regional Federal
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	TUNEP	Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos
SIAPA	Sistema Integrado de Administração Patrimonial	UG	Unidade Gestora
SICVS	Sistema de Administração do Fundo de Compensação de Variações Salariais	VA	Valor Objeto da Ação



VABF	Valor Atual dos Benefícios Futuros	VB	Vencimento Básico
VACF	Valor Atual das Contribuições Futuras	VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
		VTN	Valor da Terra Nua



## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Subconta.....	97
Gráfico 2 – Aplicação de Recursos do FAT Constitucional.....	115
Gráfico 3 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Por Distribuição Geográfica .....	123
Gráfico 4 – Subsídio Implícito – Por Ano .....	126
Gráfico 5 – Participações Permanentes em Empresas (MEP) – Por Entidade .....	147
Gráfico 6 – Bens Imóveis – Por Órgão Superior.....	156
Gráfico 7 – Bens Imóveis em Andamento – Por Órgão Superior.....	163
Gráfico 8 – Transferências Fiscais – Obrigações da União com Estados, DF e Municípios.....	180
Gráfico 9 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços – Por Órgão Superior .....	225
Gráfico 10 – Ganhos com Incorporação de Ativos – Por Órgão Superior.....	236
Gráfico 11 – Benefícios a Pessoal – Por Regime Previdenciário .....	251
Gráfico 12 – Desincorporação de Ativos – Por Órgão Superior.....	269
Gráfico 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas .....	279
Gráfico 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas.....	279
Gráfico 15 – Benefícios Concedidos pelo RGPS – Despesas Empenhadas .....	300
Gráfico 16 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Despesas Empenhadas .....	300
Gráfico 17 – Contribuições – Despesas Empenhadas.....	301
Gráfico 18 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso .....	304
Gráfico 19 – Seguro-Desemprego e Abono Salarial.....	305



## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Ajustes de Exercícios Anteriores líquidos, em 2023 – Reapresentados em 2022 .....	45
Tabela 2 – Provisões Militares – Ajustadas .....	48
Tabela 3 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Forças Armadas .....	49
Tabela 4 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Marinha .....	49
Tabela 5 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Exército .....	50
Tabela 6 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Aeronáutica .....	50
Tabela 7 – Provisão Militares Inativos Ajustadas – Por Comando .....	51
Tabela 8 – Passivo Atuarial Pensões – Forças Armadas .....	51
Tabela 9 – Passivo Atuarial Pensões – Marinha .....	52
Tabela 10 – Passivo Atuarial Pensões – Exército .....	52
Tabela 11 – Passivo Atuarial Pensões – Aeronáutica .....	52
Tabela 12 – Provisão Pensões de Militares Ajustada – Por Comando .....	53
Tabela 13 – Provisão Pensões Especiais de Militares Ajustada – Por Comando .....	53
Tabela 14 – Provisão Anistiados Políticos Militares – Por Comando .....	54
Tabela 15 – Composição Ferrovias .....	57
Tabela 16 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo .....	60
Tabela 17 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo – Ajustes Subsequentes .....	61
Tabela 18 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Variações Patrimoniais Aumentativas .....	62
Tabela 19 – Provisões para Repartição de Créditos – Curto e Longo Prazo – Ajustes Subsequentes .....	62
Tabela 20 – Participação da União nas Empresas Estatais Dependentes Consolidadas nas DCON .....	68
Tabela 21 – Órgãos do Poder Executivo Federal desmembrados, transformados e criados .....	89
Tabela 22 – Entidades que Migraram de Ministérios .....	90
Tabela 23 – Principais Restrições Destacadas nas Declarações do Contador dos Órgãos Superiores .....	94
Tabela 24 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	96
Tabela 25 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional .....	96
Tabela 26 – Subconta “Tesouro Nacional” – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação .....	98
Tabela 27 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Sistema .....	100
Tabela 28 – Subconta “Tesouro Nacional” – Conciliação Sisbacen x Siafi .....	100
Tabela 29 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Entidades Não Pertencentes ao OFSS .....	100
Tabela 30 – Aplicações Financeiras em Moeda Nacional .....	101
Tabela 31 – Fundo de Aplicação Extramercado .....	101
Tabela 32 – Movimento da Aplicação Extramercado em 2023 – FAT .....	102
Tabela 33 – Movimento dos Depósitos Especiais em 2023 – FAT .....	103
Tabela 34 – Depósitos Especiais – Por Instituições Financeiras .....	103
Tabela 35 – Depósitos Especiais – Por Indexadores .....	103
Tabela 36 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira .....	104
Tabela 37 – Aplicações Financeiras em Moeda Estrangeira .....	104



Tabela 38 – Créditos a Receber – Curto e Longo Prazo .....	105
Tabela 39 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto e Longo Prazo .....	106
Tabela 40 – Haveres Financeiros da União junto a Estados e Municípios por Programa – Curto e Longo Prazo .....	108
Tabela 41 – Ajuste para Perdas sobre Haveres Financeiro da União junto a Estados e Municípios – Curto e Longo Prazo .....	110
Tabela 42 – Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos Adimplentes .....	111
Tabela 43 – Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos que integram o RRF ao amparo da LC nº 159/2017 (art. 9º A) ou da LC nº 178/2021 (art. 23) .....	111
Tabela 44 – Critérios para a Medida de Risco P1 .....	113
Tabela 45 – Critérios para a Medida de Risco P2 .....	113
Tabela 46 – Movimento do FAT Constitucional – Curto e Longo Prazo .....	114
Tabela 47 – Haveres Financeiros Relativos a Operações Fiscais por Agrupamento – Curto e Longo Prazo .....	117
Tabela 48 – Empréstimos a Instituições Financeiras – Detalhamento – Curto e Longo Prazo .....	118
Tabela 49 – Contratos de Empréstimos a Instituições Financeiras e Contratos de IECF .....	119
Tabela 50 – Contratos de Empréstimos a Instituições Financeiras e Contratos de IECF – Amortizações (principal e juros) .....	120
Tabela 51 – Ajustes para Perdas – Haveres Não Relacionados aos Entes Federativos .....	121
Tabela 52 – Financiamentos Concedidos pelo Fies .....	122
Tabela 53 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Por Tipo de Garantia .....	124
Tabela 54 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Distribuição dos Cursos por Área de Formação .....	125
Tabela 55 – Receitas do Fies .....	127
Tabela 56 – Fontes de Financiamento do Fies .....	127
Tabela 57 – Ajustes para Perdas sobre Financiamentos Concedidos pelo Fies .....	128
Tabela 58 – Dívida Ativa – Curto e Longo Prazo .....	130
Tabela 59 – Dívida Ativa por Órgão Responsável – Curto e Longo Prazo .....	130
Tabela 60 – Dívida Ativa sob Gestão da PGFN – Curto e Longo Prazo .....	131
Tabela 61 – Créditos Classificados pelo Rating – PGFN .....	132
Tabela 62 – Movimentação da Dívida Ativa – PGFN .....	132
Tabela 63 – Estimativa de Recuperação de Créditos Geridos pela PGFN .....	133
Tabela 64 – Detalhamento do Ajuste para Perdas de Créditos Geridos pela PGFN .....	133
Tabela 65 – Dívida Ativa Bruta sob Gestão de Outros Órgãos – Curto e Longo Prazo .....	134
Tabela 66 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo .....	135
Tabela 67 – Segregação dos Créditos Tributários em Circulante e Não Circulante .....	136
Tabela 68 – Tipos de Crédito Tributário em Exigibilidade Suspensa .....	136
Tabela 69 – Detalhamento do Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos Tributários – RFB .....	137
Tabela 70 – Créditos Pertencentes ao FRGPS e ao FAT .....	138
Tabela 70 – Créditos Previdenciários – RPPS .....	138
Tabela 71 – Demais Créditos e Valores – Curto e Longo Prazo .....	139
Tabela 72 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Por Unidade Gestora – Curto e Longo Prazo .....	140
Tabela 73 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Curto e Longo Prazo .....	141
Tabela 74 – Créditos Sub-rogados – Detalhamento – Curto e Longo Prazo .....	143
Tabela 75 – Investimentos .....	145



Tabela 76 – Investimentos – Movimentação .....	145
Tabela 77 – Participações Permanentes.....	146
Tabela 78 – Participações em Fundos – MEP .....	147
Tabela 79 – Participações – Método de Custo .....	152
Tabela 80 – Participações Permanentes em Organismos Internacionais.....	153
Tabela 81 – Imobilizado.....	154
Tabela 82 – Bens Móveis .....	154
Tabela 83 – Bens Imóveis .....	156
Tabela 84 – Bens de Uso Especial.....	157
Tabela 85 – Bens de Uso Especial – Fazendas, Parques e Reservas – Por Órgão .....	157
Tabela 86 – Bens de Uso Especial – Terrenos e Glebas – Por Órgão.....	159
Tabela 87 – Bens de Uso Comum do Povo .....	160
Tabela 88 – Ativos de Concessão de Serviços .....	162
Tabela 89 – Bens Dominicais .....	162
Tabela 90 – Intangível.....	165
Tabela 91 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Curto e Longo Prazo .....	167
Tabela 92 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Curto Prazo .....	167
Tabela 93 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Longo Prazo .....	167
Tabela 94 – Benefícios Previdenciários a Pagar CP e LP .....	168
Tabela 95 – Pessoal a Pagar.....	169
Tabela 96 – Empréstimos e Financiamentos da União – Curto e Longo Prazo .....	170
Tabela 97 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo – Gestão CODIV/STN .....	171
Tabela 98 – Estoque DPF – Principal e Juros Apropriados – 31/12/2023 – Gestão CODIV/STN .....	171
Tabela 99 – Estoque DPF – Principal e Juros Apropriados – 31/12/2022 – Gestão CODIV/STN .....	171
Tabela 100 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Mercado - Curto e a Longo Prazo - Por Título – Gestão CODIV/STN.....	173
Tabela 101 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Carteira do BCB - Curto e a Longo Prazo - Por Título .....	173
Tabela 102 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Mercado – Curto e Longo Prazo – Por Indexador - Gestão CODIV/STN...	174
Tabela 103 – Dívida Mobiliária Federal Externa – Curto e Longo Prazo.....	174
Tabela 104 – Dívida Mobiliária Federal Externa – Curto e Longo Prazo – Por Moeda .....	175
Tabela 105 – Empréstimos Externos (Dívida Contratual Externa) – Curto e Longo Prazo – Por Instituição – Gestão CODIV/STN .....	175
Tabela 106 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	177
Tabela 107 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante .....	178
Tabela 108 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor e Órgão Contratante.....	179
Tabela 109 – Transferências Fiscais.....	180
Tabela 110 – Transferências Discricionárias a Pagar Curto Prazo – Por Órgão Superior .....	181
Tabela 111 – Provisões .....	183
Tabela 112 – Provisões – Curto e Longo Prazo – Movimento .....	184
Tabela 113 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União .....	184
Tabela 114 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – RPPS – Civis e Militares dos Ex-Territórios .....	185



Tabela 115 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – RPPS da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar .....	189
Tabela 116 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Por Órgão Superior .....	190
Tabela 117 – Provisões para Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) .....	191
Tabela 118 – Provisões para Benefícios com Militares Inativos .....	191
Tabela 119 – Provisões para Pensões Militares.....	194
Tabela 120 – Provisões Decorrentes da Atuação Governamental .....	195
Tabela 121 – Provisões para Assunção de Garantias – Por Unidade da Federação .....	196
Tabela 122 – Provisões para Abono Salarial (PIS/Pasep) .....	196
Tabela 123 – Provisões para Subvenções Econômicas – Curto e Longo Prazo – Por Instituição .....	198
Tabela 124 – Provisões para Subvenções Econômicas – Curto e Longo Prazo – Por Programa.....	198
Tabela 125 – Provisões para Repartição de Créditos – Curto e Longo Prazo .....	201
Tabela 126 – Provisões para RPV – Por Órgão Superior.....	202
Tabela 127 – Demais Obrigações – Curto e Longo Prazo .....	203
Tabela 128 – Compensação Previdenciária – Curto e Longo Prazo.....	204
Tabela 129 – Compensação aos Estados e Distrito Federal, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 14 da LC nº 194/2022 e da LC nº 201/2023 .....	207
Tabela 130 – Perdas em Participações em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo .....	208
Tabela 131 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar .....	209
Tabela 132 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – Por Órgão .....	210
Tabela 133 – Contragarantias Recebidas a Executar – Ministério da Fazenda .....	211
Tabela 134 – Direitos Contratuais a Executar.....	211
Tabela 135 – Contratos de Obrigações Externas – Por Órgão Superior .....	212
Tabela 136 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber .....	212
Tabela 137 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar .....	213
Tabela 138 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar – Por Órgão .....	213
Tabela 139 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar – Por Beneficiário .....	214
Tabela 140 – Obrigações Contratuais.....	216
Tabela 141 – Contratos de Serviços e de Fornecimento de Bens – Por Órgão .....	216
Tabela 142 – Passivos Contingentes.....	217
Tabela 143 – Passivos Contingentes para Riscos Fiscais – STN – Por Tema .....	218
Tabela 144 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria .....	221
Tabela 145 – Impostos.....	221
Tabela 146 – Contribuições .....	223
Tabela 147 – Contribuições Sociais .....	223
Tabela 148 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	225
Tabela 149 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços – Ministério de Minas e Energia – Por Órgão .....	226
Tabela 150 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Por Órgão Superior .....	227
Tabela 151 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Por Fundo .....	228



Tabela 152 – Juros e Encargos de Mora .....	230
Tabela 153 – Variações Monetárias e Cambiais – Por Órgão Superior .....	231
Tabela 154 – Variações Monetárias e Cambiais – Ministério da Fazenda – Dívida Pública Federal .....	231
Tabela 155 – Atualização Monetária Positiva da Dívida Pública Federal .....	232
Tabela 156 – Variações Cambiais da Dívida Pública Federal .....	232
Tabela 157 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras.....	234
Tabela 158 – Remuneração de Aplicações Financeiras – Por Órgão .....	235
Tabela 159 – Ganhos com Desincorporação de Passivos– Por Órgão Superior .....	238
Tabela 160 – Resultado Positivo de Participações .....	240
Tabela 161 – Resultado Negativo de Participações – Por Órgão Superior .....	240
Tabela 162 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas .....	242
Tabela 163 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas – Por Órgão Superior .....	242
Tabela 164 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias .....	243
Tabela 165 – Reversão de Ajustes para Perdas .....	243
Tabela 166 – Reversão de Provisões .....	244
Tabela 167 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas .....	246
Tabela 168 – VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos .....	246
Tabela 169 – Indenizações, Restituições e Ressarcimentos – Por Órgão Superior .....	247
Tabela 170 – Remuneração a Pessoal .....	249
Tabela 171 – Encargos Patronais.....	250
Tabela 172 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais – Por Órgão Superior .....	250
Tabela 173 – Benefícios a Pessoal – Por Tipo.....	252
Tabela 174 – Benefícios a Pessoal – Servidores Públicos Civis Estatutários.....	252
Tabela 175 – Benefícios a Pessoal – Militares .....	253
Tabela 176 – Benefícios a Pessoal – Empregados Públicos de Empresas Dependentes e Servidores Públicos Civis Não Estatutários.....	253
Tabela 177 – Benefícios a Pessoal – Por Órgão Superior .....	254
Tabela 178 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	255
Tabela 179 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Aposentadorias e Reformas .....	255
Tabela 180 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Pensões .....	256
Tabela 181 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – BPC .....	257
Tabela 182 – Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	258
Tabela 183 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo .....	259
Tabela 184 – Serviços .....	259
Tabela 185 – Serviços de Terceiros Prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas .....	260
Tabela 186 – Uso de Materiais de Consumo .....	261
Tabela 188 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos .....	262
Tabela 189 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Dívida Mobiliária – CODIV/STN .....	262
Tabela 190 – Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas .....	263
Tabela 191 – Transferências Intergovernamentais .....	264



Tabela 192 – Transferências Intergovernamentais – Por Órgão Superior .....	264
Tabela 193 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas .....	266
Tabela 194 – Ajuste para Perdas com Créditos, Investimentos e Aplicações Temporárias .....	266
Tabela 195 – Reavaliação de Imobilizado .....	268
Tabela 196 – Incentivos .....	271
Tabela 197 – Incentivos à Educação .....	271
Tabela 198 – Subvenções Econômicas – Por Órgão Superior .....	272
Tabela 199 – Constituição de Provisões .....	274
Tabela 200 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas .....	275
Tabela 201 – VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos .....	275
Tabela 203 – Indenizações e Restituições – Por Órgão Superior .....	277
Tabela 204 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas .....	278
Tabela 205 – Desempenho Financeiro .....	280
Tabela 206 – Juros e Encargos da Dívida Mobiliária e Contratual .....	282
Tabela 207 – Desempenho Não Financeiro .....	283
Tabela 208 – Receitas Realizadas .....	287
Tabela 209 – Receitas Correntes .....	287
Tabela 210 – Receitas de Contribuições .....	288
Tabela 211 – Receitas Tributárias .....	289
Tabela 212 – Receitas com Impostos .....	290
Tabela 213 – Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza .....	290
Tabela 214 – Impostos sobre a Renda Retido na Fonte .....	290
Tabela 215 – Receita Patrimonial .....	291
Tabela 216 – Receitas de Capital .....	291
Tabela 217 – Receitas de Capital (exceto Refinanciamento) .....	292
Tabela 218 – Operações de Crédito (exceto Refinanciamento da Dívida) .....	292
Tabela 219 – Operações de Crédito .....	293
Tabela 220 – Outras Receitas de Capital .....	293
Tabela 221 – Receita Corrente Líquida .....	294
Tabela 222 – Receitas – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação .....	295
Tabela 223 – Despesas Empenhadas .....	296
Tabela 224 – Despesas Correntes Empenhadas .....	297
Tabela 225 – Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Empenhadas .....	297
Tabela 226 – Outras Despesas Correntes Empenhadas .....	298
Tabela 227 – Benefícios Previdenciários do RGPS e Compensações aos Regimes de Previdência .....	299
Tabela 228 – Despesas de Capital – Despesas Empenhadas .....	306
Tabela 229 – Investimentos .....	306
Tabela 230 – Comparação entre Receita e Despesa Orçamentária Executadas .....	307
Tabela 231 – Receita e Despesa Orçamentárias – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação .....	307



Tabela 232 – Receitas e Despesas da Seguridade Social .....	309
Tabela 233 – Receitas e Despesas do RGPS, do RPPS, do SPSMFA e do Fundo Constitucional do Distrito Federal.....	310
Tabela 234 – Resultado da Regra de Ouro .....	312
Tabela 235 – Cumprimento do Mínimo Constitucional com Ações e Serviços Públicos de Saúde .....	313
Tabela 236 – Cumprimento do Mínimo Constitucional com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	314
Tabela 237 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar .....	317
Tabela 238 – Despesas Executadas por Função, Exceto Encargos Especiais .....	318
Tabela 239 – Receita Orçamentária – Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação.....	321
Tabela 240 – Despesa Orçamentária – Execução – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação .....	323
Tabela 241 – Resultado Financeiro.....	324
Tabela 242 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição .....	325
Tabela 243 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais .....	325
Tabela 244 – Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função Orçamentária .....	326
Tabela 245 – Desembolsos com Previdência Social .....	326
Tabela 246 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento .....	327
Tabela 247 – Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos .....	327
Tabela 248 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento .....	328
Tabela 249 – Ingressos de Operações de Crédito .....	329
Tabela 250 – Amortização e Refinanciamento da Dívida .....	329
Tabela 251 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL .....	330
Tabela 252 – Conciliação entre o Resultado Patrimonial na DVP e na DMPL .....	331
Tabela 253 – Partes Relacionadas – Evolução dos Investimentos em 2023.....	334
Tabela 254 – Partes Relacionadas – Receitas Recebidas.....	335
Tabela 255 – Partes Relacionadas – Valores Mobiliários .....	335
Tabela 256 – Partes Relacionadas – Amortização de Empréstimos .....	336
Tabela 257 – Partes Relacionadas – Pagamentos Efetuados .....	337
Tabela 258 – Partes Relacionadas – Concessão de Empréstimos e Financiamentos .....	338
Tabela 259 – Participação nas Despesas com Pessoal – Por Poder.....	338
Tabela 260 – Quantitativo de Ocupantes de Cargos e Funções de Confiança e Gratificações do Poder Executivo Federal ....	339
Tabela 261 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Nível de Função .....	340
Tabela 262 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Faixa Etária .....	341
Tabela 263 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Grau de Instrução.....	341
Tabela 264 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Sexo .....	341
Tabela 265 – Dividendos/JCP Recebidos – Por Ano .....	342
Tabela 266 – Antecipação de Dividendos/JCP Recebidos .....	342
Tabela 267 – Dividendos/JCP Recebidos em Relação à Receita Total.....	343
Tabela 268 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social .....	345
Tabela 269 – Hipóteses do Demonstrativo da Projeção Atuarial do RGPS .....	348
Tabela 270 – Parâmetros Utilizados para a Projeção do Resultado Previdenciário.....	350



Tabela 271 – Garantias Concedidas – Por Unidade Gestora .....	354
Tabela 272 – Garantias Concedidas sob Gestão da CODIV/STN/MF .....	355
Tabela 273 – Contragarantias Recebidas a Executar sob Gestão da CODIV/STN/MF .....	355
Tabela 274 – Garantias Concedidas – Por Estado .....	356
Tabela 275 – Garantias Concedidas – Por Município .....	356
Tabela 276 – Provisão para Assunção de Garantias – Por Unidade da Federação.....	357
Tabela 277 – Movimentação das Provisões para Honras de Avais .....	358
Tabela 278 – Movimentação dos Créditos Sub-rogados .....	358
Tabela 279 – Honras a Recuperar – Por Devedor.....	359
Tabela 280 – Agregação de Saldos – Entidades Pertencentes aos OFSS, Entidades que Fazem Integração de Saldos e Funai – Patrimônio Indígena .....	360
Tabela 283 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Ações Transitadas em Julgado - RFB – Por Temas .....	361
Tabela 284 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – PGFN – Por Temas .....	363
Tabela 285 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – PGU – Por Temas .....	365
Tabela 286 – Passivos Contingentes de Demandas Judiciais – PGFN – Por Tema.....	367
Tabela 287 – Passivos Contingentes para Demandas Judiciais – PGU – Por Tema .....	368
Tabela 288 – Passivos Contingentes para Demandas Judiciais – PGF – Por Tema .....	369
Tabela 289 – Precatórios e RPV a Pagar .....	370
Tabela 290 – Precatórios e RPV a Pagar e Pagos.....	370
Tabela 291 – Precatórios e RPV Pagos – Por Órgão Responsável .....	371



## Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON), comumente conhecidas como Balanço Geral da União (BGU), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar (LC) nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O BGU tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União. Ele é composto pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e indica o resultado patrimonial do período.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Além disso, evidencia também o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, demonstra a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

Destaca-se, neste relatório contábil, a rerepresentação das Demonstrações Contábeis da União de 2022 decorrente de aplicação retrospectiva por mudança de política contábil relevante, bem como de correção de erros capazes de distorcer o entendimento dos usuários na data base.



No que tange à execução orçamentária e financeira da União em 2023, o BGU de 2023 traz a arrecadação de receitas orçamentárias no montante aproximado de R\$ 4,381 trilhões, enquanto no exercício de 2022 a arrecadação foi de aproximadamente R\$ 4,326 trilhões, segundo BGU de 2022.

Do montante arrecadado em 2023, cerca de 60%, ou seja, R\$ 2,627 trilhões, refere-se à arrecadação de receitas oriundas de atividades ordinárias da Administração Pública Federal, como arrecadação de tributos, exploração de seu patrimônio e da alienação de bens, entre outras.

Contudo, cerca 40% dos valores arrecadados no exercício de 2023, ou seja, R\$ 1,754 trilhão, decorre da contratação de operações de crédito para a cobertura de déficits explicitados nos Orçamentos da União, bem como para o refinanciamento da Dívida Pública Federal. Assim, considerando que essas operações constituem, na verdade, em endividamento do setor público federal, quando do vencimento dessas dívidas haverá a necessidade de a União honrar esses compromissos, juntamente com os encargos financeiros devidos aos respectivos credores ao longo do tempo.

Quanto à execução das despesas fixadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, verifica-se a concentração de recursos na realização de despesas com a manutenção de serviços públicos, denominados sob a perspectiva orçamentária como despesas correntes, as quais, no exercício de 2023, foram empenhadas em montante aproximado de R\$ 2,769 trilhões. No exercício de 2022, as despesas empenhadas sob este título montaram a quantia de R\$ 2,413 trilhões.

Com relação às atividades que aperfeiçoam ou expandem os serviços prestados pela Administração Pública Federal, constata-se o empenho de despesas para investimentos e inversões financeiras da ordem de R\$ 68,7 bilhões e R\$ 93,4 bilhões. No exercício de 2022, as despesas empenhadas sob este título montam a quantia aproximada de R\$ 51,2 bilhões e R\$ 73,8 bilhões, respectivamente.

Ainda quanto a execução da despesa pública federal no exercício de 2023, destaca-se o empenho de valores destinados ao pagamento e ao refinanciamento da Dívida Pública Federal, operações que consumiram recursos da ordem de R\$ 178,8 bilhões e R\$ 1,484 trilhão, respectivamente. No exercício de 2022, o empenho de despesas deste tipo apresentou as quantias de R\$ 207,1 bilhões e R\$ 1,431 trilhão.

Quanto à composição patrimonial da União no exercício financeiro de 2023, o BGU de 2023 evidencia que cerca de 73,3% de seus ativos, ou seja, R\$ 5,409 trilhões são realizáveis em prazo superior a um ano da data a que se refere a demonstração contábil. Deste montante, cerca R\$ 2,194 trilhões refere-se a créditos realizáveis em longo prazo, em especial, valores de empréstimos e financiamentos concedidos a Estados, Distrito Federal e Municípios.



Ainda, quanto aos recursos realizáveis em prazos superiores a um ano, destaca-se a concentração de recursos na constituição de imobilizado, ou seja, de bens e direitos destinados à prestação de serviços públicos, como é o caso dos bens imóveis destinados ao estabelecimento de órgãos e entidades federais e a infraestrutura de transporte federal. No exercício de 2023, o imobilizado reconhecido no Balanço Patrimonial da União evidencia o montante de R\$ 2,325 trilhões, cujo crescimento em relação ao exercício financeiro de 2022, de cerca de R\$ 569,3 bilhões, decorreu principalmente da reavaliação de terras destinadas à reforma agrária, bem como das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Quanto aos passivos reconhecidos e evidenciados no BGU 2023, destaca-se aqueles relativos a empréstimos e financiamentos obtidos pela União, formados principalmente por títulos públicos expedidos pelo Tesouro Nacional para fazer frente ao déficit dos Orçamentos da União ao longo dos anos. Tal endividamento chegou à quantia aproximada de R\$ 8,842 trilhões no exercício de 2023, enquanto no exercício anterior, tais obrigações evidenciaram montante aproximado de R\$ 8,110 trilhões.

Outro aspecto a ser evidenciado na composição do passivo no exercício de 2023, é o montante das provisões reconhecidas em razão das obrigações atuariais com o Regime Próprio de Previdência Social da União (RPPS), com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) e com o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), que montam a quantia aproximada de R\$ 1,471 trilhão.

Com relação à variação do patrimônio público federal, o BGU de 2023 evidencia um resultado patrimonial negativo de aproximadamente R\$ 752,0 bilhões, ocasionado principalmente pela diminuição de receitas patrimoniais ao longo de 2023, com exceção daquelas relativas impostos, taxas e de contribuições, as quais evidenciaram crescimento aproximado de R\$ 206,5 bilhões.

Passando para o cumprimento dos limites fiscais, o BGU de 2023 evidencia o cumprimento da regra de ouro prevista no art. 167, inciso III, da CF/1988, ponderando-se a ressalva acrescida pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 126/2022. De acordo com o referido relatório, as receitas de operações de crédito no exercício de 2023 somaram a quantia de R\$ 1,919 trilhão, enquanto o montante de despesas de capital executado no período, ou seja, R\$ 1,824 trilhão, somado aos R\$ 145 bilhões previsto da referida Emenda, resultaram num montante de R\$ 1,970 trilhão.

Quanto à aplicação de recursos mínimos em despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos de saúde, o BGU de 2023 evidencia o seu cumprimento efetivo. Segundo poderá ser verificado pelo leitor, os limites apurados para aplicação em gastos com educação e



saúde foram respectivamente de R\$ 66,4 bilhões e R\$ 147,9 bilhões, ao passo que a União executou recursos da ordem de R\$ 100,8 bilhões e R\$ 179,8 bilhões.

Ainda, com o objetivo de evidenciar o impacto da inscrição de restos a pagar sobre o processo de programação financeira da União para os próximos exercícios, o BGU de 2023 traz o montante inscrito no exercício de 2024 decorrente da execução orçamentária de 2023. Tal processo resultou na inscrição de R\$ 284,8 bilhões em restos a pagar, o que representa crescimento nominal de R\$ 29,8 bilhões (11,67%) em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2023 (R\$ 255,1 bilhões).

Por fim, vale destacar que este Relatório recebeu significativas contribuições advindas das auditorias nas demonstrações contábeis realizadas pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União sobre os órgãos da Administração Pública federal, cujas correções de achados propiciaram o aumento da fidedignidade das informações apresentadas. Tais auditorias foram realizadas sobre componentes significativos do BGU como o Ministério da Fazenda, o Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social, o Ministério da Defesa, dentre outros.

Boa leitura.



# Demonstrações Contábeis Consolidadas

## Balanco Patrimonial

R\$ milhões

ATIVO	NE	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2022
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.968.251</b>	<b>2.108.042</b>	<b>2.249.825</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>8</u>	1.759.221	1.924.165	1.942.028
Créditos a Curto Prazo	<u>9</u>	173.337	144.935	263.468
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		58	1.552	1.552
Estoques		35.285	37.066	42.453
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		131	127	127
VPD Pagas Antecipadamente		221	197	197
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>5.408.940</b>	<b>4.606.476</b>	<b>4.599.189</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.193.918	2.084.076	2.202.861
Créditos a Longo Prazo	<u>9</u>	2.171.928	2.026.148	2.144.932
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		21.952	57.893	57.893
Estoques		2	2	2
VPD Pagas Antecipadamente		36	34	34
Investimentos	<u>10</u>	875.724	753.237	542.650
Imobilizado	<u>11</u>	2.325.652	1.756.377	1.840.893
Intangível	<u>12</u>	13.646	12.786	12.786
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.377.191</b>	<b>6.714.518</b>	<b>6.849.014</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Passivo Circulante</b>		<b>2.463.187</b>	<b>2.207.430</b>	<b>2.191.330</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>13</u>	86.412	101.937	104.504
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>14</u>	1.814.625	1.675.395	1.675.395
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>15</u>	3.574	6.991	6.991
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		27	40	40
Transferências Fiscais a Curto Prazo	<u>16</u>	10.192	13.418	13.418
Provisões a Curto Prazo	<u>17</u>	297.618	271.829	259.866
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>18</u>	250.738	137.820	131.117
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>10.499.756</b>	<b>9.859.399</b>	<b>9.846.459</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	<u>13</u>	13.596	13.218	18.434
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	<u>14</u>	7.027.322	6.434.458	6.434.458
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	<u>15</u>	396	386	386
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		26	32	32
Transferências Fiscais a Longo Prazo	<u>16</u>	37.887	41.874	41.874
Provisões a Longo Prazo	<u>17</u>	3.312.075	3.242.648	3.318.485
Demais Obrigações a Longo Prazo	<u>18</u>	107.831	126.041	32.049
Resultado Diferido		622	741	741
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12.962.943</b>	<b>12.066.829</b>	<b>12.037.790</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(5.585.751)</b>	<b>(5.352.311)</b>	<b>(5.188.776)</b>
Patrimônio Social e Capital Social		7.182	7.467	7.467
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		28	389	389
Reservas de Capital		17	17	17
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(60.664)	1	1
Reservas de Lucros		-	44	44
Demais Reservas		785.318	206.844	558
Resultados Acumulados		(6.316.955)	(5.565.680)	(5.195.857)
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		(677)	(1.394)	(1.394)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.377.191</b>	<b>6.714.518</b>	<b>6.849.014</b>



## Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

R\$ milhões

c	NE	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2022
<b>Ativo (I)</b>		<b>7.926.151</b>	<b>7.249.350</b>	<b>7.398.382</b>
Ativo Financeiro		1.864.200	2.006.545	2.024.409
Ativo Permanente		6.061.951	5.242.804	5.373.974
<b>Passivo (II)</b>		<b>13.677.844</b>	<b>12.642.187</b>	<b>12.740.157</b>
Passivo Financeiro		410.631	353.860	353.883
Passivo Permanente		13.267.213	12.288.327	12.386.275
<b>Saldo Patrimonial (III = I - II)</b>		<b>(5.751.693)</b>	<b>(5.392.838)</b>	<b>(5.341.775)</b>

## Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

R\$ milhões

	NE	31/12/2023	31/12/2022
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>19</b>	<b>382.184</b>	<b>408.358</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas		327.735	335.698
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		28.793	43.426
Direitos Contratuais		25.656	29.234
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>20</b>	<b>620.688</b>	<b>650.828</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas		287.319	300.523
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		97.705	96.957
Obrigações Contratuais		230.219	248.096
Outros Atos Potenciais Passivos		5.444	5.251



## Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

R\$ milhões

	NE	31/12/2023	31/12/2022*
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>70.198</b>	<b>121.334</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>1.383.371</b>	<b>1.549.192</b>
Educação		26.436	17.809
Seguridade Social (Exceto Previdência)		57.739	85.169
Previdência Social (RPPS)		338	(264)
Previdência Social (RGPS)		(1.425)	1.761
Dívida Pública		957.884	1.181.383
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		9.533	6.090
Fundos, Órgãos e Programas		332.560	226.691
Recursos Extraorçamentários		189	18.034
Recursos Não Classificados		117	12.518
<b>Total das Fontes de Recursos</b>		<b>1.453.569</b>	<b>1.670.526</b>

*Nota: \*Em 2023, houve reformulação dos grupos de fontes. Para melhor comparabilidade, os valores de 31/12/2022 foram recalculados de acordo com a nova metodologia e divergem da publicação do BGU 2022.*



## Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhões

	NE	2023	2022 (Reapresentado)	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>3.736.474</b>	<b>4.441.744</b>	<b>4.673.860</b>
<b><i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i></b>	<b>21</b>	<b>921.433</b>	<b>813.156</b>	<b>1.137.601</b>
Impostos		910.587	801.705	1.126.150
Taxas		10.846	11.451	11.451
<b><i>Contribuições</i></b>	<b>22</b>	<b>1.181.891</b>	<b>1.083.636</b>	<b>1.083.636</b>
Contribuições Sociais		1.160.549	1.061.981	1.061.981
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		21.342	21.655	21.655
<b><i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i></b>	<b>23</b>	<b>148.425</b>	<b>206.268</b>	<b>206.268</b>
Venda de Mercadorias		180	353	353
Vendas de Produtos		6.416	5.883	5.883
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		141.829	200.033	200.033
<b><i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i></b>		<b>522.366</b>	<b>806.073</b>	<b>806.073</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	24	69.638	81.474	81.474
Juros e Encargos de Mora	25	55.806	156.730	156.730
Variações Monetárias e Cambiais	26	217.851	386.784	386.784
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	27	179.067	180.096	180.096
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4	990	990
<b><i>Transferências e Delegações Recebidas</i></b>		<b>4.706</b>	<b>4.132</b>	<b>4.132</b>
Transferências Intragovernamentais		0	494	494
Transferências Intergovernamentais		74	72	72
Transferências das Instituições Privadas		184	356	356
Transferências do Exterior		15	8	8
Transferências de Pessoas Físicas		6	5	5
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.427	3.198	3.198
<b><i>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</i></b>		<b>179.945</b>	<b>244.055</b>	<b>265.866</b>
Reavaliação de Ativos		0	-	44.951
Ganhos com Alienação		426	286	286
Ganhos com Incorporação de Ativos	28	59.324	118.778	152.317
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29	120.143	124.950	68.270
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		52	41	41
<b><i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i></b>		<b>777.707</b>	<b>1.284.423</b>	<b>1.170.284</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		166	402	402
Resultado Positivo de Participações	30	108.775	130.129	130.129
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	31	273.815	882.736	771.893
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32	394.952	271.157	267.860
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>4.488.457</b>	<b>4.727.365</b>	<b>4.759.841</b>
<b><i>Pessoal e Encargos</i></b>		<b>208.210</b>	<b>200.777</b>	<b>200.777</b>
Remuneração a Pessoal	33	185.444	180.077	180.077
Encargos Patronais	33	7.309	6.796	6.796
Benefícios a Pessoal	34	13.558	11.909	11.909
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos		1.900	1.995	1.995
<b><i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i></b>	<b>35</b>	<b>1.344.714</b>	<b>1.204.326</b>	<b>1.204.326</b>
Aposentadorias e Reformas		720.824	663.363	663.363
Pensões		251.751	236.137	236.137
Benefícios de Prestação Continuada		89.611	77.375	77.375
Benefícios Eventuais		277	8.164	8.164
Políticas Públicas de Transferência de Renda		169.864	115.813	115.813
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		112.388	103.474	103.474
<b><i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i></b>	<b>36</b>	<b>145.207</b>	<b>183.274</b>	<b>177.887</b>
Uso de Material de Consumo		35.625	43.962	38.575
Serviços		103.628	134.144	134.144
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.953	5.169	5.169
<b><i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i></b>		<b>1.127.430</b>	<b>1.151.417</b>	<b>1.151.417</b>



	NE	2023	2022 (Reapresentado)	2022
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	<u>37</u>	579.604	496.917	496.917
Juros e Encargos de Mora		158	586	586
Variações Monetárias e Cambiais	<u>38</u>	428.018	603.875	603.875
Descontos Financeiros Concedidos		378	482	482
Aportes ao Banco Central do Brasil		111.246	36.535	36.535
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		8.026	13.021	13.021
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b><u>39</u></b>	<b>687.490</b>	<b>679.799</b>	<b>679.799</b>
Transferências Intragovernamentais		-	5	5
Transferências Intergovernamentais		672.160	663.945	663.945
Transferências a Instituições Privadas		7.976	10.589	10.589
Transferências ao Exterior		2.740	1.408	1.408
Execução Orçamentária Delegada a Entes		7	0	0
Outras Transferências e Delegações Concedidas		4.607	3.852	3.852
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>295.911</b>	<b>395.380</b>	<b>643.039</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	<u>40</u>	236.496	316.753	564.412
Perdas com Alienação		2.747	426	426
Perdas Involuntárias		853	6.178	6.178
Incorporação de Passivos		25.572	12.984	12.984
Desincorporação de Ativos	<u>41</u>	30.244	59.040	59.040
<b>Tributárias</b>		<b>1.136</b>	<b>1.279</b>	<b>1.279</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		111	350	350
Contribuições		1.025	929	929
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>		<b>3.579</b>	<b>4.410</b>	<b>4.410</b>
Custo das Mercadorias Vendidas		1.195	700	700
Custos dos Produtos Vendidos		2.380	3.703	3.703
Custo dos Serviços Prestados		3	7	7
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>674.781</b>	<b>906.703</b>	<b>696.906</b>
Premiações		64	10	10
Resultado Negativo de Participações	<u>30</u>	11.266	4.430	4.430
Incentivos	<u>42</u>	12.665	9.478	9.478
Subvenções Econômicas	<u>43</u>	30.462	38.499	38.499
Constituição de Provisões	<u>44</u>	381.903	656.647	481.433
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	<u>45</u>	238.420	197.640	163.057
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)</b>	<b><u>46</u></b>	<b>(751.984)</b>	<b>(285.621)</b>	<b>(85.981)</b>



## Balanço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2023  
R\$ milhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d = c - b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>47</b>	<b>2.367.192</b>	<b>2.367.192</b>	<b>2.439.948</b>	<b>72.756</b>
Receita Tributária		876.183	876.183	887.935	11.752
Receita de Contribuições		1.182.383	1.182.383	1.219.232	36.849
Receita Patrimonial		198.402	198.402	210.494	12.093
Receita Agropecuária		37	37	21	(16)
Receita Industrial		6.496	6.496	6.335	(161)
Receita de Serviços		72.643	72.643	49.970	(22.673)
Transferências Correntes		138	138	242	104
Outras Receitas Correntes		30.908	30.908	65.717	34.809
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>47</b>	<b>824.446</b>	<b>824.446</b>	<b>562.683</b>	<b>(261.764)</b>
Operações de Crédito		594.967	594.967	376.102	(218.864)
Alienação de Bens		503	503	653	150
Amortizações de Empréstimos		46.118	46.118	36.253	(9.865)
Transferências de Capital		119	119	31	(88)
Outras Receitas de Capital		182.740	182.740	149.643	(33.097)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III = I + II)</b>		<b>3.191.638</b>	<b>3.191.638</b>	<b>3.002.631</b>	<b>(189.007)</b>
<b>Refinanciamento (IV)</b>		<b>2.010.264</b>	<b>2.010.264</b>	<b>1.378.041</b>	<b>(632.223)</b>
Operações de Crédito Internas		2.010.264	2.010.264	1.363.643	(646.621)
Mobiliária		2.010.264	2.010.264	1.363.643	(646.621)
Operações de Crédito Externas		-	-	14.397	14.397
Mobiliária		-	-	14.397	14.397
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V = III + IV)</b>		<b>5.201.902</b>	<b>5.201.902</b>	<b>4.380.671</b>	<b>(821.231)</b>
<b>Déficit (VI)</b>		-	-	<b>213.099</b>	<b>213.099</b>
<b>TOTAL (VII = V + VI)</b>	<b>49</b>	<b>5.201.902</b>	<b>5.201.902</b>	<b>4.593.770</b>	<b>(608.132)</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		-	<b>147.595</b>	-	-
Superávit Financeiro		-	41.960	-	-
Excesso de Arrecadação		-	99.653	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	5.982	-	-



## Balanco Orçamentário

### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2023  
R\$ milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j = f - g)
<b>Despesas Correntes (I)</b>	<b>48</b>	<b>2.750.652</b>	<b>2.887.545</b>	<b>2.769.293</b>	<b>2.683.345</b>	<b>2.601.341</b>	<b>118.252</b>
Pessoal e Encargos Sociais		395.990	399.725	391.793	389.387	366.542	7.932
Juros e Encargos da Dívida		325.847	325.847	240.753	240.662	240.662	85.094
Outras Despesas Correntes		2.028.816	2.161.973	2.136.747	2.053.296	1.994.137	25.226
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>48</b>	<b>526.601</b>	<b>541.900</b>	<b>340.839</b>	<b>296.660</b>	<b>296.084</b>	<b>201.060</b>
Investimentos		71.050	70.288	68.684	31.107	30.715	1.604
Inversões Financeiras		100.275	116.335	93.370	86.772	86.587	22.966
Amortização da Dívida		355.276	355.276	178.786	178.781	178.781	176.490
<b>Reserva de Contingência (III)</b>		<b>42.036</b>	<b>37.440</b>	-	-	-	<b>37.440</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (IV = I + II + III)</b>		<b>3.319.289</b>	<b>3.466.885</b>	<b>3.110.133</b>	<b>2.980.005</b>	<b>2.897.425</b>	<b>356.752</b>
<b>Amortização da Dívida/ Refinanciamento (V)</b>		<b>1.878.347</b>	<b>1.878.347</b>	<b>1.483.638</b>	<b>1.467.363</b>	<b>1.467.363</b>	<b>394.709</b>
Amortização da Dívida Interna		1.835.011	1.835.011	1.467.064	1.450.789	1.450.789	367.946
Dívida Mobiliária		1.797.459	1.797.459	1.438.779	1.438.779	1.438.779	358.680
Outras Dívidas		37.552	37.552	28.285	12.010	12.010	9.267
Amortização da Dívida Externa		43.336	43.336	16.574	16.574	16.574	26.763
Dívida Mobiliária		36.189	36.189	11.616	11.616	11.616	24.574
Outras Dívidas		7.147	7.147	4.958	4.958	4.958	2.189
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI = IV + V)</b>		<b>5.197.636</b>	<b>5.345.232</b>	<b>4.593.770</b>	<b>4.447.368</b>	<b>4.364.788</b>	<b>751.461</b>
<b>TOTAL (VII = VI)</b>	<b>49</b>	<b>5.197.636</b>	<b>5.345.232</b>	<b>4.593.770</b>	<b>4.447.368</b>	<b>4.364.788</b>	<b>751.461</b>



## Execução de Restos a Pagar Não Processados

Exercício 2023  
R\$ milhões

NE	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f = a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.851</b>	<b>79.237</b>	<b>70.370</b>	<b>70.197</b>	<b>8.817</b>	<b>13.073</b>
Pessoal e Encargos Sociais	211	1.404	715	696	456	463
Juros e Encargos da Dívida	69	1	1	1	-	69
Outras Despesas Correntes	12.571	77.832	69.654	69.500	8.362	12.540
<b>Despesas de Capital</b>	<b>35.536</b>	<b>45.587</b>	<b>38.623</b>	<b>37.265</b>	<b>6.019</b>	<b>37.840</b>
Investimentos	29.057	31.096	26.323	24.977	2.057	33.120
Inversões Financeiras	5.035	8.208	6.264	6.252	2.793	4.199
Amortização da Dívida	1.444	6.283	6.036	6.036	1.169	521
<b>Total</b>	<b><u>50</u></b>	<b>48.387</b>	<b>108.993</b>	<b>107.462</b>	<b>14.836</b>	<b>50.913</b>



## Execução de Restos a Pagar Processados

Exercício 2023  
R\$ milhões

	Inscritos						Saldo (e = a + b - c - d)
	NE	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)		
<b>Despesas Correntes</b>		<b>1.266</b>	<b>71.995</b>	<b>71.997</b>	<b>535</b>	<b>728</b>	
Pessoal e Encargos Sociais		79	18.026	18.015	7	83	
Juros e Encargos da Dívida		1	0	0	-	1	
Outras Despesas Correntes		1.186	53.969	53.982	529	644	
<b>Despesas de Capital</b>		<b>4.980</b>	<b>3.604</b>	<b>4.052</b>	<b>339</b>	<b>4.192</b>	
Investimentos		4.085	3.455	3.058	339	4.143	
Inversões Financeiras		895	149	993	0	50	
Amortização da Dívida		-	0	0	-	-	
<b>Total</b>	<b><u>50</u></b>	<b>6.246</b>	<b>75.598</b>	<b>76.049</b>	<b>875</b>	<b>4.921</b>	



## Balanço Financeiro

R\$ milhões

INGRESSOS			
	NE	2023	2022
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>52</b>	<b>4.380.671</b>	<b>4.326.976</b>
Ordinária		713.183	731.711
Vinculada		3.770.474	3.718.693
Educação		18.747	17.545
Seguridade Social (Exceto Previdência)		608.802	492.505
Previdência Social (RPPS)		39.656	39.653
Previdência Social (RGPS)		558.680	512.057
Receitas Financeiras*		-	1.330
Dívida Pública		1.848.745	1.886.081
Alienação de Bens e Direitos*		-	986
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		492.827	497.625
Transferências Constitucionais e Legais*		-	-
Fundos, Órgãos e Programas		202.120	269.283
Outros Recursos Vinculados*		-	1.575
Recursos Não Classificados		897	53
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(102.986)	(123.428)
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		0	0
Independentes da Execução Orçamentária		0	-
Aportes ao RGPS		-	0
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>278.797</b>	<b>244.994</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados		82.580	72.142
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		146.403	124.988
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		48.500	46.127
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.315	1.738
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>1.942.028</b>	<b>1.838.820</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.942.028	1.838.820
<b>Total (V = I + II + III + IV)</b>		<b>6.601.497</b>	<b>6.410.791</b>

Nota: \*Estes grupos de fontes foram extintos em 2023 com a implementação da Portaria Conjunta STN/SOF nº20/2021, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.



## Balanco Financeiro

R\$ milhões

DISPÊNDIOS			
	NE	2023	2022
<b>Despesa Orçamentária (I)</b>	<b>53</b>	<b>4.593.770</b>	<b>4.256.633</b>
Ordinária		727.272	660.932
Vinculada		3.866.498	3.595.701
Educação		11.593	13.230
Seguridade Social (Exceto Previdência)		577.913	434.932
Previdência Social (RPPS)		39.044	39.983
Previdência Social (RGPS)		592.207	534.514
Receitas Financeiras*		-	612
Dívida Pública		2.073.737	1.855.514
Alienação de Bens e Direitos*		-	12.553
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		466.144	470.487
Transferências Constitucionais e Legais*		-	-
Fundos, Órgãos e Programas		105.861	233.563
Outros Recursos Vinculados*		-	312
<b>Transferências Financeiras Concedidas (II)</b>		-	<b>5</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		-	5
Independentes da Execução Orçamentária		-	0
<b>Pagamentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>248.506</b>	<b>212.125</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		76.049	67.087
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		107.462	91.709
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		42.555	45.033
Outros Pagamentos Extraorçamentários		22.440	8.297
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IV)</b>		<b>1.759.221</b>	<b>1.942.028</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.759.221	1.942.028
<b>Total (V = I + II + III + IV)</b>	<b>54</b>	<b>6.601.497</b>	<b>6.410.791</b>

*Nota: \*Estes grupos de fontes foram extintos em 2023 com a implementação da Portaria Conjunta STN/SOF n°20/2021, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.*



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhões

	NE	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>(195.522)</b>	<b>63.172</b>
<b>Ingressos</b>		<b>2.639.437</b>	<b>2.605.516</b>
Receita Tributária		887.935	856.280
Receita de Contribuições		1.219.232	1.150.852
Receita Patrimonial		182.662	275.884
Receita Agropecuária		21	31
Receita Industrial		6.335	5.545
Receita de Serviços		49.970	52.518
Remuneração das Disponibilidades		177.475	176.815
Outras Receitas Derivadas e Originárias		65.717	39.291
Transferências Recebidas		273	437
Outros Ingressos Operacionais		49.815	47.864
<b>Desembolsos</b>		<b>(2.834.959)</b>	<b>(2.542.345)</b>
Pessoal e Demais Despesas		(1.818.879)	(1.578.913)
Juros e Encargos da Dívida		(240.663)	(247.340)
Transferências Concedidas		(710.423)	(662.758)
Outros Desembolsos Operacionais		(64.995)	(53.334)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>(89.252)</b>	<b>43.350</b>
<b>Ingressos</b>		<b>36.906</b>	<b>137.373</b>
Alienação de Bens		653	964
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		36.253	136.409
<b>Desembolsos</b>		<b>(126.158)</b>	<b>(94.023)</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		(23.382)	(19.742)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		(53.986)	(64.443)
Outros Desembolsos de Investimentos		(48.790)	(9.838)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>101.967</b>	<b>(3.313)</b>
<b>Ingressos</b>		<b>1.754.143</b>	<b>1.631.951</b>
Operações de Crédito		1.754.143	1.559.127
Outros Ingressos de Financiamentos		-	72.824
<b>Desembolsos</b>		<b>(1.652.176)</b>	<b>(1.635.264)</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		(1.652.176)	(1.635.264)
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV = I + II + III)</b>	<b>55</b>	<b>(182.808)</b>	<b>103.208</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>		<b>1.942.028</b>	<b>1.838.820</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>		<b>1.759.221</b>	<b>1.942.028</b>



## Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

	R\$ milhões		
	NE	2023	2022
<b>Transferências Recebidas</b>		<b>273</b>	<b>437</b>
Intergovernamentais		67	-
dos Estados e/ou Distrito Federal		60	-
dos Municípios		8	-
Intragovernamentais		1	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		205	437
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>(710.423)</b>	<b>(662.758)</b>
Intergovernamentais		(664.045)	(615.501)
a Estados e/ou Distrito Federal		(306.722)	(296.618)
a Municípios		(357.323)	(318.883)
Intragovernamentais		(28.307)	(30.963)
Outras Transferências Concedidas		(18.070)	(16.294)

## Quadro de Juros e Encargos da Dívida

	R\$ milhões		
	NE	2023	2022
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>(240.663)</b>	<b>(247.340)</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		(225.035)	(233.893)
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		(15.423)	(13.234)
Outros Encargos da Dívida		(206)	(213)



## Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

	NE	2023	2022
		R\$ milhões	
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>(1.818.879)</b>	<b>(1.578.913)</b>
Legislativo		(7.323)	(6.704)
Judiciário		(36.767)	(34.478)
Essencial à Justiça		(7.969)	(7.039)
Administração		(25.776)	(24.664)
Defesa Nacional		(80.740)	(78.688)
Segurança Pública		(10.694)	(9.832)
Relações Exteriores		(3.767)	(3.736)
Assistência Social		(259.961)	(197.185)
Previdência Social		(968.778)	(889.414)
Saúde		(47.782)	(47.458)
Trabalho		(75.523)	(70.786)
Educação		(72.031)	(63.359)
Cultura		(968)	(581)
Direitos da Cidadania		(712)	(651)
Urbanismo		(1.058)	(1.108)
Habitação		(0)	(4)
Saneamento		(4)	(2)
Gestão Ambiental		(2.162)	(1.899)
Ciência e Tecnologia		(4.505)	(4.059)
Agricultura		(18.133)	(19.316)
Organização Agrária		(2.106)	(1.259)
Indústria		(1.355)	(1.277)
Comércio e Serviços		(674)	(643)
Comunicações		(1.274)	(1.707)
Energia		(1.017)	(1.244)
Transporte		(2.974)	(2.844)
Desporto e Lazer		(245)	(164)
Encargos Especiais		(184.580)	(108.812)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		0	1



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício 2022  
R\$ milhões

Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2022</b>		<b>48.939</b>	<b>2.462</b>	<b>17</b>	<b>599</b>	<b>463</b>	<b>(5.208.436)</b>	<b>238</b>	<b>(1.394)</b>	<b>(5.157.110)</b>
Varição Cambial		-	-	-	-	(0)	(395)	-	-	(395)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(913)	494	-	(594)	(13)	64.748	(1)	-	<b>63.721</b>
Aumento / Redução de Capital		2.522	(553)	-	1	-	190	-	-	<b>2.160</b>
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	163	(2.317)	-	-	<b>(2.154)</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	23	14	-	<b>37</b>
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(89.458)	-	-	<b>(89.458)</b>
Constituição / Reversão de Reservas		-	0	(0)	257	-	(811)	(2)	-	<b>(556)</b>
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(14)	-	-	<b>(14)</b>
Provisão Tributária – IR / CS sobre Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-	0	-	-	<b>0</b>
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	97	-	-	-	-	-	-	<b>97</b>
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>		<b>50.548</b>	<b>2.500</b>	<b>17</b>	<b>263</b>	<b>614</b>	<b>(5.236.471)</b>	<b>250</b>	<b>(1.394)</b>	<b>(5.183.673)</b>
<b>Total Consolidado</b>	<b>56</b>	<b>7.467</b>	<b>389</b>	<b>17</b>	<b>44</b>	<b>558</b>	<b>(5.195.857)</b>	<b>1</b>	<b>(1.394)</b>	<b>(5.188.776)</b>



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício 2023  
R\$ milhões

Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2023</b>		<b>50.548</b>	<b>2.500</b>	<b>17</b>	<b>263</b>	<b>614</b>	<b>(5.236.471)</b>	<b>250</b>	<b>(1.394)</b>	<b>(5.183.673)</b>
Variação Cambial		-	-	-	-	(0)	(430)	-	-	(430)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	13	-	-	24.117	(159.711)	(1)	717	(134.865)
Aumento / Redução de Capital		2.045	147	-	1	-	(188)	-	-	2.005
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	760.663	(206.281)	-	-	554.382
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	0	(60.664)	-	(60.664)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(755.965)	-	-	(755.965)
Constituição / Reversão de Reservas		-	109	-	(11)	(16)	(9)	(2)	-	72
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Provisão Tributária – IR / CS sobre Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	30	-	-	-	-	-	-	30
<b>Saldo Final do Exercício 2023</b>		<b>52.593</b>	<b>2.798</b>	<b>17</b>	<b>253</b>	<b>785.378</b>	<b>(6.359.060)</b>	<b>(60.417)</b>	<b>(677)</b>	<b>(5.579.115)</b>
<b>Total Consolidado</b>	<u>56</u>	<b>7.182</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>785.318</b>	<b>(6.316.955)</b>	<b>(60.664)</b>	<b>(677)</b>	<b>(5.585.751)</b>



## Notas Explicativas

### 1 - Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022

Conforme disposto na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aplicação retrospectiva é a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido sempre aplicada; e reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de período anterior nunca tivesse ocorrido.

Ainda de acordo com a mesma NBC TSP, quando uma mudança voluntária na política contábil tiver efeito no período corrente ou em qualquer período anterior; puder ter efeito naquele período, exceto se for impraticável determinar o montante a ser ajustado; ou puder ter efeitos em períodos futuros, a entidade deve divulgar:

- I. A natureza da mudança na política contábil;
- II. As razões pelas quais a aplicação da nova política contábil proporciona informação confiável e mais relevante;
- III. O montante do ajuste para cada linha afetada da demonstração contábil para o período corrente e para cada período anteriormente apresentado, até onde seja possível;
- IV. O montante do ajuste relacionado a períodos anteriores aos apresentados, até onde seja praticável; e
- V. As circunstâncias que levaram à existência dessa condição e a descrição de como e desde quando a mudança da política contábil tem sido aplicada, se a aplicação retrospectiva for impraticável para período anterior específico ou para períodos anteriores aos apresentados.

Em relação a erros, a entidade deve corrigir os que forem materiais de períodos anteriores retrospectivamente, no primeiro conjunto das demonstrações contábeis cuja autorização para publicação ocorra após a sua identificação. A correção deve seguir alternativamente os seguintes critérios:

- I. Reapresentar os valores comparativos do período anterior apresentado nos quais o erro tenha ocorrido; ou
- II. Se o erro ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado, deve ser corrigido por meio da reapresentação dos saldos de abertura dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido do período anterior mais antigo apresentado.



A reapresentação das Demonstrações Contábeis da União de 2022 decorre de aplicação retrospectiva por mudança de política contábil relevante bem como para correção de erros capazes de distorcer o entendimento dos usuários na data base.

Abaixo, são listados os eventos contábeis relevantes que ocorreram até 31/12/2023 e que decorreram de erros na data base de 31/12/2022.

Tabela 1 – Ajustes de Exercícios Anteriores líquidos, em 2023 – Reapresentados em 2022

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

Tema	AEA
Ações Judiciais	141.173
Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas e Pensões de Militares	67.279
Créditos Previdenciários RPPS	47.729
Provisão para Repartição de Créditos	40.371
Precatórios	13.914
Passivo Atuarial Senado Federal	(43)
Passivo Atuarial Câmara dos Deputados	(89)
Estoques	(5.387)
Demais Obrigações – LC nº 194/2023	(27.015)
Ferrovias – Ativos de Concessão	(33.539)
Provisão de Restituição IRPF	(36.200)
Espelho D'Água	(50.977)
Compensação Previdenciária	(79.835)
IRPF – Créditos Tributários Líquidos de Ajuste para Perdas	(87.762)
Passivo Atuarial RPPS, Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros	(148.616)
<b>Total</b>	<b>(158.999)</b>

O total de R\$ 158,9 bilhões é a redução líquida no Patrimônio Líquido da União.

Já a reaplicação retrospectiva decorrente de mudança de prática contábil se trata da revisão do tratamento dos ativos e passivos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que deixaram de ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da União, passando a ser evidenciados como Investimentos em Fundos avaliados por MEP, sob gestão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Os principais impactos no balanço patrimonial da União decorrentes dessa mudança foram:

- I. Redução de R\$ 192,7 bilhões líquidos do grupo de contas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos;
- II. Reconhecimento de R\$ 210,6 bilhões de investimentos em fundos avaliados por MEP; e



- III. Redução líquida de R\$ 17,9 bilhões de outros ativos e passivos, sendo, o principal, R\$ 17,9 bilhões em Caixa e Equivalentes de Caixa. Para mais informações, ver a Nota “Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis”.

Abaixo, são detalhados os lançamentos decorrentes de erros e os impactos nos itens patrimoniais do balanço patrimonial de 2022.

#### **(a) Ações Judiciais**

Impactos no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais em 2022:

- I. Redução de R\$ 141,2 bilhões na linha “Provisões a Longo Prazo”, do Passivo Não Circulante;
- II. Aumento, no valor de R\$ 85,4 bilhões, na linha “Resultados Acumulados” – “Ajuste de Exercícios Anteriores”, no Patrimônio Líquido;
- III. Aumento de R\$ 55,8 bilhões na linha “Resultados Acumulados” – “Resultado do Exercício”, no Patrimônio Líquido; e
- IV. Aumento da linha “Reversões de Provisões e Ajustes para Perdas”, do subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, no valor de R\$ 55,8 bilhões, da Demonstração das Variações Patrimoniais, impactando positivamente o Resultado Patrimonial do Exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, as provisões para perdas judiciais e administrativas da União somaram R\$ 739,4 bilhões (R\$ 818,2 bilhões, em 31 de dezembro de 2022 publicado). A maior parte das provisões para perdas judiciais e administrativas, em 31/12/23, foi registrada no Ministério da Fazenda (R\$ 367,6 bilhões) e na Advocacia-Geral da União (R\$ 246,3 bilhões), seguidos do Ministério da Previdência Social (R\$ 121,2 bilhões).

Em abril de 2023, foi verificada a necessidade de corrigir erro material da estimativa do risco em um dos temas que compõe o montante da provisão sob gestão da AGU, sendo: “Intervenção do Estado no domínio econômico. Fixação de tarifas pelo ente central no período compreendido entre 1987 e 1992. Manutenção da equação financeira original do contrato de concessão”. Identificado o erro, de exercícios anteriores, houve a retificação do registro contábil de R\$ 95 bilhões para R\$ 9,5 bilhões, de acordo com a Nota Retificadora nº 00199/2023/SGCT/AGU. O ajuste contábil, em 2023, impactou os “Ajustes de Exercícios Anteriores” no Patrimônio Líquido, no valor líquido de R\$ 85,4 bilhões.

Outro ajuste ocorrido na provisão de ações judiciais foi a reversão da provisão do Tema de Repercussão Geral nº 0069 – “Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins”, sob gestão da RFB. Em razão do



Julgamento, desfavorável para a União, a RFB realizou o cálculo da estimativa acerca das obrigações da União e o apresentou na Nota CETAD/COPAN nº 104/2022.

Deste modo, com o trânsito em julgado, a PGFN fez a transferência no valor de R\$ 533,1 bilhões correspondente ao saldo da provisão para perdas judiciais que mantinha registrado em seu balanço para a RFB, dentro da competência do mês de junho de 2022. Após isso, a RFB realizou outros dois registros de atualização monetária (um no valor de R\$ 197,46 bilhões e outro no valor de R\$ 98,8 bilhões) para que o estoque da provisão registrado na RFB refletisse o saldo apresentado no parágrafo 10 da citada Nota, isto é, R\$ 236,8 bilhões.

A partir de setembro de 2023, os saldos da provisão das ações com trânsito em julgado começaram a ser baixados trimestralmente, de acordo com a amortização considerada de 20% ao ano para todos os temas, exceto o referido Tema de Repercussão Geral 0069. A amortização deste foi realizada conforme estudo baseado na utilização desses créditos (compensação ou restituição) por parte dos contribuintes realizado pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (CETAD/RFB), que definiu para o período de junho a dezembro de 2022 uma amortização de R\$ 42,8 bilhões; e para o exercício de 2023 uma baixa de R\$ 69,7 bilhões.

Assim, em 2023, o saldo remanescente da referida provisão é de R\$ 124,4 bilhões e ajuste contábil impactou “Ajustes de Exercícios Anteriores” no Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 42,8 bilhões; e o resultado do exercício, na DVP, na linha “Reversões de Provisões e Ajustes para Perdas”, no montante de R\$ 69,7 bilhões. Em 2022, a reapresentação impactou a linha “Reversões de Provisões e Ajustes para Perdas”, no valor de R\$ 42,8 bilhões; e reduziu, no mesmo montante, a linha “Provisões a Longo Prazo”, do Passivo Não Circulante.

O terceiro e último ajuste relevante na provisão para perdas judiciais e administrativas ocorrido em 2023, mas de competência do exercício de 2022, ocorreu no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), e diz respeito a um acordo judicial celebrado em março de 2022, referente à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Assim, em 2023, foi registrada a baixa do saldo remanescente do referido acordo na provisão, de longo prazo, e impactou positivamente os “Ajustes de Exercícios Anteriores”, no Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 12,9 bilhões. Em 2022 Reapresentado, impactou o resultado do exercício, na DVP, na linha “Reversões de Provisões e Ajustes para Perdas; e reduziu, no mesmo montante, a linha “Provisões a Longo Prazo”, do Passivo Não Circulante.



## (b) Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) e Pensões de Militares

Impactos em 2022:

- I. Aumento líquido de R\$ 2,6 bilhões na linha “Provisões a Curto Prazo”, no Passivo Circulante;
- II. Redução líquida de R\$ 69,9 bilhões na linha “Provisões a Longo Prazo”, no Passivo Não Circulante;
- III. Aumento líquido de R\$ 67,3 bilhões na linha “Resultados Acumulados”, no Patrimônio Líquido; e
- IV. Na DVP, aumento R\$ 73,2 bilhões no item “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas”, do subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”; e aumento em R\$ 5,9 bilhões no item “Constituição de Provisões” do subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, perfazendo um impacto líquido positivo de R\$ 67,3 bilhões no Resultado Patrimonial do Exercício.

Os ajustes envolvem as obrigações decorrentes do SPSMFA, bem como das pensões de militares, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares. Foi verificada a necessidade de aplicar, aos passivos atuariais dos proventos de militares veteranos a conceder, atinentes aos atuais militares ativos, a proporção “*pro rata* de serviço” preconizada no item 70 da NBC TSP 15.

Quanto aos passivos atuariais de pensões, de pensões especiais militares e de anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-actuarial responsável pelo cálculo.

Dessa forma, as obrigações atuariais em questão foram recalculadas, o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 806,6 bilhões em fevereiro de 2023, ante um passivo atuarial de R\$ 873,9 bilhões registrado nas demonstrações contábeis de 31/12/2022, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2 – Provisões Militares – Ajustadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

	31/12/2022	Ajustes Subsequentes	31/12/2022 (Ajustado)
Curto Prazo	46.776	2.578	49.354
Longo Prazo	827.124	(69.857)	757.268
<b>Total</b>	<b>873.900</b>	<b>(67.279)</b>	<b>806.622</b>

Os ajustes subsequentes à 31 de dezembro de 2022 dos passivos atuariais dos militares impactaram positivamente o Patrimônio Líquido da União como “Ajuste de Exercícios Anteriores”, em 2023, no montante de R\$ 67,3 bilhões.



As tabelas a seguir detalham o valor reavaliado do passivo atuarial dos proventos de militares inativos concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem, para o conjunto das Forças Armadas e para cada Comando, as causas da variação do valor reavaliado da estimativa do passivo atuarial no ano de 2022 em relação ao valor da posição do ano de 2021.

*Tabela 3 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Forças Armadas*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Ministério da Defesa*

<b>Data-base 31/12/2021*</b>	<b>456.426</b>
Receitas ou Despesas de Juros	21.726
Custo do Serviço Corrente	5.618
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	(4.447)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.196
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(28.858)
<b>Data-base 31/12/2022</b>	<b>452.661</b>

*Nota: \*Valor considerando o ajuste subsequente ocorrido em março de 2022, no valor de R\$ 98,6 bilhões. Para mais detalhes, vide Nota “Provisões”.*

A partir da tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos das Forças Armadas registrou variação negativa de 0,82% em relação à posição referente ao ano de 2021.

A tabela a seguir demonstra que o passivo de militares inativos da Marinha registrou variação negativa de 2,12% em relação à posição referente ao ano de 2021.

*Tabela 4 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Marinha*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Ministério da Defesa*

<b>Data-base 31/12/2021</b>	<b>132.005</b>
Receitas ou Despesas de Juros	6.283
Custo do Serviço Corrente	1.880
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	(3.465)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	661
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(8.154)
<b>Data-base 31/12/2022</b>	<b>129.211</b>

Já a próxima tabela demonstra que o passivo de militares inativos do Exército registrou variação negativa de 0,26% em relação à posição referente ao ano de 2021.



*Tabela 5 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Exército*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Ministério da Defesa*

<b>Data-base 31/12/2021</b>	<b>216.695</b>
Receitas ou Despesas de Juros	10.315
Custo do Serviço Corrente	2.660
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	(1.185)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.038
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(13.392)
<b>Data-base 31/12/2022</b>	<b>216.130</b>

A partir da próxima tabela verifica-se que o passivo de militares inativos da Aeronáutica registrou variação negativa de 0,38% em relação à posição referente ao ano de 2021.

*Tabela 6 – Passivo Atuarial Militares Inativos – Aeronáutica*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Ministério da Defesa*

<b>Data-base 31/12/2021</b>	<b>107.726</b>
Receitas ou Despesas de Juros	5.128
Custo do Serviço Corrente	1.078
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	203
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	498
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(7.312)
<b>Data-base 31/12/2022</b>	<b>107.320</b>

Considerando os resultados observados nas tabelas anteriores, a tabela a seguir demonstra os valores dos ajustes subsequentes a 31/12/2022, para readequar os valores do passivos atuariais referentes aos militares inativos nessa mesma data-base, por Comando.



Tabela 7 – Provisão Militares Inativos Ajustadas – Por Comando

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

		31/12/2022	Ajustes Subsequentes	31/12/2022 (Ajustado)
Exército	Curto Prazo	15.168	(357)	14.811
	Longo Prazo	230.267	(28.948)	201.319
	Total	245.435	(29.305)	216.130
Marinha	Curto Prazo	8.351	5	8.356
	Longo Prazo	150.539	(29.684)	120.855
	Total	158.890	(29.679)	129.211
Aeronáutica	Curto Prazo	7.716	3	7.719
	Longo Prazo	113.856	(14.255)	99.601
	Total	121.572	(14.252)	107.320
<b>Total</b>		<b>525.898</b>	<b>(73.237)</b>	<b>452.661</b>

As tabelas a seguir detalham o valor reavaliado do passivo atuarial das pensões de militares concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem, para o conjunto das Forças Armadas e para cada Comando, as causas da variação do valor reavaliado da estimativa desse passivo atuarial no ano de 2022 em relação ao valor da posição do ano de 2021.

Tabela 8 – Passivo Atuarial Pensões – Forças Armadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

	2022	2021
<b>Data-base – Exercício Anterior</b>	<b>335.884</b>	<b>298.052</b>
Receitas ou Despesas de Juros	16.391	16.303
Custo do Serviço Corrente	1.987	1.750
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	413	4.276
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	8.711	38.572
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(24.161)	(23.070)
<b>Total</b>	<b>339.225</b>	<b>335.884</b>

A partir da tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares das Forças Armadas registrou uma variação positiva de 0,99% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Por meio da tabela a seguir, verifica-se que o passivo de pensões de militares da Marinha registrou uma variação positiva de 4,09% em relação à posição referente ao ano de 2021.



Tabela 9 – Passivo Atuarial Pensões – Marinha

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

	2022	2021
<b>Data-base – Exercício Anterior</b>	<b>87.251</b>	<b>87.043</b>
Receitas ou Despesas de Juros	4.258	4.761
Custo do Serviço Corrente	662	590
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	1.983	(10.331)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.394	10.569
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(5.731)	(5.382)
<b>Total</b>	<b>90.816</b>	<b>87.251</b>

Já a tabela a seguir demonstra que o passivo de pensões de militares do Exército registrou uma variação negativa de 0,50% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Tabela 10 – Passivo Atuarial Pensões – Exército

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

	2022	2021
<b>Data-base – Exercício Anterior</b>	<b>175.174</b>	<b>146.683</b>
Receitas ou Despesas de Juros	8.548	8.024
Custo do Serviço Corrente	912	851
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	(823)	14.012
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	4.284	18.909
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(13.795)	(13.303)
<b>Total</b>	<b>174.301</b>	<b>175.174</b>

A próxima tabela demonstra que o passivo de pensões de militares da Aeronáutica registrou uma variação positiva de 0,88% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Tabela 11 – Passivo Atuarial Pensões – Aeronáutica

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

	2022	2021
<b>Data-base – Exercício Anterior</b>	<b>73.459</b>	<b>64.326</b>
Receitas ou Despesas de Juros	3.585	3.519
Custo do Serviço Corrente	412	309
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	(747)	596
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.034	9.094
Pagamentos realizados no exercício de 2022	(4.635)	(4.385)
<b>Total</b>	<b>74.108</b>	<b>73.459</b>



Considerando os resultados observados nas tabelas anteriores, a tabela a seguir demonstra os valores dos ajustes subsequentes a 31/12/2022, para readequar os valores do passivos atuariais referentes às pensões nessa mesma data-base, por Comando.

Tabela 12 – Provisão Pensões de Militares Ajustada – Por Comando

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

		31/12/2022	Ajustes Subsequentes	31/12/2022 (Ajustado)
Exército	Curto Prazo	7.850	1.424	9.274
	Longo Prazo	163.802	1.225	165.027
	Total	171.652	2.649	174.301
Marinha	Curto Prazo	3.513	874	4.388
	Longo Prazo	85.876	553	86.429
	Total	89.389	1.427	90.816
Aeronáutica	Curto Prazo	2.618	621	3.239
	Longo Prazo	70.024	846	70.869
	Total	72.642	1.466	74.108
<b>Total</b>		<b>333.683</b>	<b>5.542</b>	<b>339.225</b>

Por fim, as tabelas abaixo demonstram os valores dos ajustes subsequentes a 31/12/2022 referentes às Pensões Especiais e Anistiados Políticos, para readequar os valores do passivos atuariais nessa mesma data-base, por Comando.

Tabela 13 – Provisão Pensões Especiais de Militares Ajustada – Por Comando

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Ministério da Defesa

		31/12/2022	Ajustes Subsequentes	31/12/2022 (ajustado)
Exército	Curto Prazo	1.063	-	1.063
	Longo Prazo	7.574	278	7.852
	Total	8.637	278	8.915
Aeronáutica	Curto Prazo	45	-	45
	Longo Prazo	295	13	308
	Total	340	13	353
Marinha	Curto Prazo	1	-	1
	Longo Prazo	16	-	16
	Total	17	-	17
<b>Total</b>		<b>8.994</b>	<b>291</b>	<b>9.285</b>



*Tabela 14 – Provisão Anistiados Políticos Militares – Por Comando*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Ministério da Defesa

		31/12/2022	Ajustes Subsequentes	31/12/2022 (ajustado)
Aeronáutica	Curto Prazo	277	5	282
	Longo Prazo	2.927	75	3.001
	Total	3.203	79	3.283
Marinha	Curto Prazo	156	3	159
	Longo Prazo	1.817	38	1.856
	Total	1.973	41	2.014
Exército	Curto Prazo	17	1	18
	Longo Prazo	132	4	135
	Total	149	4	153
<b>Total</b>		<b>5.326</b>	<b>125</b>	<b>5.450</b>

### (c) Baixa de Precatórios

Impactos em 2022 Reapresentado:

- I. Redução de R\$ 7,8 bilhões na linha “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo”, sendo R\$ 2,6 bilhões no Passivo Circulante e R\$ 5,2 bilhões no Passivo Não Circulante;
- II. Redução de R\$ 6,1 bilhões na linha “Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo”, sendo R\$ 4,6 bilhões no Passivo Circulante e R\$ 1,5 bilhão no Passivo Não Circulante;
- III. Aumento de R\$ 13,9 bilhões na linha “Resultados Acumulados” – “Resultado do Exercício”, no Patrimônio Líquido; e
- IV. No mesmo montante, aumento na linha “Ganhos com Desincorporação de Passivos”, pertencente ao subgrupo “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos”, das variações patrimoniais aumentativas, impactando positivamente o Resultado Patrimonial do Exercício.

### (d) Correção de Estoques

Impactos em 2022 Reapresentado:

- I. Redução de R\$ 5,4 bilhões na linha “Estoques” do Ativo Circulante, no Balço Patrimonial, para correção de lançamentos;
- II. Redução, no mesmo valor, em “Resultados Acumulados”, no Patrimônio Líquido; e



- III. Aumento, no mesmo valor, no item “Uso Material de Consumo”, pertencente ao subgrupo “Uso dos Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” – Variações Patrimoniais Diminutivas, impactando negativamente o Resultado Patrimonial do Exercício.

**(e) Demais Obrigações do Passivo Circulante – Lei Complementar nº 194/2022**

Impactos em 2022:

- I. Aumento de R\$ 11,3 bilhões na linha “Demais Obrigações”, do Passivo Circulante, e R\$ 15,7 bilhões em “Demais Obrigações”, no Passivo Não Circulante, totalizando R\$ 27 bilhões;
- II. Redução no valor total em “Resultados Acumulados”, no Patrimônio Líquido; e
- III. Aumento, no mesmo valor, no item “Diversas Variações Patrimoniais”, pertencente ao subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, na DVP, impactando negativamente o resultado do exercício em R\$ 27 bilhões.

Em março de 2023 foi firmado um acordo judicial entre a União, os Estados e o Distrito Federal relativo à compensação prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022. Essa compensação refere-se à dedução, pela União, das perdas de arrecadação dos Estados ou do Distrito Federal ocorridas no exercício de 2022, decorrentes da redução da arrecadação do ICMS que excedesse ao percentual de 5%, em relação à arrecadação deste tributo no ano de 2021. Tal dedução deve se dar do valor das parcelas dos contratos de dívida dos referidos entes subnacionais administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O referido Acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2023, no âmbito da ADI nº 7191 e da ADPF nº 984. Foi determinado que, parte do valor, R\$ 24,1 bilhões, será compensado nas parcelas dos haveres financeiros da União junto a Estados e Distrito Federal e em dívidas honradas pela União ainda não recuperadas. Outra parte, R\$ 2,9 bilhões, será repassada aos entes por meio de transferência.

Ao longo do exercício de 2023, foram atualizados os saldos, de modo a compatibilizar as parcelas a serem compensadas na dívida, e as parcelas transferidas diretamente aos Estados, sobretudo, pelo fato de a Lei Complementar nº 201/2023 ter antecipado a parcela de 2024 para ser realizada em 2023 via transferência. O saldo remanescente dessa obrigação em 31/12/2023 é de R\$ 4,5 bilhões, referente à parcela de 2025, o que explica a queda de 79,05% neste item em comparação a 31/12/2022 (reapresentado).



## (f) Ferrovias – Ativos de Concessão

Os impactos em 2022 foram:

- I. Redução de R\$ 33,5 bilhões na linha “Bens Imóveis” no Ativo Imobilizado; e, no mesmo valor, na linha “Resultados Acumulados” do Patrimônio Líquido, impactando negativamente o PL; e
- II. Redução do item “Ganhos com Incorporação de Ativos”, pertencente ao subgrupo “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos”, na DVP, impactando negativamente o Resultado Patrimonial do Exercício.

O ajuste contábil subsequente à 31 de dezembro de 2022 ocorrido nos ativos de concessão refere-se a um erro de mensuração na reavaliação do valor da malha ferroviária federal, em 2022.

Na ocasião da mensuração inicial da malha ferroviária, o custo de reposição depreciado mostrou-se equivalente ao valor residual daqueles ativos, pois, do valor de reposição, foi descontada toda depreciação anual acumulada referente ao período da vida útil daqueles ativos. Diante do exposto, a atualização realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em 2022, partiu do valor residual do ativo, ou seja, do valor contábil bruto subtraído da depreciação ocorrida ao longo de sua vida útil.

Contudo, a nova avaliação acabou por não contemplar, desde o reconhecimento inicial, fatos atinentes à condição atual de conservação do ativo, como a execução de eventuais obras e serviços de reabilitação de trechos ferroviários e outros eventos que, porventura, podem diminuir ainda mais o valor residual, como catástrofes naturais, ações humanas depredatórias, entre outras, já que o estado de conservação de ativos de infraestrutura é um aspecto preponderante quando de sua reavaliação.

Por oportuno, a avaliação dos ativos de infraestrutura deve ocorrer de forma concatenada pela identificação e inspeção dos ativos e a estimativa do custo de reposição atual. Na primeira etapa, devem ser realizadas inspeções que permitam uma melhor caracterização dos ativos, levantamentos dos ativos em construção, em reabilitação, com as respectivas datas e tipos de intervenções, que subsidiarão a definição das vidas úteis, com base na condição dos ativos. A segunda etapa deve permitir ao ente público a obtenção do valor atual do ativo em processo de avaliação, levando em consideração sua depreciação.

Dessa forma, devido à extensão da malha e por não ter ocorrido inspeções com o objetivo de cálculo da vida média de cada ativo e considerando que não há investimento nas malhas, optou-se por manter os valores apresentados estimado para a valoração contábil da via permanente, com 27.162,56 km de



extensão, de R\$ 48,4 bilhões, tendo como referência a data-base de julho de 2017, conforme detalhado na tabela a seguir.

*Tabela 15 – Composição Ferrovias*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: DNIT*

	<b>31/07/2017</b>
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	12.603
MRS Logística S.A.	4.077
Companhia Ferroviária do Nordeste	8.486
América Latina e Logística	12.338
Ferrovia Tereza Cristina S.A.	292
Ferrovia Novoeste S.A.	2.913
Ferrovias Bandeirantes (Ferrobán)	7.730
<b>Total</b>	<b>48.439</b>

A baixa subsequente, ocorrida em janeiro de 2023, foi em contrapartida a “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

#### **(g) Provisão de Restituição do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF)**

Impactos em 2022:

- I. Aumento de R\$ 36,2 bilhões na linha “Provisões a Curto Prazo”, no Passivo Circulante, e redução, no mesmo valor, no “Resultado Acumulado” do Patrimônio Líquido; e
- II. Impacto na linha “Constituição de Provisões”, no mesmo valor, no subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, impactando negativamente o Resultado Patrimonial do Exercício.

Reconhecimento da provisão para restituição de IRPF – ano base 2022, calculado pela Coordenação-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório (CODAR), da RFB. Em 2023, o reconhecimento impactou ajustes de exercícios anteriores.

#### **(h) Compensação Previdenciária (COMPREV) e Créditos Previdenciários RPPS**

Impactos em 2022:

- I. Aumento no valor de R\$ 79,8 bilhões na linha “Demais Obrigações a Longo Prazo”, no Passivo Não Circulante, redução de R\$ 72,2 bilhões, no mesmo valor, na linha “Resultados Acumulados” – “Ajustes de Exercícios Anteriores”, no Patrimônio Líquido, e aumento de R\$ 7,6 bilhões em variações patrimoniais diminutivas, no item “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas” da DVP; e



- II. Aumento no valor de R\$ 43,2 bilhões na linha “Créditos a Longo Prazo” – “Ativo Realizável a Longo Prazo”, no Ativo Não Circulante, aumento, de R\$ 39,9 bilhões, na linha “Resultados Acumulados” – “Ajustes de Exercícios Anteriores”, no Patrimônio Líquido, e aumento R\$ 3,3 bilhões em variações patrimoniais aumentativas, no item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” da DVP.

Compensação Previdenciária trata-se ao encontro de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores dos entes Federativos, referente ao tempo de contribuição utilizado na concessão de benefícios de aposentadoria e pensão, concedidos a partir de 5 de outubro de 1988.

O saldo registrado em Demais Obrigações, passivo não circulante, tratam-se dos registros dos valores de estoque de requerimentos pendentes de análise e a estimativa do montante que o RGPS tem a restituir aos Regimes de Previdências Próprias (RPPS) da União, Estados e Municípios, ocorreram no 2º semestre de 2023, por meio da Nota Técnica nº 02/2024/CGRD/DIRBEN – INSS, em contrapartida a “Ajustes de Exercícios Anteriores”, no Patrimônio Líquido.

Já os Créditos Previdenciários, ativo não circulante, são referentes à estimativa do valor de estoque que o RGPS, como regime instituidor, tem a receber dos RPPS da União, Estados e Municípios, como regime de origem.

Os valores registrados em 2023 são de data base do ano de 2022 e foram levantados de forma estimada por falta de sistema estruturado para conclusão da análise dos valores *pro-rata* dos requerimentos. Os sistemas COMPREV e BG COMPREV ainda não dispõem de ferramentas e relatórios, de forma que os valores são calculados manualmente, através de requisição de extração na base de dados da Dataprev.

Para mais informações, vide notas Créditos a Receber e Demais Obrigações.

#### **(i) IRPF – Créditos Tributários e Provisão para Repartição de Créditos**

Impactos em 2022:

- I. Redução de R\$ 324,4 bilhões na linha “Créditos Tributários a Receber”, do Ativo Circulante, em decorrência da baixa do saldo de créditos tributários não previdenciários não parcelados, referentes ao IRPF (principal, multa e juros);
- II. Redução de R\$ 236,7 bilhões na linha “Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo”, como consequência da baixa dos saldos dos créditos tributários;



- III. Redução de R\$ 40,4 bilhões na linha “Provisões a Curto Prazo” do Passivo Circulante, referentes à provisão para repartição tributária. A redução é em decorrência da baixa de créditos tributários referentes ao IRPF (multa de juros), de forma proporcional;
- IV. Redução líquida na linha “Resultados Acumulados” do Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 47,4 bilhões; e
- V. Na DVP, houve redução de R\$ 324,4 bilhões nas variações patrimoniais aumentativas, no item “Impostos, das Variações Patrimoniais Aumentativas”, no subgrupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”,; no item “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas”, das variações patrimoniais diminutivas, redução de R\$ 236,7 bilhões; e reversão de R\$ 40,4 bilhões no item “Constituição de Provisões”, no subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, em variações patrimoniais diminutivas, perfazendo um impacto líquido negativo no Resultado Patrimonial do Exercício em R\$ 47,4 bilhões.

Em março de 2023, ocorreram lançamentos contábeis, subsequentes à 31 de dezembro de 2022, que impactaram de forma relevante os saldos de créditos tributários da União.

Conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da União relativas ao 3º trimestre de 2022, naquele período houve um aumento de 76,71% no saldo de “Créditos Tributários a Receber” e de 154,11% no saldo do “Ajuste para Perdas dos Créditos Tributários a Receber”, ambos em relação a 31 de dezembro de 2021. Essas variações ocorreram a partir de julho de 2022, quando foram detectados três débitos de pessoa física, totalizando R\$ 235,5 bilhões em créditos ativos de IRPF na situação “Devedor”. Naquele momento, verificou-se indício de erro de preenchimento na declaração por parte de responsáveis tributários, e os débitos foram encaminhados para análise das equipes competentes da RFB.

Em setembro de 2022, surgiram três novos débitos com as mesmas características de indícios de erro de declaração, no valor de R\$ 81,0 bilhões, totalizando o montante de R\$ 327 bilhões em avaliação, já atualizados com multa e juros de mora até o mês de março de 2023.

Na tabela a seguir, é possível verificar o comportamento dos saldos dos créditos tributários ao longo do exercício de 2022 e, como fica bem evidente, houve um aumento discrepante no item “Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza” (IR) a partir do 3º trimestre.



Tabela 16 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022	31/03/2022	31/12/2021	AH* (%)
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	415.055	298.621	60.780	64.269	71.050	484,17
Contribuições Previdenciárias – RGPS	164.769	184.035	175.747	168.968	155.779	5,77
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	55.510	41.637	39.804	41.083	39.226	41,51
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	30.759	20.791	18.262	18.060	19.107	60,98
Contribuições para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)	17.280	14.870	13.592	15.737	16.164	6,91
Outros	68.663	28.953	30.803	33.434	31.937	115,00%
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>752.036</b>	<b>588.907</b>	<b>338.988</b>	<b>341.551</b>	<b>333.263</b>	<b>125,66</b>
Ajuste para Perdas (II)	396.668	291.217	109.344	120.924	114.603	246,12
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>355.368</b>	<b>297.690</b>	<b>229.644</b>	<b>220.628</b>	<b>218.660</b>	<b>62,52</b>

Nota: \*A análise horizontal apresenta a comparação entre 31/12/2022 e 31/12/2021.

A Divisão de Estratégia de Cobrança e Garantia da Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (DIESC/CORAT/RFB/MF) é a área responsável pela apuração e consolidação dos créditos ativos e envio das informações para registro pela contabilidade. Na execução dessa atividade, são efetuadas análises e comparações a fim de identificar eventuais discrepâncias e atipicidades. Quando identificados eventos incomuns, verifica-se no sistema de origem a informação para confirmação e, caso positivo, são encaminhados aos gestores do sistema, para distribuição às regiões fiscais para análise e tratamento junto ao contribuinte declarante.

Nos casos concretos ocorridos em 2022, verificou-se que os valores decorreram da emissão de lançamentos automáticos da Malha Pessoa Física, com base em informações fornecidas na Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) de pessoa jurídica. Identificada a origem dos valores discrepantes nos lançamentos, deu-se encaminhamento deste processo à Coordenação-Geral de Fiscalização (COFIS/RFB/MF), responsável pelos lançamentos da malha fiscal.

Passo seguinte foi entrar em contato com o responsável tributário que havia apresentado a declaração para que, confirmado o erro, providenciasse sua retificação. A retificação da DIRF foi feita em fevereiro de 2023 e as informações discrepantes foram corrigidas. Com essa correção, encaminhou-se o caso às equipes que tratam dos lançamentos de malha fiscal da jurisdição dos contribuintes pessoas físicas, para o cancelamento dos lançamentos emitidos.



Importante mencionar todo o processo para entender que, somente após a correção do crédito, por meio da retificação da declaração original pelo próprio contribuinte, foi possível o sistema captar a informação dos valores corretos e a área responsável providenciar o cancelamento dos lançamentos emitidos pelo contribuinte.

Tabela 17 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo – Ajustes Subsequentes

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2022	Ajuste Subsequente	31/12/2022 (Ajustado)
<b>Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)</b>	<b>415.055</b>	<b>(324.445)</b>	<b>90.610</b>
Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF)	354.378	(324.445)	29.933
Demais IR	60.677		60.677
<b>Demais Créditos Tributários</b>	<b>336.981</b>		<b>336.981</b>
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>752.036</b>	<b>(324.445)</b>	<b>427.591</b>
Ajuste para Perdas (II)	396.668	(236.683)	159.985
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>355.368</b>	<b>(87.762)</b>	<b>267.606</b>
Circulante (Curto Prazo)	153.845	(87.762)	66.083
Não Circulante (Longo Prazo)	201.524		201.524

Como pode ser observado na tabela anterior, os lançamentos subsequentes, de data base 31/12/2022, totalizaram, de forma líquida, R\$ 87,8 bilhões, sendo R\$ 324,4 bilhões de redução no total de créditos tributários a receber de IRPF e, conseqüentemente, redução de R\$ 236,7 bilhões no total de ajustes para perdas dos créditos tributários, representando uma redução de 24,70% do valor reconhecido em 31/12/2022. Os registros subsequentes, em 2023, ocorreram integralmente no ativo circulante e impactaram também o patrimônio líquido da União em R\$ 87,8 bilhões, por meio de ajustes de exercícios anteriores. Cabe mencionar, ainda, que ocorreram estornos em 2023, referentes a registros desta competência, perfazendo uma redução de R\$ 3,1 bilhões relacionados a multa e juros de mora e uma diminuição de R\$ 2,3 bilhões referentes aos ajustes para perdas, impactando as variações patrimoniais do exercício em R\$ 864 milhões, de forma líquida.

A Demonstração das Variações Patrimoniais referente à 31 de dezembro de 2022 também está sendo reapresentada para evidenciar o impacto desses eventos subsequentes caso estivessem sido registrados ainda em 2022, ou seja, se o equívoco de preenchimento nas declarações por parte dos responsáveis tributários houvesse sido confirmado ainda em 2022.



*Tabela 18 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Variações Patrimoniais Aumentativas*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2022	Ajuste Subsequente	31/12/2022 (Ajustado)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>1.137.601</b>	<b>(324.445)</b>	<b>813.156</b>
Impostos	1.126.150	(324.445)	801.705
Taxas	11.451	-	11.451

Os lançamentos subsequentes ocorridos nos saldos dos créditos tributários também geraram registros nas provisões de repartição de créditos dos Estados e Municípios. As provisões para repartição de créditos representam os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.

*Tabela 19 – Provisões para Repartição de Créditos – Curto e Longo Prazo – Ajustes Subsequentes*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2022	Ajuste Subsequente	31/12/2022 (Ajustado)
Municípios	35.543	(21.502)	14.041
Estados	31.144	(18.869)	12.275
Sistema S	2.606		2.606
<b>Total</b>	<b>69.293</b>	<b>(40.371)</b>	<b>28.922</b>
Circulante (Curto Prazo)	51.317	(40.371)	10.946
Não Circulante (Longo Prazo)	17.976		17.976

Os eventos subsequentes nas provisões para repartição de créditos, na data-base 31/12/2022, provocaram uma redução de R\$ 40,3 bilhões no saldo total referentes às repartições de créditos a Estados e Municípios, representando uma redução de 58,3% do valor constituído em 31/12/2022. Os lançamentos impactaram a provisão evidenciada no passivo circulante e o patrimônio líquido da União no mesmo montante, por meio de ajustes de exercícios anteriores, em 2023. Importante mencionar que também ocorreram ajustes referentes à competência do exercício de 2023, redução de R\$ 398 milhões, impactando as variações patrimoniais do exercício.

## (j) Espelho D'Água

Impacto em 2022:

- I. Redução de R\$ R\$ 50,98 bilhões na linha “Bens Imóveis”, no Ativo Imobilizado, e
- II. Redução, no mesmo valor, na linha “Resultados Acumulados”, do Patrimônio Líquido. A redução em 2022 impacta “Ajustes de Exercícios Anteriores”.



Em 2023, ocorreram ajustes subsequentes nos imóveis classificados como “Bens de Uso Especial”, especificamente no item “Espelhos D’Água”.

Por não haver consenso entre os órgãos internacionais sobre a contabilização ou não de recursos naturais, existindo apenas uma consulta pública realizada pelo *International Public Sector Accounting Standard Board* (IPSASB) acerca do assunto, intitulada *Natural Resources*; e pela necessidade de aprimoramento de metodologia de mensuração dos espelhos d'água por parte da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), de forma que avalie a real capacidade de geração de benefício econômico do mar territorial, foi decidido realizar a baixa dos referidos bens até que se tenha valores mais consistentes que permitam o reconhecimento no ativo imobilizado da União, trazendo a informação mais adequada ao usuário das demonstrações contábeis. A baixa ocorrida em 2023 teve como contrapartida o patrimônio líquido da União, por meio de ajustes de exercícios anteriores.

#### **(k) Passivo Atuarial RPPS, Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros**

Em decorrência da auditoria financeira do Tribunal de Contas da União (TCU) nas demonstrações contábeis da União de 2022, foram levantadas incorreções no cálculo do passivo atuarial previdenciário da União e dos Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros, sendo necessários recálculo e registros subsequentes para ajustes dos saldos contábeis. Os ajustes com data base 31/12/2022, foram feitos em 2023, impactando os ajustes de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido da União.

Os impactos em 2022 Reapresentado foram:

##### **No RPPS:**

- I. Aumento de líquido R\$ 144,9 bilhões em “Provisões de Curto e Longo Prazo”, no balanço patrimonial, sendo R\$131,4 bilhões líquidos no longo prazo e R\$ 13,5 bilhões no curto prazo;
- II. Redução no Patrimônio Líquido, no mesmo montante;
- III. Impacto positivo de R\$ 167,6 bilhões no item “Constituição de Provisões”, no subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, reduzindo o resultado patrimonial do exercício; e
- IV. Aumento em R\$ 22,7 bilhões no item “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, impactando positivamente o resultado patrimonial do exercício.

##### **No FCDF:**

- I. Aumento líquido de R\$ 3,7 bilhões no item “Provisões Longo Prazo”, no balanço patrimonial;



- II. Redução no Patrimônio Líquido, no mesmo montante;
- III. Impacto positivo de R\$ 1,9 bilhão no item “Constituição de Provisões”, no subgrupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, reduzindo o resultado patrimonial do exercício; e
- IV. Aumento em R\$ 5,7 bilhões no item “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, impactando positivamente o resultado patrimonial do exercício.

No item 9.1.2 do Acórdão nº 999/2023-TCU-Plenário, foi estabelecido que medidas adequadas deveriam ser adotadas para corrigir as distorções de valor e de classificação apontadas na auditoria, garantindo que tais correções não afetem as variações patrimoniais do exercício de 2023, inclusive em situações de erros em exercícios anteriores ou de ajustes nas provisões decorrentes de ganhos e perdas atuariais. Em atendimento a essa diretriz, identificou-se a necessidade de correções nas tábuas biométricas empregadas na Avaliação Atuarial de 2023. Para cumprir essa determinação, foram efetuados estudos conforme a Nota Técnica SEI nº 133/2023/MPS, Processo SEI nº 19955.104292/2023-01. Os resultados desses estudos influenciaram as premissas utilizadas na Avaliação Atuarial de 2023 e foram aplicados ao recálculo da avaliação anterior, especificamente a avaliação de 2023 com data focal em 31/12/2022.



## 2 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*, respectivamente. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas explicativas (NE).

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), as DCON consolidam as contas dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Federal.



As DCON apresentam as seguintes particularidades, frutos das características dos procedimentos adotados na União:

- I. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa ou de tesouraria (conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986 e art. 56 da Lei nº 4.320/1964), o qual exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no BF, os saldos financeiros oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”;
- II. Na DFC, são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, esses recursos transitam na conta única. Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, dos quais a União é mera agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa; portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Os dispêndios extraorçamentários também são aqueles que não constam na citada lei. São exemplos de fluxos extraorçamentários: entradas de depósitos em caução ou fianças; saídas de numerários decorrentes de depósitos; pagamentos de restos a pagar;
- III. Ainda em relação à conta única, a sua utilização, em função da arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados por entidades não integrantes dos OFSS (por exemplo, a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep), pode implicar saldos residuais nas transferências financeiras recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no BF, quanto na DFC. Caso não houvesse esse uso, isto é, apenas as entidades consolidadas fizessem uso da conta única, o total das transferências financeiras recebidas seria igual ao das concedidas, não havendo saldo residual; e
- IV. Apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no BO que descrevem os ajustes que impactariam a previsão da receita orçamentária.

Na elaboração das DCON, são utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações realizadas entre as entidades que compõem os OFSS, visto que essas formam o ente econômico denominado União. Essas operações são possíveis a partir da identificação de contas que possuem o subtítulo (5º nível da conta contábil) igual a 2 (“Intra”) das contas de natureza de informação patrimonial.



Todavia, esse processo de consolidação implica alguns resíduos, pois:

- I. Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função dos processos operacionais (Exemplo: a realização de uma variação patrimonial diminutiva em uma entidade pode preceder o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa em outra entidade, como o contrário também, como é o caso do reconhecimento de receitas de vendas de bens e serviços por determinada entidade quando da emissão do documento fiscal pertinente e o de despesa pela entidade contratante somente após a liquidação da despesa);
- II. Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função do atendimento às obrigações legais ou da dependência de eventos futuros (Exemplo: o reconhecimento de dividendos a receber somente ocorrerá após a aprovação da destinação do lucro pela assembleia geral de uma empresa estatal, porém a provisão do valor a ser pago é feita, anteriormente no momento da apuração do resultado do período); e
- III. Como não há correspondência biunívoca entre os itens e as contas a serem compensadas, nem sempre é possível a identificação da contrapartida do valor a ser compensado ou eliminado.

Ainda sobre o processo de consolidação, são aplicadas regras de compensação ou exclusão de saldos nas seguintes demonstrações: BP, BF, DVP e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação em relação às movimentações evidenciadas na respectiva demonstração.

Um especial destaque em relação às entidades consolidadas se refere às empresas estatais dependentes. No modelo brasileiro, uma empresa estatal é considerada dependente se recebe “[...] do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento da participação acionária” (Lei Complementar nº 101/2000, art. 2º, inciso III).

As dezessete empresas estatais dependentes que estavam incluídas nos OFSS da União e que foram consolidadas são apresentadas na tabela a seguir.



Tabela 20 – Participação da União nas Empresas Estatais Dependentes Consolidadas nas DCON

Dados em: %

Fonte: STN/MF

Empresas Estatais Dependentes	Participação (%)	
	31/12/2023	31/12/2022
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul)	100,00	100,00
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC)	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	100,00	100,00
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	100,00	100,00
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	97,33	97,33
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	100,00	100,00
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	100,00	100,00
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	100,00	100,00
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	100,00	100,00
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	100,00	100,00
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)	99,91	99,91
Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)	100,00	100,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)	100,00	100,00
Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)	100,00	100,00
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Infra S.A.)	100,00	100,00
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep)	100,00	100,00
Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)	92,46	89,69

Por fim, em relação às tabelas e aos gráficos apresentados nas notas explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.



### 3 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

#### (a) Moeda Funcional e Saldos em Moedas Estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

#### (b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### (c) Depósitos Restituíveis

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Decreto nº 93.872/1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de tesouraria. Segundo o art. 1º do referido Decreto, “a realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa”.



De modo expresse, o Decreto estabelece que todo e qualquer ingresso de caráter originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral, seja vinculado, é considerado receita. De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Nesse sentido, os depósitos restituíveis, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, estão contabilizados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” em contrapartida ao reconhecimento da obrigação de devolução ou recolhimento no passivo, conforme o MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

#### **(d) Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com:

- I. Adiantamentos concedidos;
- II. Créditos tributários;
- III. Dívida ativa tributária; e
- IV. Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **(e) Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### **(f) Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, as matérias-primas e o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores



do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**(g) Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda**

Compreendem os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a 12 meses.

**(h) VPD Pagas Antecipadamente**

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

**(i) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo com:

- I. Créditos a receber (Ex.: adiantamentos concedidos; créditos tributários; dívida ativa; e empréstimos e financiamentos concedidos);
- II. Investimentos e aplicações temporárias; e
- III. VPD pagas antecipadamente.

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**(j) Investimentos**

São compostos por:

- I. Participações permanentes;
- II. Propriedades para investimento; e
- III. Demais investimentos permanentes.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e



avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Assim, quando é mensurado e avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), o investimento é inicialmente registrado a preço de custo, e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o resultado do período da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado. Distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens:

- I. Valor justo; e
- II. Custo depreciado.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

#### **(k) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis utilizados na produção de bens ou serviços públicos. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **(l) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), bem como o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



### **(m) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023.

As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

#### *Reavaliação*

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente. Contudo, a partir da edição da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 2023, tal atualização se dará após implementação da funcionalidade nos sistemas corporativos da SPU.



### *Redução ao Valor Recuperável*

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção inicial, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

### *Depreciação, Amortização e Exaustão*

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### *Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet*

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente no âmbito da SPU sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.



A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### **(n) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Empréstimos e financiamentos;
- III. Fornecedores e contas a pagar;
- IV. Obrigações fiscais;
- V. Obrigações de repartições a outros entes;
- VI. Provisões; e
- VII. Demais obrigações.

Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **(o) Empréstimos e Financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras da União, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas, efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos).

#### **(p) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor puder ser estimado com suficiente segurança.

Os tipos de provisão mais relevantes são, em ordem alfabética:

- I. Atuação governamental;



- II. Benefícios com militares inativos;
- III. Matemáticas previdenciárias;
- IV. Pensões militares concedidas e a conceder;
- V. Perdas judiciais e administrativas; e
- VI. Repartição de créditos.

As provisões relacionadas às ações judiciais referem-se ao montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. Essas provisões, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

#### **(q) Benefícios a Empregados**

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário das normas contábeis, porém se refere principalmente aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas (VPD). Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadorias e pensões, são também reconhecidos pelo regime de competência. Assim, o registro de provisões para benefícios pós-emprego abrange servidores e empregados públicos civis, militares das Forças Armadas e as pensões decorrentes destes.

As provisões relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União e ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) adotam o plano de benefício definido. Nesse plano, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tal plano exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

#### **(r) Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mas, quando relevantes, são registrados em contas de controle. Os passivos contingentes são evidenciados em notas explicativas.



### **(s) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios/proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

As transferências de recursos de AFAC podem ser contabilizadas, na ótica do ente receptor dos recursos, como passivo (instrumento financeiro) ou patrimônio líquido (instrumento patrimonial), conforme Resolução CVM nº 120/2022, Pronunciamento Técnico CPC 39 e NBC TG 39 (R5). Importante mencionar que a NBC TSP 30, a partir de 1º de janeiro de 2024, data que entrará em vigor, será aplicável às empresas estatais dependentes, conforme estabelece o item 1.8A da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Na União, tal entendimento, combinado com o caput do art. 2º do Decreto nº 2.673/1998 (que determina que os recursos transferidos pela União para fins de aumento do capital incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização), bem como com o art. 170 da Lei nº 6.404/1976 (que trata do aumento de capital mediante subscrição de ações), determina que o AFAC de todas as empresas estatais (dependentes ou não) transferido até 31/12/2016 deve ser registrado como Passivo Não Circulante, uma vez que nem o valor e nem a quantidade de ações é conhecida no momento da sua transferência.

Para guardar relação com os registros do item precedente, a norma recomenda o registro do AFAC no Ativo Realizável a Longo Prazo, no ente concedente dos recursos, até sua efetiva capitalização.

Com a publicação do Decreto nº 8.945/2016, os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento de capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, cujo montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência, não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic.

Dessa forma, entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, parágrafo único, Decreto nº 2.673/1998).

### **(t) Apuração do Resultado**

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;



II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

### *Resultado Patrimonial*

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superávit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

### *Resultado Orçamentário*

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

A contabilização da receita orçamentária, decorrentes da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no Balanço Orçamentário (BO) pela realização da receita e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Por outro lado, há ocorrência também de registros de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento do lançamento do tributo, pois é por esse procedimento que se verifica a ocorrência do fato



gerador do crédito tributário correspondente quando se determina a matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo. Nesse caso, representa, de fato, o registro por competência.

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorre de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balanço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).

Regimes de Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964, art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	NBC TSP Estrutura Conceitual, de 2016.

#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de unidade de tesouraria ou de caixa, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.



## 4 - Diretrizes Gerais da Política de Remuneração das Empresas Estatais Federais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Os acionistas têm direito a receber, como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando esse é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673/1998.

Os órgãos de administração das companhias poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários (complementares) com base em reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/1976.

Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, a ser homologado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.

De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, denominado juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, mas limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos obrigatórios, integrando a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio.

A União está autorizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a receber de empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital a STN/MF participe, ainda que minoritariamente, valores mobiliários como pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a que tem direito, sendo que, em se tratando de empresa estatal federal, poderão ser aceitos títulos públicos federais pelo seu valor de face, desde que o valor econômico não seja inferior ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.167-53/2001 e a Portaria MF nº 101/2001.



O recolhimento de dividendos ou juros à STN/MF far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), na forma a ser estabelecida pelo órgão, em sessenta dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do § 3º do art. 205 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, no prazo máximo de dez dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673/1998).

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, à mesma taxa Selic divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, conforme disposto no Decreto nº 3.381/2000, que alterou a redação do Decreto nº 2.673/1998.

A receita proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio recolhidos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530/1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

O dividendo mínimo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatórios ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, conforme possibilita o art. 197 da Lei nº 6.404/1976.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração, ainda, o setor da atividade econômica em que a empresa atua.



## 5 - Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Em decorrência do processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais, significativas evoluções continuam ocorrendo nas práticas e procedimentos contábeis adotadas pela União.

### (a) Fundos Constitucionais

Dentre as mais relevantes ocorridas no exercício de 2023, destaca-se a relativa aos ativos e passivos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que deixaram de ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da União e passaram a serem evidenciados como Investimentos em Fundos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), sob gestão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

A Lei nº 7.827/1989 direcionou a competência de estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos três fundos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Assim, embora os Conselhos Deliberativos (Condel) tenham o papel de estabelecer, aprovar e avaliar as diretrizes, as prioridades e os programas dos Fundos Constitucionais, o MIDR, por sua vez, tem o papel fundamental de estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos do Fundos, conforme previsto no art. 14-A da Lei nº 7.827/1989 e replicado nos regimentos internos dos referidos Conselhos.

Apesar de os Fundos serem administrados por órgãos e entidades federais, conforme prevê o art. 13 da Lei nº 7.827/1989, ressalte-se que os Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste contam com representantes dos Estados e Municípios abrangidos em suas áreas de competência, os quais podem influenciar as diretrizes de ação em relação à utilização dos recursos alocados nos Fundos, cuja administração é distinta e autônoma.

Acerca da operacionalização dos programas de financiamentos custeados com recursos desses Fundos, o art. 16 da Lei nº 7.827/1989 estabeleceu que o Banco da Amazônia S.A (Basa), o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) e o Banco do Brasil S.A são os administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, respectivamente. Desta forma, para que os recursos cumpram sua finalidade, compete ao Ministério setorial repassar esses recursos a essas instituições, conforme preconiza a parte final do caput do art. 7º da mesma Lei.



Em relação ao controle e à prestação de contas dos Fundos, o art. 18 da Lei nº 7.827/1989 determinou que cada Fundo terá contabilidade própria, escriturada no sistema contábil da respectiva instituição financeira federal de caráter regional e com apuração de resultados à parte.

Dessa forma, diante da participação do Governo Federal em atos de gestão e avaliação em conjunto com Estados e Municípios nos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, fica evidente que a União exerce influência significativa sobre a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, sem deter o controle sobre eles, haja vista que a administração deles é dotada de autonomia, consoante o disposto no art. 13 da Lei nº 7.827/1989.

Até meados de maio de 2023, os Fundos Constitucionais integraram a estrutura do MIDR no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sendo seus fatos e atos contábeis evidenciados e consolidados no Balanço Geral da União.

Os Fundos recebem recursos da União a cada decêndio, decorrentes de parte da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os quais são executados orçamentariamente como despesas da União, conforme dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Tais recursos, até maio de 2023, ingressavam no ativo dos Fundos, refletido na conta contábil “Bancos Conta Movimento” do Siafi, representando, até então, valores em caixa e equivalentes de caixa. Por serem originários de transferência da União, estes recursos eram marcados com fontes orçamentárias. Posteriormente, eles eram emprestados para terceiros, sendo baixados de caixa e equivalentes de caixa e registrados como ativos em “Financiamentos a Receber” – Curto Prazo ou Longo Prazo, respectivamente.

Ao receberem as amortizações e os resultados desses empréstimos, os recursos ingressavam na mesma conta contábil “Bancos Conta Movimento” dos Fundos, porém, neste momento, eram marcados com fonte extraorçamentária.

Contudo, na contabilidade pública, as rotinas que utilizam fonte extraorçamentária pressupõem a ocorrência de entradas compensatórias, isto é, existência de um ativo financeiro e de um passivo financeiro correspondente, sendo que o ativo deve ser utilizado exclusivamente para quitação do respectivo passivo, ensejando em resultado patrimonial nulo, a exemplo das cauções em dinheiro recebidas pela Administração Pública em razão de garantias por terceiros quando da celebração de contratos administrativos.



Porém, na política contábil referente aos Fundos adotada até meados de maio de 2023, não havia um passivo correspondente ao ativo financeiro que ingressava, motivo pelo qual o registro desses recursos na fonte extraorçamentária causou acúmulo de valores vultosos ao longo dos anos, gerando superávit financeiro na fonte extraorçamentária (diferença entre ativos e passivos financeiros), o que é uma inconsistência do ponto de vista das finanças públicas, haja vista a impossibilidade de utilização desse superávit na abertura de créditos adicionais ao orçamento, principal finalidade da apuração da diferença entre ativos e passivos financeiros.

Além disso, no tocante ao reconhecimento de ativos, a NBC TSP Estrutura Conceitual, nos itens 5.6 a 5.13, conceitua ativo como “um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado”, entendendo-se por recurso “um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos”. A mesma norma explica que “o controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso”.

Todavia, conforme visto anteriormente, a União não controla os Fundos Constitucionais, mas tão somente exerce influência significativa sobre eles, já que a administração dos recursos em questão é compartilhada com os Estados e Municípios por meio dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, fazendo com que o reconhecimento desses ativos na consolidação da União não se mostrasse adequado.

Adicionalmente, conforme disposto no art. 6º, inciso II, da Lei nº 7.827/1989, os retornos e resultados de suas aplicações constituem fontes de recursos dos Fundos, isto é, a eles pertencem, o que reforça que os valores recebidos de amortizações e dos resultados dos empréstimos por eles administrados pertencem aos Fundos, e não à União.

Diante de todo esse contexto, fez-se necessária a alteração do tratamento contábil na União em relação aos Fundos, a fim de que as inconsistências apontadas fossem sanadas e passasse a ser evidenciados, nas demonstrações da União, somente ativos que cumpram as características exigidas pela norma contábil.

Assim, embora a União não tenha participação acionária formal nos Fundos Constitucionais, e diante da necessidade de evidenciar da melhor forma a probabilidade de benefícios econômicos futuros que o patrimônio dessas entidades podem gerar para a União, diante da influência significativa dela em atos de gestão e avaliação sobre a aplicação dos recursos dos Fundos, entende-se que o reconhecimento deles como investimentos avaliados pelo MEP no ativo permanente da União é a melhor forma de evidenciar, na essência, a relação entre União e os Fundos, atendendo às características qualitativas da representação fidedigna dos fatos.



Tal entendimento é fundamentado na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, segundo a qual, na ausência de NBC TSP que se aplique especificamente a uma transação, outro evento ou condição, a administração deve exercer seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil que resulte em informação.

- I. relevante para a tomada de decisão dos usuários; e
- II. confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
  - a) representem fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
  - b) reflitam a essência econômica das transações, outros eventos e condições e, não apenas a forma legal;
  - c) sejam neutras, isto é, que estejam livres de viés;
  - d) sejam prudentes; e
  - e) sejam completas em todos os aspectos materiais.

Adicionalmente, a NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, em seus itens 12 e 22, aborda a questão da influência significativa e a adoção do citado método, conforme se observa das transcrições a seguir:

12. A existência de influência significativa pela entidade, geralmente, é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:
  - a) representação no conselho de administração ou órgão administrativo equivalente
  - b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos ou distribuições similares;
  - c) transações materiais entre a entidade e sua investida;
  - d) intercâmbio de diretores ou gerentes; ou
  - e) fornecimento de informação técnica essencial.

(...)

22. A entidade com controle em conjunto ou influência significativa sobre a investida deve contabilizar seu investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto com a utilização do método da equivalência patrimonial, a menos que tais investimentos se qualifiquem como exceções, conforme os itens 23 a 25.



Reforçando tal entendimento, ao observar as demonstrações financeiras auditadas por auditoria independente dos Fundos Constitucionais, publicadas pelas instituições financeiras administradoras, é possível verificar que as transferências de recursos da União aos Fundos são classificadas diretamente em seus patrimônios líquidos, fazendo o papel do que seria um “capital social” do Fundo, muito embora não receba tal denominação. Observa-se, também, que tais recursos não transitam pela Demonstração do Resultado.

Neste sentido, entendeu-se que cada transferência de recurso da União efetuada aos Fundos deve impactar diretamente o subgrupo “Investimentos”, do Ativo Não Circulante da União, semelhante a um aporte de capital, ao passo que as equivalências patrimoniais posteriores devem ser captadas na medida em que houver alterações dos patrimônios líquidos dos Fundos, de acordo com o desempenho de tais entidades, ou seja, de acordo com a incorporação de seus resultados nos períodos subsequentes.

Dado esse contexto, em maio de 2023, foi implementada a nova prática contábil e os ativos e passivos dos Fundos deixaram de ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da União, passando a serem evidenciados como “Investimentos em Fundos avaliados por MEP”, sob gestão do MIDR.

Assim, os principais impactos no balanço patrimonial da União foram: redução de R\$ 192,7 bilhões líquidos do grupo de contas de “Empréstimos e Financiamentos Concedidos”; reconhecimento de R\$ 210,6 bilhões de investimentos em fundos avaliados por MEP; e redução líquida de R\$ 17,9 bilhões de outros ativos e passivos, sendo, quase a totalidade em “Caixa e Equivalentes de Caixa”. Mais detalhes sobre os impactos podem ser consultados na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis da União de 2022”.

#### **(b) Reserva de Reavaliação**

Outra mudança significativa no exercício 2023 foi a constituição da reserva de avaliação, no patrimônio líquido, para os bens imóveis da União, que até então, quando reavaliados, eram escriturados em contrapartida a variações patrimoniais aumentativas, na DVP.

A rotina contábil parametrizada no Siafi não estava aderente às diretrizes estabelecidas pela NBC TSP 07, pelo fato de os sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), responsável pela gestão do patrimônio imobiliário da União, não estarem tecnicamente adequados para armazenar as informações necessárias à realização da reserva de reavaliação, segregando as informações produzidas antes e depois de sua constituição, com vistas a auxiliar o registro da realização da dita reserva.



Contudo, a União passou a apropriar as reavaliações dos imóveis na conta contábil “Reserva de Reavaliação”, pertencente ao subgrupo “Demais Reservas”, no patrimônio líquido, atendendo, ainda que parcialmente, a NBC TSP 07. Para isso, em 2023, R\$ 23,3 bilhões (referente ao período de 9 meses) foram transferidos da conta “Reavaliação de Imóveis”, das Variações Patrimoniais Aumentativas, para a conta “Reserva de Reavaliação”, do patrimônio líquido. A partir dessa transferência, a rotina contábil do Siafi foi alterada para que novos registros de reavaliações passassem a ser escriturados diretamente na conta de reserva.

Dessa forma, em 2023, foi reconhecido em conta de reserva o montante de R\$ 578,8 bilhões, considerando as desvalorizações ocorridas. A maior parte deste valor refere-se às reavaliações ocorridas nos imóveis sob gestão do Incra, ocorridas no 4º trimestre, no montante de R\$ 555,8 bilhões

Ainda, para finalização do processo da mudança, foram transferidos R\$ 206,3 bilhões da conta “Resultados Acumulados” para a conta “Reserva de Reavaliação”. Esse montante é referente às reavaliações ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021, que foram registradas como variações patrimoniais, e, portanto, na apuração do resultado, impactaram os resultados acumulados no patrimônio líquido em seus respectivos exercícios.

Com isso, o saldo da reserva de reavaliação de bens imóveis, em 2023, finalizou em R\$ 785,1 bilhões, enquanto o saldo de reserva de reavaliação de outros itens do imobilizado e do ativo intangível alcançaram o valor aproximado de R\$ 0,2 milhões, totalizando R\$ 785,3 bilhões.

### **(c) Encargos sobre a Dívida Pública Federal**

Em novembro de 2023, a STN passou a utilizar as premissas estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público para mensurar os encargos financeiros incidentes sobre a Dívida Pública Federal, em especial aquelas relativas à mensuração de instrumentos financeiros. Assim, a nova metodologia deixa de utilizar definições estabelecidas na legislação nacional para a referida evidenciação, de modo a contemplar o regramento estabelecido na normatização contábil.

Em síntese, a nova metodologia de mensuração visa evidenciar o montante dos encargos financeiros devidos efetivamente aos credores de títulos públicos, ou seja, a soma das despesas financeiras, dos custos de transação, prêmios, descontos, ágios, deságios e assemelhados, que representa a diferença entre os valores recebidos pela União e os valores pagos (ou a pagar) aos detentores de títulos públicos.



Além disso, a contabilização das despesas orçamentárias com serviços e com amortização da DPF passou a utilizar a aplicação da metodologia com base na taxa interna de retorno, caracterizando alteração tanto em seu aspecto orçamentário, quanto patrimonial. .

A alteração proporciona um aprimoramento dos registros contábeis da DPF porque permite a aplicação da taxa efetiva de juros nos pagamentos da DPMFi, espelha fidedignamente a atualização monetária sofrida pelo título até o momento de seu pagamento, seja final ou parcial, impede o pagamento de encargos ou juros como despesa de capital e, por fim, elimina o fenômeno dos encargos negativos não pertinentes. Como resultado, há melhora das demonstrações financeiras das contas do Tesouro Nacional, alinhando-as às normas internacionais de contabilidade para o setor público.

O ajuste decorrente da aplicação da nova metodologia não implicou alteração do montante total do estoque, agindo apenas na composição de seus componentes: principal e juros, ou seja, sem impacto em contas de variações patrimoniais e, conseqüentemente, sem impacto na demonstração das variações patrimoniais.

A adoção de tal prática resultou na segregação, no passivo, do montante aproximado de R\$ 7,672 trilhões de principal e R\$ 1,152 trilhão em encargos e devidos a terceiros em 31/12/2023. Em 2022, o principal foi de R\$7,954 trilhões e os encargos somaram R\$ 138,5 bilhões. Caso a nova metodologia tivesse sido aplicada em 2022, o montante de principal seria R\$7,466 trilhões e dos encargos seria R\$ 626,6 bilhões. Mais informações sobre a DPF, vide nota explicativa Empréstimos e Financiamentos.



## 6 - Reestruturação Organizacional

A Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e o Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023, reestruturaram a Administração Pública Federal, criando, extinguindo ou alterando a nomenclatura de diversos Ministérios, além de alterar a vinculação de vários órgãos e entidades.

Em decorrência dessa reestruturação, algumas tabelas deste relatório podem apresentar variações substanciais na comparação entre os dados relativos ao exercício de 2023 com aqueles referentes ao exercício de 2022, tendo em vista que os saldos em 2022 consideram as vinculações à época, dadas pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pelo Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019.

Em 2023, por exemplo, o Ministério da Economia foi desmembrado e seus saldos de ativos e passivos foram transferidos ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao Ministério do Planejamento e Orçamento e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que posteriormente foi parcialmente desmembrado no Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por força da Medida Provisória nº 1.187, de 13 de setembro de 2023, convertida na Lei nº 14.816, de 16 de janeiro de 2024. Portanto, a comparabilidade dos saldos, quando sumarizados por órgãos, restou prejudicada nesse relatório.

A tabela a seguir apresenta a transformação, a criação e a extinção dos principais órgãos do Poder Executivo federal, de acordo com os art. 51, 52 e 53 da Lei nº 14.600/2023 e com o art. 1º da Lei nº 14.816/2024.

*Tabela 21 – Órgãos do Poder Executivo Federal desmembrados, transformados e criados*  
*Fonte: Leis nº 14.600/2023 e nº 14.816/2024*

Tipo de Alteração	31/12/2022	31/12/2023
Desmembramento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura e Pecuária Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar Ministério da Pesca e Aquicultura
Desmembramento	Ministério da Cidadania	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome Ministério do Esporte
Desmembramento	Ministério do Desenvolvimento Regional	Ministério das Cidades Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Desmembramento	Ministério da Economia	Ministério da Fazenda Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos Ministério do Planejamento e Orçamento Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



Tipo de Alteração	31/12/2022	31/12/2023
		Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Desmembramento	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Ministério das Mulheres Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Desmembramento	Ministério da Infraestrutura	Ministério de Portos e Aeroportos Ministério dos Transportes
Desmembramento	Ministério do Trabalho e Previdência	Ministério da Previdência Social Ministério do Trabalho e Emprego
Desmembramento	Ministério do Turismo	Ministério da Cultura Ministério do Turismo
Transformação	Secretaria de Governo da Presidência da República	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Transformação	Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Criação		Secretaria de Comunicação Social, no âmbito da Presidência da República
Criação		Ministério da Igualdade Racial
Criação		Ministério dos Povos Indígenas

As transferências dos saldos de ativos e de passivos foram efetuadas pelo valor nominal.

A tabela abaixo apresenta as mudanças ocorridas nas vinculações de entidades da administração indireta aos Ministérios.

Tabela 22 – Entidades que Migraram de Ministérios  
Fonte: Decretos nº 11.401/2023 e nº 9.660/2019

Entidade	31/12/2022	31/12/2023
Agência Nacional do Cinema (Ancine) Fundação Biblioteca Nacional (FBN) Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) Fundação Cultural Palmares (FCP) Fundação Nacional de Artes (Funarte) Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	Ministério do Turismo	Ministério da Cultura
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) Banco da Amazônia S.A. (Basa) Banco do Brasil S.A. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) Caixa Econômica Federal (CEF) Casa da Moeda do Brasil (CMB) Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Empresa Gestora de Ativos (Emgea) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	Ministério da Economia	Ministério da Fazenda



Entidade	31/12/2022	31/12/2023
Superintendência de Seguros Privados (Susep)		
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	Ministério da Economia	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	Presidência da República	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	Ministério do Trabalho e Previdência	Ministério da Previdência Social
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)	Ministério do Desenvolvimento Regional	Ministério das Cidades
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Autoridade Portuária de Santos S.A. Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) Companhia Docas do Ceará (CDC) Companhia Docas do Pará (CDP) Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	Ministério da Infraestrutura	Ministério de Portos e Aeroportos
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasaminas) Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)	Ministério da Economia	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)	Ministério da Economia	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Ministério do Desenvolvimento Regional	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Ministério da Economia	



Entidade	31/12/2022	31/12/2023
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)		Ministério do Planejamento e Orçamento
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)	Ministério do Trabalho e Previdência	Ministério do Trabalho e Emprego
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério dos Povos Indígenas
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	Ministério da Infraestrutura	Ministério dos Transportes
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	Ministério das Comunicações	Presidência da República



## 7 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** – responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;
- III. **Setorial Contábil de Órgão Superior** – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e
- IV. **Secretaria do Tesouro Nacional** – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis: os gestores, por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações; e os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para correção de eventuais inconsistências contábeis.

Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN/MF a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis encerradas no exercício e constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão, em aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o MCASP e o Manual Siafi.

Os órgãos superiores devem envidar esforços para a correção das distorções contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal. Havendo a permanência de distorções contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente evidenciadas por meio da Declaração



do Contador, com a finalidade de esclarecer os impactos das distorções para o entendimento das demonstrações contábeis e as soluções tomadas de forma subsequente ao encerramento.

Dos 51 órgãos superiores ativos em 31/12/2023, 32 apresentaram a Declaração Anual do Contador. Desses órgãos, 15 foram declarações sem ressalvas, conforme relação a seguir:

- I. Câmara dos Deputados;
- II. Senado Federal;
- III. Tribunal de Contas da União;
- IV. Supremo Tribunal Federal;
- V. Superior Tribunal de Justiça;
- VI. Justiça Federal;
- VII. Justiça Eleitoral;
- VIII. Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- IX. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- X. Ministério Público da União;
- XI. Ministério da Defesa;
- XII. Comando da Aeronáutica;
- XIII. Comando da Marinha;
- XIV. Conselho Nacional do Ministério Público; e
- XV. Ministério de Portos e Aeroportos.

As principais ressalvas dos demais órgãos superiores são apresentadas na tabela a seguir.

*Tabela 23 – Principais Restrições Destacadas nas Declarações do Contador dos Órgãos Superiores*

*Dados em: unidades*

*Fonte: CCONT/STN/MF*

<b>Restrição</b>	<b>Órgãos</b>
642 – Falta/Evolução incompatível de depreciação de ativo imobilizado	10
773 – TED a comprovar com data expirada	9
674 – Saldo alongado/indevido em contas transitórias no passivo circulante	9

As maiores quantidades de ressalvas foram referentes à restrição 642 (“Falta/Evolução incompatível de depreciação de ativo imobilizado”), apontada em dez órgãos. Em algumas declarações, não houve registro das justificativas para a permanência das restrições no encerramento do exercício.



Das justificativas apresentadas para que a restrição permanecesse no encerramento do exercício, as principais foram as seguintes:

- I. Inexistência de sistema informatizado extracontábil para controle patrimonial;
- II. Alterações significativas na estrutura dos Ministérios;
- III. Unidades Gestores em processo de adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

Além disso, as restrições “773 - TED a comprovar com data expirada” e “674 - Saldo alongado/indevido em contas transitórias no passivo circulante” foram mencionadas como ressalva por nove órgãos. As justificativas apresentadas pela permanência das restrições se resumem principalmente pela falta de servidores; processos em análise de prestação de contas não finalizados em tempo hábil; e ainda problemas operacionais nos sistemas.



## 8 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando segmentado em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”.

Em 31/12/2023, o valor mais representativo desse subgrupo foi observado em “Moeda Nacional”, representando 98,12% do total, conforme tabela a seguir.

Tabela 24 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	1.726.194	1.898.659	(9,08)	98,12
Moeda Estrangeira	33.026	25.505	29,49	1,88
<b>Total</b>	<b>1.759.221</b>	<b>1.924.165</b>	<b>(8,57)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

### (a) Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

Ao detalhar “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, a tabela a seguir mostra o saldo de R\$ 1,653 trilhão na rubrica “Bancos” em 31/12/2023, representando 95,77%.

Tabela 25 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Caixa	0	0	2,12	0,00
Bancos	1.653.142	1.830.031	(9,67)	95,77
Aplicações Financeiras	73.052	68.629	6,45	4,23
<b>Total</b>	<b>1.726.194</b>	<b>1.898.659</b>	<b>(9,08)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

#### (a.1) Bancos em Moeda Nacional

O item “Bancos”, em 31/12/2023, correspondeu, em quase sua totalidade (99,65%), à Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN). Em relação ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa”, a CUTN acolheu 93,64% do total.

Importante instrumento de controle das finanças públicas, a CUTN fica custodiada no Banco Central do Brasil (BCB), o que permite a racionalização da administração dos recursos financeiros, além de favorecer os processos de transferência, de descentralização financeira e de pagamentos. Enquanto assim centralizada, a CUTN é remunerada pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos



títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do BCB, conforme dispõe a Medida Provisória nº 2.179-36/2001.

Para maior controle, a CUTN é subdividida em três subcontas:

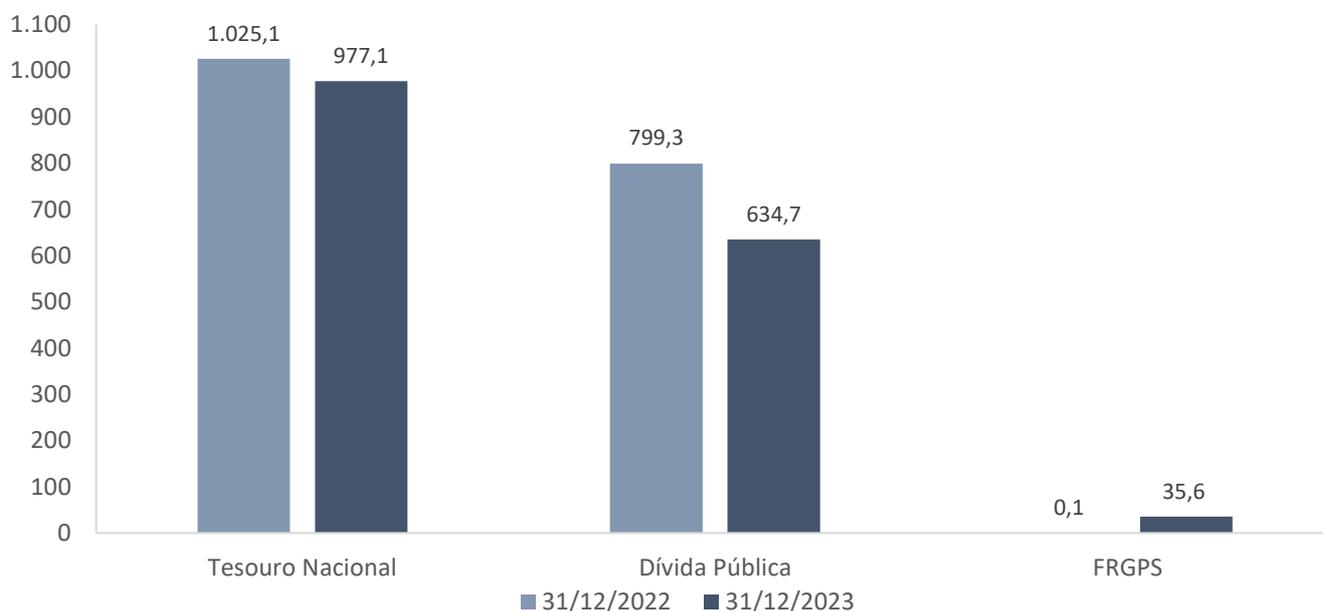
- I. **Tesouro Nacional:** subconta destinada aos recebimentos e pagamentos da Administração Pública Federal em geral;
- II. **Dívida Pública:** subconta destinada aos pagamentos da Dívida Pública Federal (DPF) e ao recolhimento de receitas com os leilões de títulos públicos; e
- III. **FRGPS:** subconta destinada à movimentação financeira do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), criado com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O gráfico a seguir apresenta o saldo das subcontas da CUTN em 31/12/2022 e 31/12/2023.

Gráfico 1 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Subconta

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



Nota: \*As contas 1.1.1.1.1.04.02 (Valores a Transferir para a CUTN) e 1.1.1.1.1.04.03 (Remuneração das Disponibilidades da Dívida Pública), ambas integrantes do grupo da subconta “Dívida Pública”, estão apresentadas compondo a subconta “Tesouro Nacional”, uma vez que os valores daquelas contas são transitórios, sendo transferidos para esta subconta.



(a.1.1) Subconta “Tesouro Nacional”

A subconta “Tesouro Nacional” centraliza os recursos financeiros arrecadados a serem utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, exceto no que tange aos processos relacionados à gestão da dívida pública federal e ao RGPS. Essa subconta apresentou, em 31/12/2023, saldo de R\$ 977,1 bilhões.

No entanto, o saldo da subconta “Tesouro Nacional” é composto, em sua maior parte, por receitas classificadas em fontes de recursos cuja destinação é restrita, conforme legislação específica, acumuladas por órgãos e fundos, e que não dispõem de flexibilidade para sua utilização (recursos vinculados ou “carimbados”), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 26 – Subconta “Tesouro Nacional” – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>161.525</b>	<b>245.007</b>	<b>(34,07)</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>815.537</b>	<b>780.057</b>	<b>4,55</b>
Educação	26.162	19.947	31,16
Seguridade Social (Exceto Previdência)	40.994	51.502	(20,40)
Previdência Social (RPPS)	1.476	1.215	21,49
Previdência Social (RGPS)	6.537	16.543	(60,49)
Recursos de Receitas Financeiras*	-	10.932	(100,00)
Dívida Pública	348.974	383.571	(9,02)
Alienação de Bens e Direitos*	-	1.917	(100,00)
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	36.905	32.101	14,97
Fundos, Órgãos e Programas	334.281	245.327	36,26
Outros Recursos Vinculados*	-	19.769	(100,00)
Recursos Extraorçamentários	23.295	-	-
Recursos Não Classificados	(3.088)	(2.765)	(11,66)
<b>Total</b>	<b>977.062</b>	<b>1.025.064</b>	<b>(4,68)</b>

Nota \*Estes grupos de fontes foram extintos em 2023 com a implementação da Portaria Conjunta STN/SOF nº20/2021, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.

A respeito do grupo “Recursos Não Classificados”, trata-se de recursos de caixa que ingressam na CUTN por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) ou Guia de Recolhimento da União (GRU) e que ainda precisam passar por um processo de classificação de receita orçamentária por fontes de recursos. A periodicidade desse processo é decencial (DARF) e diário (GRU).

Quando ingressam na CUTN, os recursos arrecadados são registrados temporariamente em código de fonte “a classificar” para, posteriormente, serem devidamente classificados nas fontes de recursos



específicas. Ocorre que, ao final do mês, o processo de classificação da receita arrecadada pode acontecer antes da entrada do dinheiro em caixa, fazendo com que os recursos (“a classificar”) fiquem negativos (classificação maior do que saldo financeiro).

#### *(a.1.2) Subconta “Dívida Pública”*

A subconta “Dívida Pública” tem a finalidade de prover reserva de liquidez para a gestão da dívida pública, conforme estratégia definida pelo “Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal”, publicado em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-anual-de-financiamento-paf>.

Entre 31/12/2022 e 31/12/2023, o saldo da subconta reduziu em R\$ 164,6 bilhões. Essa variação decorreu de desembolsos, em especial com resgates de títulos públicos, em montante superior aos ingressos com recursos da dívida pública. No encerramento do exercício de 2023, a diferença entre os ingressos da emissão de títulos públicos e os desembolsos com recursos da dívida pública foi negativa em R\$ 157,3 bilhões.

#### *(a.1.3) Subconta “FRGPS”*

Quanto à subconta “FRGPS”, sua criação decorre de exigência da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), conforme preceitua o art. 167, inciso XI, o qual veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Essa subconta recebe transferências de recursos do INSS arrecadados por DARF e por Guia da Previdência Social (GPS) e, em 31/12/2023, teve saldo de R\$ 35,6 bilhões, decorrente principalmente de depósitos vultosos efetuados pelo Tesouro Nacional no mês de janeiro de 2023 em favor do FRGPS, tendo vista arrecadação de receitas para o pagamento de benefícios concedidos pelo RGPS.

As despesas do FRGPS são pagas inicialmente com recursos da subconta do Tesouro Nacional, cujo saldo é recomposto posteriormente quando da reclassificação desses pagamentos para as fontes específicas do FRGPS. O eventual saldo negativo na subconta do Fundo indica que suas despesas foram superiores às suas receitas no exercício, necessitando, portanto, de “cobertura” pelas fontes ordinárias do Tesouro Nacional ou mesmo da Dívida Pública (operações de crédito).

#### *(a.1.4) Conciliação da Conta Única do Tesouro Nacional (Sisbacen x Siafi)*

A tabela abaixo apresenta o saldo da CUTN registrado no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), em 31/12/2023. A seguir são conciliadas as subcontas considerando os valores efetivamente contabilizados.



*Tabela 27 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Sistema*  
Dados em: R\$  
Fontes: Siafi e Sisbacen

	<b>31/12/2023</b>		
	<b>CUTN – Sisbacen (I)</b>	<b>CUTN – Siafi (II)</b>	<b>Diferença (I-II)</b>
Subconta "Tesouro Nacional"*	980.713.407.866,87	973.220.815.478,23	7.492.592.388,64
Subconta "Dívida Pública"	638.516.134.507,84	638.516.134.507,84	0,00
Subconta "FRGPS"	35.561.774.240,92	35.561.774.240,92	0,00
<b>Total</b>	<b>1.654.791.316.615,63</b>	<b>1.647.298.724.226,99</b>	<b>7.492.592.388,64</b>

Pela leitura da tabela acima, nota-se que a diferença de saldo entre os sistemas ocorreu na subconta “Tesouro Nacional”, devido a disponibilidades de caixa de entidades não pertencentes aos OFSS. Assim, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (obtidas a partir de registros no Siafi), são excluídos os saldos de entidades não pertencentes aos OFSS, gerando também uma diferença a maior da subconta “Tesouro Nacional” no Sisbacen.

Na tabela a seguir, é apresentada a conciliação da subconta “Tesouro Nacional” utilizando-se os valores obtidos no Sisbacen e no Siafi.

*Tabela 28 – Subconta “Tesouro Nacional” – Conciliação Sisbacen x Siafi*  
Dados em: R\$  
Fontes: Siafi e Sisbacen

	<b>31/12/2023</b>
Subconta “Tesouro Nacional” – Sisbacen (I)	980.713.407.866,87
Saldo não pertencente aos OFSS (II)	7.492.592.388,64
<b>Subconta “Tesouro Nacional” – Siafi (III = I - II)</b>	<b>973.220.815.478,23</b>

A rubrica “Saldo não pertencente aos OFSS” acima se refere ao saldo de entidades que não pertencem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que são autorizados a utilizar a CUTN.

Na tabela a seguir, são apresentadas tais entidades e os respectivos saldos aplicados na CUTN, destacando-se a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), cujo saldo representou 99,23% do total em 31/12/2022.

*Tabela 29 – Conta Única do Tesouro Nacional – Por Entidades Não Pertencentes ao OFSS*  
Dados em: R\$  
Fonte: Siafi

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>AH (%)</b>	<b>AV (%)</b>
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	7.434.665.364	6.210.656.982	19,71	99,23
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – Patrimônio Indígena	55.874.831	41.507.848	34,61	0,75
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS)	2.052.194	1.850.020	10,93	0,03
<b>Total</b>	<b>7.492.592.389</b>	<b>6.254.014.851</b>	<b>19,80</b>	<b>100,00</b>



## (a.2) Aplicações Financeiras em Moeda Nacional

Nas aplicações financeiras em moeda nacional, destacam-se aquelas realizadas em Fundo de Aplicação Extramercado, com saldo de R\$ 55,6 bilhões, representando 76,05% do total em 31/12/2023.

Tabela 30 – Aplicações Financeiras em Moeda Nacional

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Fundo de Aplicação Extramercado	55.554	54.660	1,64	76,05
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.551	5.522	0,52	7,60
Depósitos Especiais do FAT	5.072	6.023	(15,79)	6,94
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.600	750	380,00	4,93
Liquidez Imediata – Recursos CUTN	1.821	470	287,67	2,49
Poupança	1.453	1.203	20,81	1,99
Certificado Financeiro do Tesouro (CFT)	0	0	-	0,00
<b>Total</b>	<b>73.052</b>	<b>68.629</b>	<b>6,45</b>	<b>100,00</b>

Entre as aplicações em Fundo de Aplicação Extramercado, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com saldo de R\$ 50,8 bilhões em 31/12/2023, ou seja, 91,42% do total, conforme tabela a seguir.

Tabela 31 – Fundo de Aplicação Extramercado

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	50.788	48.577	4,55	91,42
Fundo do Exército	1.333	1.343	(0,74)	2,40
Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)	1.255	1.181	6,28	2,26
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	939	2.378	(60,53)	1,69
Fundo Aeronáutico	624	545	14,53	1,12
Outras	615	636	(3,32)	1,11
<b>Total</b>	<b>55.554</b>	<b>54.660</b>	<b>1,64</b>	<b>100,00</b>

### Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

De acordo com o art. 10 da Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, cujos recursos são destinados ao custeio do Programa de Seguro Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.



As principais fontes de recursos do FAT são compostas pelas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado por meio da Lei Complementar nº 7/1970, e pelas contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído pela Lei Complementar nº 8/1970.

Conforme previsto no art. 9º da Lei nº 8.019/1990, as disponibilidades financeiras do FAT podem ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional e em depósitos especiais, remunerados pelos indicadores de mercado e disponíveis para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais. Sua mensuração é realizada pelo valor justo, que, no caso, é o valor de mercado (posição patrimonial “marcada a mercado”).

Para garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, o FAT mantém uma parcela das suas disponibilidades financeiras em fundo de aplicação extramercado, constituindo, assim, sua reserva mínima de liquidez, conforme disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 8.019/1990.

Em 31/12/2023, segundo a Coordenação-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, a reserva mínima de liquidez do FAT, determinada em lei, foi calculada no montante de R\$ 18,6 bilhões.

A variação de R\$ 2,2 bilhões nas aplicações financeiras do extramercado no exercício é resultante das aplicações, resgates e remuneração auferida (rendimentos), conforme tabela a seguir.

*Tabela 32 – Movimento da Aplicação Extramercado em 2023 – FAT*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: FAT/MTE

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo Inicial</b>	<b>48.577</b>	<b>42.376</b>
(+) Aplicação financeira	46.984	65.165
(-) Resgate	(51.429)	(63.932)
(+) Remuneração	6.657	4.968
<b>Saldo Final</b>	<b>50.788</b>	<b>48.577</b>

Quase a totalidade dos valores aplicados no Fundo Extramercado está no Banco do Brasil (97%).

Já os Depósitos Especiais do FAT consistem em recursos disponibilizados às instituições financeiras oficiais para aplicação em programas de geração de emprego e renda, por meio da concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas. Esses recursos têm origem nas disponibilidades financeiras do Fundo que excedem a Reserva Mínima de Liquidez (RML), para serem aplicados em programas ou linhas de crédito específicas que são aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), e, enquanto disponíveis nas instituições financeiras, são remunerados pelo Sistema Especial



de Liquidação e Custódia (Selic), pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou pela Taxa de Longo Prazo (TLP).

Tabela 33 – Movimento dos Depósitos Especiais em 2023 – FAT

Dados em: R\$ milhões

Fonte: FAT/MTE

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo Inicial</b>	<b>6.023</b>	<b>7.406</b>
(+) Aplicação financeira	-	-
(-) Resgate	(1.401)	(1.965)
(+) Remuneração	449	582
<b>Saldo Final</b>	<b>5.072</b>	<b>6.023</b>

Os depósitos especiais são aplicações financeiras de liquidez imediata e amortizações com prazos menores de exigibilidade, não se confundindo com os empréstimos constitucionais do FAT ao BNDES.

Tabela 34 – Depósitos Especiais – Por Instituições Financeiras

Dados em: R\$ milhões

Fonte: FAT/MTE

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	4.742	5.564
Banco do Brasil S.A. (BB)	331	460
<b>Total</b>	<b>5.072</b>	<b>6.023</b>

Tabela 35 – Depósitos Especiais – Por Indexadores

Dados em: R\$ milhões

Fonte: FAT/MTE

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos Aplicados - FAT TLP	3.776	4.223
Recursos Aplicados - FAT TJLP	1.044	1.381
Recursos Disponíveis - FAT Selic	253	419
<b>Total</b>	<b>5.072</b>	<b>6.023</b>

## (b) Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira

Quanto ao detalhamento do título “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira”, o maior saldo está na rubrica “Aplicações Financeiras”, totalizando R\$ 30,1 bilhões (91,27% do total), como demonstrado na tabela seguinte.



*Tabela 36 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Caixa	7	8	(20,59)	0,02
Bancos	2.877	2.568	12,04	8,71
Aplicações Financeiras	30.143	22.929	31,46	91,27
<b>Total</b>	<b>33.026</b>	<b>25.505</b>	<b>29,49</b>	<b>100,00</b>

Sob supervisão da Coordenação-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública (CODIV/STN/MF), as operações cambiais representaram 98,05% do total de aplicações financeiras em moeda estrangeira em 31/12/2023, como pode ser observado na tabela abaixo. O saldo dessa conta é constituído por contratos de câmbio para liquidação futura que o Tesouro Nacional obtém junto ao agente financeiro autorizado a operar no mercado de câmbio, no caso o Banco do Brasil S.A.

*Tabela 37 – Aplicações Financeiras em Moeda Estrangeira*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Fechamento de Câmbio	29.555	22.644	30,52	98,05
Liquidez Imediata	587	285	105,95	1,95
<b>Total</b>	<b>30.143</b>	<b>22.929</b>	<b>31,46</b>	<b>100,00</b>

Dentre outros movimentos, destaca-se, no exercício corrente, a adição de R\$ 29,9 bilhões decorrente de celebração de novos contratos de câmbio para liquidação futura de obrigações da Dívida Externa. Já no exercício de 2022, houve compra de moeda estrangeira no valor de R\$ 19,9 bilhões.

Em contraposição, houve baixa para pagamento de obrigações em títulos da Dívida Externa, no montante de R\$ 23,7 bilhões. Até 31/12/2023, esse registro aumentou 104,14% em relação ao exercício anterior, cujo montante foi de R\$ 11,6 bilhões.

Assim, o movimento apresentado demonstra um crescimento do saldo de 31,46% em relação ao exercício anterior e é explicado pelo aumento do registro de baixas para pagamentos de dívida externa, bem como por menores adições decorrentes de novos contratos de câmbio e compra de moeda estrangeira.



## 9 - Créditos a Receber

Os Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazo, que representaram, respectivamente, 7,39% e 92,61%, em 31/12/2023, estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir.

Tabela 38 – Créditos a Receber – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.454.117	1.367.956	6,30
Dívida Ativa	1.223.963	1.113.261	9,94
Créditos Tributários a Receber	457.183	427.591	6,92
Créditos Previdenciários do RPPS	43.191	43.191	-
Clientes	1.288	871	47,91
Créditos de Transferências a Receber	6	6	-
Demais Créditos e Valores	121.996	115.516	5,61
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>3.301.744</b>	<b>3.068.393</b>	<b>7,45</b>
Ajuste para Perdas (II)	956.479	897.310	6,59
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>2.345.265</b>	<b>2.171.083</b>	<b>7,80</b>
Circulante (Curto Prazo)	173.337	144.935	19,60
Não Circulante (Longo Prazo)	2.171.928	2.026.148	7,19

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Nos tópicos abaixo, são detalhados os itens com saldos mais representativos.

### (a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos

A tabela abaixo apresenta os principais saldos dos empréstimos e financiamentos concedidos pela União, somando curto e longo prazo, os quais serão detalhados logo a seguir.



*Tabela 39 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto e Longo Prazo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios	757.878	694.415	9,14
FAT	397.404	366.860	8,33
Operações Fiscais	95.063	107.556	(11,62)
Fies	110.600	109.086	1,39
Outros	93.172	90.039	3,48
<b>Total Bruto</b>	<b>1.454.117</b>	<b>1.367.956</b>	<b>6,30</b>
Ajuste para Perdas (II)	194.395	172.432	12,74
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>1.259.721</b>	<b>1.195.524</b>	<b>5,37</b>
Circulante (Curto Prazo)	41.451	38.905	6,54
Não Circulante (Longo Prazo)	1.218.271	1.156.619	5,33

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

#### **(a.1) Haveres Financeiros da União junto a Estados e Municípios**

Os haveres (créditos) financeiros da União perante estados e municípios, cujo controle e acompanhamento são de competência do Ministério da Fazenda, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados de acordo com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes, assim como de avais honrados pela União.

As descrições sobre a natureza desses haveres financeiros são demonstradas nos tópicos seguintes.

##### **(a.1.1) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas**

**Lei nº 8.727/1993:** Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos estados e dos municípios com a União e sua administração indireta.

**Lei nº 9.496/1997 e alterações posteriores (Leis Complementares nº 148/2014, nº 156/2016 e nº 173/2020):** Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal.

Os contratos, em decorrência da assinatura de aditivos ao amparo da Lei Complementar nº 148/2014, por todos os mutuários, são atualizados mensalmente pelo Coeficiente de Atualização Monetária (CAM), acrescidos da taxa nominal de 4% a.a. O CAM foi aplicado a partir de 1º de março de 2013 aos contratos



de estados e municípios, com base na Lei Complementar nº 148/2014 e no Decreto nº 8.616/2015, e corresponde à atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo que esses encargos ficam limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para títulos federais. Esses contratos possuem vencimentos variáveis para o período de 2027 a 2049, sendo que os estados que assinaram aditivos ao amparo da Lei Complementar nº 156/2016 tiveram seus prazos alongados, apresentando vencimentos entre 2047 e 2049. Além disso, os contratos são garantidos por receitas de que tratam os art. 155, 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da CF/1988, inclusas nesse rol as receitas próprias do estado, tais como receitas a que se refere o item 1 do anexo à Lei Complementar nº 87/1996.

**Medida Provisória nº 2.185/2001 e alterações posteriores (Leis Complementares nº 148/2014 e nº 173/2020):** Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos municípios.

#### *(a.1.2) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público*

**Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP:** Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos do setor público brasileiro – parcelas vencidas e vincendas de principal e juros devidos e não pagos no período de 1º de janeiro de 1991 a 15 de abril de 1994 – junto a credores privados estrangeiros.

#### *(a.1.3) Saneamento de Instituições Financeiras Federais*

**Carteira de Saneamento:** Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na Medida Provisória nº 2.196/2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal (Caixa) e estados, municípios e companhias estaduais e municipais de saneamento.

#### *(a.1.4) Avais Honrados pela União em Operações de Crédito Externas e Internas*

Trata-se de créditos a receber decorrentes de empréstimos inadimplidos por estados e municípios junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, honrados pela União, a quem cabe, nesse caso, a recuperação de tais valores mediante execução de contragarantias.



*(a.1.5) Regime de Recuperação Fiscal (RRF)*

Valores a receber decorrentes das obrigações não pagas por estados no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) de que trata a Lei Complementar nº 159/2017. A Lei Complementar nº 178/2021 alterou a Lei Complementar nº 159/2017 introduzindo o novo RRF. Por esse novo modelo, o estado cujo pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal tenha sido aprovado, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 159/2017, celebra contrato, conforme autorizado pelo art. 9º-A, para refinarar os valores não pagos em decorrência da aplicação do art. 9º, com prazo de 360 meses para o pagamento, caso o Plano de Recuperação Fiscal seja homologado.

*(a.1.6) Lei Complementar nº 178/2021 (arts. 17 e 23)*

Valores oriundos de pendências jurídicas no âmbito das Leis nº 8.727/1993 e nº 9.496/2017, e de avais honrados externa e internamente (crédito sub-rogados), visando compor novo ativo com prazo de quitação em 360 meses.

A tabela a seguir apresenta as variações dos saldos por programa.

*Tabela 40 – Haveres Financeiros da União junto a Estados e Municípios por Programa – Curto e Longo Prazo  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Lei nº 9.496/1997 – Estados	590.644	557.392	5,97
Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º A) – RRF	115.504	83.942	37,60
Lei Complementar nº 178/2021 (art. 17 e 23)	40.785	38.667	5,48
Lei nº 8.727/1993	4.231	5.991	(29,38)
Medida Provisória nº 2.185/2001 – Municípios	4.076	4.020	1,41
Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP)	2.385	4.121	(42,13)
Medida Provisória nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento	254	284	(10,56)
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>757.878</b>	<b>694.415</b>	<b>9,14</b>
Ajuste para Perdas (II)	138.580	124.893	10,96
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>619.298</b>	<b>569.522</b>	<b>8,74</b>
Circulante (Curto Prazo)	17.559	13.121	33,82
Não Circulante (Longo Prazo)	601.739	556.401	8,15

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Os saldos consolidados dos programas geridos pela COAFI/STN/MF sofrem o impacto da variação dos indexadores de cada programa, da variação cambial (Ex.: DMLP), da execução normal dos contratos, das amortizações e liquidações antecipadas de saldo e, ainda, das revisões de condições contratuais que possam eventualmente ser negociadas entre os mutuários e a União, como é o caso da aplicação das



condições da Lei Complementar nº 148/2014 aos contratos da Lei nº 9.496/1997 (estados) e da Medida Provisória nº 2.185/2001 (municípios).

Em decorrência de decisões proferidas contra a União em ações ajuizadas pelos estados do Acre, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe, as prestações desses estados, exigíveis no período de janeiro a junho de 2023, não foram recebidas ou as foram somente de forma parcial. No caso, as ações judiciais sob comento estão amparadas pelos efeitos da aplicação do art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022.

Ainda quanto a isso, no mês de março de 2023, foi firmado um acordo judicial entre a União, os Estados e o Distrito Federal, no montante de aproximadamente R\$ 27 bilhões, relativo à compensação prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022. Cabe ressaltar que parte do valor seria compensado nas parcelas das dívidas geridas pela COAFI/STN e em dívidas honradas pela União ainda não recuperadas. Outra parcela seria repassada aos entes via transferência. O acordo deu origem à Lei Complementar nº 201/2023.

Após a edição da referida Lei Complementar, foram realizadas as respectivas compensações e/ou transferências para as parcelas previstas no período. Os entes que tiveram os efeitos da aplicação antecipados por medida judicial tiveram os valores abatidos descontados do valor acordado. Por sua vez, para aqueles entes que compensaram valores a maior do que aqueles acordados, os valores excedentes continuam registrados como pendência jurídica e serão incorporados ao saldo devedor de seus Contratos celebrados ao amparo da Lei nº 9.496/1997, ou do art. 9º-A da Lei Complementar nº 159/2017, ou ainda do art. 23 da Lei Complementar nº 178/2021, à medida que forem assinados pelos Estado seus respectivos aditivos contratuais. O Estado do Piauí, por ter excedido seu limite de compensação mediante avais honrados pela União e pelo fato de não apresentar dívidas administradas na carteira da COAFI/STN, poderá firmar novo contrato com as mesmas condições financeiras previstas no art. 23 da Lei Complementar nº 178/2021 ou, alternativamente, firmar com a União convênio ou contrato de repasse para custeio de obra cujo objeto seja de interesse da União.

Cabe ressaltar que o referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2023, no âmbito da ADI nº 7191 e da ADPF nº 984. Para mais informações sobre o assunto, vide Nota “Demais Obrigações”.

Quanto ao saldo da Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º A) – RRF, o aumento foi decorrente, principalmente, da incorporação mensal das parcelas vincendas dos programas ao amparo da Lei nº 8.727/1993, da Lei nº 9.496/1997 e honras de aval relativas aos estados de Goiás, Rio Grande do Sul,



Rio de Janeiro e Minas Gerais, que aderiram ao RRF, bem como da atualização monetária positiva do exercício.

*(a.1.7) Ajustes para Perdas*

Na tabela a seguir, são apresentados os ajustes para perdas referentes aos haveres junto a estados e municípios, tanto a curto quanto a longo prazo. Os saldos apresentados estão em conformidade com a metodologia MAPHEM (Modelo de Ajuste de Perdas junto a Haveres de Estados e Municípios).

*Tabela 41 – Ajuste para Perdas sobre Haveres Financeiro da União junto a Estados e Municípios – Curto e Longo Prazo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: COAFI/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Estados	136.306	121.593	12,10
Municípios	1.926	1.731	11,23
Estatais vinculadas a estados ou municípios	349	1.569	(77,76)
<b>Total</b>	<b>138.580</b>	<b>124.893</b>	<b>10,96</b>
Circulante (Curto Prazo)	3.456	2.409	43,44
Não Circulante (Longo Prazo)	135.124	122.484	10,32

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

O MAPHEM classifica os contratos em 3 categorias distintas:

**I. Contratos adimplentes**

Aos contratos que não integram o Regime de Recuperação Fiscal – Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º A) –, que não estejam vinculados ao refinanciamento ao amparo da Lei Complementar nº 178/2021 (art. 23) e que tampouco estejam vinculados a alguma pendência jurídica, a metodologia é baseada na Capacidade de Pagamento (CAPAG) do mutuário, sendo replicada aos seus contratos e convertida em *ratings* “MAPHEM”, conforme a tabela “Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos Adimplentes” a seguir.



Tabela 42 – Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos Adimplentes  
Fonte: COAFI/STN/MF

Rating "MAPHEM"	Nota CAPAG	Ajuste para Perdas (%)
AA	A	0%
A	-	1%
B	-	2%
C	B	5%
D	C ou C*	10%
E	D, "n.d." ou "suspensa"	30%
F	-	50%
G	-	70%
H	-	100%

O ajuste de perda do contrato é calculado aplicando o percentual do ajuste de perda, conforme o *rating*, no saldo devedor do contrato.

## II. Contratos integrantes do Regime de Recuperação Fiscal – Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º A) e/ou celebrados ao amparo da Lei Complementar nº 178/2021 (art. 23)

Nessa modalidade, os contratos dos entes que vieram a aderir às condições do RRF ou da Lei Complementar nº 178/2021 passam a ser classificados conforme o *Rating* "MAPHEM", desde que não apresentem alguma pendência ao longo do tempo ou o respectivo ente não ajuíze ação judicial contra a União relativa a algum dos contratos da presente categoria.

Tabela 43 – Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos que integram o RRF ao amparo da LC nº 159/2017 (art. 9º A) ou da LC nº 178/2021 (art. 23)  
Fonte: COAFI/STN/MF

Situação	Rating "MAPHEM"	Ajuste para Perdas (%)
Adimplente com adesão ao RRF há mais de 60 meses	A	1%
Adimplente com adesão ao RRF há mais de 36 meses	B	2%
Adimplente com adesão ao RRF há mais de 24 meses	C	5%
Adimplente com adesão ao RRF há mais de 12 meses	D	10%
Adimplente com adesão ao RRF há menos de 12 meses	E	30%

Ao final do processo, ainda é efetuada a comparação do valor do ajuste de perdas obtido, calculado sobre o valor do saldo do contrato como base na tabela "Percentuais de Ajuste de Perdas para Contratos que integram o RRF ao amparo da Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º A) ou da Lei Complementar nº 178/2021", com o montante estimado a partir da mesma base de cálculo, por meio da conversão de sua nota CAPAG (Tabela "Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos Adimplentes"). No caso, prevalecerá o maior ajuste de perdas dentre os dois valores calculados. Além disso, caso o ente venha a ajuizar alguma ação judicial contra a União no âmbito do contrato que está no RRF, este deverá seguir o



fluxo dos contratos com pendência jurídica, sendo que após os cálculos deve-se avaliar os valores calculados pela rotina de pendência jurídica e, ao final, deve-se optar pelo maior valor.

### III. **Contratos com pendências jurídicas no Modelo “MAPHEM”**

A primeira etapa corresponde à avaliação semestral ou quando nova ação judicial for acolhida pela COAFI/STN, acerca do impacto das ações judiciais sobre o saldo devedor e/ou sobre as prestações do contrato ao qual elas estão vinculadas. Não havendo impactos, o contrato passa a ser tratado como um ativo em condição de normalidade, sendo aplicável ao mesmo o disposto na Tabela “Percentuais de Ajuste para Perdas para Contratos Adimplentes”.

Alternativamente, caso a análise da COAFI supra concluir que existe impacto tanto sobre o saldo devedor como sobre as prestações do contrato, o próximo passo corresponde à mensuração do Valor Objeto da Ação (VA).

Em seguida, é feita a avaliação da existência de informação produzida pela Advocacia-Geral da União (AGU), acerca da análise de risco para a respectiva ação. A AGU apresenta trimestralmente as ações judiciais da carteira da COAFI/STN classificadas em risco provável, possível ou remoto. Até o momento, está-se considerando a atualização trimestral das referidas avaliações.

De acordo com a metodologia do Modelo “MAPHEM”, caso a AGU venha a classificar determinada ação judicial como de risco provável, o *rating* do respectivo contrato será “H”, de forma que será aplicável o percentual de ajuste para perdas aplicável de 100% do VA.

Ao final do processo, ainda é efetuada a comparação do valor do ajuste para perdas obtido, calculado sobre o valor objeto da ação, com o montante estimado a partir da mesma base de cálculo, por meio da conversão de sua nota CAPAG. No caso, prevalecerá o maior ajuste para perdas dentre os dois valores calculados.

Por sua vez, caso a AGU tenha classificado o risco de determinada ação como “possível” ou “remoto”, ou ainda não tenha disponibilizado classificação de risco para a ação, é feita a estimativa da Medida de Risco “P4” para o respectivo contrato, descrita a seguir. Primeiramente serão tratadas as Medidas de Risco individuais “P1”, “P2” e “P3”, que compõem a Medida de Risco “P4”.

A Medida de Risco “P1” quantifica o risco de acordo com aspectos contratuais, como a existência de saldo em pendência jurídica e a pontualidade (ou não) dos pagamentos das prestações (recebimentos), conforme disposto na Tabela “Critérios para a Medida de Risco P1” a seguir.



Tabela 44 – Critérios para a Medida de Risco P1

Fonte: COAFI/STN/MF

Saldo de Pendência Jurídica	Recebimentos	P1 (%)
Não	Sim	1%
Não	Não	2%
Sim	Sim	3%
Sim	Não	4%

Na sequência, a Medida de Risco "P2" classifica os contratos de acordo com seus dias em atraso.

Tabela 45 – Critérios para a Medida de Risco P2

Fonte: COAFI/STN/MF

Dias em Atraso	P2 (%)
D < 180	5%
180 <= D < 500	10%
500 <= D < 1000	15%
1000 <= D < 2000	20%
D >= 2000	25%

A seguir, a Medida de Risco "P3" corresponde à razão entre o saldo devedor da pendência jurídica e o saldo devedor do contrato, conforme segue:

$$P3 = (\text{Saldo Devedor da Pendência Jurídica} / \text{Saldo Devedor do Contrato}) \times 100$$

Por fim, a Medida de Risco "P4" corresponde ao somatório das três Medidas de Riscos acima descritas:

$$P4 = P1 + P2 + P3,$$

Cabe ressaltar que a soma "P4" não pode ser superior a 100%. Caso isso ocorra, é considerado somente o valor de 100%.

Dessa forma, aos contratos vinculados a ações judiciais para os quais a AGU venha a classificar como de risco "possível" ou "remoto", ou para as quais a AGU não apresentou classificação de risco, será efetuada estimativa da medida de risco "P4", a qual corresponderá ao próprio percentual de ajuste para perda do contrato.

Ao final do processo, da mesma forma que nos casos de pendência jurídica com classificação de risco "possível" ou "remota" fornecida pela AGU, também para os contratos em que foi estimado o "P4", será realizada a comparação com o ajuste para perdas calculado a partir da conversão da nota CAPAG do respectivo ente, sendo aplicado ao contrato o maior dentre os dois ajustes para perdas estimados.

Finalizando o item relativo ao tratamento dispensado aos contratos com pendências jurídicas, há o cálculo do ajuste para perdas para essa categoria, correspondente ao produto entre o valor objeto da ação e o percentual de ajuste para perdas atribuído ao respectivo contrato:



AJPc = VAc x PAJPc, onde:

AJPc = Saldo de Ajuste de Perdas do Contrato

VAc = Valor Objeto da Ação do Contrato

PAJPc = Percentual de Ajuste de Perdas do Contrato

### (a.2) Empréstimos e Financiamentos Concedidos pelo FAT

Outro item relevante se refere aos créditos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que perfizeram R\$ 397,4 bilhões em 31/12/2023 (aumento de 8,33% em relação ao exercício encerrado de 2022), sendo 97,83% classificados no ativo não circulante. O montante dos financiamentos concedidos é mensurado pelo valor original ajustado pelas remunerações a serem recebidas, seja pelos juros que podem ser pós fixados, seja pelas variações cambiais ocorridas, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 46 – Movimento do FAT Constitucional – Curto e Longo Prazo  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: FAT/MTE

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Saldo Inicial</b>	<b>366.860</b>	<b>340.714</b>	<b>7,67</b>
(-) Amortização do BNDES	(19.853)	(21.383)	7,15
(+) Juros provisionados	23.065	19.236	19,91
(+) Repasse ao BNDES	23.274	22.182	4,93
(+) Variação cambial líquida	4.058	6.111	(33,59)
<b>Saldo Final</b>	<b>397.404</b>	<b>366.860</b>	<b>8,33</b>
Circulante (Curto Prazo)	8.628	5.416	59,31
Não Circulante (Longo Prazo)	388.776	361.444	7,56

A CF/1988, em seu art. 239, § 1º, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 103/2019, estabelece que pelo menos 28% dos recursos provenientes da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) serão destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por intermédio do BNDES.

Assim, tais valores são repassados a cada decêndio para o citado Banco. O risco das operações financeiras realizadas corre por conta do BNDES, de acordo com o art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.019/1990, e por isso não é feito nenhum ajuste para perdas prováveis.

Os financiamentos concedidos com recursos do FAT Constitucional são remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para contratos firmados até 2017, e pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), pela Taxa de Longo Prazo (TLP) ou pela Taxa Referencial (TR), para os demais contratos. A parcela do FAT Constitucional remunerada por taxas de juros do mercado internacional é



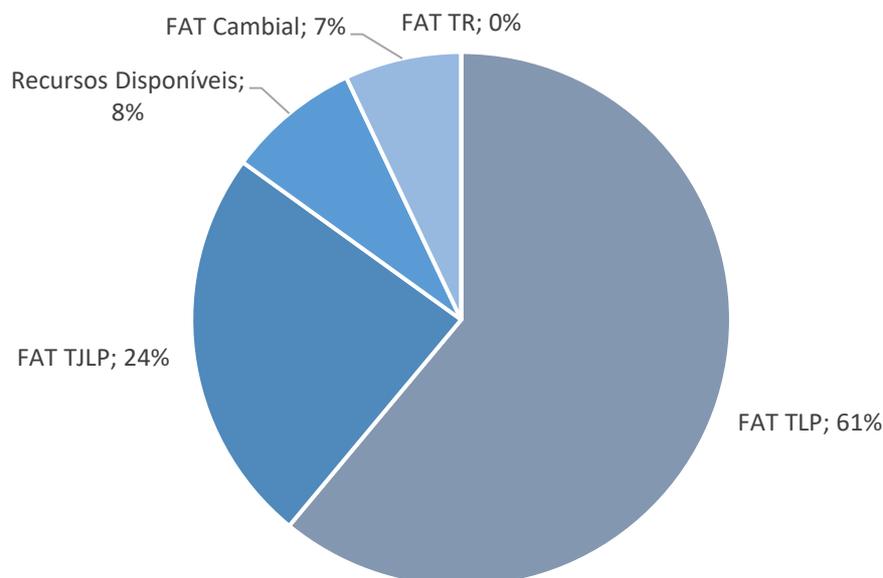
denominada “FAT Cambial”. Os recursos não aplicados em operações de financiamento são remunerados pela Selic com desconto de 0,09% a.a., e a remuneração é recolhida mensalmente ao FAT.

O gráfico abaixo mostra a distribuição dessa carteira sob custódia do BNDES.

Gráfico 2 – Aplicação de Recursos do FAT Constitucional

Dados em: %

Fonte: FAT/MTE



Os recursos são aplicados pelo BNDES com o objetivo de fomentar as seguintes áreas/atividades:

- I. Ampliação e diversificação das exportações;
- II. Reestruturação da indústria;
- III. Expansão e adequação da infraestrutura a cargo da iniciativa privada, com ênfase em investimentos nos setores de energia e telecomunicações;
- IV. Melhoria dos canais de acesso ao crédito para micros, pequenas e médias empresas;
- V. Fortalecimento do mercado de capitais; e
- VI. Redução dos desequilíbrios regionais.

Cabe salientar que, até a edição da Medida Provisória nº 889/2019, convertida na Lei nº 13.932/2019, o prazo para devolução desses recursos era indeterminado, uma vez que, de acordo com a antiga redação do art. 7º da Lei nº 8.019/1990, o FAT tinha a prerrogativa de requerer ao BNDES a devolução dos recursos apenas quando necessário.



No entanto, a redação atual do art. 7º da Lei nº 8.019/1990 determina ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) disciplinar os critérios e as condições para a devolução ao FAT desses recursos, demonstrando que, futuramente, poderá existir clareza quanto à expectativa de recebimento desses recursos pelo Tesouro Nacional, com conseqüente segregação dos valores, no Balço Patrimonial, em circulante e não circulante.

Os saldos existentes no curto prazo correspondem ao registro mensal dos juros a receber junto ao BNDES, decorrentes da remuneração dos financiamentos a longo prazo concedidos. Os juros a receber possuem exigibilidade mensal e semestral, a depender da taxa de juros utilizada para remunerar o recurso repassado, conforme prevê o caput do art. 5º, e seu § 1º, da Lei nº 13.483/2017. Deste modo, tais encargos são classificados no curto prazo e devem ser recolhidos ao FAT até o décimo dia útil do mês subsequente ao encerramento do mês ou do semestre anterior, a depender da taxa de juros utilizada.

### **(a.3) Haveres Financeiros da União Relativos a Operações Fiscais**

Os haveres financeiros da União relativos a operações fiscais, cujo controle e acompanhamento são exercidos pelo Tesouro Nacional, decorrem de origens distintas, implementados por legislações específicas e, em sua maioria, de origem contratual.

São classificados em cinco agrupamentos:

- I. **Empréstimos a Instituições Financeiras:** haveres originários de empréstimos concedidos a instituições financeiras, tais como o BNDES, a Caixa e o BB, inclusive os oriundos da Medida Provisória nº 944/2020, convertida na Lei nº 14.043/2020, tendo como objetivo amenizar os efeitos decorrentes da pandemia da Covid-19 no tocante ao emprego, mediante o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE);
- II. **Operações de Cessão de Crédito:** haveres decorrentes de operações realizadas entre a União e entidades públicas, envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF). Nesse grupo, estão incluídos os haveres originados de operações estruturadas, tais como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA);
- III. **Operações de Crédito Rural:** haveres oriundos de programas de crédito rural, tais como Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB);



- IV. **Operações de Crédito à Exportação:** haveres decorrentes do crédito à exportação, por meio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e
- V. **Empréstimos a Entidades Não Financeiras:** haveres decorrentes de empréstimos não enquadrados nos casos anteriores. Em 31/12/2022, a rubrica possuía operações em que as contrapartes são o INSS e a *Administración Nacional de Eletricidad (ANDE)* do Paraguai, as quais foram amortizadas no exercício de 2023.

A tabela a seguir apresenta os créditos de curto e longo prazo dos haveres financeiros oriundos de operações fiscais, por agrupamento.

Tabela 47 – Haveres Financeiros Relativos a Operações Fiscais por Agrupamento – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fontes: COGEF/STN/MF e Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Empréstimos a Instituições Financeiras	82.610	92.073	(10,28)
Operações de Crédito à Exportação	5.409	5.749	(5,91)
Operações de Cessão de Crédito	3.803	5.822	(34,68)
Operações de Crédito Rural	3.241	3.902	(16,94)
Empréstimos a Entidades Não Financeiras	-	11	(100,00)
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>95.063</b>	<b>107.556</b>	<b>(11,62)</b>
Ajuste para Perdas (II)	5.281	5.337	(1,05)
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>89.783</b>	<b>102.219</b>	<b>(12,17)</b>
Circulante (Curto Prazo)	7.436	13.509	(44,95)
Não Circulante (Longo Prazo)	82.346	88.711	(7,17)

Em 31/12/2023, o BNDES e a Caixa foram responsáveis por 91,50% do agrupamento “Empréstimos a Instituições Financeiras”, sendo que a primeira apresentou um saldo de R\$ 42,5 bilhões (R\$ 2,2 bilhões no curto prazo e R\$ 40,3 bilhões no longo prazo), enquanto a segunda fez um saldo de R\$ 33,0 bilhões (R\$ 400 milhões no curto prazo e R\$ 32,6 bilhões no longo prazo), conforme tabela abaixo.



Tabela 48 – Empréstimos a Instituições Financeiras – Detalhamento – Curto e Longo Prazo  
Dados em: R\$ milhões  
Fontes: COGEF/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
BNDES	42.542	46.748	(9,00)
Caixa	33.048	35.548	(7,03)
BB	6.100	7.100	(14,08)
PESE – Covid-19	754	2.343	(67,83)
BNB	167	333	(50,00)
<b>Total</b>	<b>82.610</b>	<b>92.073</b>	<b>(10,28)</b>
Circulante (Curto Prazo)	4.557	9.161	(50,25)
Não Circulante (Longo Prazo)	78.052	82.912	(5,86)

Além de contratos de financiamentos e cessão de créditos com o BNDES, a Uniõ possui contratos de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) e de Instrumento Elegível ao Capital Principal (IECP) com todas as instituições financeiras federais. Trata-se de contratos que possuem, ao mesmo tempo, características de participação acionária e de dívida, e que podem compor o Patrimônio de Referência das instituições financeiras, aumentando sua capacidade de empréstimo. São regulamentados pelo BCB de acordo com as normas de Basileia II (no caso dos IHCD) e de Basileia III (no caso dos IECP), sendo largamente utilizados nos mercados mais desenvolvidos. Tendo em vista a evolução dos normativos, a Uniõ substituiu a maioria dos IHCD por IECP, por meio de aditamento dos contratos.

Além de vários requisitos, os IECP devem ser perpétuos, integralizados em espécie, ser adquiridos pela Uniõ e prever o resgate ou recompra apenas pelo emissor, condicionado à autorização do BCB, e, por serem perpétuos, ou seja, não possuírem prazo de vencimento, são registrados no longo prazo. A Uniõ é remunerada por meio de juros caso as empresas obtenham resultado positivo no exercício anterior, após a divulgação de suas demonstrações contábeis anuais e a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Assim, o cálculo do valor dos juros devidos nos contratos de IECP depende de variáveis de difícil previsibilidade, como o lucro do exercício, o valor de dividendos pagos e o montante do capital principal da instituição financeira. Além disso, caso o banco não tenha lucro e, conseqüentemente, não possa distribuir dividendos, não haverá pagamento de juros. Em função disso, por não haver razoável certeza sobre os valores desses juros e para evitar superavaliação do ativo, os saldos somente são registrados após a publicação dos balanços das instituições financeiras, que geralmente ocorre após o primeiro trimestre do exercício seguinte, momento a partir do qual o valor a receber referente a esses juros pode ser mensurado de forma confiável e, assim, registrado no ativo da COGEF/STN/MF.



*Tabela 49 – Contratos de Empréstimos a Instituições Financeiras e Contratos de IECP*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fontes: COGEF/STN/MF*

<b>Contratos</b>	<b>Data do Contrato</b>	<b>Fim do Contrato</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Empréstimos</b>			<b>33.810</b>	<b>37.667</b>
BNDES – Renegociação de Dívida – CT 034/PGFN/CAF	01/01/2018	31/12/2040	29.075	32.188
BNDES – Financiamento – CT 544/PGFN/CAF	21/06/2010	15/02/2039	2.502	2.826
BNDES – Financiamento – CT 590/PGFN/CAF	15/12/2010	15/02/2039	1.564	1.766
BNDES – Financiamento – CT 845/PGFN/CAF (FMM)	09/05/2013	15/05/2037	669	886
<b>IECP</b>			<b>48.046</b>	<b>51.713</b>
Caixa – IECP – CT 348/PGFN/CAF	13/06/2007	S/Venc.	14.937	14.438
BNDES – IECP – CT 963/PGFN/CAF	24/06/2014	S/Venc.	8.732	8.732
BB – IECP – CT 997/PGFN/CAF	28/08/2014	S/Venc.	6.100	7.100
Caixa – IECP – CT 752/PGFN/CAF	26/09/2012	S/Venc.	6.800	6.800
Caixa – IECP – CT 754/PGFN/CAF	26/09/2012	S/Venc.	6.311	6.311
Caixa – IECP – CT 869/PGFN/CAF	28/06/2013	S/Venc.	5.000	5.000
Caixa – IECP – CT 868/PGFN/CAF	28/06/2013	S/Venc.	-	3.000
BNB – IECP – CT 001/2016/PGFN/CAF	19/01/2016	S/Venc.	167	333
<b>Outros</b>			<b>-</b>	<b>350</b>
BNDES CT 808/PGFN/CAF – Variação Cambial			-	350
<b>Total</b>			<b>81.856</b>	<b>89.730</b>

A tabela a seguir detalha as amortizações de principal e juros dos Contratos de Empréstimos e de IECP junto às Instituições Financeiras em 31/12/2023.



Tabela 50 – Contratos de Empréstimos a Instituições Financeiras e Contratos de IECP – Amortizações (principal e juros)  
Dados em: R\$ milhões  
Fontes: COGEF/STN/MF

Contratos	Principal	Juros	Total
<b>Empréstimos</b>	<b>3.905</b>	<b>2.058</b>	<b>5.963</b>
BNDES – Renegociação de Dívida – CT 034/PGFN	3.468	1.847	5.315
BNDES – Financiamento – CT 544/PGFN/CAF	162	125	287
BNDES – Financiamento – CT 590/PGFN/CAF	103	78	181
BNDES – Financiamento – CT 845/PGFN/CAF (FMM)	173	8	181
<b>IECP</b>	<b>4.167</b>	<b>1.989</b>	<b>6.156</b>
BNDES – IECP – CT 963/PGFN/CAF	-	615	615
Caixa – IECP – CT 348/PGFN/CAF	-	622	622
Caixa – IECP – CT 752/PGFN/CAF	-	134	134
Caixa – IECP – CT 754/PGFN/CAF	-	124	124
Caixa – IECP – CT 868/PGFN/CAF	3.000	59	3.059
Caixa – IECP – CT 869/PGFN/CAF	-	99	99
BB – IECP – CT 997/PGFN/CAF	1.000	258	1.258
BNB – IECP – CT 001/2016/PGFN/CAF	167	78	245
<b>Outros</b>	<b>316</b>	<b>-</b>	<b>316</b>
BNDES CT 808/PGFN/CAF – Variação Cambial	316	-	316
<b>Total</b>	<b>8.388</b>	<b>4.047</b>	<b>12.435</b>

Sobre parte dos haveres desse grupo, é importante registrar que, por meio do Acórdão nº 56/2021-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que são irregulares os contratos de concessão de créditos firmados entre a União e suas instituições financeiras controladas e realizados por meio de emissão direta de título da dívida pública, uma vez que não foram objeto de previsão em lei orçamentária, estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dessa forma, a Corte de Contas determinou o estabelecimento de cronograma de devolução à União dos valores recebidos sob essas circunstâncias (Acórdão nº 3.162/2021-TCU-Plenário). Em cumprimento a essa determinação, a União recebeu, no exercício de 2023, R\$ 12,4 bilhões no total, com destaque aos recebimentos de R\$ 6,9 bilhões de empréstimos e contratos do BNDES (R\$ 4,2 bilhões de principal e R\$ 2,7 bilhões de juros), e de R\$ 4,0 bilhões de empréstimos e contratos da Caixa (R\$ 3,0 bilhões de principal e R\$ 1,0 bilhão de juros).

#### (a.3.1) Ajustes para Perdas

O ajuste para perdas é efetuado somente nas operações de crédito que são risco da União, ou seja, para os casos de não liquidação do mutuário em que a União arcará com o prejuízo. Para as operações com



risco de crédito do banco, não foi efetuado nenhum ajuste para perda, pois é obrigação da instituição ressarcir a União independentemente do pagamento pelo mutuário.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos ajustes para perdas por tipo de haver.

Tabela 51 – Ajustes para Perdas – Haveres Não Relacionados aos Entes Federativos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: COGEF/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
<b>Operações de Crédito à Exportação</b>	<b>3.115</b>	<b>3.296</b>	<b>(5,51)</b>
Programa de Financiamento às Exportações (Proex)	3.115	3.296	(5,51)
<b>Operações de Crédito Rural</b>	<b>1.412</b>	<b>1.558</b>	<b>(9,34)</b>
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	1.229	1.205	2,00
Securitização BB	105	136	(23,02)
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB)	77	54	41,92
Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA)	2	163	(98,85)
<b>Ações de Enfrentamento à Covid-19</b>	<b>754</b>	<b>483</b>	<b>56,12</b>
Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE)	754	483	56,12
<b>Total</b>	<b>5.281</b>	<b>5.337</b>	<b>(1,05)</b>

Nas operações referentes a Proex, Pronaf, Securitização BB, PRLCB e PESA, os ajustes para perdas são apurados junto às instituições financeiras que possuem saldo na carteira das operações de crédito. A constituição do ajuste para perdas em créditos e as atualizações posteriores (acréscimos ou decréscimos) são realizadas após circularização com as instituições financeiras que informam os valores e a metodologia utilizada.

Quanto ao ajuste para perdas do Programa Especial de Suporte ao Emprego (PESE), conforme previsto na Lei nº 14.043/2020 (art. 5º, parágrafo único), o risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes do Programa são suportados na mesma proporção da participação no financiamento das operações de crédito (85% com recursos da União; 15% com recursos próprios das instituições financeiras participantes do Programa).

#### **(a.4) Financiamentos Concedidos pelo Fies**

Trata-se dos recursos utilizados para custear o programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, na forma da Lei nº 10.260/2001.

No período de 2010 até o primeiro semestre de 2015, a taxa de juros do financiamento era de 3,4% a.a., com carência de dezoito meses e prazo de amortização equivalente a três vezes o período de duração



regular do curso, acrescido de doze meses, com percentual financiável de até 100% dos encargos educacionais.

Do segundo semestre de 2015 até 2017, a taxa de juros passou a ser de 6,5% a.a., com prazo de amortização de três vezes o período do curso, e o percentual passou a exigir uma participação mínima, de acordo com a renda familiar. Esses contratos de financiamento são garantidos por fiança ou pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEduc), de que trata a Lei nº 12.087/2009.

A partir de 2018, foi implementado o Novo Fies, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 13.530/2017, visando à sustentabilidade do programa, à transparência e à melhoria da governança. Entre as diversas alterações, a taxa de juros do programa passou a ser a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o pagamento das prestações passou a ser conforme a renda do financiado, e foi criado o Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), com aportes da União e das entidades mantenedoras.

Em 2018, o valor dos ativos do Fies, composto pelo saldo devedor dos contratos firmados com os estudantes, foi atualizado de forma a representar o valor total da dívida decorrente da evolução dos financiamentos junto aos agentes financeiros, passando a contemplar, além dos desembolsos realizados pelo Fundo para o pagamento dos encargos educacionais financiados, o fluxo de pagamentos dos estudantes e os juros e demais encargos contratuais lançados à conta dos contratos.

Após a realização desses ajustes, em 2018, passou a ser possível segregar os valores de acordo com a sua natureza (principal, juros e encargos contratuais) e com o prazo de realização (circulante e não circulante).

Em 31/12/2023, o saldo bruto dos financiamentos concedidos referentes ao Fies foi de R\$ 110,6 bilhões, e sua composição é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 52 – Financiamentos Concedidos pelo Fies

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Financiamentos a Receber (Principal)	100.286	99.582	0,71
Juros e Encargos	10.314	9.503	8,53
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>110.600</b>	<b>109.086</b>	<b>1,39</b>
Ajuste para Perdas (II)	49.362	40.863	20,80
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>61.237</b>	<b>68.223</b>	<b>(10,24)</b>
Circulante (Curto Prazo)	1.703	621	174,10
Não Circulante (Longo Prazo)	59.534	67.601	(11,93)



Desde a sua criação, o Fies já atendeu cerca de 3,4 milhões de estudantes, sendo que 2,4 milhões ainda possuem contratos ativos, assim considerados aqueles financiamentos que apresentam saldo devedor junto aos agentes financeiros do Fundo. Desse total, cerca de 243,8 mil estudantes ainda estavam cursando o ensino superior em 31/12/2023.

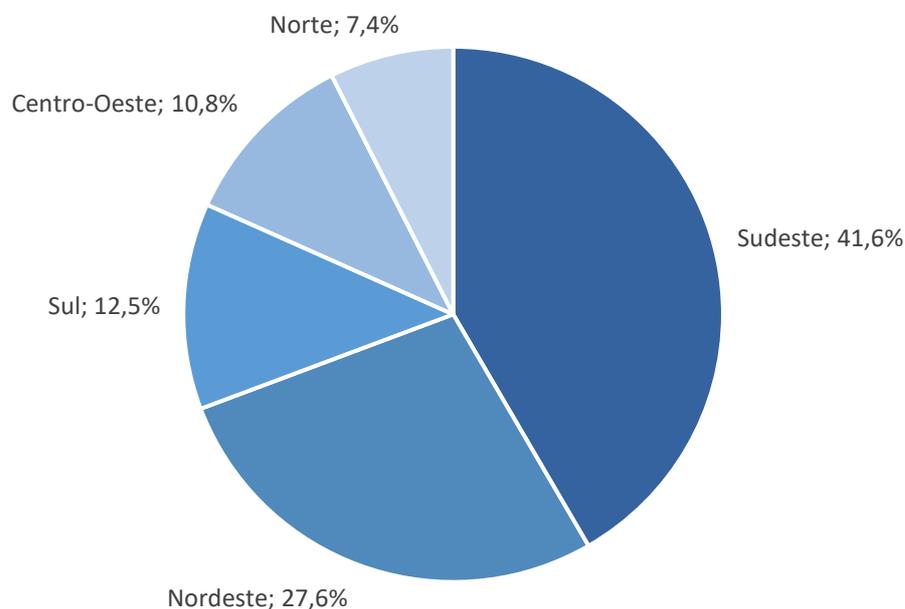
#### (a.4.1) Distribuição Geográfica

No gráfico a seguir, é apresentada a distribuição geográfica dos contratos ativos por região do País em 31/12/2023.

Gráfico 3 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Por Distribuição Geográfica

Dados em: %

Fonte: FNDE/MEC



#### (a.4.2) Tipo de Garantia

Em 31/12/2023, os financiamentos concedidos pelo Fies totalizaram 2,4 milhões de contratos, como detalha a tabela abaixo.



*Tabela 53 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Por Tipo de Garantia*  
 Dados em: unidades (quantidade de contratos), R\$ milhões (saldo devedor) e percentuais  
 Fonte: FNDE/MEC

Tipo de Garantia	Quantidade de Contratos		Saldo Devedor	
	(unidades)	AV (%)	(R\$ milhões)	AV (%)
Contratos com garantia do FGEduc	1.526.577	63,65	74.714	67,50
Contratos sem garantia do FGEduc	460.709	19,21	18.126	16,38
Contratos com garantia do FG-Fies	361.169	15,06	15.710	14,19
Contratos firmados antes de 2010	49.865	2,08	2.132	1,93
<b>Total</b>	<b>2.398.320</b>	<b>100,00</b>	<b>110.682</b>	<b>100,00</b>

Dos contratos formalizados até o segundo semestre de 2017, os financiamentos com a cobertura do FGEduc representavam 63,65% dos contratos ativos, com 1,5 milhão de estudantes beneficiados com essa modalidade de garantia, a qual garante até 90% do saldo devedor. Os demais estudantes são garantidos por meio de fiança convencional ou fiança solidária, sendo que 49,9 mil desses contratos foram firmados anteriormente a 2010. Por sua vez, os 361 mil contratos de financiamento firmados a partir do primeiro semestre de 2018 possuem a cobertura do FG-Fies, cujo saldo devedor totaliza R\$ 15,7 bilhões.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os valores do saldo devedor foram extraídos dos dados enviados diretamente pelos agentes financeiros do Fies. Cabe registrar que os registros contábeis no Siafi divergem da tabela acima em R\$ 82 milhões aproximadamente, devido à intempestividade na conciliação entre as informações geradas pelas instituições financeiras e a contabilidade.

#### *(a.4.3) Área de Formação e Treinamento*

Se considerada a distribuição dos cursos financiados conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE-F 2013), versão publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em outubro de 2017, com adaptações, os contratos ativos do Fies apresentaram, no terceiro trimestre de 2023, a distribuição na tabela abaixo.



Tabela 54 – Financiamentos Concedidos pelo Fies – Distribuição dos Cursos por Área de Formação  
Dados em: quantidade de contratos  
Fonte: FNDE/MEC

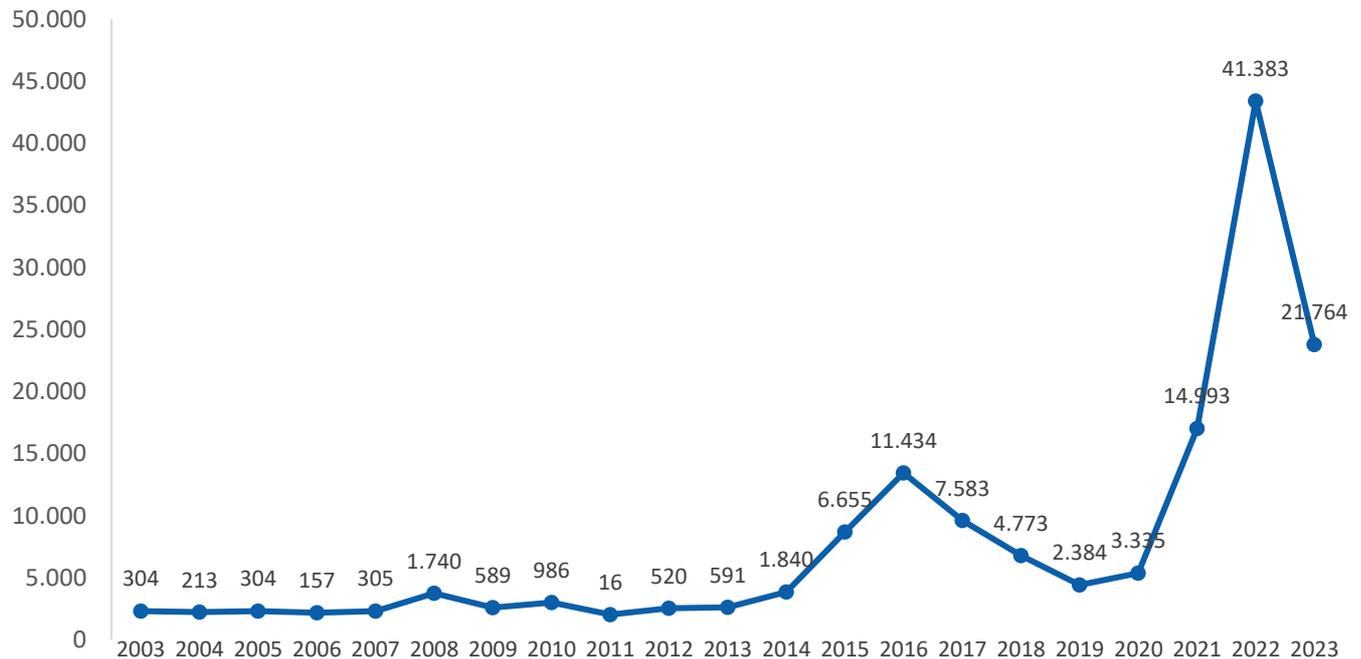
Áreas Gerais	31/12/2023	AV (%)
Ciências Sociais, Negócios e Direito	792.100	33,03
Engenharia, Produção e Construção	462.325	19,28
Educação	431.448	17,99
<i>Licenciaturas e Pedagogia</i>	152.835	6,37
<i>Outros</i>	278.613	11,62
Saúde e Bem-Estar	299.300	12,48
Cursos Tecnológicos	126.029	5,25
Ciências, Matemática e Computação	86.194	3,59
Agricultura e Veterinária	76.949	3,21
Medicina (Saúde)	68.697	2,86
Artes e Humanidades	9.595	0,40
Serviços	4.877	0,20
Outros	40.806	1,70
<b>Total</b>	<b>2.398.320</b>	<b>100,00</b>

#### (a.4.4) Subsídio Implícito

Relativamente ao impacto nas contas públicas decorrente da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos aos estudantes, segundo a apuração realizada pelo Ministério da Fazenda, o subsídio implícito, no período de 2003 a 2022, é apresentado no gráfico a seguir.



Gráfico 4 – Subsídio Implícito – Por Ano  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: FNDE/MEC



O subsídio implícito (benefício creditício) foi calculado conforme metodologia descrita na Portaria MF nº 57/2013, que considera a diferença entre o saldo devedor efetivo e o saldo devedor que seria obtido caso a taxa de juros do Programa fosse semelhante ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Ainda segundo o FNDE, a carteira de financiamentos do Fies possui 1,6 milhão de contratos firmados com a taxa de juros de 3,4% a.a. (contratados até o 1º semestre de 2015), 381,6 mil com a taxa de 6,5% a.a. (do 2º semestre de 2015 até 2017) e 361,1 mil vinculados à variação do IPCA (formalizados a partir de 2018), que apresentou, em dezembro de 2023, taxa anualizada de 4,62%, de acordo com o IBGE.

Por sua vez, a taxa Selic encerrou o exercício de 2023 a 11,75% a.a., de acordo com o BCB. Ainda que tenha ocorrido uma redução na taxa de juros, a permanência em níveis elevados interfere no consumo das famílias e nos investimentos das empresas, acarreta a inadimplência e o endividamento do setor público. Juros reais elevados afetam a valorização dos ativos financeiros, como é o caso do FG-Fies, cujo patrimônio serve de lastro para o oferecimento de garantia integral a fim de viabilizar a concessão de financiamento estudantil relacionado aos novos contratos.

#### (a.4.5) Receitas do Fies

A receita do Fies arrecadada no exercício de 2023 totalizou R\$ 5,9 bilhões, apresentando uma redução de 21,02% em relação ao exercício anterior.



Tabela 55 – Receitas do Fies

Dados em: R\$ milhões

Fonte: FNDE/MEC

Natureza da Receita	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Retorno de operações, juros e encargos financeiros	2.487	2.324	7,01	41,99
Amortização de financiamento	2.241	2.380	(5,85)	37,84
Prêmios prescritos de concursos e prognósticos	435	415	4,73	7,34
Remuneração de depósitos bancários	403	816	(50,55)	6,81
Amortização do financiamento proveniente do Fundo Garantidor	353	1.561	(77,39)	5,96
Outros	3	1	147,24	0,05
<b>Total</b>	<b>5.922</b>	<b>7.498</b>	<b>(21,02)</b>	<b>100,00</b>

#### (a.4.6) Fontes de Financiamento

Contam com dotação em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária Anual (LOA), os gastos com contratações e aditamentos de renovação semestral, as despesas com taxa de administração devidas aos agentes financeiros e a integralização de contas nos fundos garantidores. A tabela a seguir detalha as fontes de financiamento para o pagamento dessas despesas.

Tabela 56 – Fontes de Financiamento do Fies

Dados em: R\$ milhões

Fonte: FNDE/MEC

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Recursos Próprios Financeiros	3.544	5.716	(38,00)	59,69
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.894	-	-	31,89
Recursos Vinculados a Aplicação em Políticas Públicas Específicas	497	440	12,90	8,36
Recursos Ordinários	3	500	(99,33)	0,06
<b>Total</b>	<b>5.938</b>	<b>6.656</b>	<b>(10,79)</b>	<b>100,00</b>

#### (a.4.7) Ajustes para Perdas

O ajuste para perdas foi calculado em função do atraso no pagamento das prestações durante a fase de amortização do contrato, independentemente do tipo de garantia do financiamento, com base nos critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor do Fies (CG-Fies), por meio da Resolução nº 27/2018. Subsidiariamente, foram utilizadas as diretrizes padronizadas pelo BCB para os créditos de instituições financeiras (Resolução nº 2.682/1999).

Assim, os financiamentos são classificados em ordem crescente de risco (do nível A até o H), e o ajuste para perdas estimadas atende aos percentuais incidentes sobre o saldo devedor dos contratos, conforme detalhado na tabela a seguir.



*Tabela 57 – Ajustes para Perdas sobre Financiamentos Concedidos pelo Fies*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: FNDE/MEC

Classificação	Quantidade de Contratos	Saldo Devedor* (R\$)	Percentual do Ajuste (%)	Valor do Ajuste (R\$)
A (adimplentes e atrasos até 14 dias)	847.353	33.248	0,5	166
B (atrasos entre 15 e 30 dias)	50.241	1.750	1,0	17
C (atrasos entre 31 e 60 dias)	41.257	1.663	3,0	50
D (atrasos entre 61 e 90 dias)	30.227	1.569	10,0	157
E (atrasos entre 91 e 120 dias)	22.867	1.016	30,0	305
F (atrasos entre 121 e 150 dias)	27.968	1.444	50,0	722
G (atrasos entre 151 e 180 dias)	40.422	2.220	70,0	1.554
H (atrasos superiores a 180 dias)	1.030.374	46.060	100,0	46.060
<b>Total</b>	<b>2.090.709</b>	<b>88.971</b>		<b>49.032</b>

*Nota: \*Nessa tabela, o saldo devedor considera somente os contratos em fase de amortização.*

Em 31/12/2023, o saldo registrado no Siafi em relação ao ajuste para perdas sobre financiamentos concedidos pelo Fies foi de R\$ 49,4 bilhões (R\$ 280 milhões a curto prazo), o que difere em R\$ 330 milhões do valor informado pelo FNDE na tabela acima. A divergência é decorrente da ausência de registro contábil tempestivo na data base dezembro de 2023 e foi ajustada de forma subsequente em janeiro de 2024.

O valor do ajuste para perdas continua sendo impactado pela elevação da quantidade de contratos que passaram da fase de carência para a fase de amortização. Em 31/12/2023, cerca de 2,1 milhões de contratos estavam na fase de amortização, com saldo devedor total de R\$ 89,0 bilhões, ante R\$ 83,8 bilhões observados ao final do exercício de 2022.

Cerca de 58,6% dos financiamentos do Fies na fase de amortização estavam inadimplentes em 31/12/2023, a contar a partir de um dia de atraso. No caso do Novo Fies, o percentual da inadimplência a partir de um dia de atraso é de 76,4%. O valor acumulado até 31/12/2023 das prestações vencidas e não pagas a partir de um dia de atraso, relativamente aos contratos na fase de amortização, alcançou, somados os dois programas, R\$ 55,7 bilhões.

Destaca-se ainda que, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 10.260/2001, as entidades mantenedoras também participam do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, na proporção de 15 ou 30% do saldo devedor não garantido pelo Fundo Garantidor. Para financiamentos anteriores a novembro de 2007, esse risco é de 5% do saldo devedor.



#### *(a.4.8) Honras do FGEduc*

De acordo com o disposto no art. 21 de seu Estatuto, o FGEduc deve efetuar, em favor do Fies, a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida há mais de 360 dias consecutivos na fase de amortização, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual máximo do valor garantido.

Conforme o Acórdão nº 1.331/2019-TCU-Plenário, foi estabelecido que o Fies deveria registrar contabilmente esse direito à garantia como um ativo do Fundo. Nesses termos, em 31/12/2023, encontrava-se reconhecido o valor de R\$ 4,9 milhões em honras de garantias estimadas a receber dos contratos celebrados até 2017, correspondente ao percentual do saldo devedor dos financiamentos que já atingiram os requisitos para a realização da honra pelo administrador do FGEduc. No caso do Novo Fies, o saldo registrado de honras a receber foi de R\$ 701,8 milhões.

O saldo devedor dos contratos de financiamento formalizados com garantia do FGEduc alcançou R\$ 110,7 bilhões em 31/12/2023, já considerando o Novo Fies.

#### **(b) Dívida Ativa**

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados no prazo legal e que não foram atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de sua exigibilidade.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária os créditos provenientes de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados dívida ativa não tributária.

As tabelas a seguir mostram a composição da dívida ativa a curto e a longo prazo, reconhecidas no balanço patrimonial da União.



Tabela 58 – Dívida Ativa – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Dívida Ativa Tributária	1.113.783	1.007.804	10,52
Dívida Ativa Não Tributária	110.180	105.457	4,48
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>1.223.963</b>	<b>1.113.261</b>	<b>9,94</b>
Ajuste para Perdas (II)	589.751	525.856	12,15
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>634.212</b>	<b>587.405</b>	<b>7,97</b>
Circulante (Curto Prazo)	9.463	8.694	8,84
Não Circulante (Longo Prazo)	624.750	578.711	7,96

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi responsável pela gestão de 92,13% de toda a Dívida Ativa da União (DAU) bruta em 31/12/2023, como detalha a tabela a seguir.

Tabela 59 – Dívida Ativa por Órgão Responsável – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
<b>Dívida Ativa Bruta (I)</b>	<b>1.223.963</b>	<b>1.113.261</b>	<b>9,94</b>
PGFN	1.127.625	1.019.761	10,58
Outros Órgãos	96.338	93.500	3,04
<b>Ajuste para Perdas (II)</b>	<b>589.751</b>	<b>525.856</b>	<b>12,15</b>
PGFN	514.895	452.975	13,67
Outros Órgãos	74.855	72.881	2,71
<b>Dívida Ativa Líquida (III = I - II)</b>	<b>634.212</b>	<b>587.405</b>	<b>7,97</b>
PGFN	612.730	566.787	8,11
Outros Órgãos	21.483	20.619	4,19

Ressalta-se que, embora administrados pela PGFN, parte desses créditos é repartida com o FAT e o FRGPS, conforme detalhado no item “d” desta Nota.

A seguir, são apresentadas mais informações sobre a gestão desses créditos pela PGFN.

### **(b.1) Dívida Ativa sob Gestão da PGFN**

A Portaria MF nº 293/2017 estabeleceu nova metodologia de classificação do estoque dos créditos tributários inscritos em dívida ativa sob gestão da PGFN, agrupando-os em quatro classes (*rating*), a depender do grau de recuperabilidade:

- I. **Classe “A”:** créditos com alta perspectiva de recuperação;
- II. **Classe “B”:** créditos com média perspectiva de recuperação;
- III. **Classe “C”:** créditos com baixa perspectiva de recuperação; e



#### IV. Classe “D”: créditos irrecuperáveis.

Conforme a referida Portaria, os créditos classificados com classe “A” e “B” são reconhecidos como ativos, e os classificados como “C” e “D” são registrados como ativos contingentes, em contas de controle, até a sua extinção ou reclassificação.

Nesse sentido, a tabela a seguir evidencia a dívida ativa gerida pela PGFN, sendo que 98,46% da dívida ativa líquida está classificada no ativo não circulante (créditos de classe “A” e “B”).

Tabela 60 – Dívida Ativa sob Gestão da PGFN – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>1.109.111</b>	<b>1.003.075</b>	<b>10,57</b>
Não Previdenciária	841.780	754.009	11,64
Previdenciária	267.331	249.065	7,33
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>18.514</b>	<b>16.687</b>	<b>10,95</b>
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>1.127.625</b>	<b>1.019.761</b>	<b>10,58</b>
Ajuste para Perdas (II)	514.895	452.975	13,67
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>612.730</b>	<b>566.787</b>	<b>8,11</b>
Circulante (Curto Prazo)	9.457	8.689	8,84
Não Circulante (Longo Prazo)	603.272	558.098	8,09

A metodologia utilizada pela PGFN para determinar quais créditos deverão ser classificados no ativo circulante é a média de recuperação dos créditos parcelados da dívida ativa tributária dos últimos quatro exercícios, ou seja, de 2020 até 2023.

O ajuste para perdas perfaz R\$ 514,9 bilhões em 31/12/2023, representando 45,66% da DAU gerida pela PGFN.

Por sua vez, a tabela a seguir mostra os créditos conforme a classificação por classe (*rating*).



Tabela 61 – Créditos Classificados pelo Rating – PGFN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Classe "A"</b>	<b>244.586</b>	<b>284.529</b>	<b>(14,04)</b>	<b>8,24</b>
Crédito Tributário Não Previdenciário	194.729	234.258	(16,87)	6,56
Crédito Tributário Previdenciário	45.412	46.458	(2,25)	1,53
Crédito Não Tributário	4.445	3.813	16,57	0,15
<b>Classe "B"</b>	<b>883.040</b>	<b>735.232</b>	<b>20,10</b>	<b>29,76</b>
Crédito Tributário Não Previdenciário	647.051	519.751	24,49	21,81
Crédito Tributário Previdenciário	221.919	202.607	9,53	7,48
Crédito Não Tributário	14.070	12.874	9,29	0,47
<b>Classe "C"</b>	<b>417.159</b>	<b>364.549</b>	<b>14,43</b>	<b>14,06</b>
Crédito Tributário Não Previdenciário	269.297	232.099	16,03	9,08
Crédito Tributário Previdenciário	139.554	125.191	11,47	4,70
Crédito Não Tributário	8.308	7.258	14,46	0,28
<b>Classe "D"</b>	<b>1.422.358</b>	<b>1.329.862</b>	<b>6,96</b>	<b>47,94</b>
Crédito Tributário Não Previdenciário	1.047.821	964.140	8,68	35,31
Crédito Tributário Previdenciário	296.918	293.526	1,16	10,01
Crédito Não Tributário	77.619	72.197	7,51	2,62
<b>Total</b>	<b>2.967.142</b>	<b>2.714.172</b>	<b>9,32</b>	<b>100,00</b>

Do montante de R\$ 2,967 trilhões em créditos inscritos em dívida ativa da União, quase metade (47,94%) foi classificado como irrecuperável pela PGFN, sendo R\$ 1,048 trilhão correspondente a créditos tributários não previdenciários.

A tabela a seguir apresenta o resumo das movimentações ocorridas nos exercícios de 2023 e 2022, elevando o saldo de R\$ 2,714 trilhões para R\$ 2,967 trilhões (aumento de 9,32%).

Tabela 62 – Movimentação da Dívida Ativa – PGFN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.714.172</b>	<b>2.666.476</b>	<b>1,79</b>
(+) Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa	226.696	99.442	127,97
(+) Atualização da Dívida Ativa	126.488	127.468	(0,77)
(-) Amortizações (Recebimento de Principal, Multas e Juros da Dívida Ativa)	(11.499)	(9.376)	(22,65)
(-) Exclusões (Cancelamentos, Anulações e Extinções)	(72.460)	(141.458)	48,78
(+) Outros Registros	(16.255)	(28.380)	42,72
<b>Saldo Final</b>	<b>2.967.142</b>	<b>2.714.172</b>	<b>9,32</b>

#### (b.1.1) Ajustes para Perdas – PGFN

De acordo com a Portaria MF nº 293/2017, o ajuste para perdas aplicado sobre os créditos reconhecidos no ativo considera a expectativa de recuperação dos créditos classificados com classe "A" e "B" no prazo



de dez anos. Dessa forma, conforme histórico de adimplemento por classe nos últimos dez anos, a estimativa de recuperação dos créditos das classes “A” e “B” para os próximos dez anos é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 63 – Estimativa de Recuperação de Créditos Geridos pela PGFN

Dados em: %

Fonte: PGFN/MF

Classe	% Recuperável	% Ajuste para Perdas
A	70	30
B	50	50

A tabela a seguir apresenta o detalhamento do ajuste para perdas desses créditos com base nos percentuais da estimativa de recuperação.

Tabela 64 – Detalhamento do Ajuste para Perdas de Créditos Geridos pela PGFN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: PGFN/MF e Siafi

	Estoque	Índice	Ajuste para Perdas
<b>Crédito Tributário Não Previdenciário</b>	<b>841.780</b>	<b>45,37%</b>	<b>381.944</b>
Classe “A”	194.729	30,00%	58.419
Classe “B”	647.051	50,00%	323.525
<b>Crédito Tributário Previdenciário</b>	<b>267.331</b>	<b>46,60%</b>	<b>124.583</b>
Classe “A”	45.412	30,00%	13.624
Classe “B”	221.919	50,00%	110.959
<b>Crédito Não Tributário</b>	<b>18.514</b>	<b>45,20%</b>	<b>8.368</b>
Classe “A”	4.445	30,00%	1.333
Classe “B”	14.070	50,00%	7.035
<b>Total</b>	<b>1.127.625</b>	<b>45,66%</b>	<b>514.895</b>
Circulante (Curto Prazo)	17.313	45,37%	7.855
Não Circulante (Longo Prazo)	1.110.312	45,67%	507.040

## (b.2) Dívida Ativa sob Gestão de Outros Órgãos

Já quanto à Dívida Ativa sob a gestão de outros órgãos, a tabela a seguir detalha a sua composição de acordo com o órgão de origem do crédito.



*Tabela 65 – Dívida Ativa Bruta sob Gestão de Outros Órgãos – Curto e Longo Prazo*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	24.508	22.808	7,45
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	20.825	19.194	8,50
Banco Central do Brasil (BCB)	17.941	17.504	2,49
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	7.403	4.884	51,57
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	5.519	4.948	11,54
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	4.715	3.756	25,52
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	2.923	2.598	12,52
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	2.920	2.796	4,43
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	2.591	1.779	45,66
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	1.915	1.678	14,10
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	991	991	-
Demais Órgãos	4.089	10.564	(61,29)
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>96.338</b>	<b>93.500</b>	<b>3,04</b>
Ajuste para Perdas (II)	74.855	72.881	2,71
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>21.483</b>	<b>20.619</b>	<b>4,19</b>
Circulante (Curto Prazo)	5	5	1,65
Não Circulante (Longo Prazo)	21.477	20.614	4,19

A Anatel, o Ibama e o BCB responderam juntos por 65,68% do estoque da dívida ativa bruta sob gestão de outros órgãos em 31/12/2023. No entanto, ao considerar o ajuste para perdas, a dívida ativa líquida sob gestão dos outros órgãos concentrou-se na Anatel, na ANTT, na ANP e no Cade, representando esses quatro órgãos 85,68% do total.

Apesar de ser responsável por 18,62% dos valores inscritos em dívida ativa bruta sob gestão de outros órgãos, o BCB constituiu ajuste para perdas de mesmo montante, de modo que o valor líquido desse crédito passou a ser nulo.

Em 31/12/2023, a ANS apresentou um aumento de 51,57% (R\$ 2,5 bilhões) no saldo bruto em relação ao final de exercício anterior devido principalmente ao registro de dívidas no Sapiens Dívida-PGF, atendendo à recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU). No entanto, ao considerar o ajuste para perdas, cuja variação no período foi também de R\$ 2,5 bilhões, a dívida ativa líquida da ANS apresentou o saldo de R\$ 29 milhões em 31/12/2023.



### (c) Créditos Tributários a Receber

Os valores mais expressivos dos créditos tributários a receber a curto e a longo prazos decorreram de Contribuições Previdenciárias para o RGPS, de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), conforme tabela a seguir.

Tabela 66 – Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Contribuições Previdenciárias – RGPS	188.978	164.769	14,69
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	102.729	90.610	13,37
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	53.399	55.510	(3,80)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	27.316	30.759	(11,19)
Taxas de Fiscalização das Telecomunicações	20.972	18.835	11,34
Contribuição Social Recebida das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicação	19.233	17.700	8,66
Contribuições para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)	16.179	17.280	(6,37)
Outros	28.377	32.128	(11,67)
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>457.183</b>	<b>427.591</b>	<b>6,92</b>
Ajuste para Perdas (II)	140.396	159.985	(12,24)
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>316.787</b>	<b>267.606</b>	<b>18,38</b>
Circulante (Curto Prazo)	89.089	66.082	34,82
Não Circulante (Longo Prazo)	227.698	201.524	12,99

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

#### (c.1) Créditos Tributários a Receber – RFB

Em 31/12/2023, a RFB administrou 90,14% do total dos Créditos Tributários da União. Os créditos tributários da RFB são segregados em quatro situações:

- I. **Devedor:** são créditos tributários exigíveis, sujeitos à cobrança amigável e à cobrança administrativa especial. Em caso de não regularização, são posteriormente enviados à PGFN para inscrição em dívida ativa da União, conforme prescreve o art. 12, inciso I, da Lei Complementar nº 73/1993;
- II. **Exigibilidade suspensa por processo administrativo:** créditos tributários com sua exigibilidade suspensa na esfera administrativa. Essa situação ocorre principalmente durante o julgamento do contencioso administrativo, nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRF) ou no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e durante a revisão de ofício dos débitos



lançados. Também ocorre no transcurso dos prazos para ciência, pagamento, apresentação de impugnação, de manifestação de inconformidade ou de recursos;

- III. **Exigibilidade suspensa em decorrência de processo judicial:** são créditos tributários cujo valor e exigibilidade estão sob discussão na esfera judicial; e
- IV. **Parcelamento:** abrange os saldos a pagar de todos os parcelamentos (ordinários e especiais).

Embora administrados pela RFB, parte desses créditos é repartida com o FAT e o FRGPS, conforme detalhado no item “d” desta Nota.

Como providência no sentido de melhorar a interpretação da liquidez dos seus ativos, a RFB avalia a conversibilidade e a exigibilidade dos créditos tributários a receber do tipo “devedor” e “parcelado” e define sua composição percentual anual em termos de curto e longo prazo (ativo circulante e não circulante), como mostra a tabela a seguir.

*Tabela 67 – Segregação dos Créditos Tributários em Circulante e Não Circulante*  
Dados em: %  
Fonte: RFB/MF

Tipo de Crédito	Ativo Circulante (%)	Ativo Não Circulante (%)
Devedor	100,00	0,00
Parcelado	18,99	81,01

#### (c.1.1) *Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa*

Os créditos tributários com exigibilidade suspensa, seja por processo administrativo, seja por decisão judicial, conforme prevê o art. 151, incisos III a V, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), não atendem aos critérios de reconhecimento de ativo, pois não há garantias de geração de benefícios econômicos futuros.

Dessa forma, o registro dos valores atualizados desses créditos ocorre em contas de controle cujos saldos são apresentados na tabela a seguir.

*Tabela 68 – Tipos de Crédito Tributário em Exigibilidade Suspensa*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Impostos	1.015.518	898.153	13,07	47,65
Contribuições	1.011.870	986.177	2,61	47,48
Infrações	103.927	72.040	44,26	4,88
<b>Total</b>	<b>2.131.315</b>	<b>1.956.370</b>	<b>8,94</b>	<b>100,00</b>



### (c.1.2) Ajuste para Perdas

A tabela a seguir detalha o ajuste para perdas dos créditos tributários da RFB.

Tabela 69 – Detalhamento do Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos Tributários – RFB

Dados em: R\$ milhões

Fonte: RFB/MF

	Estoque	Índice	Ajuste para Perdas
Não Previdenciário – Não Parcelado	108.096	73,42%	79.364
Não Previdenciário – Parcelado	115.183	5,53%	6.370
Previdenciário – Não Parcelado	64.621	73,42%	47.444
Previdenciário – Parcelado	124.222	5,53%	6.869
<b>Subtotal</b>	<b>412.121</b>		<b>140.048</b>
Infrações – Não Parcelado*	6.070	73,42%	4.457
Infrações – Parcelado*	1.944	5,53%	108
<b>Subtotal</b>	<b>8.015</b>		<b>4.564</b>
<b>Total</b>	<b>420.136</b>		<b>144.612</b>

Nota: \*Contabilmente, esses valores estão classificados no grupo de contas contábeis “Demais Créditos”, por isso o valor total apresentado nessa tabela é maior que o apresentado na tabela “Créditos Tributários a Receber – Curto e Longo Prazo”. A opção por trazer os valores de Infrações da RFB para essa parte da nota explicativa foi para consolidar todas as informações de créditos tributários administrados pelo referido órgão, melhorando a percepção do usuário da informação.

### (d) Créditos Tributários e de Dívida Ativa pertencentes ao FAT e ao FRGPS

Do total de créditos tributários a receber e de dívida ativa tributária, tanto de curto quanto de longo prazo, parte pertence ao FRGPS e ao FAT, sendo repassados quando da arrecadação, conforme preconizam o art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.457/2007, e o art. 11, inciso I, da Lei nº 7.998/1990.

Os recursos do FRGPS referem-se às contribuições sociais devidas por empresas e que incidem sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, bem como aquelas devidas por empregadores domésticos e pelos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme disposto no art. 195, inciso I, alínea “a”, e inciso II da CF/1988, e no art. 11, parágrafo único, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 8.212/1991.

Esses recursos devem ser destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios concedidos pelo RGPS como, por exemplo, aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente, pensão por morte e auxílio-reclusão, conforme preconiza o art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.457/2007, combinado com o art. 18 da Lei nº 8.213/1991, sendo vedada sua aplicação para a realização de despesas distintas daquelas, conforme preceitua o art. 167, inciso XI, da CF/1988.

Já os recursos devidos ao FAT se referem à arrecadação de contribuições para o PIS e para o Pasep, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 7.998/1990, os quais devem ser destinados ao custeio do Programa



de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, e de desenvolvimento econômico, conforme dispõe o art. 10 da referida Lei, com redação dada pelo art. 14 da Lei nº 12.513/2011.

Do total de créditos tributários em 31/12/2023, R\$ 145,6 bilhões se referiram a créditos pertencentes a esses fundos; e, do total da dívida ativa, R\$ 162,1 bilhões. A tabela abaixo detalha esses valores.

*Tabela 70 – Créditos Pertencentes ao FRGPS e ao FAT*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Créditos Tributários Administrados pela RFB e Pertencentes a Outros Órgãos</b>	<b>145.586</b>	<b>128.192</b>	<b>13,57</b>
FRGPS	134.529	116.979	15,00
FAT	11.058	11.212	(1,38)
<b>Dívida Ativa Tributária Administrada pela PGFN e Pertencentes a Outros Órgãos</b>	<b>162.120</b>	<b>152.053</b>	<b>6,62</b>
FRGPS	137.212	129.833	5,68
FAT	24.908	22.220	12,10
<b>Total</b>	<b>307.706</b>	<b>280.244</b>	<b>9,80</b>
Circulante (Curto Prazo)	43.460	28.084	54,75
Não Circulante (Longo Prazo)	264.246	252.161	4,79

#### (e) Créditos Previdenciários – RPPS

Os Créditos Previdenciários, sob gestão do FRGPS, são referentes à estimativa do valor de estoque que o Fundo, como regime instituidor, tem a receber dos RPPS da Uniõ, Estados e Municípios, como regime de origem, conforme Nota Técnica nº 2/2024/DCOMP/CGRD/DIRBEN-INSS.

Ainda, ressalte-se que o reconhecimento desses direitos no exercício de 2023 se deu em contrapartida a ajustes de exercícios anteriores, pois se referem a despesas de exercícios passados e, por esta razão, não devem influenciar o resultado do exercício.

*Tabela 71 – Créditos Previdenciários – RPPS*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Estados	22.373	22.373	-	51,80
Municípios	16.308	16.308	-	37,76
Uniõ	4.510	4.510	-	10,44
<b>Total</b>	<b>43.191</b>	<b>43.191</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*



Para mais informações, vide notas Demais Obrigações e Representação das Demonstrações Contábeis de 2022.

## (f) Demais Créditos e Valores

A tabela a seguir apresenta composição dos “Demais Créditos e Valores”.

Tabela 72 – Demais Créditos e Valores – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Créditos a Receber – Infrações	28.780	25.428	13,18
Créditos por Dano ao Patrimônio	25.853	26.463	(2,30)
Adiantamentos Concedidos	11.198	9.139	22,53
Créditos a Receber – Regularização Fundiária	7.360	7.809	(5,75)
Valores a Recuperar por Indenização de Sinistros	5.084	4.104	23,86
Créditos a Receber – Instituições Financeiras	4.284	4.175	2,60
Créditos Sub-rogados – Estados	1.662	1.631	1,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.027	989	3,79
Honras de Garantias a Receber	707	305	131,75
Outros	36.043	35.472	1,61
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>121.996</b>	<b>115.516</b>	<b>5,61</b>
Ajuste para Perdas	31.716	38.830	(18,32)
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>90.280</b>	<b>76.686</b>	<b>17,73</b>
Circulante (Curto Prazo)	32.528	30.849	5,44
Não Circulante (Longo Prazo)	57.751	45.837	25,99

Notas: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (f.1) Créditos a Receber – Infrações

Os créditos constituídos em razão da aplicação de multas por infrações à legislação em geral e contratos perfizeram R\$ 28,8 bilhões em 31/12/2023. Em síntese, tais créditos estão concentrados em instituições incumbidas de exercer o poder de polícia da União, conforme tabela abaixo.



**Tabela 73 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Por Unidade Gestora – Curto e Longo Prazo**  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)	8.015	8.203	(2,30)	27,85
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel)	6.804	5.835	16,61	23,64
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	5.362	3.450	55,43	18,63
Controladoria-Geral da União (CGU)	3.429	3.978	(13,80)	11,91
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	1.684	1.684	-	5,85
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	1.160	-	-	4,03
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	436	366	18,95	1,51
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	434	453	(4,09)	1,51
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	374	375	(0,31)	1,30
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	204	201	1,76	0,71
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	154	301	(48,74)	0,54
Outros	724	583	24,19	2,51
<b>Total</b>	<b>28.780</b>	<b>25.428</b>	<b>13,18</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	15.039	13.741	9,45	52,25
Não Circulante (Longo Prazo)	13.741	11.687	17,57	47,75

### **(f.2) Créditos por Dano ao Patrimônio**

Os créditos por dano ao patrimônio podem ser decorrentes de:

- I. **Processo administrativo:** apurado no âmbito administrativo quando o crédito da União é inferior a R\$ 100 mil, tendo em vista o limite estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para dispensa de instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), conforme disposto no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU nº 71/2012;
- II. **Tomada de Contas Especial (TCE):** apurado quando o crédito da União é maior ou igual a R\$ 100 mil, sendo contabilizado o crédito como ativo somente após decisão definitiva proferida pelo TCU; e
- III. **Processo judicial:** apurado no âmbito da Justiça.

Em 31/12/2023, os créditos por dano ao patrimônio totalizaram R\$ 25,9 bilhões, representando uma redução de 2,30% em relação ao exercício encerrado de 2022, como detalha a tabela a seguir.



*Tabela 74 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Curto e Longo Prazo*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Processo Administrativo	14.043	15.991	(12,18)	54,32
Tomada de Contas Especial (TCE)	11.795	10.456	12,80	45,62
Processo Judicial	15	16	(1,43)	0,06
<b>Total</b>	<b>25.853</b>	<b>26.463</b>	<b>(2,30)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	2.163	2.064	4,82	8,37
Não Circulante (Longo Prazo)	23.690	24.399	(2,91)	91,63

Entre esses créditos, praticamente a totalidade é decorrente de processos administrativos (R\$ 14,0 bilhões) e de TCE (R\$ 11,8 bilhões).

### **(f.3) Adiantamentos Concedidos**

O item “Adiantamentos Concedidos” apresentou saldo de R\$ 11,2 bilhões em 31/12/2023 e de R\$ 9,1 bilhões em 31/12/2022. Este aumento de 22,53% foi decorrente principalmente de adiantamento para futuro aumento de capital e de adiantamento de 13º salário, que perfizeram, respectivamente, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 708 milhões a mais em comparação ao exercício encerrado de 2022.

### **(f.4) Créditos a Receber – Regularização Fundiária**

Em 31/12/2023, os créditos a receber decorrentes de regularização fundiária perfizeram R\$ 7,4 bilhões, registrados no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em função do processo de regularização fundiária, inclusive as terras que foram objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Em resumo, esses créditos decorrem da atribuição que a União detém de desapropriar, por interesse social e para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária ao seu antigo proprietário, nos termos do art. 184 da CF/1988.

Em seguida, esses imóveis são distribuídos a beneficiários da reforma agrária que receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, conforme preconiza o art. 189 da CF/1988. Esses títulos, por sua vez, podem ser entregues tanto em caráter gratuito, quanto oneroso, o que enseja, nesse caso, o reconhecimento de valores a receber desses beneficiários, nos termos do art. 24, inciso II, alínea “b”, e dos art. 34 e 39 do Decreto nº 9.311/2018.



**(f.5) Valores a Recuperar por Indenização de Sinistros**

O item “Valores a Recuperar por Indenização de Sinistros” apresentou o saldo de R\$ 5,1 bilhões em 31/12/2023, representando um aumento de 23,86% em relação ao saldo registrado no encerramento do exercício anterior. Esse crescimento ocorreu devido principalmente ao aumento no saldo de indenizações a recuperar decorrentes de operações de seguro de crédito à exportação garantidas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

**(f.6) Créditos a Receber – Instituições Financeiras**

Em relação ao item “Créditos a Receber – Instituições Financeiras”, cujo saldo, em 31/12/2023, foi de R\$ 4,3 bilhões, trata-se de créditos a serem recebidos pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), representado, em sua maior parte, pelo ajuste de juros e atualização monetária de exercícios anteriores sobre as inclusões de antecipação de créditos aos agentes financeiros.

**(f.7) Créditos Sub-rogados – Estados**

São avais honrados pela União na figura de garantidora perante os entes subnacionais. Os valores ficam registrados nas contas mencionadas até que sejam recuperados pela COAFI/STN/MF, por meio da execução de contragarantias, a qual é efetuada mediante acionamento de agente financeiro da União. A recuperação somente deixa de ocorrer nos casos em que são obtidas decisões judiciais contra a União impedindo a execução de contragarantias ou para os casos em que os entes aderem às condições do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Os avais podem ser classificados em cinco categorias:

- I. **Avais honrados para os quais não há óbices para sua recuperação:** os valores ficam registrados até que eles sejam recuperados pela COAFI/STN/MF, por meio da execução de contragarantias a qual é efetuada mediante acionamento de agente financeiro da União. Em geral, esses avais ficam registrados na contabilidade por menos de um mês, até o momento de sua recuperação;
- II. **Avais honrados para os quais foram obtidas decisões judiciais contra a União, impedindo a execução de contragarantias:** é o caso dos avais honrados pela União concernentes aos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Piauí a partir de julho de 2022, em decorrência de decisões proferidas contra a União em ações que questionam a aplicação da Lei Complementar nº 194/2022;
- III. **Avais honrados em que o respectivo ente aderiu às condições da Lei Complementar nº 178/2021 (art. 23), mas não veio a aderir às condições do novo RRF, ao amparo da Lei Complementar**



**nº 159/2017 (art. 9º-A):** os avais honrados até a data da adesão do ente à Lei Complementar nº 178/2021 (art. 23) são transferidos para a respectiva conta corrente no âmbito da conta contábil de empréstimos e financiamentos, ou seja, baixados da conta de créditos sub-rogados. Ademais, os avais que vierem a ser honrados após esta data continuam sendo registrados na conta de créditos sub-rogados. Essa situação se aplicou aos avais honrados dos Estados do Amapá, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte; e

- IV. **Avais honrados em que o respectivo ente aderiu às condições do novo RRF, ao amparo da Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º-A):** quando o novo RRF é homologado, o saldo de avais honrados acumulado pelo ente desde sua adesão à Lei Complementar nº 178/2021 (art. 23), ocorrida anteriormente, é transferido para a respectiva conta corrente no âmbito da conta contábil de empréstimos e financiamentos, compondo o saldo de partida do contrato de refinanciamento referente ao art. 9º-A. Em suma, esse saldo é baixado da conta de créditos sub-rogados. Até o momento, os Estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro tiveram homologadas suas respectivas adesões ao novo RRF, de forma que foi efetuado o remanejamento de seus saldos de avais visando compor os saldos de partida do contrato de refinanciamento referente ao art. 9º-A de cada um deles.

Em 31/12/2023, o item “Créditos Sub-rogados – Estados” atingiu o montante bruto de R\$ 1,8 bilhão conforme detalhamento apresentado na tabela a seguir.

Tabela 75 – Créditos Sub-rogados – Detalhamento – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: COAFI/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Honra Aval-Op. Externa	1.113	970	14,72
Honra Aval-Op. Interna	660	693	(4,67)
Estado do Rio de Janeiro	-	-	-
Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-
Outros	-	-	-
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>1.774</b>	<b>1.663</b>	<b>6,65</b>
Ajuste para Perdas (II)	1.774	1.663	6,65
<b>Total Líquido (III = I - II)</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>(100,00)</b>
Circulante (Curto Prazo)	-	-	-
Não Circulante (Longo Prazo)	-	0	(100,00)



### **(f.8) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

Em 31/12/2023, o item “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” apresentou o saldo de R\$ 1,0 bilhão, o que representou um aumento de 3,76% em relação ao exercício encerrado de 2022, devido, principalmente, ao aumento em depósitos judiciais.

### **(f.9) Honras de Garantias a Receber**

Em 31/12/2023, o saldo de “Honras e Garantias a Receber” apresentou um aumento de 131,75% em relação ao exercício encerrado anterior, perfazendo R\$ 707 milhões. Esse aumento se deveu à regularização do saldo das honras a receber referente aos contratos do Fies garantidos pelo FGEduc com inadimplência superior a 360 dias, bem como dos valores provisionados para honras a receber pelo FG-Fies referente aos contratos inadimplentes do Fies que fazem jus a execução do seguro garantia.

O FGEduc está previsto no inciso III do art. 7º da Lei nº 12.087/2009, por meio do qual a União ficou autorizada a participar de fundos que tenham por finalidade garantir diretamente o risco em operações de crédito educativo, no âmbito de programas ou instituições oficiais, na forma prevista nos estatutos dos respectivos fundos.

### **(f.10) Ajuste para Perdas**

Quase a totalidade do ajuste para perdas de “Demais Créditos e Valores” em 31/12/2023 (95,24%) esteve concentrado em 4 agrupamentos de contas: “Créditos por Dano ao Patrimônio” (56,44% ou R\$ 17,9 bilhões), “Créditos a Receber por Infrações” (18,19% ou R\$ 5,8 bilhões), “Valores a Recuperar por Indenização de Sinistros” (15,38% ou R\$ 4,9 bilhões) e “Créditos Sub-rogados – Estados” (5,24% ou R\$ 1,7 bilhão).



## 10 - Investimentos

Os investimentos da União totalizaram R\$ 879,7 bilhões em 31/12/2023, representando um aumento de 16,79% (R\$ 126,5 bilhões) em relação ao final do exercício de 2022, e estão reunidos em três grupos conforme tabela a seguir.

Tabela 76 – Investimentos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Participações Permanentes	874.596	752.121	16,28	99,87
Propriedades para Investimento	1.128	1.116	1,05	0,13
Demais Investimentos Permanentes	0	0	(14,66)	0,00
<b>Total</b>	<b>875.724</b>	<b>753.237</b>	<b>16,26</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

A seguir, apresenta-se a movimentação ocorrida no exercício de 2023.

Tabela 77 – Investimentos – Movimentação

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	Saldo Inicial 31/12/2022 (Reapresentado)	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo Final 31/12/2023
Participações Permanentes	752.121	182.380	(59.905)	-	874.596
Propriedades para Investimento	1.116	-	(0)	12	1.128
Demais Investimentos Permanentes	0	-	(0)	-	0
<b>Total</b>	<b>753.237</b>	<b>182.380</b>	<b>(59.905)</b>	<b>12</b>	<b>875.724</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

As movimentações mais significativas no subgrupo "Investimentos" foram marcadas por adições e baixas significativas, particularmente nas seguintes empresas:

- I. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram observados ganhos de equivalência patrimonial totalizando R\$ 20,8 bilhões. Esses ganhos foram parcialmente compensados pelo registro de proventos a receber de R\$ 9,9 bilhões, resultando em um efeito líquido positivo de R\$ 10,9 bilhões.
- II. A Petrobras registrou ganhos de equivalência patrimonial que somaram R\$ 38,1 bilhões e proventos a receber de R\$ 26,7 bilhões. O efeito líquido dessa movimentação foi um aumento positivo de R\$ 11,4 bilhões.



- III. O Banco do Brasil apresentou ganhos de equivalência patrimonial de R\$ 16,4 bilhões, compensados pelo registro de proventos a receber de R\$ 6,5 bilhões, resultando em um ganho líquido total de R\$ 9,9 bilhões.
- IV. Na Caixa Econômica Federal, houve ganhos de equivalência patrimonial de R\$ 12,8 bilhões, compensados pelo registro de proventos a receber no valor de R\$ 4,4 bilhões. Essas movimentações resultaram em um efeito líquido positivo de R\$ 8,4 bilhões.

No que tange à Eletrobrás, a exclusão da empresa do Programa Nacional de Desestatização, conforme o Decreto nº 11.643/2023, gerou um efeito positivo significativo de R\$ 32,7 bilhões, marcando a maior variação na conta de Investimentos.

### (a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes dos OFSS, consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela abaixo apresenta a composição dos investimentos da União em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

Tabela 78 – Participações Permanentes  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
<b>Participações em Empresas</b>	<b>501.159</b>	<b>417.367</b>	<b>20,08</b>	<b>57,30</b>
Participações em Empresas – MEP	500.054	416.256	20,13	57,18
Participações em Empresas – Método de Custo	1.105	1.111	(0,54)	0,13
<b>Participações em Fundos</b>	<b>345.657</b>	<b>305.125</b>	<b>13,28</b>	<b>39,52</b>
Participações em Fundos – MEP	345.654	305.125	13,28	39,49
Participações em Fundos – Método de Custo	3	0	4.649,64	0,00
<b>Participações em Organismos Internacionais</b>	<b>18.850</b>	<b>18.462</b>	<b>2,11</b>	<b>2,16</b>
<b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>	<b>8.928</b>	<b>11.167</b>	<b>(20,05)</b>	<b>1,02</b>
<b>Outras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>874.596</b>	<b>752.121</b>	<b>16,81</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



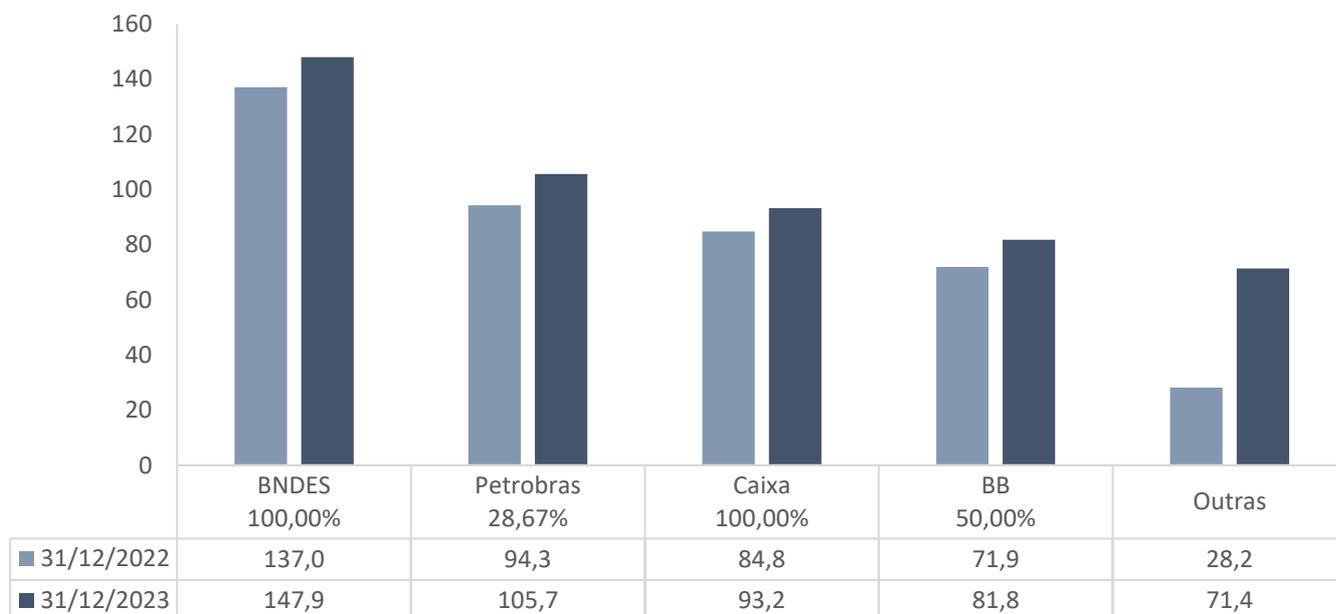
### (a.1) Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

As principais participações da União em empresas avaliadas pelo MEP estão demonstradas no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Participações Permanentes em Empresas (MEP) – Por Entidade

Dados em: R\$ bilhões

Fontes: COPAR/STN/MF e Siafi



Nota: \*Os percentuais indicados no eixo horizontal representam o percentual de participação da União nas respectivas empresas.

A seguir são apresentadas as participações da União em fundos avaliados pelo MEP.

Tabela 79 – Participações em Fundos – MEP

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	140.248	124.240	12,88	40,57
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO)	48.693	44.001	10,66	14,09
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	47.302	42.346	11,71	13,68
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	40.772	40.691	0,20	11,80
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	25.927	21.734	19,29	7,50
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	20.254	18.137	11,67	5,86
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEduc)	10.104	7.883	28,17	2,92
Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio	6.100	-	-	1,76
Outras	6.255	6.092	2,67	1,81
<b>Total</b>	<b>345.654</b>	<b>305.125</b>	<b>13,28</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



Em relação aos Fundos Constitucionais (FNE, FCO e FNO), os eventos mais significativos que afetaram a variação do saldo da conta até o final do exercício de 2023 compreenderam liberações de recursos, bem como registros de ganhos de equivalência patrimonial para ajuste do valor patrimonial da participação da União no fundo, conforme descrito a seguir:

- I. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): R\$ 7,9 bilhões correspondem a liberações de repasse e R\$ 415 milhões a ganho líquido de equivalência patrimonial.
- II. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO): R\$ 2,6 bilhões provenientes de liberações de repasse e R\$ 466 milhões de ganho líquido de equivalência patrimonial.
- III. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): as liberações de repasse somaram R\$ 2,6 bilhões, enquanto os ganhos de equivalência patrimonial perfizeram R\$ 52 milhões.

*(a.1.1) Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO)*

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) foram criados por meio da Lei nº 7.827/1989, com o intuito de consignar e aplicar os recursos oriundos de parte da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), entregues pela União por força do art. 159, inciso I, alínea “c”, da CF/1988, além de outras fontes previstas no art. 6º da referida Lei.

Segundo dispõe o art. 2º da Lei nº 7.827/1989, esses fundos constitucionais têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Em maio de 2023, foi implementada nova prática contábil, e os ativos e passivos dos Fundos deixaram de ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da União, passando a serem evidenciados como Investimentos em Fundos avaliados por MEP, sob gestão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A transferência de recurso da União efetuada aos Fundos deve impactar diretamente o subgrupo “Investimentos” do “Ativo Não Circulante” da União, semelhante a um aporte de capital, ao passo que as equivalências patrimoniais posteriores devem ser captadas na medida em que houver alterações dos patrimônios líquidos dos Fundos, de acordo com o desempenho de tais entidades, ou seja, de acordo com a incorporação de seus resultados nos períodos subsequentes.

Para mais informações, ver a Nota “Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis”.



### *(a.1.2) Fundo de Garantida de Operações (FGO)*

O FGO foi instituído pela Lei nº 12.087/2009 e possui a finalidade de garantir, direta ou indiretamente, o risco em operações de crédito para empresas, produtores rurais e suas cooperativas, bem como em operações em crédito educativo, chegando a até 100% do valor de operações concedidas no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O Pronampe é um programa de Governo Federal instituído pela Lei nº 13.999/2020, destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123/2006. Sob administração do Banco do Brasil, as operações de crédito contratadas poderão ser utilizadas para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, com prazo de pagamento de até 36 meses.

A Lei nº 13.999/2020 também estabeleceu que a União aumentará sua participação no FGO exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe. No caso de valores não utilizados e valores recuperados nas operações contratadas, inclusive inadimplências, esses deverão ser devolvidos à União e serão integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

### *(a.1.3) Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)*

O FAR teve sua autorização de criação pela Lei nº 10.188/2001, que criou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e instituiu o arrendamento residencial com opção de compra. Referida Lei determinou que, para a operacionalização do PAR, a Caixa estaria autorizada a criar o FAR, um fundo financeiro privado com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa.

O PAR foi criado para atendimento à necessidade de moradia à população de baixa renda concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, e nos municípios com população urbana superior a 100 mil habitantes, por meio de operação de arrendamento de unidades habitacionais com opção de compra.

Para execução do PAR, o FAR foi instituído por recursos onerosos provenientes de empréstimo junto ao FGTS e recursos não onerosos provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo (PROTECH).

A partir de 2009, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por meio da Lei nº 11.977/2009, não foram selecionadas novas operações para contratação de empreendimentos



vinculados ao PAR. No âmbito do PMCMV, o benefício se inicia após a alienação das unidades habitacionais, nas prestações dos financiamentos.

No PMCMV, os atos deliberativos para aprovação de empreendimentos são de competência do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, gestor do Programa.

A manutenção dos programas habitacionais PAR e PMCMV possui despesas que podem ser divididas em:

- I. Despesas obrigatórias, tais como as remunerações dos agentes financeiros na execução dos PAR/PMCMV, a remuneração do agente operador do FAR e o empréstimo junto ao FGTS; e
- II. Despesas de custeio: vigilância, taxas condominiais, judiciais, registros de contratos do PMCMV, entre outras.

Consoante o art. 2º, inciso II, da Lei nº 11.977/2009, com redação dada pela Lei nº 12.693/2012, a União aporta recursos no FAR por meio da integralização de cotas (aumento de capital), ou seja, a União é investidora do Fundo.

Nesse contexto, os aportes de recursos por meio de integralização de cotas são reconhecidos no balanço patrimonial da União como investimento permanente, classificado como fundos avaliados pelo MEP.

A avaliação atuarial do FAR compreendeu a mensuração das receitas e despesas futuras, descontadas a valor presente. Como resultado dessas projeções e considerando as hipóteses definidas, o FAR apresentou um déficit total de R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Esse déficit é devido, em grande parte, ao fluxo de desembolso futuro com obras já contratadas até a data base de cálculo. Apenas como efeito de análise, ao excluir os fluxos com desembolsos futuros, o FAR apresentou um déficit de R\$ 1,2 bilhão. Este déficit é ocasionado, principalmente, pelo empréstimo junto ao FGTS e pela remuneração do agente financeiro.

Para a projeção do fluxo de caixa do FAR, foram considerados apenas os ingressos referentes às receitas próprias, que consistem, principalmente, no retorno das prestações dos financiamentos (amortizações dos financiamentos concedidos aos mutuários beneficiados). Em relação aos desembolsos, foram considerados os referentes às obras contratadas, ao empréstimo do FGTS, às remunerações do agente financeiro, às despesas com manutenção de imóvel, às despesas administrativas, às perdas com ações judiciais, entre outros.

O desembolso de obras já contratadas consiste naquele que o Fundo deve fazer em favor das construtoras responsáveis pelos empreendimentos contratados. Esse desembolso obedece a um cronograma físico-



financeiro, previsto em contrato entre o FAR e as construtoras, e ocorre somente após medição da execução física da obra e regularidade fiscal da empresa.

A necessidade de fluxo financeiro futuro de R\$ 2,3 bilhões indica uma dependência futura do FAR em relação aos aportes de recursos por meio de integralizações de cotas da União. Assim, o monitoramento do fluxo de caixa do Fundo é importante para mitigar o risco de falta de liquidez ao longo do tempo.

Ainda, em 14 de fevereiro de 2023, foi editada a Medida Provisória nº 1.162, convertida na Lei nº 14.620/2023, que passou a dispor sobre o PMCMV, promovendo alterações na Lei nº 11.977/2009, e na Lei nº 10.188/2001, as quais contam com dispositivos que influenciam a gestão do FAR.

#### *(a.1.4) Fundo Garantidor de Investimentos (FGI)*

O FGI foi constituído nos termos da Lei nº 12.087/2009, com a finalidade de garantir, direta ou indiretamente, o risco de financiamento e empréstimos concedido a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e a autônomos transportadores rodoviários de carga, estes últimos na aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda. Dessa forma, foi criado o Peac-FGI, aumentando a participação da União no FGI exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito desse novo Programa.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

As incertezas sobre os rumos da economia aumentam o risco de inadimplência, gerando insegurança às instituições financeiras, as quais passam a adotar critérios de aprovação de crédito mais rigorosos como medida de precaução. Assim, o Peac-FGI reduz o risco assumido pelas instituições financeiras participantes, que poderão requerer garantias do FGI para cobertura de inadimplência, sendo destinado a microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e a sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que



tenham sede ou estabelecimento no País e tenham auferido, no ano-calendário imediatamente anterior ao da contratação da operação, receita bruta inferior ou igual a R\$ 300 milhões.

A integralização de cotas no FGI em razão do Peac foi autorizada pela Lei nº 14.042/2020 no montante de R\$ 20,1 bilhões, devendo tal integralização ocorrer por meio de quatro parcelas sequenciais no valor de até R\$ 5,0 bilhões e uma no valor de R\$ 100 milhões até a data de 31/12/2023.

Os valores não utilizados até 31/12/2020 para a garantia das operações previstas no Peac deverão ser devolvidos à Uniõo por meio do resgate de cotas, até o sexagésimo dia seguinte à data de emissão do parecer da auditoria independente do FGI referente àquele exercício, nos termos do estatuto do Fundo.

Já a partir do exercício de 2022, os valores não comprometidos com garantias concedidas teriam que ser devolvidos anualmente à Uniõo, utilizando-se também a mesma sistemática infligida em 2020 quanto aos valores não utilizados até 31 de dezembro daquele ano.

Contudo, com a edição da Lei nº 14.462/2022, tal devolução anual passou a ser exigida somente a partir de 2024. Todavia, a edição da Lei nº 14.554/2023 revogou o dispositivo que previa tal devolução (§ 4º do art. 5º da Lei nº 14.042/2020), de maneira que os recursos não utilizados na concessão de garantias permanecessem no referido Fundo para a cobertura de novas operações.

Ainda, de acordo com os §§ 13 e 14 do art. 5º da Lei nº 14.042/2020, incluídos pela Medida Provisória nº 1.189/2023, somente o saldo da parcela residual de R\$ 100 milhões deverá ser restituído à Uniõo, caso não sejam utilizados até 31/12/2023 no âmbito do Peac-FGI Crédito Solidário RS. Tal devolução deverá se dar a partir de 1º de janeiro de 2025.

### **(a.2) Participações Avaliadas pelo Método de Custo**

As participações da Uniõo avaliadas pelo método de custo estão demonstradas na tabela a seguir.

*Tabela 80 – Participações – Método de Custo*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Participações em Organismos Internacionais	18.850	18.462	2,11	94,45
Participações em Empresas	1.105	1.111	(0,53)	5,54
Participações em Fundos	3	0	4.649,64	0,02
<b>Total</b>	<b>19.959</b>	<b>19.573</b>	<b>1,97</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*



**(a.2.1) Participações Permanentes em Organismos Internacionais**

Em 31/12/2023, do total de R\$ 18,9 bilhões em participações da União em organismos internacionais, 41,41% estiveram concentrados no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). As participações da União em organismos internacionais estão detalhadas na tabela seguinte.

*Tabela 81 – Participações Permanentes em Organismos Internacionais*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	7.807	7.807	-	41,41
Corporação Andina de Fomento (CAF)	2.756	2.756	-	14,62
Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)	2.071	1.983	4,45	10,99
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1.419	1.419	-	7,53
Fundo Financeiro para Desenv. da Bacia do Prata (FONPLATA)	1.295	1.155	12,15	6,87
Corporação Interamericana de Investimentos (CII)	1.003	843	19,01	5,32
Banco Internacional para Reconstrução e Desenv. (BIRD)	911	911	-	4,83
Outras	1.587	1.587	(0,00)	8,42
<b>Total</b>	<b>18.850</b>	<b>18.462</b>	<b>2,11</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

**(a.3) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**

Em 31/12/2023, no saldo da União em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), houve variação negativa de 20,05% (R\$ 2,2 bilhões). Contribuiu para o registro, principalmente, a integralização de capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), no valor de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões.

**(b) Propriedades para Investimento**

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. O Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS) concentra 99,79% desses bens (R\$ 1,1 bilhão).



## 11 - Imobilizado

O imobilizado da Uniõo alcançou o montante de R\$ 2,326 trilhões em 31/12/2023, representando um aumento de 32,41% em relação ao encerramento do exercício de 2022. Conforme tabela abaixo, o imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Tabela 82 – Imobilizado  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
<b>Bens Móveis (VII = I - II - III)</b>	<b>122.364</b>	<b>118.645</b>	<b>3,13</b>	<b>5,26</b>
Valor Bruto Contábil (I)	157.377	150.123	4,83	6,77
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	34.817	31.285	11,29	1,50
Redução ao Valor Recuperável (III)	196	192	1,69	0,01
<b>Bens Imóveis (VIII = IV - V - VI)</b>	<b>2.203.288</b>	<b>1.637.731</b>	<b>34,53</b>	<b>94,74</b>
Valor Bruto Contábil (IV)	2.222.643	1.656.997	34,14	95,57
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (V)	4.446	4.133	7,58	0,19
Redução ao Valor Recuperável (VI)	14.909	15.133	(1,48)	0,64
<b>Total Líquido (IX = VII + VIII)</b>	<b>2.325.652</b>	<b>1.756.377</b>	<b>32,41</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (a) Bens Móveis

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens móveis da Uniõo foi de R\$ 122,4 bilhões, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 83 – Bens Móveis  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Veículos	39.533	35.894	10,14
Bens Móveis em Andamento	35.082	35.976	(2,48)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	31.725	29.184	8,71
Bens de Informática	23.015	20.974	9,73
Móveis e Utensílios	8.950	8.807	1,63
Bens Móveis em Almoxarifado	8.161	7.391	10,41
Outros	10.911	11.897	(8,28)
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>157.377</b>	<b>150.123</b>	<b>4,83</b>
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	34.817	31.285	11,29
Redução ao Valor Recuperável (III)	196	192	1,69
<b>Total Líquido (IV = I - II - III)</b>	<b>122.364</b>	<b>118.645</b>	<b>3,13</b>

Os "Veículos" são os bens móveis de maior saldo (R\$ 39,5 bilhões), representando 25,12% do valor bruto contábil dos bens móveis da Uniõo em 31/12/2023. A maior parte desses bens foi registrada pelo



Ministério da Defesa (R\$ 31,6 bilhões ou 79,82% do total). São, principalmente, aeronaves (R\$ 11,9 bilhões), embarcações (R\$ 10,7 bilhões), veículos de tração mecânica (R\$ 5,0 bilhões) e carros de combate (R\$ 3,7 bilhões).

Em seguida, os “Bens Móveis em Andamento” representaram 22,29% do valor bruto contábil dos bens móveis da União em 31/12/2023. Nessas contas, são classificados todos os gastos com materiais, mão de obra direta e indireta, e outros gastos incorridos na produção ou aquisição de bens que ainda não estejam em operação. Do total de R\$ 35,1 bilhões, R\$ 33,8 bilhões (96,44%) estão concentrados no Ministério da Defesa. Trata-se, principalmente, de projetos de modernização da Força Aérea Brasileira, no montante de R\$ 15,2 bilhões, sendo o mais expressivo o Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto); e do Comando da Marinha, no montante de R\$ 12,4 bilhões, correspondente ao Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear.

Da mesma forma, o Ministério da Defesa representa a maior parte das “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” (R\$ 11,6 bilhões ou 36,43% do total de R\$ 31,7 bilhões) e dos “Bem Móveis em Almojarifado” (R\$ 7,2 bilhões ou 87,76% do total de R\$ 8,2 bilhões).

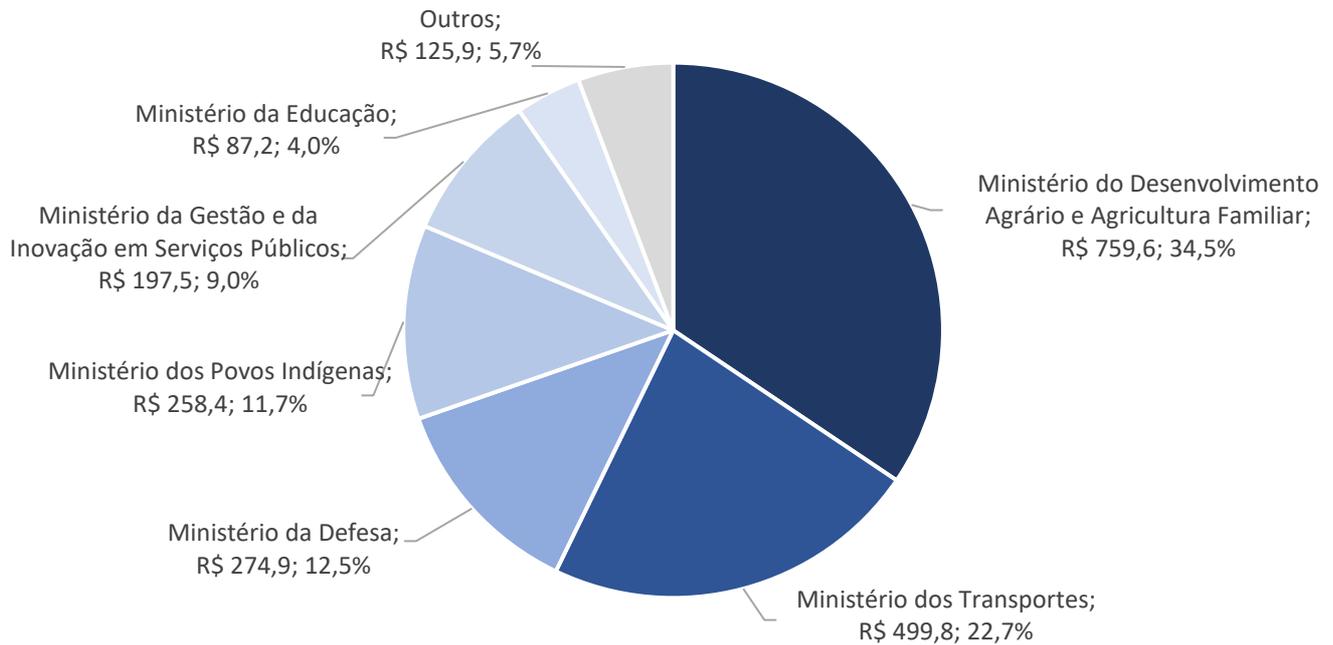
Já o Ministério da Educação concentra a maior parte dos “Bens de Informática” (R\$ 5,2 bilhões ou 22,4% do total de R\$ 23,0 bilhões) e dos “Móveis e Utensílios” (R\$ 3,5 bilhões ou 39,49% do total de R\$ 9,0 bilhões), predominantemente nas universidades federais.

#### **(b) Bens Imóveis**

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens imóveis da União totalizou R\$ 2,203 trilhões, sendo que 94,29% desse valor estiveram concentrados, como mostra o gráfico abaixo, nos seguintes Ministérios: Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Transportes; Defesa; Povos Indígenas; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; e Educação.



Gráfico 6 – Bens Imóveis – Por Órgão Superior  
Dados em: R\$ bilhões  
Fonte: Siafi



A composição desses imóveis é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 84 – Bens Imóveis  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Bens de Uso Especial	1.544.132	991.088	55,80
Bens de Uso Comum do Povo	330.984	331.335	(0,11)
Ativos de Concessão de Serviços	174.905	172.402	1,45
Bens Dominicais	112.892	103.379	9,20
Bens Imóveis em Andamento	52.006	51.545	0,89
Instalações	5.319	4.896	8,64
Outros	2.404	2.351	2,23
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>2.222.643</b>	<b>1.656.997</b>	<b>34,14</b>
Redução ao Valor Recuperável (II)	14.909	15.133	(1,48)
Depreciação/Amortização Acumulada (III)	4.446	4.133	7,58
<b>Total Líquido (IV = I - II - III)</b>	<b>2.203.288</b>	<b>1.637.731</b>	<b>34,53</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



### (b.1) Bens de Uso Especial

Os “Bens de Uso Especial” representaram 69,47% do valor bruto contábil dos bens imóveis em 31/12/2023, totalizando R\$ 1,544 trilhão, e apresentaram um aumento de 55,80% (R\$ 553,0 bilhões) em comparação ao exercício encerrado de 2022. Sua composição é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 85 – Bens de Uso Especial

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	651.865	417.051	56,30
Terrenos e Glebas	533.650	219.863	142,72
Aquartelamentos	136.554	137.362	(0,59)
Imóveis de Uso Educacional	60.634	54.957	10,33
Edifícios	41.729	39.062	6,83
Aeroportos, Estações e Aeródromos	29.806	39.331	(24,22)
Imóveis Residenciais e Comerciais	26.571	25.874	2,69
Complexos, Fábricas e Usinas	25.200	22.354	12,73
Hospitais	6.732	6.580	2,31
Outros	31.392	28.655	9,55
<b>Total Bruto (I)</b>	<b>1.544.132</b>	<b>991.088</b>	<b>55,80</b>
Depreciação/Amortização Acumulada (II)	2.309	2.079	11,06
Redução ao Valor Recuperável (III)	10	10	(0,00)
<b>Total Líquido (IV = I - II - III)</b>	<b>1.541.813</b>	<b>988.999</b>	<b>55,90</b>

#### (b.1.1) Fazendas, Parques e Reservas

Entre os “Bens de Uso Especial”, os bens de maior saldo foram “Fazendas, Parques e Reservas”, perfazendo R\$ 651,9 bilhões, ou seja, 42,22% do total bruto. Seu saldo está distribuído nos órgãos, conforme tabela abaixo.

Tabela 86 – Bens de Uso Especial – Fazendas, Parques e Reservas – Por Órgão

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	331.337	95.681	246,29	50,83
Fundação Nacional do Índio (Funai)	256.873	256.607	0,10	39,41
Secretaria de Patrimônio da União (SPU)	31.250	32.409	(3,58)	4,79
Comando do Exército	10.788	10.806	(0,17)	1,65
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	9.251	9.271	(0,22)	1,42
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	8.257	8.249	0,10	1,27
Outros	4.110	4.029	2,01	0,63
<b>Total</b>	<b>651.865</b>	<b>417.051</b>	<b>56,30</b>	<b>100,00</b>



Do total de “Fazendas, Parques e Reserva” em 31/12/2023, 50,83% foram registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, totalizando R\$ 331,3 bilhões. Na verdade, esses bens imóveis sob gestão do Incra são bens dominicais destinados à reforma agrária, mas que foram classificados como bens de uso especial por determinação da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e da Portaria SPU nº 206/2000 que obriga o uso do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) para a gestão dos bens imóveis da União, das autarquias e fundações públicas federais. Esse sistema faz o controle patrimonial e os registros contábeis no Siafi, mas somente movimentava contas de bens imóveis de uso especial. Os imóveis destinados à reforma agrária, inseridos no SPIUnet, são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) do Incra, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

O aumento de 246,29% (R\$ 235,7 bilhões) ocorrido no período nos imóveis sob gestão do Incra decorreu, principalmente, da reavaliação efetivada com o objetivo atualizar os valores dos bens imóveis rurais cadastrados no SPIUnet, baseada na PPR de outubro de 2023, fornecida pelo Sistema de Mercado de Terras. O montante da reavaliação foi cerca de R\$ 230,8 bilhões, impactando positivamente o patrimônio líquido da União.

Em relação à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, responsável por 39,41% total de “Fazendas, Parques e Reserva” em 31/12/2023, os valores mantiveram-se praticamente constantes em comparação à 31/12/2022.

O valor do imobilizado da Funai provém principalmente da reavaliação dos valores por m<sup>2</sup> das terras indígenas, com o objetivo de atualizar os valores patrimoniais, registrando, assim, os valores na conta correspondente a “Fazendas Parques e Reservas”.

Diante da necessidade de mensuração das reservas indígenas (pela própria característica constitucional desses bens), adotou-se, como alternativa disponível para mensuração, a produção de pesquisas de preços referenciais de terras de competência do Incra e a utilização do Valor da Terra Nua (VTN).

#### *(b.1.2) Terrenos e Glebas*

Ainda dentro do grupo “Bens de Uso Especial”, o segundo item mais relevante é “Terrenos e Glebas”, com R\$ 533,6 bilhões em 31/12/2023, conforme tabela a seguir.



Tabela 87 – Bens de Uso Especial – Terrenos e Glebas – Por Órgão

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	424.853	124.637	240,87	79,61
Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	25.497	23.532	8,35	4,78
Comando da Marinha	20.789	20.081	3,52	3,90
Comando do Exército	14.946	15.181	(1,55)	2,80
Comando da Aeronáutica	13.173	7.522	75,12	2,47
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	11.004	11.004	-	2,06
Fundação Universidade de Brasília	4.194	4.194	-	0,79
Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)	3.741	3.741	-	0,70
Outros	15.452	9.970	54,99	2,90
<b>Total</b>	<b>533.650</b>	<b>219.863</b>	<b>142,72</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

O valor de “Terrenos e Glebas” do Incra representou 79,61% do total do grupo, ou seja, R\$ 424,9 bilhões em 31/12/2023. Estes bens são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) da Autarquia, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Da mesma forma que “Fazendas, Parques e Reservas”, o aumento de 240,87%, ou seja, R\$ 300,2 bilhões, ocorrido no último exercício nos imóveis sob gestão do Incra decorreu da reavaliação efetivada com o objetivo de atualizar os valores dos bens imóveis rurais cadastrados no SPIUnet, baseada na Planilha de Preços Referenciais de outubro de 2023, fornecida pelo Sistema de Mercado de Terras.

Quanto ao aumento de 75,12% no saldo de “Terrenos e Glebas” pertencentes ao Comando da Aeronáutica, trata-se principalmente de mudança de classificação contábil de Aeroportos/Estações/Aeródromos decorrentes de atuação do Tribunal de Contas da União, bem como de reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet.

Em relação ao aumento de 54,99% (R\$ 5,5 bilhões) no saldo de “Terrenos e Glebas” classificados como Outros, estes estão concentrados, principalmente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com R\$ 2,1 bilhões, e na Fundação Universidade do Amazonas, no montante de R\$ 2,0 bilhões.



### (b.1.3) Aquartelamentos

O item “Aquartelamentos” engloba, dentre outros bens, os quartéis, as bases e os fortes militares, perfazendo R\$ 136,5 bilhões em 31/12/2023. Somente o Ministério da Defesa é responsável por 99,49% desse total. Dentro das Forças Armadas, o Comando do Exército registrou 53,23% do total, seguido dos Comandos da Aeronáutica e da Marinha, com 37,04% e 9,22% respectivamente.

### (b.1.4) Imóveis de Uso Educacional

O item “Imóveis de Uso Educacional” compreende os prédios das universidades, hospitais, institutos e respectivos *campi*, salas de aula, laboratórios, fazendas experimentais, escolas de governo, entre outros, perfazendo R\$ 60,6 bilhões em 31/12/2023. Desse montante, 94,49% pertencem ao Ministério da Educação, 3,01% ao Ministério da Defesa e 2,09% ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

### (b.2) Bens de Uso Comum do Povo

Entre os “Bens de Uso Comum do Povo”, os mais significativos são “Rodovias e Estradas” com R\$ 323,6 bilhões (97,77% do total), registrados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme tabela abaixo.

Tabela 88 – Bens de Uso Comum do Povo  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Rodovias e Estradas	323.602	324.444	(0,26)	97,77
Eclusas	6.349	5.862	8,32	1,92
Portos e Estaleiros	974	974	-	0,29
Pontes	52	52	-	0,02
Subestações de Transmissão de Energia Elétrica	4	0	1.041,86	0,00
Ferrovias	3	3	9,83	0,00
<b>Total</b>	<b>330.984</b>	<b>331.335</b>	<b>(0,11)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

Por rodovias federais, entende-se as vias rurais pavimentadas; por estradas, as vias rurais não pavimentadas, conforme define o Anexo I do atual Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503/1997. Assim, considera-se como patrimônio rodoviário toda a malha federal, composta por rodovias e estradas, concedidas e conveniadas, sendo regulamentada pelas Leis nº 8.987/1995 e nº 9.277/1996.



Destaca-se que, dos valores evidenciados, o DNIT adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando-se as condições em que determinados trechos rodoviários se encontravam no exercício a que se referem as demonstrações contábeis, além de considerar outros gastos com o intuito de colocá-los em condições ideais de uso. Tal metodologia é denominada de Custo Médio Gerencial (CMG).

Nos casos de vias não pavimentadas (estradas), foram utilizados como parâmetro os valores necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplanagem, entre outros.

A redução de 0,26% (R\$ 842 milhões) entre os saldos de 31/12/2023 e 31/12/2022 decorreu da reclassificação das rodovias concedidas para Ativos de Concessão de Serviços.

Em 31/12/2023, o saldo referente às “Eclusas” foi de R\$ 6,3 bilhões, e apresentou um aumento de 8,32% (R\$ 488,0 milhões) em relação ao exercício encerrado de 2022, decorrente de atualização, com data-base de dezembro/2023, pela aplicação do índice INCC/FGV, além da realização de classificação de estado de conservação dos ativos.

No Brasil, as eclusas, a cargo do DNIT, apresentam uma média de idade de aproximadamente 40 anos, sendo Fandango a mais velha com 65 anos, e Tucuruí a mais nova com 13 anos. O DNIT definiu a vida útil média das eclusas em 100 anos, enquanto não se definam ou se obtenham parâmetros técnicos mais precisos. Este valor foi baseado em pesquisas realizadas a partir de dados reais observados, nos quais foram identificadas eclusas e barragens existentes nos Estados Unidos (Rio Mississipi) construídas na década de 30, ou seja, há mais de 80 anos e com vida útil média restante de cerca de 50 anos, totalizando uma vida útil superior a 100 anos.

### **(b.3) Ativos de Concessão de Serviços**

Em 31/12/2023, o item “Ativos de Concessão de Serviços” apresentou um aumento de 1,45%, ou seja, R\$ 2,5 bilhões, em relação ao final do exercício de 2022, totalizando R\$ 174,9 bilhões, sendo o DNIT responsável por 90,97%, conforme tabela abaixo.



*Tabela 89 – Ativos de Concessão de Serviços*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	159.117	156.614	1,60	90,97
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Infra S.A.)	15.788	15.789	(0,00)	9,03
<b>Total</b>	<b>174.905</b>	<b>172.402</b>	<b>1,45</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

#### **(b.4) Bens Dominicais**

Os bens dominicais também possuem relevância patrimonial significativa e são formados principalmente por glebas, conforme tabela abaixo.

*Tabela 90 – Bens Dominicais*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Bens Dominicais Registrados no SIAPA	111.009	101.475	9,40	98,33
Imóveis Destinados à Reforma Agrária	1.754	1.776	(1,28)	1,55
Outros	130	128	1,31	0,12
<b>Total</b>	<b>112.892</b>	<b>103.379</b>	<b>9,20</b>	<b>100,00</b>

##### **(b.4.1) Bens Dominicais Registrados no SIAPA**

Em 31/12/2023, os “Bens Dominicais Registrados no SIAPA” representaram 98,33% do valor bruto contábil dos bens dominicais, totalizando R\$ 111,0 bilhões. Esses bens representam os ativos de direito público como objeto de direito pessoal ou real pertencentes à União. São bens que não possuem um fim específico, a exemplo de um prédio público que não esteja ocupado a serviço da Administração Federal ou terrenos que não tenham um uso determinado. Quase a totalidade dos bens dominicais registrados no SIAPA estão alocados no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e são geridos pela SPU.

##### **(b.4.2) Imóveis Destinados à Reforma Agrária**

Os imóveis destinados à reforma agrária, registrados no Incra, são usualmente controlados por meio do SPIUnet, sistema de controle de bens de uso especial da União. Por força da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, combinada com a Portaria SPU nº 206/2000, a utilização do SPIUnet tornou-se obrigatória ao Incra. Entretanto, os imóveis destinados à reforma agrária e ainda não inseridos no SPIUnet estão assim classificados como bens dominicais, representando valores pendentes de regularização.



Em 2018, o Incra lançou, em conta específica de bens imóveis a registrar destinados à reforma agrária, aproximadamente R\$ 112,0 bilhões referentes a imóveis que ainda não haviam sido cadastrados no SPIUnet. Ao longo dos anos seguintes, esses bens foram sendo gradativamente regularizados (cadastrados no SPIUnet para atender à Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023), de maneira que, em 31/12/2023, a autarquia apresentou saldo residual de R\$ 1,6 bilhão em imóveis a registrar destinados à reforma agrária.

### **(b.5) Bens Imóveis em Andamento**

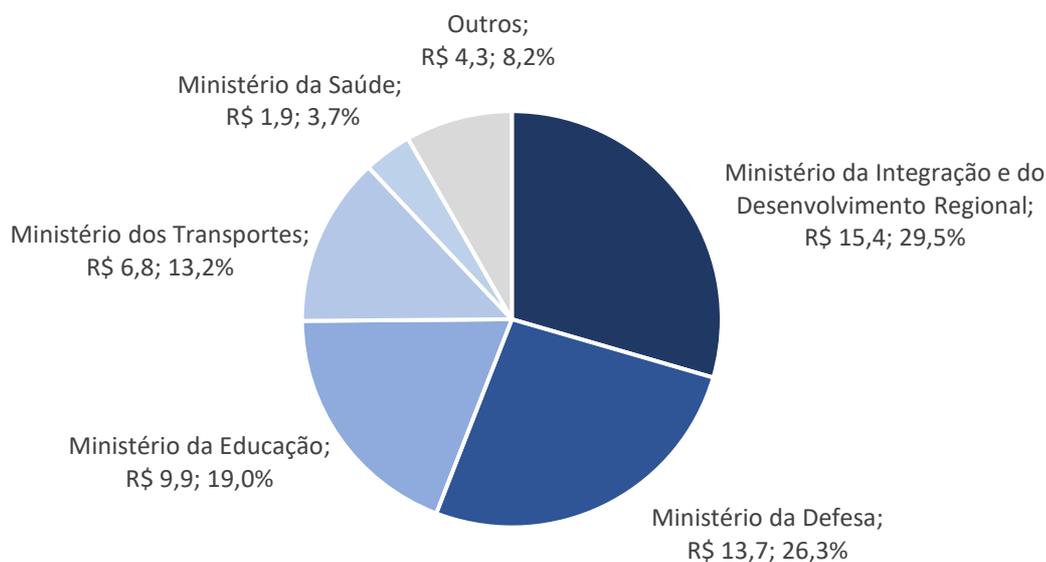
Estes ativos representam os bens imóveis ainda não concluídos, como “Obras em Andamento” (R\$ 48,9 bilhões), “Estudos e Projetos” (R\$ 2,8 bilhões), entre outros.

Na perspectiva de registro por Órgão Superior, os saldos em 31/12/2023 estão distribuídos conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Bens Imóveis em Andamento – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



Em 31/12/2023, houve uma variação positiva de R\$ 461 milhões nesses ativos em comparação com o exercício de 2022 (aumento de 0,89%), sendo a VALEC e o DNIT, vinculados ao Ministério dos Transportes, os responsáveis pela adição de R\$ 1,0 bilhão no período, decorrente da construção de terminais fluviais, ferrovias e a conservação e recuperação de ativos de infraestrutura em diferentes regiões do País.



### (c) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas e Redução ao Valor Recuperável

Na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, a STN/MF elaborou dois procedimentos<sup>1</sup> com o intuito de apresentar o patrimônio da União de forma mais fidedigna à sua realidade de atuação, a saber:

- Macrofunção 020330: trata-se do reconhecimento da depreciação, amortização e exaustão;
- Macrofunção 020335: trata-se do reconhecimento de valores decorrentes de reavaliações e reduções a valores recuperáveis.

Foi estabelecido um cronograma para que os gestores adotassem gradativamente o procedimento de depreciação, amortização e exaustão dos bens, de acordo com as características dos bens. Por isso, a adoção vem progredindo à medida que os controles sobre os bens são mais bem desenvolvidos e conforme a capacidade de recursos humanos de cada órgão.

Com relação aos bens imóveis, a metodologia utilizada para o cálculo da depreciação pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme relatado na Nota “Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis”, item “Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet”.

Vale ressaltar que não foi realizado nenhum registro contábil automático de depreciação nas empresas públicas e sociedades de economia mista, pois elas devem seguir a Lei nº 6.404/1976 e demais legislações e normativos próprios.

O atual sistema, o SPIUnet, não possui módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados a:

- I. Depreciação;
- II. Amortização;
- III. Reavaliação; e
- IV. Redução ao Valor Recuperável.

A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo implicam novos valores de mensuração, de acordo com a metodologia adotada.

---

<sup>1</sup>Os procedimentos citados podem ser consultados em: <https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>



## 12 - Intangível

O ativo intangível da União, em 31/12/2023, totalizou R\$ 13,6 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 91 – Intangível  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	6.377	5.978	6,67	46,73
Marcas, Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	881	876	0,56	6,46
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes	(234)	(198)	(18,55)	(1,72)
Redução ao Valor Recuperável – Marcas, Direitos e Patentes	(0)	(0)	(3,47)	(0,00)
<b>Marcas, Direitos e Patentes – Valor Líquido Contábil</b>	<b>7.023</b>	<b>6.656</b>	<b>5,51</b>	<b>51,47</b>
Software – Vida Útil Definida	4.061	3.753	8,20	29,76
Software – Vida Útil Indefinida	3.469	3.205	8,22	25,42
Software – Não Localizados	2	2	7,36	0,01
Amortização Acumulada – Software	(964)	(867)	(11,09)	(7,06)
Redução ao Valor Recuperável – Software	(9)	(7)	(38,42)	(0,07)
<b>Software – Valor Líquido Contábil</b>	<b>6.559</b>	<b>6.086</b>	<b>7,77</b>	<b>48,06</b>
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	78	49	57,71	0,57
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	1	1	-	0,01
Amortização Acumulada – Direito de Uso de Imóvel	(15)	(7)	(112,01)	(0,11)
<b>Direito de Uso de Imóvel – Valor Líquido Contábil</b>	<b>64</b>	<b>44</b>	<b>47,58</b>	<b>0,47</b>
<b>Intangível – Valor Líquido Contábil</b>	<b>13.646</b>	<b>12.786</b>	<b>6,73</b>	<b>100,00</b>

Considerando-se os saldos líquidos das contas do Intangível (após dedução da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável), o item mais representativo é o título “Marcas, Direitos e Patentes”, representando 51,47% do total em 31/12/2023, e apresentou um aumento de 5,51%, ou seja, uma variação de R\$ 367 milhões, em relação ao exercício anterior. Especificamente quanto a esse título, 93,83% são de gestão do Ministério da Defesa.

Quanto à composição, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa 90,79% do total desse grupo. Desse montante, há R\$ 6,0 bilhões registrados no Comando da Marinha, integrante do Ministério da Defesa, referentes ao contrato de transferência de tecnologia do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

Já o item “Software”, em 2023, representou 48,06% do total do Intangível. A maior parte dos registros desse título (61,92%) é da classe de bens com vida útil definida, sendo o Ministério da Fazenda responsável por 28,82% do saldo. Relativamente à composição verificada na Pasta, destaca-se o pagamento de cartas de cobranças atinentes à prestação de serviços, processamento de dados e



desenvolvimento de sistemas, tendo como principal fornecedor o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), pagos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

A metodologia para amortização dos bens com vida útil definida tem como base de cálculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o de quotas constantes.

Em relação aos “*Softwares – Vida Útil Indefinida*”, houve um aumento de 8,22% que alcançou, em 31/12/2023, R\$ 3,5 bilhões, distribuídos, principalmente, entre a Justiça Eleitoral (10,35%); o Comando da Aeronáutica (9,40%); o Ministério da Fazenda (9,36%); e o Departamento de Polícia Federal (6,88%). Os registros dos bens referem-se, no geral, a desenvolvimento de *softwares*.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva.



## 13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais estão segregadas em curto e longo prazo.

Tabela 92 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Curto Prazo	86.412	101.937	(15,23)	86,40
Longo Prazo	13.596	13.218	2,86	13,60
<b>Total</b>	<b>100.003</b>	<b>115.155</b>	<b>(13,16)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

No curto prazo, os títulos “Benefícios Previdenciários a Pagar” e “Pessoal a Pagar” responderam, juntos, por 93,99% do saldo desse subgrupo, conforme tabela abaixo.

Tabela 93 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Curto Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Benefícios Previdenciários a Pagar	54.628	69.289	(21,16)	63,22
Pessoal a Pagar	26.588	28.402	(6,39)	30,77
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.281	3.125	5,00	3,80
Encargos Sociais a Pagar	1.916	1.122	70,78	2,22
<b>Total</b>	<b>86.412</b>	<b>101.937</b>	<b>(15,24)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

No longo prazo, os passivos do grupo apresentaram a composição mostrada na tabela a seguir.

Tabela 94 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Benefícios Previdenciários a Pagar	8.611	8.531	0,94	63,33
Encargos Sociais a Pagar	3.078	3.142	(2,03)	22,64
Pessoal a Pagar	1.907	1.545	23,44	14,03
<b>Total</b>	<b>13.596</b>	<b>13.218</b>	<b>2,86</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

A rubrica “Pessoal a Pagar”, que representa as obrigações referentes a proventos de aposentadoria, reformas e pensões, apresentou variação positiva de 23,44% no longo prazo em relação ao exercício anterior.



### (a) Benefícios Previdenciários a Pagar

Somando curto e longo prazo, as obrigações com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 63,2 bilhões em 31/12/2023, conforme tabela abaixo

*Tabela 95 – Benefícios Previdenciários a Pagar CP e LP  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Benefícios Previdenciários	44.542	41.625	7,01	70,44
Precatórios de Benefícios Previdenciários	10.610	27.443	(61,34)	16,78
Seguro-Desemprego	7.610	8.307	(8,40)	12,03
Abono Salarial	472	445	6,14	0,75
<b>Total</b>	<b>63.234</b>	<b>77.820</b>	<b>(18,74)</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Os "Precatórios de Benefícios Previdenciários" apresentaram uma redução de 61,34% em comparação a 2022. A variação desse subitem tem relação direta com pagamentos de precatórios no exercício e com o reconhecimento dos precatórios a pagar nos exercícios seguintes. A redução significa que houve mais pagamentos do que reconhecimento de precatórios a pagar.

Em relação aos pagamentos de precatórios, destaca-se a edição da Medida Provisória nº 1.200, de 20 de dezembro de 2023, por meio da qual foi aberto crédito extraordinário no montante de R\$ 93,1 bilhões em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e de Encargos Financeiros da União. Do referido montante, cerca de R\$ 27,7 bilhões foram abertos especificamente em favor do FRGPS para o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado em desfavor do referido fundo.

Em 2022, dos R\$ 27,4 bilhões, R\$ 25,3 bilhões (92,44%) estavam sob o controle do FRGPS, sendo R\$ 17,1 bilhões no curto prazo e R\$ 8,3 bilhões no longo prazo. Portanto, da redução destacada, 98,7% são referentes aos precatórios do FRGPS, ou seja, R\$ 16,4 bilhões.

E o item "Seguro-Desemprego" representou 12,03% do total da rubrica, decorrente da apropriação no passivo de suas obrigações, relativo aos valores reconhecidos aos trabalhadores durante o exercício de 2023.



## (b) Pessoal a Pagar

Em 31/12/2023, o item “Pessoal a Pagar” totalizou R\$ 28,5 bilhões. Desse total, 66,72% estão concentrados em “Salários, Remunerações e Benefícios”; e 19,78% estão em “Férias a Pagar”, conforme tabela a seguir.

Tabela 96 – Pessoal a Pagar

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	19.013	17.940	5,98	66,72
Férias a Pagar	5.635	4.709	19,67	19,78
Precatórios de Pessoal	3.027	6.499	(53,43)	10,62
Outros	820	799	2,67	2,88
<b>Total</b>	<b>28.495</b>	<b>29.947</b>	<b>(4,85)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

A redução dos “Precatórios de Pessoal” em 53,43% em relação a 2022 decorre, principalmente, da edição da Medida Provisória nº 1.200/2023, comentada anteriormente nesta Nota.



## 14 - Empréstimos e Financiamentos

Em 31/12/2023, o montante de empréstimos e financiamentos contraídos pela União aumentou em R\$ 732,1 bilhões em comparação ao exercício encerrado de 2022, representando um aumento de 9,03%.

Quanto à exigibilidade da dívida, 79,48% do total é de longo prazo, conforme tabela a seguir.

Tabela 97 – Empréstimos e Financiamentos da União – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi (I)</b>	<b>8.587.445</b>	<b>7.854.435</b>	<b>9,33</b>	<b>97,12</b>
Em mercado	6.268.865	5.698.971	10,00	70,90
Em carteira do BCB	2.318.580	2.155.464	7,57	26,22
<b>Dívida Pública Federal externa – DPFe (II)</b>	<b>254.321</b>	<b>255.129</b>	<b>(0,32)</b>	<b>2,88</b>
Em títulos	207.591	212.177	(2,16)	2,35
Em contratos	46.730	42.951	8,80	0,53
<b>Dívida Pública Federal – DPF (III = I + II)</b>	<b>8.841.767</b>	<b>8.109.563</b>	<b>9,03</b>	<b>100,00</b>
<b>Empréstimos/financiamentos internos em contratos</b>	<b>180</b>	<b>290</b>	<b>(37,76)</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>8.841.947</b>	<b>8.109.853</b>	<b>9,03</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	1.814.625	1.675.395	8,31	20,52%
Não Circulante (Longo Prazo)	7.027.322	6.434.458	9,21	79,48%

Os empréstimos e financiamentos da União são representados praticamente em sua totalidade (99,47%) pela Dívida Pública Federal<sup>2</sup> (DPF), que se classifica segundo dois critérios:

- I. Quanto ao instrumento utilizado para captação dos recursos:
  - Dívida mobiliária (quando ocorre por meio da emissão de títulos públicos); ou
  - Dívida contratual (quando ocorre por meio de contratos).
- II. Quanto à moeda:
  - Dívida interna (quando as transações são realizadas em moeda corrente do País – Real); ou
  - Dívida externa (quando as transações ocorrem no mercado internacional, em real ou em moedas estrangeiras e independentemente da nacionalidade do investidor).

<sup>2</sup> A Dívida Pública Federal (DPF) corresponde à soma da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) com a Dívida Pública Federal externa (DPFe), sendo esta última subdividida em mobiliária e contratual.



A tabela a seguir apresenta os valores que se referem apenas à parcela registrada na Coordenação-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública (CODIV/STN/MF), representando 99,80% do total da DPF apresentado na tabela anterior.

Tabela 98 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo – Gestão CODIV/STN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
DPMFi – Mercado	6.268.482	5.698.469	10,00	71,04
DPMFi – BCB	2.318.580	2.155.464	7,57	26,27
DPMFe	207.591	212.177	(2,16)	2,35
Contratual Externa	29.395	26.110	12,58	0,33
DPMFi - Títulos da Dívida Agrária	383	502	(23,65)	0,00
Empréstimos Antecipados	0	-	-	0,00
<b>Total</b>	<b>8.824.432</b>	<b>8.092.723</b>	<b>9,04</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	<b>1.811.957</b>	<b>1.672.292</b>	<b>8,35</b>	<b>20,53</b>
Não Circulante (Longo Prazo)	<b>7.012.475</b>	<b>6.420.430</b>	<b>9,22</b>	<b>79,47</b>

As tabelas a seguir apresentam o estoque da Dívida Pública Federal, gestão CODIV/STN, segregando o principal dos juros, nas datas bases 31/12/2023 e 31/12/2022.

Tabela 99 – Estoque DPF – Principal e Juros Apropriados – 31/12/2023 – Gestão CODIV/STN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: CODIV/STN/MF

Estoque DPF	Principal	Juros	Total
DPMFi – Mercado	5.501.722	767.143	6.268.865
DPMFi – BCB	2.010.639	307.942	2.318.580
DPMFe	130.855	76.736	207.591
Contratual Externa	29.052	343	29.395
<b>Total</b>	<b>7.672.268</b>	<b>1.152.163</b>	<b>8.824.432</b>

Tabela 100 – Estoque DPF – Principal e Juros Apropriados – 31/12/2022 – Gestão CODIV/STN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: CODIV/STN/MF

Estoque DPF	Principal	Juros	Total
DPMFi – Mercado	5.206.056	492.914	5.698.970
DPMFi – BCB	1.928.367	227.097	2.155.464
DPMFe	132.015	80.162	212.177
Contratual Externa	25.832	279	26.110
<b>Total</b>	<b>7.292.269</b>	<b>800.452</b>	<b>8.092.722</b>



A variação verificada dos juros entre os exercícios apresentados está relacionada com a mudança de metodologia para mensurar os encargos financeiros, ocorrida em novembro de 2023. Para mais informações vide nota Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis.

#### **(a) Dívida Mobiliária Federal**

Composto pela Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em mercado, em carteira do BCB e em Títulos da Dívida Agrária (TDA), e pela Dívida Pública Federal externa (DPFe) em títulos, o estoque da Dívida Mobiliária Federal totalizou, em 31/12/2023, R\$ 8,795 trilhões, correspondendo a 99,47% do total de empréstimos e financiamentos da União. Em comparação com o exercício encerrado de 2022, quando seu valor foi de R\$ 8,067 trilhões, houve um aumento nominal de 9,03%.

##### **(a.1) Dívida Mobiliária Federal Interna – Mercado e BCB**

Os títulos públicos federais em mercado são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Governo Federal para obtenção de recursos junto à sociedade, com o objetivo primordial de financiar o déficit orçamentário, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, e para outras operações com finalidades específicas, definidas em lei.

Já os títulos relacionados à carteira mantida pelo BCB são destinados à condução da política monetária. Por força da LRF e da Lei nº 13.820/2019, o eventual resultado patrimonial negativo do BCB poderá ser coberto pelo Tesouro Nacional. Nesses casos, são emitidos títulos que irão compor a carteira do BCB como ativos, a fim de compensar o resultado negativo apurado. Ambos integram a Dívida Mobiliária Federal.

Os principais títulos públicos são:

- I. **Certificados Financeiros do Tesouro (CFT):** títulos destinados a atender operações com finalidades específicas e programas de governo, definidos em lei. Os programas para os quais atualmente são emitidos CFT são: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies);
- II. **Nota do Tesouro Nacional (NTN), Letra do Tesouro Nacional (LTN), Letra Financeira do Tesouro (LFT):** a Nota e as Letras do Tesouro Nacional (NTN, LFT, LTN), além de serem utilizadas nas emissões por ofertas pública, também são emitidas da forma direta para atender a finalidades específicas definidas em lei; e
- III. **Títulos Certificados de Variação Salarial (CVS):** Títulos emitidos como forma de pagamento pela novação (securitização) de dívidas de responsabilidade do Fundo de Compensações de Variações



Salariais (FCVS). Tais dívidas referem-se ao saldo devedor remanescente quando do encerramento de contratos de financiamento habitacional, com cobertura do FCVS.

A DPMFi em mercado alcançou, em 31/12/2023, R\$ 6,269 trilhões, representando 70,89% do grupo empréstimos e financiamentos da União, distribuídos por títulos conforme tabela abaixo.

*Tabela 101 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Mercado - Curto e a Longo Prazo - Por Título – Gestão CODIV/STN*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Letras Financeiras do Tesouro	2.580.726	2.272.572	13,56	41,17
Notas do Tesouro Nacional	2.400.218	2.308.221	3,99	38,29
Letras do Tesouro Nacional	1.273.355	1.102.492	15,50	20,31
Certificados Financeiros do Tesouro	9.429	9.764	(3,43)	0,15
Fundo de Compensações de Variações Salariais	4.641	3.098	49,80	0,07
Certificado do Tesouro Nacional	105	2.283	(95,41)	0,00
Outras	8	39	(80,06)	0,00
<b>Total**</b>	<b>6.268.482</b>	<b>5.698.469</b>	<b>10,00</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	1.291.251	1.211.869	6,55	20,60
Não Circulante (Longo Prazo)	4.977.231	4.486.600	10,94	79,40

*Nota: Não estão considerados na tabela acima os valores dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), que totalizaram R\$ 383 milhões em 31/12/2023.*

Observa-se, pela tabela acima, um aumento de 10,00% em relação a 31/12/2022, sendo que as principais variações positivas dizem respeito às Letras Financeiras do Tesouro, com 13,56% (R\$ 308,2 bilhões) e pelas Letras do Tesouro Nacional, com 15,50% (R\$ 170,9 bilhões). Na soma dos dois títulos, houve um crescimento de R\$ 479,0 bilhões em relação ao exercício anterior.

Em relação ao estoque de títulos em carteira do BCB, o volume alcançado em 31/12/2023 foi de R\$ 2,318 trilhões, apresentado uma oscilação positiva de 7,57%, tal como é percebido na composição por títulos abaixo.

*Tabela 102 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Carteira do BCB - Curto e a Longo Prazo - Por Título*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
NTN	1.205.210	1.192.870	1,03	51,98
LFT	573.039	482.004	18,89	24,72
LTN	540.331	480.590	12,43	23,30
<b>Total</b>	<b>2.318.580</b>	<b>2.155.464</b>	<b>7,57</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	434.951	368.422	18,06	18,76%
Não Circulante (Longo Prazo)	1.883.630	1.787.042	5,40	81,24%



Abaixo, segue a composição por agrupamento de indexadores da DPMFi em mercado.

Tabela 103 – Dívida Mobiliária Federal Interna em Mercado – Curto e Longo Prazo – Por Indexador - Gestão CODIV/STN  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Pré-fixado</b>	<b>1.721.217</b>	<b>1.598.869</b>	<b>7,65</b>	<b>27,46</b>
<b>Taxa Flutuante</b>	<b>2.586.048</b>	<b>2.276.456</b>	<b>13,60</b>	<b>41,25</b>
Selic	2.580.726	2.272.572	13,56	41,17
Taxa Referencial (TR)	5.322	3.884	37,04	0,08
<b>Índice de Preços</b>	<b>1.940.483</b>	<b>1.800.821</b>	<b>7,76</b>	<b>30,95</b>
IPCA	1.855.530	1.710.388	8,49	29,60
IGP-M	83.302	88.787	(6,18)	1,33
IGP-DI	1.652	1.645	0,39	0,03
<b>Câmbio</b>	<b>21.117</b>	<b>22.826</b>	<b>(7,49)</b>	<b>0,34</b>
Dólar	21.117	22.826	(7,49)	0,34
<b>Total com Consolidação</b>	<b>6.268.865</b>	<b>5.698.971</b>	<b>10,00</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	1.291.364	1.211.991	6,55	20,60
Não Circulante (Longo Prazo)	4.977.501	4.486.980	10,93	79,40

### (a.2) Dívida Mobiliária Externa

As emissões externas abarcam títulos soberanos cuja emissão é realizada no mercado internacional, em real ou em moedas estrangeiras, independentemente da nacionalidade do investidor, cujos montantes estão especificados abaixo.

Tabela 104 – Dívida Mobiliária Federal Externa – Curto e Longo Prazo  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Global	207.591	212.177	(2,16)	100
<b>Total</b>	<b>207.591</b>	<b>212.177</b>	<b>(2,16)</b>	<b>100</b>
Circulante (Curto Prazo)	85.087	91.376	(6,88)	40,99
Não Circulante (Longo Prazo)	122.504	120.802	1,41	59,01

O estoque da Dívida Mobiliária Federal externa apresentou uma redução de 2,16%, resultante especialmente da apreciação do Real em relação ao Dólar, que encerrou dezembro de 2023 em R\$ 4,8413 e dezembro de 2022 em R\$ 5,2177. Esse efeito cambial foi combinado com resgates de cerca de R\$ 22,5 bilhões e com emissões correspondentes a aproximadamente R\$ 20,9 bilhões durante o ano de 2023.

A tabela a seguir mostra o detalhamento da DPFe em títulos, dividida por moeda.



*Tabela 105 – Dívida Mobiliária Federal Externa – Curto e Longo Prazo – Por Moeda*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Dólar	199.214	203.783	(2,24)	95,96
Real	8.377	8.395	(0,21)	4,04
<b>Total</b>	<b>207.591</b>	<b>212.177</b>	<b>(2,16)</b>	<b>100,00</b>

## (b) Empréstimos Externos em Contratos

Os Empréstimos Externos em Contratos são operações de crédito contratadas pela União junto a instituições financeiras, agências governamentais e organismos internacionais. Em 31/12/2023, o valor total desses empréstimos atingiu o montante de R\$ 46,7 bilhões, variação positiva de 8,80% em relação à 31/12/2022.

Deste montante, R\$ 17,3 bilhões foram efetivados pelo Ministério da Defesa para modernização das Forças Armadas e se referem, principalmente, a reajuste e ajuste cambial de longo prazo de financiamentos externos, bem como o principal.

Sob gestão da CODIV/STN, estão R\$ 29,4 bilhões, distribuídos nas instituições abaixo especificadas.

*Tabela 106 – Empréstimos Externos (Dívida Contratual Externa) – Curto e Longo Prazo – Por Instituição – Gestão CODIV/STN*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: CODIV/STN/MF*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)	9.774	5.296	84,57	33,25
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	7.687	8.060	(4,63)	26,15
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	7.192	7.727	(6,93)	24,47
Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KFW)	1.883	1.950	(3,41)	6,41
Corporação Andina de Fomento (CAF)	1.698	1.829	(7,14)	5,78
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	1.085	1.124	(3,49)	3,69
Outras	76	125	(39,21)	0,26
<b>Total</b>	<b>29.395</b>	<b>26.110</b>	<b>12,58</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	555	503	10,40	1,89
Não Circulante (Longo Prazo)	28.840	25.608	12,62	98,11

Observa-se o crescimento de 12,58% do estoque da Dívida Contratual Externa por Instituição, causada pela elevação de 84,57% dos empréstimos contraídos junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), ainda que tenham ocorrido reduções de empréstimos em todas as demais instituições, no período entre 31/12/2022 e 31/12/2023.



### (c) Metodologia de mensuração pela taxa interna de retorno

O controle gerencial da Dívida Pública Federal (DPF) é realizado por meio do Sistema Integrado da Dívida (SID), que, entre outras funções, gera os valores do estoque para registro no Siafi.

O estoque da DPF apresentado no balanço patrimonial da União é mensurado utilizando a metodologia pela Taxa Interna de Retorno (estoque pela TIR), assim como no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), no Relatório Mensal da Dívida Pública Federal (RMD), no Relatório Anual da Dívida Pública Federal (RAD) e no Plano Anual de Financiamento (PAF). A metodologia do estoque pela TIR consiste em utilizar a Taxa Interna de Retorno (TIR) média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos.

Mais informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, entre outras, relativas à DPF, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no RMD (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd>).



## 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, a União apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões de “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo R\$ 3,6 bilhões de obrigações a curto prazo (90,03% do total) e R\$ 396 milhões (9,97% do total) de obrigações de longo prazo, conforme tabela a seguir.

Tabela 107 – Fornecedores e Contas a Pagar

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Nacionais	3.697	3.907	(5,39)
Estrangeiro	273	3.470	(92,12)
<b>Total Bruto</b>	<b>3.970</b>	<b>7.377</b>	<b>(46,19)</b>
Circulante (Curto Prazo)	3.574	6.991	(48,88)
Não Circulante (Longo Prazo)	396	386	2,56

O saldo das contas “Fornecedores e Contas a Pagar” variou negativamente em R\$ 3,4 bilhões no exercício analisado, ou seja, apresentou uma queda de 46,19% em comparação ao exercício anterior. A maior parte do passivo da União com “Fornecedores e Contas a Pagar” se refere a fornecedores nacionais, que representaram, no curto e no longo prazo, 93,11% do total.

Entretanto, as principais causas da variação percentual negativa de 92,12%, observada na conta de fornecedores estrangeiros, foram a realização de pagamentos contratuais e a baixa de obrigações no exterior, dentre as quais se destacam baixas de obrigações registradas em duplicidade na Comissão Naval Brasileira na Europa (CNBE), sendo que tais obrigações já haviam sido pagas .

Na tabela a seguir, são listados os órgãos contratantes com valores mais expressivos de obrigações dessa natureza em 31/12/2023.



*Tabela 108 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	316	316	0,00	7,96
Fundação Oswaldo Cruz	284	248	14,59	7,16
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	236	109	117,09	5,95
Ministério das Cidades	208	-	-	5,25
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	203	206	(1,58)	5,12
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	187	185	0,64	4,70
Justiça Eleitoral	161	204	(20,85)	4,06
Ministério da Saúde	155	171	(9,49)	3,90
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Social	151	68	121,92	3,81
Ministério do Planejamento e Orçamento	148	-	-	3,73
Outros	1.920	5.870	(67,29)	48,37
<b>Total</b>	<b>3.970</b>	<b>7.377</b>	<b>(46,19)</b>	<b>100,00</b>

Em 31/12/2023, 21.014 fornecedores possuíam créditos com a União. Desse total, 452 fornecedores (2,15%) representaram 80,01% do saldo dessa obrigação. O maior passivo registrado nessa rubrica trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196- 3/2001.

Além disso, as contas a pagar operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal representaram 12,91% do item, compreendendo os recursos destinados a contratos de repasses de programas sociais inclusive contratos de repasses com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), pertencente ao Ministério das Cidades.

Na tabela adiante, são destacados os fornecedores e contas a pagar com os valores mais representativos (31,59% do saldo total) e os respectivos órgãos contratantes.



Tabela 109 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor e Órgão Contratante

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

Fornecedores/Órgãos Contratantes	31/12/2023	AV (%)
<b>Caixa Econômica Federal</b>	<b>512</b>	<b>12,91</b>
Ministério das Cidades	198	4,99
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Social	132	3,33
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	105	2,64
Outros	77	1,95
<b>Banco do Brasil</b>	<b>318</b>	<b>8,01</b>
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	316	7,96
Outros	2	0,05
<b>Dataprev</b>	<b>174</b>	<b>4,38</b>
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	162	4,09
Outros	11	0,29
<b>Bionovis S.A.</b>	<b>151</b>	<b>3,80</b>
Fundação Oswaldo Cruz	151	3,80
<b>Positivo Tecnologia S.A.</b>	<b>99</b>	<b>2,50</b>
Justiça Eleitoral	97	2,44
Outros	2	0,06
<b>Outros Fornecedores</b>	<b>2.716</b>	<b>68,41</b>
<b>Total</b>	<b>3.970</b>	<b>100,00</b>

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN/MF) e foi pactuado em sete moedas diferentes: dólares americano, canadense e australiano, euro, libra esterlina, franco suíço e real. Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação ou diminuição, a depender da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira convencionada.



## 16 - Transferências Fiscais

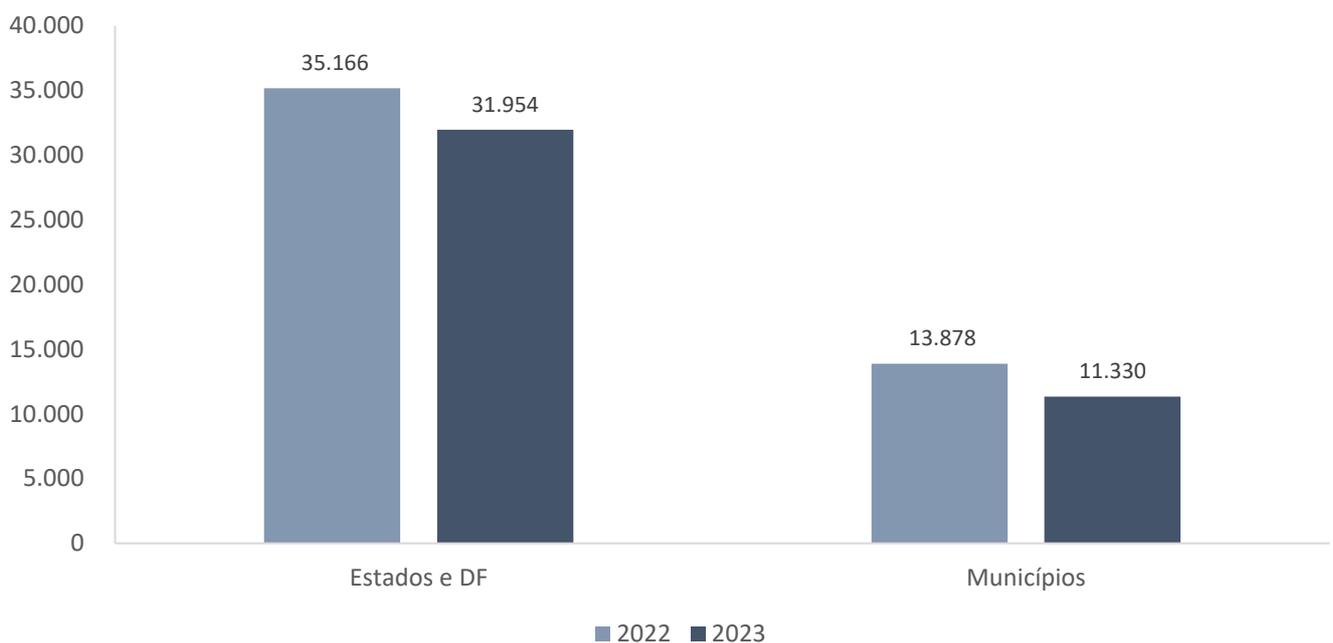
Compreendem recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.

Do total das transferências fiscais em 2023, R\$ 43,3 bilhões (90,0%) são transferências para Estados, DF e Municípios. Em 2022, esse subgrupo representou 88,7%, ou seja, R\$ 49,0 bilhões. O gráfico a seguir demonstra as transferências fiscais classificadas por Estados, DF e Municípios:

Gráfico 8 – Transferências Fiscais – Obrigações da União com Estados, DF e Municípios

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi



Em 2023, destaca-se uma redução de R\$ 3,2 bilhões de transferências fiscais a pagar a Estados e DF, e de R\$ 2,5 bilhões a Municípios, o que representa variações negativas de 9,13% e 18,36%, respectivamente.

A tabela a seguir, classifica as transferências fiscais por natureza:

Tabela 110 – Transferências Fiscais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Transferências Legais a Pagar	41.968	46.083	(8,93)	87,29
Transferências Discricionárias a Pagar	6.072	8.504	(28,59)	12,63
Transferências Constitucionais a Pagar	39	5	689,54	0,08
Outras	-	700	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>48.079</b>	<b>55.292</b>	<b>(13,04)</b>	<b>100,00</b>
Circulante	10.192	13.418	(24,04)	21,20
Não Circulante	37.887	41.874	(9,52)	78,80



Em relação ao saldo de “Transferências Legais a Pagar” cerca de 99,84% corresponde ao passivo referente à Lei Complementar nº 176/2020, cujo controle é da Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais (COINT/STN). Referida Lei instituiu transferências obrigatórias da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no período de 2020 a 2037, cuja soma, no momento do reconhecimento, em 2022, foi de R\$ 58,0 bilhões. Até 2030, serão entregues R\$ 4,0 bilhões anualmente; entre 2031 e 2037, esse montante será reduzido progressivamente em R\$ 500 milhões a cada exercício. Do total de R\$ 41,8 bilhões em 2023, R\$ 37,9 bilhões está reconhecido no passivo não circulante. A redução de 8,93% percebida no exercício decorre dos pagamentos efetuados no ano, que totalizaram R\$ 4,1 bilhões.

As transferências discricionárias a pagar, por sua vez, reduziram em 28,59% em relação ao exercício anterior. Fazem parte das transferências discricionárias: os termos de compromisso, os contratos de repasse, os convênios, os acordos de cooperação técnica, os termos de parceria, entre outros.

A tabela a seguir mostra as transferências discricionárias a pagar detalhadas por órgão superior.

Tabela 111 – Transferências Discricionárias a Pagar Curto Prazo – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério das Cidades	2.144	-	-	35,30
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1.545	4.844	(68,10)	25,44
Ministério da Saúde	1.397	2.438	(42,72)	23,00
Ministério da Agricultura e Pecuária	298	443	(32,79)	4,91
Ministério do Turismo	190	406	(53,09)	3,13
Ministério da Justiça e Segurança Pública	88	55	60,01	1,45
Outros	411	317	29,48	6,77
<b>Total</b>	<b>6.072</b>	<b>8.504</b>	<b>(28,59)</b>	<b>100,00</b>

O Ministério das Cidades, recriado em 1º de janeiro de 2023, possui maior saldo de transferências discricionárias (35,30%), com o montante de R\$ 2,1 bilhões, referente aos recursos destinados a contratos de repasses de programas sociais, operacionalizados pela Caixa Econômica Federal, inclusive contratos de repasses com recursos do Fundo nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Já no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), com R\$ 1,5 bilhão, verifica-se uma diminuição de 68,10% em relação ao saldo do exercício anterior, decorrente principalmente da transferência de instrumentos para o Ministério das Cidades, resultante do desmembramento do antigo Ministério do Desenvolvimento Regional, nos termos da Lei nº 14.600/2023. Tais instrumentos correspondem a transferências relacionadas aos programas de desenvolvimento urbano, de



financiamento e subsídio à habitação popular, de saneamento e de mobilidade urbana, geridos pela Caixa Econômica Federal, e às atividades de mobilidade urbana, que deixaram de compor a estrutura regimental do MIDR a partir do exercício de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.

O Ministério da Saúde apresentou uma retração de 42,72% em 2023. Destaca-se que a maior parcela das transferências discricionárias é relativa a instrumentos de transferências celebrados pela Funasa, na condição de concedente, correspondendo um montante de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

Em relação a variação positiva de 684,54% apresentada no item “Transferências Constitucionais a Pagar”, com aumento de R\$ 34 milhões em relação ao exercício anterior, refere-se às ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, como atendimento aos Pisos da Assistência Social e ao Programa Auxilia Brasil.



## 17 - Provisões

As provisões a curto e a longo prazo atingiram o montante de R\$ 3,610 trilhões em 31/12/2023, conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 112 – Provisões  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Matemáticas Previdenciárias da União	1.570.549	1.615.713	(2,80)	43,51
Perdas Judiciais e Administrativas	739.428	676.992	9,22	20,48
Benefícios com Militares Inativos	494.690	452.786	9,25	13,70
Pensões Militares	346.993	339.516	2,20	9,61
Decorrentes da Atuação Governamental	170.850	178.530	(4,30)	4,73
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	86.271	106.040	(18,64)	2,39
Restituições Tributárias	40.700	36.200	12,43	1,13
Repartição de Créditos	33.218	28.923	14,85	0,92
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	29.337	26.656	10,06	0,81
Outras	97.657	53.122	83,84	2,71
<b>Total</b>	<b>3.609.694</b>	<b>3.514.477</b>	<b>2,71</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	297.618	271.829	9,49	8,24
Não Circulante (Longo Prazo)	3.312.075	3.242.648	2,14	91,76

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

A variação total de Provisões foi positiva em 2,71%, ou R\$ 95,2 bilhões, impactados principalmente pelas Perdas Judiciais e Administrativas e Benefícios com Militares Inativos, cujos saldos tiveram um aumento líquido de R\$ 104,3 bilhões em relação ao exercício anterior.

Da mesma forma que no exercício de 2022, as Provisões Matemáticas Previdenciárias da União constituíram o maior saldo entre as provisões em 2023, representando 43,51% de todas as provisões reconhecidas, ou seja, aproximadamente R\$ 1,571 trilhão.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos da rubrica provisões no exercício de 2023.


**Tabela 113 – Provisões – Curto e Longo Prazo – Movimento**

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	Saldo inicial 31/12/2022 (Reapresentado*)	Adições	Valores utilizados (incorridos ou baixados)	Valores não utilizados (revertidos)	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo final 31/12/2023
Matemáticas Previdenciárias da União	1.615.713	278.485	(55)	(323.572)	-	(23)	1.570.549
Perdas Judiciais e Administrativas	676.992	160.617	(107.989)	10.424	-	(615)	739.428
Benefícios com Militares Inativos	452.786	48.162	(6.125)	(133)	-	-	494.690
Pensões Militares	339.516	29.744	(16.434)	(5.833)	-	-	346.993
Decorrentes da Atuação Governamental	178.530	54.629	(36.477)	(26.386)	554	-	170.850
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	106.040	371	(20.140)	-	-	-	86.271
Restituições Tributárias	36.200	76.900	(72.400)	-	-	-	40.700
Repartição de Créditos	28.923	12.866	(41.073)	32.503	-	-	33.218
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	26.656	34.169	(28.392)	(3.712)	-	615	29.337
Outras	53.122	122.036	(71.245)	(6.388)	110	23	97.657
<b>Total</b>	<b>3.514.477</b>	<b>817.982</b>	<b>(400.330)</b>	<b>(323.098)</b>	<b>663</b>	<b>-</b>	<b>3.609.694</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (a) Provisões Matemáticas Previdenciárias da União

As provisões matemáticas previdenciárias da União representam, principalmente, o somatório das provisões dos benefícios concedidos e a conceder do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), relativas aos compromissos líquidos do plano de benefícios, calculados de acordo com projeções realizadas pela atual Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPRC) do Ministério da Previdência Social (MPS) – antiga Secretaria de Previdência (SPREV) do desmembrado Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

**Tabela 114 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União**

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
RPPS – Civis e Militares dos Ex-Territórios	1.503.099	1.549.683	(3,01)	95,71
RPPS – FPDF	66.340	65.618	1,10	4,22
Outras	1.110	411	169,76	0,07
<b>Total</b>	<b>1.570.549</b>	<b>1.615.713</b>	<b>(2,80)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	99.845	91.859	8,69	6,36
Não Circulante (Longo Prazo)	1.470.704	1.523.853	(3,49)	93,64

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Os principais parâmetros, premissas e hipóteses selecionados para aplicação na Avaliação Atuarial do RPPS estão descritos nos itens a seguir.



**(a.1) Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – RPPS – Civis e Militares dos Ex-Territórios**

A tabela abaixo apresenta as provisões matemáticas relativas ao RPPS dos servidores civis da União e militares dos ex-Territórios.

*Tabela 115 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – RPPS – Civis e Militares dos Ex-Territórios*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: SPREV/MPS e Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
<b>Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Concedidos</b>	<b>884.327</b>	<b>848.264</b>	<b>4,25</b>	<b>58,83</b>
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	947.281	908.368	4,28	63,02
(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	(48.059)	(46.166)	(4,10)	(3,20)
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	(14.896)	(13.938)	(6,87)	(0,99)
<b>Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios a Conceder</b>	<b>522.795</b>	<b>588.162</b>	<b>(11,11)</b>	<b>34,78</b>
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	697.852	771.780	(9,58)	46,43
(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	(92.884)	(99.151)	6,32	(6,18)
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	(46.443)	(49.664)	6,49	(3,09)
(-) Contribuições do Inativo e Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS a Conceder	(35.731)	(34.803)	(2,67)	(2,38)
<b>Outras</b>	<b>95.978</b>	<b>113.257</b>	<b>(15,26)</b>	<b>6,39</b>
<b>Total</b>	<b>1.503.099</b>	<b>1.549.683</b>	<b>(3,01)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	95.978	89.981	6,66	6,39
Não Circulante (Longo Prazo)	1.407.122	1.459.702	(3,60)	93,61

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Os valores contabilizados são suportados por avaliação atuarial do RPPS dos servidores civis da União e militares dos ex-Territórios, elaborada pela atual SRPRC/MPS.

A Nota SEI nº 2/2023/ATUAR/CGACI/DRPSP/SRPC-MPS suporta a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2023, cujos parâmetros técnicos foram definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

A seleção de parâmetros, premissas e hipóteses para a elaboração da avaliação atuarial é fundamentada nos relatórios produzidos pelos grupos de trabalho instituídos pela Portaria Conjunta nº 01/2017 e pela Portaria nº 31/2019, que tiveram o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS dos servidores públicos civis da União, além de observar as diretrizes dispostas na Portaria MTP nº 1.467/2022. São eles:

- I. Sobrevivência de válidos e inválidos:
  - a) Para os servidores ativos, utilizou-se a tábua específica dos servidores civis da União por sexo e escolaridade de nível superior;



- b) Para os aposentados, utilizou-se a tábua específica dos servidores civis da União por sexo e escolaridade de nível superior;
  - c) Para os pensionistas, utilizou-se a mesma tábua do instituidor de pensão, por inferir que os dependentes dos atuais servidores e aposentados, ou seja, futuros pensionistas, e atuais pensionistas têm condições de vida (econômicas, sociais, educacionais e renda) muito próximas ao futuro ou atual instituidor de pensão; e
  - d) Entrada em invalidez: utilizou-se a tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade inerente ao cargo, subdividida nos níveis superior e médio.
- II. Reposição de servidores: em atenção ao previsto no inciso V, § 2º do art. 37 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e na Nota Técnica nº 12/2016/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, adota-se, para a Avaliação Atuarial, inicialmente, a hipótese de grupo fechado, ou seja, sem a reposição de servidores, considerando que ainda não foi definido pela Pasta critérios e parâmetros a serem aplicados pelos RPPS quanto à adoção da hipótese de gerações futuras;
- III. Taxa de rotatividade de servidores: taxa zero para todas as faixas etárias;
- IV. Composição familiar: utilizou-se, como estimativa do grupo familiar sobrevivente de servidores ativos e aposentados, um cônjuge com a mesma idade do servidor falecido, computando-se, entretanto, 51,8% da obrigação da respectiva pensão como forma de se estimar o efeito, nas projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento ou que apresentam apenas dependentes temporários. Em relação ao percentual de cotas familiares, encontrou-se a média de 1,22 dependentes para cada pensão concedida; nesse caso, utilizou-se uma cota equivalente a 60% do valor do benefício de pensão calculado, para as reversões de aposentadorias em pensão e 70% para as pensões por morte de servidor em atividade. Para a diferença etária entre o servidor ativo e o seu dependente, adotou-se, para os servidores de sexo masculino, um cônjuge de sexo oposto três anos mais novo e, para os servidores do sexo feminino, um cônjuge do sexo oposto dois anos mais velho. No caso dos aposentados e seu dependente, adotou-se a diferença de quatro e dois anos para os aposentados do sexo masculino, e de um e sete anos para aposentados do sexo feminino, em relação aos seus cônjuges, respectivamente;
- V. Taxa de juros real: utilizou-se a taxa anual de juros real de 4,76% para o desconto dos valores dos pagamentos de benefícios e recebimentos de contribuições, em consonância com o art. 4º do



Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, a Portaria MTP nº 1.837/2022 e a Portaria MPS nº 3.289/2023;

- VI. Crescimento salarial: 1% ao ano, compreendido entre o tempo de contribuição transcorrido entre a data da avaliação e a data provável da aposentadoria de válidos, calculado a partir da aplicação de uma função exponencial. No caso dos segurados cujo benefício é estimado pela regra média dos salários de contribuição, essa taxa se aplica também ao período contributivo anterior à data da avaliação atuarial;
- VII. Crescimento real dos benefícios: não utilizado;
- VIII. Taxa de inflação futura: não utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, conseqüentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;
- IX. Idade de entrada no mercado de trabalho:
  - a) Em caso de registro de averbação de tempo de RGPS correspondente à entrada no mercado de trabalho anterior aos 18 anos, foi estimado, como tempo de contribuição anterior ao ingresso no RPPS da União, aquele decorrente da idade de 25 anos e da data de exercício do servidor;
  - b) Em caso de registro de averbação de tempo de RGPS correspondente à entrada no mercado de trabalho do servidor entre 18 e 25 anos, foi considerado esse tempo de contribuição anterior ao ingresso no RPPS da União; e
  - c) Em caso de averbação de tempo de RGPS correspondente à entrada no mercado de trabalho do servidor com idade superior a 25 anos, estimou-se, como tempo de contribuição anterior ao ingresso no RPPS da União, aquele decorrente da idade de 25 anos e da data de exercício do servidor.
- X. Compensação financeira entre regimes previdenciários: não considerado o impacto da compensação financeira prevista na Lei nº 9.796/1999;
- XI. Alíquotas de contribuição:
  - a) Segurados: foram utilizadas alíquotas progressivas para os servidores ativos, aposentados e pensionistas conforme a Emenda Constitucional nº 103/2019; e



b) Patrocinador (Uniõ): foi considerado o dobro da contribuição do servidor ativo conforme previsto na Lei nº 10.887/2004.

XII. Demais aspectos do cálculo da provisão estão disponíveis no anexo IV do PLDO 2024, na Avaliação Atuarial do RPPS.

Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de aposentadorias programadas (por idade, tempo de contribuição e compulsória), a data da aposentadoria do servidor foi calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constitucionais permanentes. Para os servidores sujeitos às regras de transição, previstas nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 103/2019, estimou-se um tempo de espera para alcançar a regra mais vantajosa de aposentadoria. Além das normas constitucionais, as principais legislações infraconstitucionais foram as Leis nº 8.112/1990, nº 9.717/1998 e nº 12.618/2012, e as Leis Complementares nº 51/1985 e nº 152/2015, que determinaram o plano de benefícios e seu custeio.

Para calcular a data efetiva de desligamento dos servidores classificados como "iminentes" à aposentadoria, presume-se que esses servidores optarão por solicitar a aposentadoria após um período de sete anos, calculado da seguinte maneira:

- I. Para os servidores que se vincularam à Uniõ antes de 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003: o período de sete anos começa a contar a partir da data em que atingem a condição mais favorável para aposentadoria, isto é, quando cumprem os requisitos para a elegibilidade mais vantajosa e,
- II. Para aqueles admitidos após a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003: os sete anos são contabilizados a partir da idade em que se tornam inicialmente elegíveis para o benefício de aposentadoria.

A presente avaliação atuarial da Uniõ foi elaborada em atenção às recomendações do TCU, por meio do Acórdão nº 1.463/2020-TCU-Plenário, com a observância da Instrução Normativa SPREV nº 04/2018, qual seja, observar o disposto na NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, que estabelece que o método de financiamento a ser adotado na avaliação atuarial seja o Crédito Unitário Projetado (*Projected Unit Credit – PUC*). Em atenção ao Acórdão nº 1.464/2022-TCU-Plenário, utilizou-se a data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial, no método *PUC*, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei nº 9.717/1998.

Adotado a partir de 2021, o método *PUC* se caracteriza pela tendência de seus custos normais (e alíquotas normais a serem cobradas) crescerem ano após ano, podendo, entretanto, apresentar estabilização temporária se houver, por exemplo, afluxo de novos jovens entrantes.



O cálculo previdenciário considera a formulação  $VABF = PM + VACF$ , onde VABF é o valor atual dos benefícios futuros trazidos a valor presente atuarial, PM é a provisão matemática e VACF é o valor atual das contribuições futuras a valor presente atuarial. O método PUC considera uma alíquota que trará o equilíbrio atuarial pela seguinte formulação:  $VACF = TSA/TST \times VABF$ , onde TSA é o tempo atual do segurado no ente e TST é o tempo total que o segurado terá que cumprir no ente para se aposentar de forma programada.

**(a.2) Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – FCDF**

As provisões relativas ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) referem-se a valores relativos ao passivo atuarial dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme previsto no art. 40 da CF/1988.

*Tabela 116 – Provisões Matemáticas Previdenciárias da União – RPPS da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: SPREV/MPS e Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Concedidos</b>	<b>47.497</b>	<b>24.065</b>	<b>97,37</b>	<b>71,60</b>
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	53.883	27.242	97,79	81,22
(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	(5.178)	(2.174)	(138,20)	(7,81)
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	(1.208)	(1.004)	(20,40)	(1,82)
<b>Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios a Conceder</b>	<b>14.976</b>	<b>40.080</b>	<b>(62,64)</b>	<b>22,57</b>
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	22.138	53.671	(58,75)	33,37
(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	(975)	(898)	(8,54)	(1,47)
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	(4.380)	(8.014)	45,34	(6,60)
(-) Contribuições do Inativo e Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS a Conceder	(1.808)	(4.679)	61,37	(2,72)
<b>Outras</b>	<b>3.867</b>	<b>1.474</b>	<b>162,43</b>	<b>5,83</b>
<b>Total</b>	<b>66.340</b>	<b>65.618</b>	<b>34,74</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	3.867	1.474	162,43	5,83
Não Circulante (Longo Prazo)	62.472	64.144	(2,61)	94,17

A Nota SEI nº 2/2024/ATUAR/CGACI/DRPSP/SRPC-MPS suporta a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2023, cujos parâmetros técnicos foram definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022. Com exceção de alguns aspectos especificados na referida nota, foram aplicados os mesmos parâmetros, premissas, hipóteses e procedimentos descritos na Nota SEI Nota SEI nº 2/2023/ATUAR/CGACI/DRPSP/SRPC-MPS, que se refere ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União, à exceção das alíquotas de contribuição, descritas a seguir:



- I. Taxa de juros real: utilizou-se a taxa anual de juros de 4,76% ao ano para os cálculos atuariais referentes aos policiais civis e 4,86% ao ano para os cálculos atuariais referentes aos policiais e bombeiros militares, em consonância com o art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Portaria MTP nº 3.289/2023;
- II. Segurados: foram utilizadas alíquotas progressivas para os servidores ativos, aposentados e pensionistas da polícia civil em conformidade com a Lei Complementar do DF nº 970/2020. Para os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, foram utilizadas alíquotas conforme a Lei nº 13.954/2019; e
- III. Patrocinador (União): foi considerada a taxa de 28% para os servidores ativos da Polícia Civil, conforme prevê a Lei Complementar do DF nº 970/2020, e zero para outros servidores ativos por falta de previsão legal.

#### (b) Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

A maioria das provisões para perdas judiciais e administrativas está no Ministério da Fazenda e na Advocacia-Geral da União (AGU), conforme tabela a seguir.

*Tabela 117 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	367.584	367.049	0,15	49,71
Advocacia-Geral da União	246.330	185.702	32,65	33,31
Ministério da Previdência Social	121.187	120.000	0,99	16,39
Ministério das Comunicações	4.160	4.160	-	0,56
Outros	168	81	106,22	0,02
<b>Total</b>	<b>739.428</b>	<b>676.992</b>	<b>9,22</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Mais informações sobre esse item podem ser encontradas na Nota "Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios".

#### (c) Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), Pensões, Anistiados Políticos Militares

As obrigações decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), bem como das pensões de militares, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares totalizaram R\$ 856,1 bilhões, em 31/12/2023, apresentando um aumento de 6,19% em relação ao



exercício anterior, decorrente da necessidade de ajuste no cálculo do passivo atuarial na data base 31/12/2023, conforme a tabela a seguir.

*Tabela 118 – Provisões para Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA)*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Militares Inativos	494.690	452.661	9,28	57,78
Pensões Militares	346.993	339.225	2,29	40,53
Pensões Especiais	8.902	8.994	(1,02)	1,04
Anistiados políticos	5.508	5.326	3,42	0,64
<b>Total</b>	<b>856.093</b>	<b>806.206</b>	<b>6,19</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	52.530	49.346	6,45	6,14
Não Circulante (Longo Prazo)	803.564	756.860	6,17	93,86

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

### **(c.1) Provisões para Benefícios com Militares Inativos**

Os proventos de militares inativos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme a Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos dos militares inativos e, do mesmo modo, com a remuneração dos militares ativos.

As provisões para benefícios com militares inativos representam o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

A tabela a seguir evidencia as provisões com militares inativos em consonância com o Acórdão nº 1.464/2022/TCU e, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

*Tabela 119 – Provisões para Benefícios com Militares Inativos*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	31.686	30.886	6,41
Não Circulante (Longo Prazo)	463.004	421.775	93,59
<b>Total</b>	<b>494.690</b>	<b>452.661</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*



O valor estimado em 31/12/2023 representou o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais de inatividade já adquiridos pelos atuais militares ativos, em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais militares inativos, durante todo o possível período de vida dos atuais ativos e inativos.

Para o cálculo dessas futuras obrigações, o Ofício nº 19/2024/CASNAV-MB fundamentam a escolha dos parâmetros, premissas e hipóteses utilizadas para a avaliação atuarial no âmbito do Ministério da Defesa.

Assim, foram utilizadas, no cálculo atuarial para o terceiro trimestre de 2023 as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas:

- I. Mortalidade de ativos, inativos e inválidos:
  - a) para militares do sexo masculino válidos, utilizou-se a Tábua AT 49 Male -47%;
  - b) para militares do sexo feminino válidas, utilizou-se a Tábua AT 71 -42%; e
  - c) para militares de ambos os sexos inválidos, utilizou-se a Tábua Rentiers Français -9%.
- II. Entrada em invalidez: Tábua RGPS 9902 MM -42%;
- III. Taxa de Rotatividade: foi considerada a probabilidade de desligamento para cada idade dos militares da ativa, a partir de dados dos militares das Forças Armadas;
- IV. Taxa de Juros: considerando o valor de 14,6 anos para a duração do passivo dos proventos de militares inativos, foi utilizada a taxa de juros de 4,79% a.a., Portaria nº 3.289, de 23 de agosto de 2023, do Ministério da Previdência Social, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo;
- V. Taxa de Inflação: não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período;
- VI. Crescimento da remuneração e proventos: foram considerados os reajustes concedidos pela Lei nº 13.954/2019, os quais elevam as remunerações e os proventos individuais anuais até o ano de 2024. Para os militares ativos, adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução



salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força, inclusive as de Oficial-General;

- VII. Valor do benefício: considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo;
- VIII. Reposição de militares: não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, em consonância com a NBC TSP 15;
- IX. Alíquotas e Base de Contribuição: não há contribuição para os proventos de militares inativos, conforme descrito acima;
- X. Idade de entrada nas Forças Armadas: foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes no banco de dados;
- XI. Regra de transferência para a inatividade remunerada:
  - a) Transferência por cumprir a regra geral de elegibilidade de 35 anos de tempo de serviço militar: idade do militar ao completar 35 anos de serviço militar; e
  - b) Transferência por invalidez: de acordo com a probabilidade de o indivíduo militar tornar-se inválido antes de atingir o requisito de elegibilidade para transferência para a inatividade militar descrita na alínea anterior (tempo mínimo de serviço militar de 35 anos).
- XII. Compensação Financeira entre as Contribuições para a Pensão Militar e os Regimes Previdenciários: não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da CF/1988; e
- XIII. Horizonte Temporal Avaliado: o horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos possíveis futuros recebedores de pensões de militares, que, no caso, pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

### **(c.2) Provisões para Pensões Militares**

O financiamento da pensão militar ocorre por meio de sistema de fluxo de caixa mensal em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.



A tabela a seguir evidencia a provisão para pensões militares em consonância com o Acórdão nº 1.464/2022/TCU e, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15. A provisão para pensões militares reconhecidas considera tanto as pensões já concedidas como aquelas a conceder.

Tabela 120 – Provisões para Pensões Militares

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	19.343	16.900	5,57
Não Circulante (Longo Prazo)	327.650	322.325	94,43
<b>Total</b>	<b>346.993</b>	<b>339.225</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

O valor estimado em 31/12/2023 representa o montante necessário para hipótese de liquidação, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União a serem pagas em um horizonte temporal de 119 anos, atinentes aos direitos pecuniários de inatividade adquiridos pelos atuais militares ativos e inativos.

Para a seleção das premissas populacionais (tábuas de mortalidade, entrada em invalidez, composição familiar e rotatividade), foram observadas as práticas atuariais, por meio de testes estatísticos aplicados aos dados da população em análise, os quais foram fornecidos pelo Ministério da Defesa, por meio do Ofício nº 19/2024/CASNAV-MB.

Dessa forma, as premissas consideradas para o cálculo das provisões para pensões militares são as mesmas das provisões para benefícios com militares inativos, item “c.1” desta Nota, com exceção dos itens descritos a seguir:

- I. Taxa de Juros: considerando o valor de 17,9 anos para a duração do passivo dos proventos de militares inativos, foi utilizada a taxa de juros de 4,87% a.a., Portaria nº 3.289, de 23 de agosto de 2023, do Ministério da Previdência Social, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo;
- II. Crescimento da remuneração e proventos: adicionalmente ao contido no item “c.1”, considera-se para o crescimento do valor do benefício de pensão de militares os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024;



- III. Valor do benefício: considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo, além dos valores do salário de contribuição de veteranos e do valor do benefício de pensão;
- IV. Alíquotas e base de contribuição: as alíquotas de contribuição de ativos, veteranos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019; e
- V. Composição familiar:
  - a) Benefícios de pensão a conceder: foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e inativos vivos. Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e
  - b) Benefícios de pensões concedidas: entre os beneficiários da pensão, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

#### (d) Provisões Decorrentes da Atuação Governamental

Considerando tanto o curto como o longo prazo, as provisões decorrentes da atuação governamental estão distribuídas conforme a tabela abaixo.

*Tabela 121 – Provisões Decorrentes da Atuação Governamental*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Instituições Financeiras (I)</b>	<b>101.697</b>	<b>115.860</b>	<b>(12,22)</b>	<b>59,52</b>
Assunção de Garantias Concedidas	66.996	77.752	(13,83)	39,21
Subvenções Econômicas	34.700	38.109	(8,94)	20,31
<b>Instituições Não Financeiras (II)</b>	<b>69.153</b>	<b>62.669</b>	<b>10,35</b>	<b>40,48</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	62.029	55.159	12,46	36,31
Assunção de Obrigações por Extinção	7.123	7.508	(5,14)	4,17
Outras	1	2	(64,14)	0,00
<b>Total (III = I + II)</b>	<b>170.850</b>	<b>178.530</b>	<b>(4,30)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	49.383	46.832	5,45	28,90
Não Circulante (Longo Prazo)	121.467	131.697	(7,77)	71,10

##### (d.1) Assunção de Garantias Concedidas

Na tabela a seguir, estão detalhadas as provisões das principais unidades da federação, que representam 97,86% do total do item.



Tabela 122 – Provisões para Assunção de Garantias – Por Unidade da Federação  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Rio de Janeiro	30.235	34.839	(13,21)	46,12
Minas Gerais	18.653	22.764	(18,06)	28,45
Rio Grande do Sul	9.381	11.129	(15,70)	14,31
Goiás	7.294	5.613	29,96	11,13
Rio Grande do Norte	-	2.077	(100,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>65.564</b>	<b>76.421</b>	<b>(14,21)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	5.950	6.379	(6,72)	9,08
Não Circulante (Longo Prazo)	59.614	70.042	(14,89)	90,92

#### (d.2) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

A provisão do FAT se refere ao abono salarial a ser pago aos trabalhadores, sentenças judiciais (abono salarial e seguro-desemprego) e recursos administrativos (seguro-desemprego), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 123 – Provisões para Abono Salarial (PIS/Pasep)  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Provisões Abono Salarial (PIS/Pasep) - Curto Prazo</b>	<b>27.936</b>	<b>24.666</b>	<b>13,26</b>	<b>48,19</b>
Abono 2021 – pagamento 2023	-	24.666	(100,00)	-
Abono 2022 – pagamento 2023	27.936	-	-	48,19
<b>Provisões Abono Salarial (PIS/Pasep) - Longo Prazo</b>	<b>30.038</b>	<b>26.353</b>	<b>13,99</b>	<b>51,81</b>
Abono 2022 – pagamento 2024	-	26.353	(100,00)	-
Abono 2023 – pagamento 2024	30.038	-	-	51,81
<b>Total</b>	<b>57.974</b>	<b>51.018</b>	<b>13,63</b>	<b>100,00</b>

O abono salarial (benefício previsto no art. 239, § 3º, da CF/1988) consiste no pagamento anual de até um salário mínimo aos empregados de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A norma constitucional prevê que o benefício será destinado aos trabalhadores que recebam mensalmente em média até dois salários mínimos durante o ano.

Buscando regulamentar a previsão constitucional, foi editada a Lei nº 7.998/1990 (e suas alterações posteriores), que exigiu também do trabalhador as seguintes condições para ter acesso ao benefício: ter exercido atividade remunerada por pelo menos trinta dias no ano-base; ter pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep; e ter sido corretamente declarado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).



Em relação ao pagamento, a Lei previu que o valor devido será calculado na proporção de um doze avos do valor do salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicando pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

A provisão do FAT para abono salarial (PIS e Pasep) é reconhecida por seu fato gerador (ano-base do direito adquirido), porém apenas com o encerramento do exercício do ano-base é possível verificar a existência do direito adquirido líquido e certo pelo beneficiário, pois, para isso, é preciso realizar o cruzamento entre as bases de dados trabalhistas, com vistas a identificar todos aqueles empregados que cumpriram as condições estabelecidas para obtenção do abono. Assim, como não é possível auferir o valor líquido e certo dessa despesa dentro do exercício de sua competência, e sendo ela uma despesa anual e obrigatória, constitui-se a provisão.

Na metodologia de cálculo, o número de trabalhadores beneficiários do abono salarial foi estimado a partir do estoque de emprego, obtido pela base de dados da RAIS. A taxa de crescimento do ano-base, utilizada para estimar a evolução do estoque de emprego formal para os anos posteriores, foi obtida pela Grade de Parâmetros Macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), no que se refere às estimativas de crescimento do pessoal ocupado com carteira no setor privado.

A proporção de beneficiários em relação ao estoque de emprego tem se mostrado o parâmetro mais indicado para a estimativa de beneficiários, em razão da maior estabilidade desse indicador ao longo da série histórica, em comparação a outros parâmetros. Utilizando-se essas informações, foi possível estimar a quantidade de trabalhadores informados na RAIS, que possivelmente serão identificados para receber o benefício. Em seguida, aplica-se, ao total de identificados, a taxa de cobertura média do benefício para estimar o quantitativo de beneficiários previstos.

Depois de encontrado o possível quantitativo de trabalhadores beneficiários do abono salarial, é calculada a estimativa do valor a ser desembolsado.

Para o cálculo do valor, foram utilizadas as seguintes variáveis: quantidade de beneficiários previstos; valor de salário mínimo, disponibilizado pela Grade de Parâmetros; valor médio de parcelas em salários mínimos, que, multiplicado à variável anterior, apresenta o valor médio das parcelas. Finalmente, multiplicando-se o valor médio da parcela pela quantidade estimada de beneficiários, obtém-se o resultado.

Por fim, as provisões para sentenças judiciais e recursos administrativos relacionados ao FAT somaram R\$ 4,1 bilhões em 31/12/2023.



### (d.3) Subvenções Econômicas

Também apresentaram valores significativos as provisões constituídas para o pagamento de subvenções econômicas a instituições financeiras. Esses valores são informados pelas próprias instituições, com a estimativa a valor presente dos valores a pagar pelos mutuários até o final dos contratos, como mostra a tabela abaixo em relação às instituições com saldo mais representativo.

Tabela 124 – Provisões para Subvenções Econômicas – Curto e Longo Prazo – Por Instituição  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Banco do Brasil	19.136	20.806	(8,03)	55,15
BNDES	10.729	12.531	(14,38)	30,92
Caixa	1.537	1.493	2,94	4,43
Outras	3.298	3.279	0,60	9,50
<b>Total</b>	<b>34.700</b>	<b>38.109</b>	<b>(8,94)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	10.448	11.463	(8,85)	30,11
Não Circulante (Longo Prazo)	24.252	26.646	(8,98)	69,89

Já a tabela a seguir apresenta os programas de governo beneficiados pelas subvenções econômicas.

Tabela 125 – Provisões para Subvenções Econômicas – Curto e Longo Prazo – Por Programa  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: COGEF/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	15.348	17.073	(10,10)	44,23
Investimento Rural e Agroindustrial	13.070	13.676	(4,43)	37,67
Programa de Sustentação de Investimento (PSI)	1.704	1.705	(0,09)	4,91
Securitização Agrícola	1.682	2.208	(23,81)	4,85
Outros	2.896	3.448	(16,00)	8,35
<b>Total</b>	<b>34.700</b>	<b>38.109</b>	<b>(8,94)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	10.448	11.463	(8,85)	30,11
Não Circulante (Longo Prazo)	24.252	26.646	(8,98)	69,89

Conforme o Ministério da Fazenda, as variações observadas em alguns programas do Plano Safra (Pronaf; Investimento Rural e Agroindustrial) se devem às execuções realizadas no exercício, bem como às novas previsões de gastos em equalização, encaminhadas pelas Instituições Financeiras que operam o Plano Safra. Tendo em vista a dinâmica de contratações e a evolução de indicadores como Selic e IPCA, verificam-se constantes alterações nessas rubricas que podem variar entre as ações devido à maior ou menor contratação em determinadas linhas do Plano Safra.



Também de acordo com o Ministério da Fazenda, em relação ao PSI, a redução decorre do pagamento de equalização realizado no primeiro semestre do ano. Ressalta-se que essa rubrica não apresenta novas contratações.

### **(e) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)**

Do montante de R\$ 86,3 bilhões, R\$ 70,8 bilhões (R\$ 90,5 bilhões em 2022) são referentes às provisões de “Contratos Liquidados”, e o restante, R\$ 15,5 bilhões (R\$ 15,3 bilhões em 2022), refere-se às provisões de “Riscos Expirados / Não Expirados”.

Ainda sobre as provisões do FCVS, em 2023, R\$ 16,9 bilhões são referentes às ações judiciais administrativas em desfavor do FCVS e do FCVS Garantia, apresentando um crescimento de 92,0% em relação ao exercício anterior, cujo posição foi de R\$ 8,8 bilhões. O aumento refere-se à variação do valor obtido através da avaliação atuarial entre o exercício anterior e o exercício corrente.

#### **(e.1) Contratos Liquidados – FCVS**

Os Contratos Liquidados do FCVS referem-se aos contratos habitacionais liquidados pelos mutuários, habilitados pelos agentes financeiros ao FCVS e homologados pela Caixa, mas ainda sem manifestação da Administradora do Fundo, reconhecendo a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida caracterizada, conforme previsto no inciso V, art. 3º, da Lei nº 10.150/2000. Esse Fundo tem por objetivo garantir o equilíbrio do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e quitar, junto aos agentes financeiros daquele sistema, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do SFH, conforme dispõe o art. 2º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 2.406/1988.

A apuração completa da obrigação do Fundo para fins de quitação por meio de novação da dívida ocorre em quatro fases:

- I. Habilitação;
- II. Análise (homologação);
- III. Validação (manifestação do agente financeiro e análise pela auditoria interna); e
- IV. Novação (após a manifestação da Caixa acerca do reconhecimento da titularidade, da liquidez e da certeza da dívida caracterizada do FCVS, bem como a análise da CGU, da STN e da PGFN).



Dessa maneira, entende-se que a certeza sobre o prazo e o valor do desembolso futuro necessário à quitação da dívida do FCVS, mediante o processo de novação, não se dá apenas quando cumprida a etapa de análise (homologação).

O reconhecimento da obrigação líquida e certa deve ocorrer a partir do atendimento das condições explícitas no art. 3º ou do art. 3º-A da Lei nº 10.150/2000. Anteriormente a isso, cabe a União o reconhecimento de provisão, com base em suas expectativas de desembolsos futuros.

Art. 3º-A. Os créditos com valor já apurado e marcados como auditados nos sistemas e controles da CEF na posição de 31 de agosto de 2017 integrarão processos de novação, considerados a titularidade e o montante constantes nesses registros.

Portanto, a obrigação surge na fase da novação, momento em que a Administradora reconhece a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida do FCVS que virará obrigação da União e análise e aprovação dos demais atores envolvidos.

Considerando que as provisões se diferenciam dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção, o montante dos resíduos de contratos liquidados é classificado como Provisão.

#### **(e.2) Riscos Expirados / Não Expirados – FCVS**

As provisões de “Riscos Expirados / Não Expirados” referem-se aos contratos liquidados e ainda não habilitados pelos agentes financeiros ao Sistema de Administração do FCVS (SICVS), aos contratos habilitados, mas ainda não homologados pela Administradora do Fundo, bem como aos Riscos Não Expirados (contratos ativos). Todos os valores são estimados anualmente por atuário independente, ajustados pelas inclusões e exclusões de contratos no sistema SICVS.

#### **(f) Restituições Tributárias**

Em observação ao Acórdão nº 1.417/2023 – TCU, houve o reconhecimento da estimativa para restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) aos contribuintes segundo o regime de competência. Em 31/12/2023, o saldo alcançou o valor de R\$ 40,7 bilhões (R\$ 36,2 bilhões em 2022). Essa conta sofre uma variação positiva pelo reconhecimento da previsão de pagamentos da Restituição de IRPF para o ano seguinte, de acordo com cálculos realizados pela RFB e uma variação negativa pela baixa do registro mensal, em conta de obrigação da Restituição de IRPF a Pagar.



### (g) Provisões para Repartição de Créditos

As provisões para repartição de créditos representam os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.

Como a obrigação de repartição dos créditos somente ocorre com a arrecadação efetiva dos tributos sujeitos a essa sistemática, para o cálculo da provisão respectiva, é considerada a expectativa de recebimento desses créditos deduzida do ajuste para perdas.

Após a apuração do ajuste para perdas e, conseqüentemente, da expectativa de recebimento de créditos tributários sujeitos à repartição, são aplicados os percentuais de transferências definidos em lei para o cálculo da provisão.

As provisões para repartição de créditos com Estados e Municípios representaram, juntas, 91,16% do total em 31/12/2023, cabendo o restante ao Sistema S, como detalhado na tabela a seguir.

Tabela 126 – Provisões para Repartição de Créditos – Curto e Longo Prazo  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Municípios	16.005	14.041	13,99	48,18
Estados	14.275	12.275	16,30	42,97
Sistema S	2.937	2.606	12,70	8,84
<b>Total</b>	<b>33.218</b>	<b>28.923</b>	<b>14,85</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	13.463	10.947	22,99	40,53
Não Circulante (Longo Prazo)	19.755	17.976	9,89	59,47

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (h) Provisão para Requisição de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é uma modalidade de requisição judicial de pagamento para montantes inferiores a sessenta salários mínimos em âmbito federal. O montante reconhecido da provisão corresponde à expectativa de pagamentos consignados na Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte.

A maior parte das provisões para RPV está no Ministério da Previdência Social conforme mostra a tabela abaixo.



*Tabela 127 – Provisões para RPV – Por Órgão Superior*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Previdência Social	18.913	17.369	8,88	64,47
Ministério da Fazenda	6.654	6.438	3,36	22,68
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.306	2.516	31,38	11,27
Justiça do Trabalho	378	282	33,90	1,29
Outros	87	50	72,45	0,30
<b>Total</b>	<b>29.337</b>	<b>26.656</b>	<b>10,06</b>	<b>100,00</b>

O valor registrado no Ministério da Previdência Social é referente às provisões do FRGPS. Cabe destacar que os pagamentos de RPV decorrentes de ações movidas contra o FRGPS advindas da Justiça Federal são realizados pelos Tribunais Regionais Federais (TRF), ao passo que os decorrentes de ações advindas dos Tribunais Estaduais são pagos pelo FRGPS.

Mais informações sobre esse item podem ser obtidas na Nota “Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios”.



## 18 - Demais Obrigações

As “Demais Obrigações” compreendem um subgrupo de obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos. Em 31/12/2023, a União apresentou um saldo de R\$ 358,6 bilhões em “Demais Obrigações”, sendo que R\$ 250,7 bilhões foram de curto prazo (69,93%) e R\$ 107,8 bilhões foram de longo prazo (30,07%). Quando comparado a 31/12/2022 (Reapresentado), o saldo de “Demais Obrigações” apresentou acréscimo de 35,89%. A tabela a seguir apresenta as rubricas que compõem “Demais Obrigações”.

Tabela 128 – Demais Obrigações – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Resultado Negativo do Banco Central	151.827	36.535	315,57	42,34
Compensação Previdenciária (COMPREV) – Estados e Municípios	81.791	81.460	0,41	22,81
Precatórios de Terceiros	41.549	67.275	(38,24)	11,59
Receitas Arrecadadas a Classificar	18.244	12.565	45,20	5,09
Entidades Privadas	16.051	6.327	153,69	4,48
Consignações	15.414	10.310	49,51	4,30
Entidades Federais	8.362	5.652	47,95	2,33
Indenizações, Restituições e Compensações de Tributos	5.912	28.223	(79,05)	1,65
Depósitos Não Judiciais	4.751	4.360	8,97	1,32
Perdas em Participação em Empresas com PL Negativo	4.629	2.432	90,29	1,29
Outros	10.041	8.723	15,11	2,80
<b>Total</b>	<b>358.570</b>	<b>263.862</b>	<b>35,89</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	250.738	137.820	81,93	69,93
Não Circulante (Longo Prazo)	107.831	126.041	(14,45)	30,07

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

### (a) Resultado Negativo do Banco Central

Obrigações referentes à cobertura do resultado negativo patrimonial apurado no balanço pelo BCB. No exercício de 2023, esse passivo foi de R\$ 151,8 bilhões, o que representa 42,34% de “Demais Obrigações”. No exercício de 2022, o resultado apurado das demais operações do BCB também foi negativo, no montante de R\$ 36,5 bilhões. Para mais informações sobre esse tema, recomenda-se a leitura da Nota “Resultado do Banco Central do Brasil”.



## (b) Compensação Previdenciária (COMPREV)

Compensação Previdenciária refere-se ao acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores dos entes Federativos, referente ao tempo de contribuição utilizado na concessão de benefícios de aposentadoria e pensão, concedidos a partir de 5 de outubro de 1988.

Em 2023, foram reconhecidos passivos no montante aproximado de R\$ 81,8 bilhões relativos a obrigações do RGPS com os RPPS de Estados e Municípios, decorrentes da compensação financeira entre regimes previdenciários prevista no art. 201, § 9º, da CF/1988. Tais obrigações estão baseadas nos requerimentos apresentados pelos demais regimes perante o FRGPS, mas que ainda estão pendentes de análise por aquele Fundo.

Ainda, ressalte-se que o reconhecimento dessas obrigações no exercício de 2023 se deu em contrapartida a ajustes de exercícios anteriores, pois se referem a despesas de exercícios passados e, por esta razão, não devem influenciar o resultado do exercício.

*Tabela 129 – Compensação Previdenciária – Curto e Longo Prazo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)*	AH (%)	AV (%)
Compensação Previdenciária (COMPREV) – Estados	51.337	51.313	0,05	62,77
Compensação Previdenciária (COMPREV) – Municípios	30.454	30.120	1,11	37,23
Compensação Previdenciária (COMPREV) – RPPS	-	28	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>81.791</b>	<b>81.460</b>	<b>0,41</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	895	537	66,76	1,09
Não Circulante (Longo Prazo)	80.896	80.923	(0,03)	98,91

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Os valores registrados em 2023 foram levantados de forma estimada devido à falta de sistema estruturado para conclusão da análise dos valores *prorata* dos requerimentos. Os sistemas COMPREV e BG COMPREV ainda não dispõem de ferramentas e relatórios, sendo os valores calculados manualmente através de requisição de extração na base de dados da Dataprev. Tal tratamento se torna dificultoso e oneroso para realizá-lo periodicamente. Por isso, foi iniciado um comitê de acompanhamento do COMPREV, favorável a criação de metodologia.



### (c) Precatórios de Terceiros

Em 31/12/2023, o item “Precatórios de Terceiros” perfaz R\$ 41,5 bilhões. No exercício anterior, o saldo foi de R\$ 67,3 bilhões, o que representa uma queda de 38,24%. Nessa rubrica, são registradas as obrigações decorrentes de decisões judiciais proferidas em desfavor de órgãos e entidades federais, mediante a constituição de precatórios regulados pelo art. 100 da CF/1988. Mais informações sobre esse item podem ser obtidas na Nota “Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios”.

### (d) Receitas Arrecadadas a Classificar

O item “Receitas Arrecadadas a Classificar” representa os valores de receitas arrecadadas por DARF, referentes às rotinas de pagamentos unificados, pendentes de classificação orçamentária e patrimonial, de competência da RFB e da PGFN. Em 31/12/2023, o saldo desse item foi de R\$ 18,2 bilhões (5,09% de “Demais Obrigações”).

### (e) Entidades Privadas

O item “Entidades Privadas”, apresentou um montante de R\$ 16,1 bilhões em 31/12/2023, aumento de 153,69% em relação a 31/12/2022, devido, principalmente, a novações de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), registradas na COGEF/STN, e ao recebimento antecipado, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de receitas de concessões de ferrovias.

### (f) Consignações

O item “Consignações” refere-se aos valores das retenções efetuadas na fonte quando da apropriação de folha de pagamento dos servidores e empregados públicos, bem como de pagamentos a fornecedores. Trata-se de descontos relativos a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros, impostos e contribuições, planos de benefícios previdenciários, pensão alimentícia, entre outros. Tais retenções são objeto de pagamento aos credores no mês subsequente à retenção.

Em 31/12/2023, o saldo foi de R\$ 15,4 bilhões, ante R\$ 10,3 bilhões em 31/12/2022. A variação positiva de 49,51% se deve, principalmente, a imposto de renda retido na fonte, que passou de R\$ 417 milhões em 2022 para R\$ 4,1 bilhões em 2023. Tal elevação decorre de alteração na IN RFB nº 2005/2021, a qual passou a exigir que o recolhimento dos valores retidos por órgãos públicos passasse a ser feito no mês subsequente ao do reconhecimento da obrigação.

Do total de “Consignações”, 51,83% ficaram concentrados no FRGPS, que tem saldo composto, em sua maior parte, por retenções de empréstimos e financiamentos.



### **(g) Entidades Federais**

No item “Entidades Federais”, são registradas obrigações junto a Entidades Federais não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), não abarcadas por contas específicas. O saldo passou de R\$ 5,6 bilhões em 31/12/2022 para R\$ 8,4 bilhões em 31/12/2023. O crescimento de 47,95% nessas obrigações se deve, principalmente, a novações de dívidas no âmbito da COGEF/STN, que detém cerca de 64% do saldo desse item. As novações são obrigações originárias de dívidas do setor imobiliário que são cumpridas mediante emissão de títulos CVS (emitidos pelo Tesouro Nacional no âmbito da securitização das dívidas advindas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS).

### **(h) Indenizações, Restituições e Compensações de Tributos**

A reapresentação dos saldos de 2022 está relacionada ao reconhecimento do acordo celebrado entre União, Estados e Distrito Federal relativo ao art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022, no montante de R\$ 27,0 bilhões, com impacto em ajustes de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido. Para mais detalhes desse fato, sugere-se a leitura da Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022”.

O dispositivo legal citado determinou que a União deduza, do valor das parcelas dos contratos de dívida do Estado ou do Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, as perdas de arrecadação dos Estados ou do Distrito Federal ocorridas no exercício de 2022 decorrentes da redução da arrecadação do ICMS que exceda ao percentual de 5% em relação à arrecadação desse tributo no ano de 2021.

Em março de 2023, foi firmado um acordo judicial entre a União, os Estados e o Distrito Federal relativo à compensação prevista Lei Complementar supracitada. Tal dedução deve se dar sobre o valor das parcelas dos contratos de dívida dos referidos entes subnacionais administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2023, no âmbito da ADI nº 7191 e da ADPF nº 984. A partir de então, originou-se o Projeto de Lei Complementar nº 136/2023, o qual, após aprovação legislativa, foi sancionado com a edição da Lei Complementar nº 201/2023.



Tabela 130 – Compensação aos Estados e Distrito Federal, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 14 da LC nº 194/2022 e da LC nº 201/2023

Dados em: R\$ milhões

Fonte: LC nº 194/2022 e LC nº 201/2023

UF	2023	2024	2025	Total
AC	30	30		60
AL*				204
AP	27	27		54
AM	69	69		138
BA	267	533	267	1.067
CE	162	323	162	646
DF	130	259		389
ES	178	357	178	713
GO	545	697	348	1.590
MA*				536
MT	265	531	265	1.061
MS	78	157		235
MG	846	1.692	846	3.383
PA	218	437	218	873
PB	134	269		403
PR	459	917	459	1.835
PE*	257	513	257	1.026
PI*				296
RJ	1.219	1.615	808	3.642
RN	93	185		278
RS	995	1.349	674	3.018
RO	91	182		273
RR	44	44		88
SC	299	598	299	1.195
SP*				3.736
SE	65	65		130
TO	72	72		145
<b>Total</b>				<b>27.015</b>

Nota: \*Estados que tiveram os efeitos da aplicação do Acordo antecipados por medida judicial e já realizaram as compensações na totalidade do valor acordado.

Ao longo do exercício de 2023, foram atualizados os saldos, de modo a compatibilizar as parcelas a serem compensadas na dívida, e as parcelas transferidas diretamente aos estados, sobretudo, pelo fato de a Lei Complementar nº 201/2023 ter antecipado a parcela de 2024 para ser realizada em 2023 via transferência. O saldo remanescente dessa obrigação em 31/12/2023 é de R\$ 4,5 bilhões, referente à parcela de 2025, o que explica a queda de 79,05% neste item em comparação a 31/12/2022 (reapresentado).



### (i) Depósitos Não Judiciais

O item “Depósitos Não Judiciais” registra os valores das obrigações exigíveis, contraídas com o recolhimento de depósitos, bem como cauções vinculadas a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

Em 31/12/2023, esse item apresentou um saldo de R\$ 4,8 bilhões, com crescimento de 8,97% em relação ao saldo de 31/12/2022. Desse total, cerca de 78% estão registrados na RFB e são relativos, principalmente, a depósitos recursais e de entidades que arrecadaram valores em nome de terceiros que serão repassados, por exemplo, às entidades que integram o “Sistema S”.

### (j) Perdas em Participações em Empresas com PL Negativo

Em 31/12/2023, o item “Perdas em Participações em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo” apresentou um montante de R\$ 4,6 bilhões, representando um aumento de 90,29% em comparação ao exercício encerrado de 2022, conforme evidenciado na tabela a seguir.

*Tabela 131 – Perdas em Participações em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	2.559	14	17.668,19	55,29
Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	610	428	42,57	13,17
Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)	602	587	2,59	13,00
Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern)	453	-	-	9,78
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	320	307	4,07	6,91
Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)	62	-	-	1,34
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul)	23	238	(90,21)	0,50
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	-	858	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>4.629</b>	<b>2.432</b>	<b>90,29</b>	<b>100,00</b>

O reconhecimento dessas obrigações tem por base resultados negativos apurados em investimentos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), partindo-se da premissa de que os passivos a descoberto evidenciados pelas empresas investidas poderão ser acionados perante a União, como investidora.



## 19 - Atos Potenciais Ativos

Os principais itens que compõem os atos potenciais ativos são: i) Garantias e Contragarantias Recebidas; ii) Direitos Contratuais a Executar; e iii) Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber.

### (a) Garantias e Contragarantias Recebidas

Entre os atos potenciais ativos apresentados no “Quadro das Contas de Compensação” do Balanço Patrimonial, as garantias e contragarantias recebidas a executar representam o item mais relevante (85,95%) e estão detalhadas a seguir.

Tabela 132 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Garantias Recebidas no País	69.879	70.358	(0,68)	21,32
Contragarantias Recebidas no País	107.440	102.196	5,13	32,78
<b>Subtotal – País</b>	<b>177.319</b>	<b>172.553</b>	<b>2,76</b>	<b>54,10</b>
Garantias Recebidas no Exterior	7.320	8.443	(13,30)	2,23
Contragarantias Recebidas no Exterior	143.096	154.702	(7,50)	43,66
<b>Subtotal – Exterior</b>	<b>150.416</b>	<b>163.145</b>	<b>(7,80)</b>	<b>45,90</b>
<b>Total</b>	<b>327.735</b>	<b>335.698</b>	<b>(2,37)</b>	<b>100,00</b>

Em comparação com o exercício anterior, as garantias e contragarantias recebidas a serem executadas apresentaram uma redução de R\$ 8 bilhões (2,37%) em 2023.

A seguir, são detalhadas as garantias e contragarantias recebidas a executar de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por tais controles.



*Tabela 133 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – Por Órgão*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Garantias Recebidas no País</b>	<b>69.879</b>	<b>70.358</b>	<b>(0,68)</b>	<b>21,32</b>
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	24.684	24.117	2,35	7,53
Agência Nacional do Petróleo (ANP)	13.814	13.815	-	4,22
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	8.304	8.293	0,14	2,53
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	3.896	3.896	-	1,19
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	2.985	2.950	1,17	0,91
Ministério da Fazenda	2.316	3.954	(41,44)	0,71
Outros	13.880	13.334	4,10	4,24
<b>Contragarantias Recebidas no País</b>	<b>107.440</b>	<b>102.196</b>	<b>5,13</b>	<b>32,78</b>
Ministério da Fazenda	107.440	102.196	5,13	32,78
<b>Garantias Recebidas no Exterior</b>	<b>7.320</b>	<b>8.443</b>	<b>(13,30)</b>	<b>2,23</b>
Comando da Aeronáutica	6.349	7.347	(13,58)	1,94
Comando da Marinha	767	857	(10,50)	0,23
Outros	203	239	(14,89)	0,06
<b>Contragarantias Recebidas no Exterior</b>	<b>143.096</b>	<b>154.702</b>	<b>(7,50)</b>	<b>43,66</b>
Ministério da Fazenda	143.096	154.702	(7,50)	43,66
<b>Total</b>	<b>327.735</b>	<b>335.698</b>	<b>(2,37)</b>	<b>100,00</b>

Destaque para a variação negativa de 41,44% ocorrida no exercício de 2023 das garantias recebidas no País do Ministério da Fazenda, decorrente da atualização das contas “Garantias da Dívida Pública a Executar” e “Seguros-Garantias a Executar”.

As contragarantias recebidas pelo Ministério da Fazenda, no País e no exterior, totalizaram R\$ 250,5 bilhões, com uma redução de 2,48% em relação ao exercício anterior, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Essa variação negativa corresponde ao saldo de depósitos de garantia no âmbito do Programa DMLP e refere-se à atualização negativa (valor de mercado dos títulos no Tesouro americano) de saldo no período.

A concessão de garantias pela União em operações de crédito realizadas por Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades por eles controladas está condicionada ao oferecimento de contragarantias por esses entes, conforme preconiza o § 1º do art. 40 da LRF, bem como o art. 10, inciso III, da Resolução do Senado Federal nº 48/2007.



Tabela 134 – Contragarantias Recebidas a Executar – Ministério da Fazenda

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Estados</b>	<b>202.606</b>	<b>213.844</b>	<b>(5,26)</b>	<b>80,87</b>
No País	90.218	90.060	0,18	36,01
No Exterior	112.388	123.784	(9,21)	44,86
<b>Municípios</b>	<b>36.619</b>	<b>30.879</b>	<b>18,59</b>	<b>14,62</b>
No País	14.424	9.177	57,18	5,76
No Exterior	22.195	21.702	2,27	8,86
<b>Entidades Controladas</b>	<b>11.312</b>	<b>12.175</b>	<b>(7,09)</b>	<b>4,51</b>
No País	2.798	2.959	(5,42)	1,12
No Exterior	8.513	9.216	(7,62)	3,40
<b>Subtotal – País</b>	<b>107.440</b>	<b>102.196</b>	<b>5,13</b>	<b>42,88</b>
<b>Subtotal – Exterior</b>	<b>143.096</b>	<b>154.702</b>	<b>(7,50)</b>	<b>57,12</b>
<b>Total</b>	<b>250.536</b>	<b>256.898</b>	<b>(2,48)</b>	<b>100,00</b>

#### (b) Direitos Contratuais a Executar

Os direitos contratuais a executar compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratada, visando ao fornecimento de bens e serviços para terceiros. Estão compostos conforme tabela a seguir.

Tabela 135 – Direitos Contratuais a Executar

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Contratos de Obrigações Externas	21.057	23.897	(11,88)	82,07
Contratos de Serviços	2.202	2.041	7,90	8,58
Contratos de Aluguéis	2.005	2.738	(26,78)	7,81
Acordos de Cooperação com Instituição Financeira	275	425	(35,31)	1,07
Contratos de Fornecimento de Bens	71	87	(19,07)	0,28
Outros	47	45	3,59	0,18
<b>Total</b>	<b>25.656</b>	<b>29.233</b>	<b>(12,23)</b>	<b>100,00</b>

Os principais direitos contratuais da União se referiram aos contratos de obrigações externas (82,07%). Trata-se de potenciais valores a receber relacionados à execução da dívida e das operações de créditos externas contratadas. A seguir, são detalhados os montantes relacionados com tais contratos e os respectivos órgãos responsáveis por esses controles.



*Tabela 136 – Contratos de Obrigações Externas – Por Órgão Superior*  
 Dados em: R\$ milhões  
 Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Comando da Aeronáutica	10.205	11.749	(13,14)	48,46
Comando da Marinha	9.741	10.474	(6,99)	46,26
Ministério da Fazenda	823	1.386	(40,61)	3,91
Outros	288	288	-	1,37
<b>Total</b>	<b>21.057</b>	<b>23.897</b>	<b>(11,88)</b>	<b>100,00</b>

Em relação à queda de 11,88% nos contratos de obrigações externas, a redução ocorrida na Aeronáutica decorreu principalmente por ajustes de dívidas por variação cambial. Já no Ministério da Fazenda, o decréscimo de 40,61% ocorreu, principalmente, devido à quitação antecipada do saldo devedor do programa DMLP, com a utilização do saldo do depósito em garantia.

### (c) Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber

Os direitos conveniados e outros instrumentos congêneres a receber apresentaram redução de 33,70% entre os exercícios de 2022 e 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo.

*Tabela 137 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber*  
 Dados em: R\$ milhões  
 Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Termo de Execução Descentralizada a Receber	27.922	38.387	(27,26)	96,97
Convênios e Instrumentos Congêneres a Receber	871	5.038	(82,71)	3,03
<b>Total</b>	<b>28.793</b>	<b>43.426</b>	<b>(33,70)</b>	<b>100,00</b>



## 20 - Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes

### (a) Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem os atos potenciais passivos são: “Garantias e Contragarantias Concedidas” e “Obrigações Contratuais”. De acordo com definição dada pela Lei nº 4.320/1964, atos potenciais são aqueles que podem vir a afetar, mediata ou indiretamente, o patrimônio.

#### (a.1) Garantias e Contragarantias Concedidas

As garantias e contragarantias concedidas compreendem os avais, as fianças e as hipotecas concedidos no País e no exterior, bem como emolumentos consulares e outras garantias e contragarantias. São compostas da seguinte forma:

Tabela 138 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Garantias Concedidas no País	128.024	129.043	(0,79)	44,56
Contragarantias Concedidas no País	2	2	-	0,00
<b>Subtotal – País</b>	<b>128.026</b>	<b>129.045</b>	<b>(0,79)</b>	<b>44,56</b>
Garantias Concedidas no Exterior	159.294	171.479	(7,11)	55,44
<b>Subtotal – Exterior</b>	<b>159.294</b>	<b>171.479</b>	<b>(7,11)</b>	<b>55,44</b>
<b>Total</b>	<b>287.319</b>	<b>300.523</b>	<b>(4,39)</b>	<b>100,00</b>

A seguir, são detalhadas as garantias e contragarantias concedidas de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por tais controles.

Tabela 139 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar – Por Órgão

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Garantias Concedidas no País</b>	<b>128.024</b>	<b>129.043</b>	<b>(0,79)</b>	<b>44,56</b>
Ministério da Fazenda	113.226	109.036	3,84	39,41
Fundo de Garantia à Exportação	14.799	20.007	(26,03)	5,15
<b>Contragarantias Concedidas no País</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Justiça Militar	1	1	-	0,00
Comando do Exército	1	1	-	0,00
Outros	0	0	-	0,00
<b>Garantias Concedidas no Exterior</b>	<b>159.294</b>	<b>171.479</b>	<b>(7,11)</b>	<b>55,44</b>
Ministério da Fazenda	159.294	171.479	(7,11)	55,44
<b>Total</b>	<b>287.319</b>	<b>300.523</b>	<b>(4,39)</b>	<b>100,00</b>



A seguir, são detalhadas as garantias e contragarantias concedidas de acordo com os respectivos beneficiários.

Tabela 140 – Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar – Por Beneficiário

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Garantias Concedidas no País</b>	<b>128.024</b>	<b>129.043</b>	<b>(0,79)</b>	<b>44,56</b>
Estados	90.218	90.060	0,18	31,40
Fundo de Garantia à Exportação	14.799	20.007	(26,03)	5,15
Municípios	14.424	9.177	57,18	5,02
Empresas Estatais Federais	5.360	6.136	(12,66)	1,87
Fundos e Programas	3.224	3.662	(11,96)	1,12
<b>Contragarantias Concedidas no País</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Diversas	2	2	-	0,00
<b>Garantias Concedidas no Exterior</b>	<b>159.294</b>	<b>171.479</b>	<b>(7,11)</b>	<b>55,44</b>
Estados	112.388	123.784	(9,21)	39,12
Municípios	22.195	21.702	2,27	7,72
Empresas Estatais Federais	17.194	18.370	(6,40)	5,98
Entidades Controladas	7.517	7.622	(1,38)	2,62
<b>Total</b>	<b>287.319</b>	<b>300.523</b>	<b>(4,39)</b>	<b>100,00</b>

Em 31/12/2023, as garantias e as contragarantias concedidas totalizaram R\$ 287,3 bilhões, reduzindo 4,39% em relação ao exercício anterior. Desse total, as garantias internas apresentaram saldo de R\$ 128,0 bilhões (44,56%) enquanto as garantias externas perfizeram R\$ 159,3 bilhões (55,44%).

Conforme § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de garantia está condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida. Assim, uma vez que ocorra a inadimplência do ente quanto ao pagamento de parcelas oriundas de operações de crédito garantidas pela União, gera-se a obrigação de esta adimplir as parcelas não pagas e executar as contragarantias oferecidas pelo ente da Federação, conforme contrato de contragarantia firmado entre o ente e a União. Além do valor original devido, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.

A Secretaria do Tesouro Nacional monitora os atrasos de pagamentos dos contratos garantidos pela União, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando os devedores para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente. Caso o mutuário não efetue o pagamento nos prazos estabelecidos, a União, na condição de garantidora, efetua a liquidação do débito junto ao credor, adotando, em seguida, as medidas necessárias à compensação do



pagamento, mediante o bloqueio de receitas próprias e de transferências constitucionais, conforme previsto nos contratos de contragarantia.

Em 2023, a União realizou o pagamento de R\$ 12,3 bilhões com o objetivo de honrar garantias concedidas a operações de crédito, sendo que desse total R\$ 4,6 bilhões se referem ao Estado do Rio de Janeiro, R\$ 3,6 bilhões ao Estado de Minas Gerais e R\$ 1,4 bilhão ao Estado do Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que a União está impedida de executar as contragarantias de estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a execução das referidas contragarantias e as relativas aos Estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul que estão sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar nº 159/2017 (alterada pela Lei Complementar nº 178/2021).

As unidades da Federação, em caso de honra de aval ou de atraso nos pagamentos de operações de crédito garantidas, ficam impedidas de obter garantia da União para novos contratos de financiamento por até 12 meses, conforme dispõe o art. 13 da Portaria MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023. Os estados com RRF em vigor, apesar de se enquadrarem nos critérios dessa Portaria, poderão contratar novas operações de crédito com garantia da União, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei Complementar nº 159/2017. Ademais, a União está impedida de aplicar o disposto no art. 13 da Portaria MF nº 1.583/2023 para estados que obtiveram liminares no STF.

Informações mais detalhadas estão disponíveis no Relatório Mensal de Garantias Honradas (RMGH), no Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas (RQG) e no Painel de Garantias Honradas, os quais são publicados no Portal Tesouro Transparente (<https://tesourotransparente.gov.br>).

#### **(a.2) Obrigações Contratuais**

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas conforme tabela a seguir.



Tabela 141 – Obrigações Contratuais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Contratos de Serviços	157.053	134.204	17,03	67,78
Contratos de Fornecimento de Bens	66.309	106.323	(37,63)	28,62
Contratos de Aluguéis	3.584	3.566	0,51	1,55
Contratos de Empréstimos e Financiamentos	2.787	1.588	75,55	1,20
Acordo Transferência de Recursos - Org. Internacionais	1.616	2.074	(22,10)	0,70
Outros	375	341	10,04	0,16
<b>Total</b>	<b>231.725</b>	<b>248.096</b>	<b>(6,60)</b>	<b>100,00</b>

As principais obrigações contratuais da União se referem aos contratos de serviços e de fornecimento de bens, com 96,39% do total. A seguir, são detalhadas as obrigações relacionadas com tais contratos de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por esses controles.

Tabela 142 – Contratos de Serviços e de Fornecimento de Bens – Por Órgão

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Contratos de Serviços</b>	<b>157.053</b>	<b>134.204</b>	<b>17,03</b>	<b>67,78</b>
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	44.235	40.062	10,42	19,09
Comando da Aeronáutica	13.106	11.698	12,04	5,66
Comando da Marinha	12.012	12.594	(4,63)	5,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	7.809	1.932	304,16	3,37
Instituto Nacional do Seguro Social	7.169	1.358	428,06	3,09
Fundação Oswaldo Cruz	4.263	4.951	(13,89)	1,84
Ministério da Saúde	4.107	3.158	30,06	1,77
Outros	64.352	58.451	10,10	27,77
<b>Contratos de Fornecimento de Bens</b>	<b>66.309</b>	<b>106.323</b>	<b>(37,63)</b>	<b>28,62</b>
Comando da Aeronáutica	30.748	35.076	(12,34)	13,27
Comando da Marinha	10.302	11.974	(13,96)	4,45
Ministério da Saúde	7.539	41.730	(81,93)	3,25
Comando do Exército	6.469	5.904	9,56	2,79
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	3.421	3.836	(10,82)	1,48
Outros	7.830	7.803	0,35	3,38
<b>Outros Contratos</b>	<b>8.362</b>	<b>7.569</b>	<b>10,48</b>	<b>3,61</b>
<b>Total</b>	<b>231.725</b>	<b>248.096</b>	<b>(6,60)</b>	<b>100,00</b>

## (b) Passivos Contingentes

Os riscos decorrentes de passivos contingentes podem ser classificados conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, bem como os órgãos responsáveis pela sua gestão. Na tabela a seguir, estão descritos os principais passivos contingentes da União.



Tabela 143 – Passivos Contingentes

Dados em: R\$ milhões

Fontes: Justiça Federal, Siafi e Lei nº 14.822/2024

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Demandas Judiciais – PGFN	681.420	805.030	(15,35)	45,00
Demandas Judiciais – PGU	636.620	517.010	23,13	42,04
Demandas Judiciais – PGF	174.400	101.100	72,50	11,52
Riscos Fiscais – STN	5.761	11.914	(51,64)	0,38
Demandas Judiciais – PGBC	7.684	5.855	31,24	0,51
Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes	3.572	3.747	(4,67)	0,24
Outros	4.731	2.355	100,88	0,31
<b>Total</b>	<b>1.514.188</b>	<b>1.447.011</b>	<b>4,64</b>	<b>100,00</b>

Em 31/12/2023, o saldo de passivos contingentes aumentou R\$ 67,2 bilhões (4,64%) em relação ao exercício anterior. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de ações judiciais em desfavor da União, com probabilidade de perda possível.

#### **(b.1) Demandas Judiciais – PGFN, PGU e PGF**

Os saldos de demandas judiciais da Procuradoria-Geral da União (PGU), da PGFN e da PGF em 29/12/2023 se baseiam Nota Técnica nº 0096/2023/SGE/AGU que trouxe atualizações e reestimativas dos valores das ações judiciais, ao passo que os saldos de 31/12/2022 se baseiam na Nota Técnica 00027/2022/CPG-DGE/DGE/AGU.

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa judicialmente a União, suas autarquias e fundações públicas, bem como executa a Dívida Ativa da União e presta a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131 da CF/1988). Seus órgãos apresentam as seguintes atribuições:

- I. Procuradoria-Geral da União (PGU): representa a União junto ao Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias, com exceção do STF (Lei Complementar nº 73/1993, art. 9º);
- II. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): apura a liquidez e certeza da Dívida Ativa da União, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial, bem como representa judicialmente a União nas causas de natureza fiscal (Lei Complementar nº 73/1993, art. 12);
- III. Procuradoria-Geral Federal (PGF): representa as autarquias e fundações públicas federais junto ao Poder Judiciário, com exceção do BCB (Lei nº 10.480/2002, art. 10); e
- IV. Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC): representa judicial e extrajudicialmente o BCB (Lei nº 9.650/1998, art. 4º).



Mais detalhes sobre os saldos das demandas judiciais da PGFN, da PGF e da AGU podem ser obtidos na Nota “Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios”.

### **(b.2) Riscos Fiscais – STN**

A composição dos passivos contingentes referentes a riscos fiscais administrados pela STN/MF é apresentada na tabela abaixo.

*Tabela 144 – Passivos Contingentes para Riscos Fiscais – STN – Por Tema*  
Dados em: R\$ milhões  
Fontes: STN/MF e Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Lei nº 8.036/1990 – Risco de Operações Ativas da Caixa	3.959	4.004	(1,12)	68,72
Assunção Cacau	926	926	-	16,07
Créditos Securitizados - CODIV/STN/MF	571	571		
Bônus BNH	-	5.315	(100,00)	-
Voto CMN nº 162/1995	-	790	(100,00)	-
Outros	305	308	(0,78)	5,30
<b>Total</b>	<b>5.761</b>	<b>11.914</b>	<b>(51,64)</b>	<b>100,00</b>

Abaixo, segue o detalhamento dos temas:

- I. **Lei nº 8.036/1990 – Risco de Operações Ativas da Caixa:** refere-se aos riscos de crédito atribuíveis à União nas operações vencidas realizadas pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme estabelecido no art. 9º, § 8º, da Lei nº 8.036/1990;
- II. **Assunção Cacau:** Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB (Cacau) – foi instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/1995, no intuito de conceder financiamentos destinados ao controle da doença “vassoura-de-bruxa”, detectada na lavoura cacaueira baiana em 1989; e
- III. **Créditos Securitizados:** referem-se a potenciais passivos associados a créditos securitizados pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN).

Cabe ressaltar os passivos contingentes da União com a Caixa, abordados pelo Decreto nº 10.802/2021, que regulamentou o reconhecimento e a regularização, pelo Ministério da Fazenda, das obrigações decorrentes do conjunto de três processos enumerados em seu art. 1º, sendo esses: o Bônus BNH, o Voto CMN nº 162/95 e o Banco da Produção do Estado de Alagoas S.A. (Produban). O citado normativo criou uma comissão para emitir parecer conclusivo sobre a certeza, a liquidez e a exigibilidade das três obrigações que compunham os haveres com a Caixa.



Conforme a conclusão da comissão, tais obrigações não devem ser entendidas como passivo contingente, razão pela qual não devem ser feita sua divulgação em notas explicativas, em linha com o que preconiza o MCASP 9ª Edição e a Macrofunção Siafi 020336 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O passivo relativo ao Produban foi baixado em momento anterior, pois a comissão entendeu que esse não era exigível. Já os passivos referentes ao Bônus BNH e ao Voto CMN nº 162/1995 foram baixados em 2023.

### **(b.3) Demandas Judiciais – PGBC**

De acordo com as informações obtidas no Anexo V de Riscos Fiscais do PLDO de 2024 (PLN nº 4/2023), a Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) avalia suas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e, assim, não foram provisionadas. Em 31/12/2022, havia 778 ações nessa situação, totalizando R\$ 7,7 bilhões. A maior parte desse valor refere-se a regimes especiais de resolução para instituições financeiras, no montante de R\$ 6,9 bilhões.

Destaca-se que a PGBC não avalia seus riscos com base na Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

### **(b.4) Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes**

De acordo com as informações obtidas no Anexo V de Riscos Fiscais do PLDO de 2024 (PLN nº 4/2023), a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEST/MGI) coletou, junto às empresas, informações sobre as ações judiciais em que o risco de perda foi considerado possível e, portanto, classificadas como passivos contingentes.

De acordo com essas informações, os passivos contingentes totalizaram R\$ 3,6 bilhões. Esses passivos contingentes das empresas estatais que integram os OFSS são constituídos por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível.

As ações cíveis se referiram a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não criminal, podendo se tratar de conflitos nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real. No caso das empresas estatais federais, as ações se referiram a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões



eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, entre outros. As ações cíveis das estatais federais somaram R\$ 2,3 bilhões.

As reclamações trabalhistas perfizeram R\$ 1,2 bilhão. Em geral, essas ações advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos. Também estão incluídas, nesse grupo, as demais ações relativas aos empregados, como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade, e incorporação de gratificação.

As lides da ordem tributária somaram R\$ 89,5 milhões e derivaram de não recolhimento de impostos pelas empresas, notadamente os devidos aos estados e municípios. As demandas previdenciárias totalizaram R\$ 21 milhões e corresponderam àquelas em que as empresas são acionadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados.



## 21 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Em 2023, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” totalizou R\$ 921,4 bilhões representando 24,40% das VPA. Desse total, 98,82% foram relativos a impostos, conforme tabela abaixo.

Tabela 145 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Impostos	910.587	801.705	13,58	98,82
Taxas	10.846	11.451	(5,28)	1,18
<b>Total</b>	<b>921.433</b>	<b>813.156</b>	<b>13,32</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Em relação ao total de impostos, no ano de 2023, ocorreu variação positiva de 13,58% em relação ao exercício anterior. Do montante de R\$ 910,6 bilhões, quase a totalidade da arrecadação (99,99%) foi de responsabilidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com um aumento de R\$ 108,9 bilhões nas rubricas administradas pela referida Secretaria.

A tabela a seguir apresenta a composição dos impostos e mostra que o Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) alcançou R\$ 723,0 bilhões em 2023 (79,40% do total de impostos), representando um aumento de 16,42% (R\$ 102,0 bilhões) em comparação ao exercício anterior.

Tabela 146 – Impostos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	722.981	621.021	16,42	79,40
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF)	61.704	58.883	4,79	6,78
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	57.148	59.235	(3,52)	6,28
Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II)	53.955	58.922	(8,43)	5,93
Outros	14.800	3.644	306,12	1,63
<b>Total</b>	<b>910.587</b>	<b>801.705</b>	<b>13,58</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Na RFB, o registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.



A contabilização da receita orçamentária, decorrente da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalente de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no Balço Orçamentário (BO) pela realização da receita e na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorrem de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).



## 22 - Contribuições

O grupo “Contribuições” perfez R\$ 1,182 trilhão em 2023, representando 30,93% do total de VPA. Nesse grupo, as “Contribuições Sociais” representaram 98,19%, conforme tabela abaixo.

Tabela 147 – Contribuições

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Contribuições Sociais	1.160.549	1.061.981	9,28	98,19
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	21.342	21.655	(1,45)	1,81
<b>Total</b>	<b>1.181.891</b>	<b>1.083.636</b>	<b>9,07</b>	<b>100,00</b>

Em 2023, as “Contribuições Sociais ao RGPS” e a “Contribuição Social sobre a Receita ou Faturamento” representaram juntas 82,11% do total das “Contribuições Sociais”, como detalha a tabela a seguir.

Tabela 148 – Contribuições Sociais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Contribuições Sociais – RGPS	582.163	489.958	18,82	50,16
Contribuição sobre a Receita ou Faturamento	370.737	350.005	5,92	31,94
Contribuição sobre o Lucro	144.939	158.726	(8,69)	12,49
Contribuições Sociais – RPPS	17.520	17.559	(0,22)	1,51
Contribuição para Custeio de Pensões e Inativos Militares	9.562	9.251	3,37	0,82
Contribuição sobre a Receita de Concurso de Prognóstico	4.363	4.260	2,43	0,38
Outras	31.265	32.222	(2,97)	2,69
<b>Total</b>	<b>1.160.549</b>	<b>1.061.981</b>	<b>9,28</b>	<b>100,00</b>

A maior parte das “Contribuições Sociais ao RGPS” esteve concentrada nas “Contribuições Patronais”, no montante de R\$ 407,3 bilhões (69,86%), e nas “Contribuições do Segurado”, no valor de R\$ 169,7 bilhões (29,15%) em 2023.

Por sua vez, a maior parte da “Contribuição sobre a Receita ou Faturamento” foi oriunda de “Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social”, que atingiu a cifra de R\$ 288,5 bilhões (77,82%) em 2023, e o restante foi decorrente de “Contribuições para o PIS/Pasep”, na quantia de R\$ 82,2 bilhões (22,18%).

Em relação à “Contribuição sobre o Lucro”, a redução de 8,69% verificado no exercício decorreu principalmente ao decréscimo da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada nas declarações de ajuste apresentadas pelos contribuintes à RFB, bem como ao recolhimento atípico do referido tributo por empresas ligadas à exploração de *commodities*, principalmente no exercício de 2022. Mais informações sobre a arrecadação da CSLL podem ser obtidas no relatório “Análise da Arrecadação



das Receitas Federais", elaborado pela RFB e disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2023/analise-mensal-dez-2023.pdf/view>.



## 23 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 2023, o grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” alcançou R\$ 148,4 bilhões, apresentando um decréscimo de 28,04% em relação ao exercício anterior, conforme tabela abaixo.

Tabela 149 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

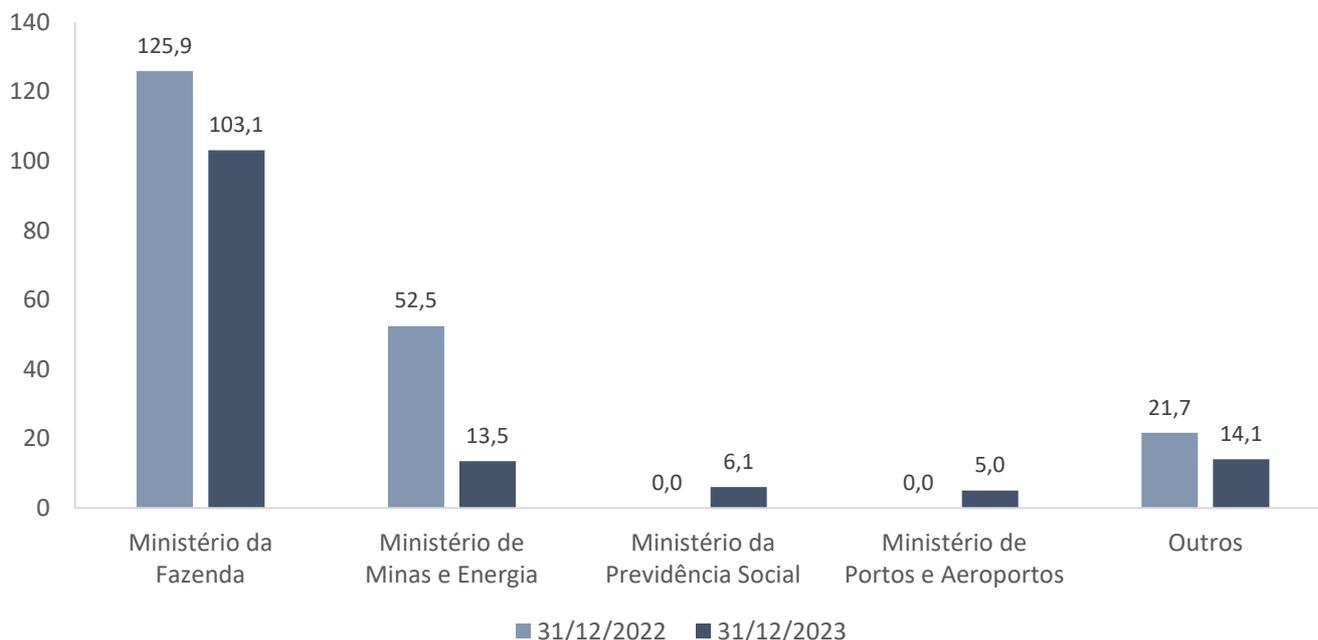
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	141.829	200.033	(29,10)	95,56
Vendas de Produtos	6.416	5.883	9,06	4,32
Venda de Mercadorias	180	353	(48,90)	0,12
<b>Total</b>	<b>148.425</b>	<b>206.268</b>	<b>(28,04)</b>	<b>100,00</b>

O subgrupo “Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços” concentrou quase a totalidade dos registros realizados em 2023 (95,56%). Do total contabilizado nesse subgrupo, o Ministério da Fazenda registrou 72,72%, e o Ministério de Minas e Energia, 9,53%, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



Em relação ao Ministério da Fazenda, houve uma redução de 18,10% da receita desse subgrupo em comparação com o exercício anterior, sendo que 99,21% dessa receita foi contabilizada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

A tabela a seguir detalha os valores vinculados ao Ministério de Minas e Energia.



Tabela 150 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços – Ministério de Minas e Energia – Por Órgão  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Agência Nacional de Mineração (ANM)	6.963	7.143	(2,51)	51,53
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	4.980	33.068	(84,94)	36,86
Agência Nacional do Petróleo (ANP)	1.567	12.234	(87,19)	11,60
Outros	2	7	(68,92)	0,02
<b>Total</b>	<b>13.512</b>	<b>52.451</b>	<b>(74,24)</b>	<b>100,00</b>

Na Aneel, houve queda de 84,94% (passando de R\$ 33,1 bilhões para quase R\$ 5,0 bilhões), haja vista o reconhecimento expressivo e não recorrente de receitas de delegação de serviços públicos decorrentes do pagamento pela bonificação de outorga de novos contratos de concessão relativos à privatização da Eletrobrás em 2022, o que não se repetiu no exercício seguinte.

Já o decréscimo das receitas da ANP, de 87,19% em relação à 2022, diz respeito à redução da arrecadação durante o exercício de "Bônus de Assinatura – Contratos de Partilha de Produção" e a consequente redução das transferências aos entes. Bônus de assinatura é uma participação governamental na celebração de contratos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural concedidos a terceiros, e seu montante é levado em conta no julgamento das licitações abertas para as referidas concessões, devendo ser recolhidas no ato da celebração dos contratos.

Em relação aos Ministérios da Previdência Social e de Portos e Aeroportos, os saldos zerados apresentados em 2022 decorrem da reestruturação organizacional ocorrida em 1º de janeiro de 2023. Para mais informações vide a Nota "Reestruturação Organizacional".



## 24 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

No exercício de 2023, as receitas auferidas com juros e encargos decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos montaram a quantia de R\$ 69,6 bilhões, destacando-se, nesse montante, as receitas auferidas pelo Ministério da Fazenda (51,84%) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (33,12%), conforme tabela abaixo.

Tabela 151 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Por Órgão Superior  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	36.101	40.379	(10,59)	51,84
Ministério do Trabalho e Emprego	23.065	19.237	19,90	33,12
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	6.831	17.534	(61,04)	9,81
Ministério da Educação	2.260	2.293	(1,45)	3,24
Outros	1.381	2.031	(32,02)	1,98
<b>Total</b>	<b>69.638</b>	<b>81.474</b>	<b>(14,53)</b>	<b>100,00</b>

### (a) Ministério da Fazenda

A maior parte das receitas obtidas pelo Ministério da Fazenda com juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos refere-se a pagamentos efetuados em 2023 pelos Estados, Distrito Federal e Municípios à União (R\$ 30,1 bilhões), em decorrência de programas de empréstimos e refinanciamento de dívidas, implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes, a exemplo dos contratos decorrentes da Lei nº 9.496/1997, da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 e da Lei Complementar nº 159/2017. Em comparação com o exercício anterior, quando a receita obtida foi de R\$ 28,9 bilhões, houve aumento de 4,09%.

Outra receita materialmente relevante foi com juros incidentes sobre os haveres financeiros da União relativos a operações fiscais, cujo controle e acompanhamento são exercidos pelo Tesouro Nacional, e que decorrem de origens distintas, implementados por legislações específicas e, em sua maioria, de origem contratual.

Mais informações sobre empréstimos e financiamentos concedidos vide Nota “Créditos a Receber”.

### (b) Ministério do Trabalho e Emprego

No Ministério do Trabalho e Emprego, toda a receita com juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos em 2023 decorreu dos juros provisionados, referentes aos empréstimos concedidos ao BNDES de no mínimo 28% da arrecadação da contribuição do PIS/Pasep.



### (c) Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

No Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a maior parte dessas receitas foi auferida pelos fundos constitucionais de financiamento, como pode ser observado na tabela a seguir.

*Tabela 152 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Por Fundo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	3.698	10.866	(65,97)	54,13
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	1.376	2.859	(51,87)	20,15
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	993	2.789	(64,40)	14,54
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)	467	691	(32,38)	6,84
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	282	314	(10,19)	4,12
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)	15	14	5,69	0,22
<b>Total</b>	<b>6.831</b>	<b>17.534</b>	<b>(61,04)</b>	<b>100,00</b>

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) foram criados por meio da Lei nº 7.827/1989, com o intuito de consignar e aplicar os recursos oriundos da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), entregues pela União por força do art. 159, inciso I, alínea “c”, da CF/1988, além de outras fontes previstas no art. 6ª da referida Lei.

Segundo dispõe o art. 2º da Lei nº 7.827/1989, esses fundos constitucionais têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Assim, sobre esses programas de financiamento, custeados com recursos desses fundos, há a instituição de encargos financeiros definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do MIDR, conforme preconiza o § 4º, inciso I, do art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989, combinado com o art. 1º da Lei nº 10.177/2001, gerando variações patrimoniais aumentativas a serem reconhecidas nesses fundos.

A redução da receita acumulada dos juros e encargos do FNE, FCO e FNO, no exercício de 2023, refere-se à publicação da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, de 4 de abril de 2023, a qual dispõe sobre as normas para a estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para mais informações vide Nota “Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis”.



#### **(d) Ministério da Educação**

Quanto ao Ministério da Educação, a totalidade das receitas auferidas com juros e encargos foi decorrente de financiamentos concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no montante de R\$ 2,3 bilhões em 2023, inferior em 1,45% em relação ao exercício anterior.

Outras informações acerca dos financiamentos concedidos pelo Fies podem ser encontradas na Nota “Créditos a Receber”.



## 25 - Juros e Encargos de Mora Ativos

No subgrupo “Juros e Encargos de Mora” das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), o item mais relevante é o que se refere a “Juros e Encargos de Mora sobre Crédito Tributário”, representando 92,41% do total em 2023, conforme tabela abaixo.

*Tabela 153 – Juros e Encargos de Mora*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Juros e Encargos de Mora sobre Crédito Tributário	51.571	154.673	(66,66)	92,41
Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos	125	78	59,64	0,22
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimento de Bens e Serviços	37	33	14,86	0,07
Outros	4.073	1.946	109,34	7,30
<b>Total</b>	<b>55.806</b>	<b>156.730</b>	<b>(64,39)</b>	<b>100,00</b>

A quase totalidade desse subgrupo esteve concentrada, em 2023, no Ministério da Previdência Social (48,64%) e no Ministério da Fazenda (44,01%) em que os juros e encargos de mora se referem, basicamente, às variações patrimoniais aumentativas com penalidades pecuniárias decorrentes de atrasos no cumprimento de obrigações tributárias.

A redução de R\$ 103,1 bilhões do item “Juros e Encargos de Mora sobre Crédito Tributário” no exercício analisado decorreu principalmente da diminuição do estoque de créditos tributários no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), perfazendo R\$ 24,4 bilhões em 2023 e R\$ 100,5 bilhões em 2022, bem como da variação negativa da arrecadação dos juros e encargos sobre as contribuições previdenciárias do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), totalizando R\$ 27,1 bilhões em 2023 e R\$ 48,4 bilhões em 2022.

Outras informações sobre os créditos tributários a receber podem ser encontradas na Nota “Créditos a Receber”.



## 26 - Variações Monetárias e Cambiais Aumentativas

Este subgrupo expõe as variações patrimoniais aumentativas provenientes de oscilações do Real (R\$) em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis em razão de dispositivos legais ou contratuais, bem como a variação da referida moeda em relação às moedas estrangeiras.

Vale salientar que as variações monetárias e cambiais decorrentes de variações patrimoniais diminutivas não estão contempladas nessa Nota, mas sim na Nota “Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas”.

No exercício de 2023, as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de variações monetárias e cambiais perfizeram R\$ 217,9 bilhões, destacando-se o Ministério da Fazenda no reconhecimento deste tipo de receita, conforme demonstrado na tabela abaixo.

*Tabela 154 – Variações Monetárias e Cambiais – Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	191.238	350.873	(45,50)	87,78
Ministério do Trabalho e Emprego	8.500	12.967	(34,45)	3,90
Ministério da Educação	7.445	1.510	393,23	3,42
Outros	10.667	21.435	(50,24)	4,90
<b>Total</b>	<b>217.851</b>	<b>386.784</b>	<b>(43,68)</b>	<b>100,00</b>

Dos R\$ 191,2 bilhões em receitas reconhecidas pelo Ministério da Fazenda, R\$ 122,8 bilhões (64,19%) referiram-se a variações monetárias e cambiais auferidas na execução da Dívida Pública Federal (DPF), como mostra a tabela abaixo.

*Tabela 155 – Variações Monetárias e Cambiais – Ministério da Fazenda – Dívida Pública Federal*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Atualização Monetária Positiva	75.053	218.928	(65,72)	61,14
Variações Cambiais	47.698	61.653	(22,63)	38,86
<b>Total</b>	<b>122.751</b>	<b>280.580</b>	<b>(56,25)</b>	<b>100,00</b>

A atualização monetária positiva da DPF refere-se aos lançamentos decorrentes da apropriação de encargos negativos e/ou atualização mensal do valor líquido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos meses em que ocorreram deflação deste índice nas carteiras da dívida pública em mercado e em poder do BCB, bem como da remuneração sobre o resultado positivo do BCB, como detalha a tabela a seguir.



*Tabela 156 – Atualização Monetária Positiva da Dívida Pública Federal*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Mercado	49.533	150.996	(67,20)	66,00
Banco Central do Brasil (BCB)	25.519	66.788	(61,79)	34,00
Remuneração do Resultado do BCB	-	1.144	(100,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>75.053</b>	<b>218.928</b>	<b>(65,72)</b>	<b>100,00</b>

A diminuição de 65,72% do item “Atualização Monetária Positiva” decorreu principalmente da variação do IPCA apurado de janeiro a dezembro de 2023, o qual sofreu variações mensais menores quando comparado ao mesmo período de 2022. Assim, houve um menor volume de apropriações para redução do estoque de principal da DPMFi decorrentes de ajustes pela deflação do IPCA.

Já as variações cambiais da DPF incluem as variações do estoque da dívida externa, decorrentes da apreciação cambial do Real frente às moedas estrangeiras. Incluem, também, as variações cambiais nos saldos das contas bancárias mantidas no exterior, referentes às obrigações do Decreto-Lei nº 6.019/1943, além da variação cambial positiva do ativo financeiro que registra contratos de câmbio negociados para liquidação futura.

As variações cambiais da DPF foram de R\$ 47,7 bilhões, representando uma redução de 22,63% em relação ao exercício de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir.

*Tabela 157 – Variações Cambiais da Dívida Pública Federal*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Mobiliária Externa	42.591	55.930	(23,85)	89,29
Contratual Externa	4.488	5.398	(16,86)	9,41
Variações Cambiais em Moeda Estrangeira	619	325	90,27	1,30
<b>Total</b>	<b>47.698</b>	<b>61.653</b>	<b>(22,63)</b>	<b>100,00</b>

As variações negativas de 23,85% da Dívida Mobiliária Externa e de 16,86% da Dívida Contratual Externa refletem a ocorrência de redução do passivo do estoque da dívida, nos momentos de apreciação cambial do Real frente ao Dólar. Em 2023, os registros contábeis nas contas de passivo da dívida externa, lançados em momentos de apreciação do Real frente ao Dólar, ocorreram em menor volume do que no mesmo período de 2022, resultando numa redução das “VPA Cambiais”.

Por sua vez, o aumento das “Variações Cambiais em Moeda Estrangeira” é resultado da variação cambial positiva do ativo financeiro destinado a atender obrigações futuras da dívida externa. Essa variação é apurada entre a data de contratação de câmbio e a data de vencimento da obrigação. Além disso, incluem



também as variações cambiais positivas nos saldos das contas bancárias mantidas no exterior, referentes às obrigações do Decreto-Lei nº 6.019/1943.



## 27 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

O subgrupo “Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras” compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração dos saldos dos depósitos da União existentes em agentes financeiros, bem como a aplicação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), de acordo com a rentabilidade da taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central do Brasil, conforme dispõem as Medidas Provisórias nº 2.179-36/2001 e nº 2.170-36/2001. Do total de R\$ 179,1 bilhões registrados nesse subgrupo em 31/12/2023, R\$ 151,7 bilhões (84,69%), referem-se à remuneração de depósitos bancários, e o restante (R\$ 27,4 bilhões), à remuneração das aplicações financeiras.

Tabela 158 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Remuneração de Depósitos Bancários	151.652	158.262	(4,18)	84,69
Remuneração de Aplicações Financeiras	27.415	21.834	25,56	15,31
<b>Total</b>	<b>179.067</b>	<b>180.096</b>	<b>(0,57)</b>	<b>100,00</b>

Em relação à remuneração de depósitos bancários, em torno de R\$ 151,2 bilhões (99,67%) se referem à remuneração da CUTN.

Quanto à remuneração de aplicações financeiras, destaque para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que obteve R\$ 6,8 bilhões em rendimentos até 31/12/2023, representando um aumento de 33,71% em comparação a 2022, e para o Fundo de Garantia a Exportação (FGE), com 11,19% de variação positiva, conforme tabela a seguir.



Tabela 159 – Remuneração de Aplicações Financeiras – Por Órgão  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	6.834	5.111	33,71	24,93
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	4.375	3.935	11,19	15,96
Presidência da República	2.780	1.646	68,86	10,14
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	2.096	1.436	45,98	7,65
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	1.779	1.590	11,89	6,49
Fundo Aeronáutico	1.116	927	20,28	4,07
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	787	1.004	(21,65)	2,87
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	756	506	49,60	2,76
Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS)	678	442	53,56	2,47
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	533	462	15,31	1,94
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	501	605	(17,16)	1,83
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	440	363	21,15	1,61
Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)	434	321	35,06	1,58
Fundo Naval	343	278	23,16	1,25
Fundo Nacional Sobre Mudanças do Clima (FNMC)	333	126	164,30	1,21
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)	320	397	(19,32)	1,17
Fundo do Exército	297	244	21,76	1,08
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	233	183	27,77	0,85
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	221	183	20,54	0,81
Agência Nacional do Cinema (Ancine)	214	135	58,67	0,78
Outros	2.346	1.940	20,92	8,56
<b>Total</b>	<b>27.415</b>	<b>21.834</b>	<b>25,56</b>	<b>100,00</b>

Em relação às remunerações do FAT, 97,41% referem-se à remuneração de aplicações financeiras do fundo extramercado, atingindo o montante de R\$ 6,8 bilhões em 2023, frente a R\$ 5,0 bilhões em 2022, representando um crescimento de 33,99%. As aplicações financeiras do fundo extramercado do FAT correspondem às disponibilidades financeiras do FAT que são aplicadas em títulos públicos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil e constituem a reserva mínima de liquidez. Esses recursos são remunerados pelos indicadores de mercado, como a inflação ou a Selic, e a mensuração contábil é realizada pelo valor justo, que, no caso, é o valor atual de mercado (posição patrimonial “precificado a mercado”).

O comportamento da remuneração em 2023 está relacionado à performance dos indicadores econômicos atrelados às aplicações.

Para mais informações, consultar a Nota “Caixa e Equivalentes de Caixa”.



## 28 - Ganhos com Incorporação de Ativos

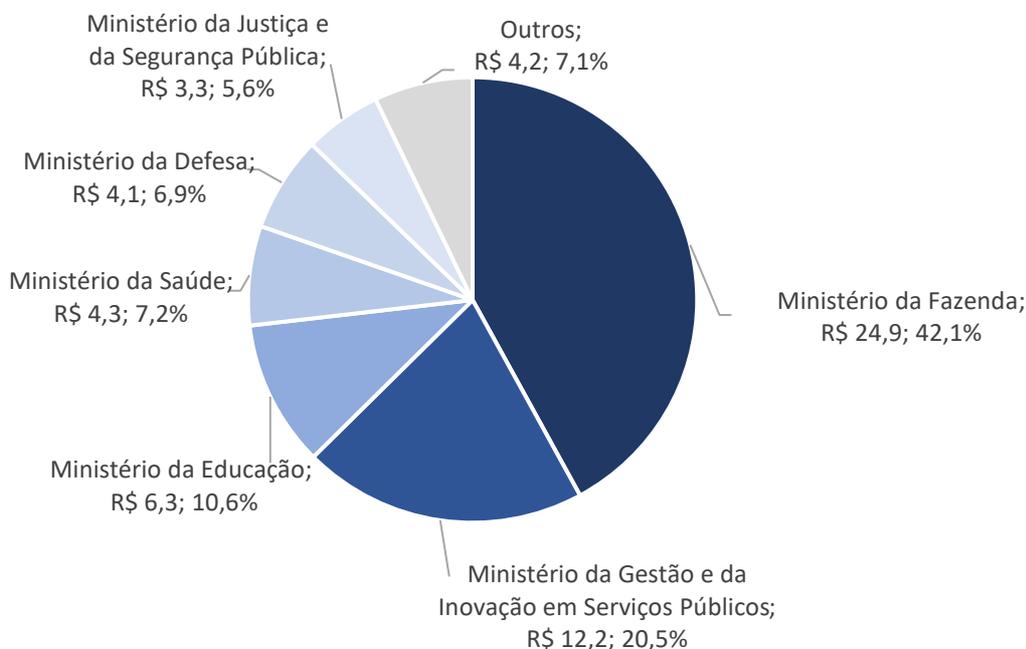
Em 2023, foram registrados R\$ 59,3 bilhões na VPA “Ganhos com Incorporação de Ativos”. Já em 2022, referida VPA totalizou R\$ 118,8 bilhões, apresentando, portanto, uma redução de aproximadamente 50,0%. Importante mencionar que o valor acumulado referente a 31/12/2022 foi reapresentado conforme explicação apresentada na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

No gráfico a seguir, é possível observar os ganhos com incorporação de ativos em 2023, por órgãos superiores.

Gráfico 10 – Ganhos com Incorporação de Ativos – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



O Ministério da Fazenda registrou aproximadamente 42,1% do total de ganhos com a incorporação de ativos, sendo as Coordenações-Gerais de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais (COINT/STN) e de Haveres Financeiros (COAFI/STN) da Secretaria do Tesouro Nacional responsáveis por cerca de 96% do montante registrado nesse órgão superior. Em 2022, a Pasta registrou R\$ 49,1 bilhões, apresentando uma retração de 49,21% para 2023. Em 2022, ocorreram registros de imóveis no SPIUnet realizados pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados, no montante aproximando de 32,7 bilhões, o que não se repetiu em 2023 já que a referida Secretaria passou a compor a estrutura organizacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em 2023, conforme Decreto nº 11.437/2023.



Na COAFI/STN, foram registradas obrigações para pagamentos de honra de aval (cerca de R\$ 10,5 bilhões em 2023 e R\$ 12,9 bilhões em 2022). As honras de garantias geram um ativo que é incorporado à União. Para mais detalhes sobre honras de garantias, sugere-se a leitura da Nota “Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas”.

Na COINT/STN, foram registradas transferências a Estados, DF e Municípios, previstas nas Leis Complementares nº 194/2022 (R\$ 9,5 bilhões) e nº 176/2020 (R\$ 4,0 bilhões), no montante de R\$ 13,5 bilhões. Já em 2022, o montante de transferências registradas a Estados, DF e Municípios totalizou R\$ 2,9 bilhões. O aumento em 2023 está relacionado principalmente aos registros de compensações referentes a LC nº194/2022, que não ocorreram em 2022.

No Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do total de R\$ 12,2 bilhões, R\$ 12,0 bilhões (ou 98,85%) referiram-se a imóveis que foram incorporados ao seu patrimônio.

No Ministério da Educação (MEC), o montante de R\$ 6,3 bilhões foi composto, principalmente, por incorporações de imóveis na Universidade Federal do Rio de Janeiro (R\$ 2,4 bilhões) e na Fundação Universidade do Amazonas (R\$ 2,2 bilhões), e por honra de contratos inadimplentes do Fies, no FNDE (cerca de R\$ 837 milhões).



## 29 - Ganhos com Desincorporação de Passivos

No exercício de 2023, foram reconhecidos ganhos com a desincorporação de passivos no valor de R\$ 120,1 bilhões, ante R\$ R\$ 124,9 bilhões no exercício anterior.

*Tabela 160 – Ganhos com Desincorporação de Passivos– Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	112.664	105.384	6,91	93,77
Ministério da Previdência Social	3.711	-	-	3,09
Ministério do Planejamento e Orçamento	926	-	-	0,77
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	646	1.243	(48,05)	0,54
Ministério da Saúde	583	688	(15,19)	0,49
Ministério das Cidades	438	-	-	0,36
Outros	1.174	17.635	(93,34)	0,98
<b>Total</b>	<b>120.143</b>	<b>124.950</b>	<b>(3,85)</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Em 2023, a RFB, no Ministério da Fazenda (MF), concentrou 72,18% (R\$ 86,7 bilhões) do total da União. Em 2022, 40,6% (R\$ 42,6 bilhões). Trata-se de reavaliações de provisões para perdas judiciais e administrativas transitadas em julgado desfavoráveis para a União nos seguintes temas:

- I. Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins: R\$ 69,7 bilhões em 2023 e R\$ 42,6 bilhões em 2022;
- II. Conversão de tempo especial em comum – RPPS: R\$ 6,0 bilhões em 2023;
- III. Cebas – Lei nº 12.101/2009: R\$ 5,9 bilhões em 2023;
- IV. Titularidade do IRRF sobre valores pagos aos Municípios: R\$ 3,4 bilhões em 2023;
- V. Lei do Bem: R\$ 1,0 bilhão em 2023;
- VI. Imposto de renda pessoa física sobre juros de mora: R\$ 438 milhões em 2023;
- VII. Imunidade IPI sobre automóveis para deficientes auditivos: R\$ 228 milhões em 2023; e
- VIII. Multa por indeferimento administrativo de pedidos de ressarcimento, compensação e restituição: R\$ 140 milhões em 2023.

Também, no Ministério da Fazenda, o Fundo de Compensação e Variação Salarial (FCVS) promoveu baixas de R\$ 22,4 bilhões, sendo a maior parte referente ao passivo de resíduos de contratos liquidados e de novações de dívidas de responsabilidade do Fundo. Essas obrigações são contratos de financiamentos



habitacionais já expirados, ou seja, liquidados pelo mutuário com a instituição financeira, a serem honrados no longo prazo. No exercício anterior, houve R\$ 14,1 bilhões em desincorporações de passivos no FCVS, sendo a maior parte referente ao mesmo tipo de obrigação.

No Ministério da Previdência Social, cerca de 90% do total (ou R\$ 3,3 bilhões) se referem a baixas de precatórios e RPV em 2023.

No item “Outros”, houve queda de 93,34% (R\$ 16,5 bilhões) devido, principalmente, aos seguintes registros de 2022: baixas de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) efetuadas pelas unidades do Poder Judiciário nos diversos órgãos e entidades da União, responsáveis originalmente por tais passivos, sobretudo no Ministério do Trabalho e Emprego, no qual chegou-se ao montante de R\$ 10,9 bilhões.



## 30 - Resultado de Participações

### (a) Resultado Positivo de Participações

A tabela a seguir apresenta a composição dos resultados positivos de participações.

*Tabela 161 – Resultado Positivo de Participações*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	107.635	128.657	(16,34)	98,95
Dividendos	871	1.321	(34,04)	0,80
Juros sobre Capital Próprio	266	138	92,15	0,24
Participações	3	13	(74,24)	0,00
<b>Total</b>	<b>108.775</b>	<b>130.129</b>	<b>(16,41)</b>	<b>100,00</b>

O Ministério da Fazenda concentra a maior parte das participações da União em empresas. Em 2023, os principais ganhos de equivalência patrimonial foram: R\$ 38,1 bilhões na Petrobras, R\$ 20,8 bilhões no BNDES, R\$ 16,4 bilhões no Banco do Brasil e R\$ 12,8 bilhões na Caixa. Para o valor das participações em 31/12/2023, as equivalências da Petrobras e do BNDES foram apuradas com base em suas demonstrações contábeis de data-base 30/09/2023. Já as equivalências do Banco do Brasil e da Caixa foram apuradas com base em suas demonstrações de 31/12/2023.

### (b) Resultado Negativo de Participações

Esse subgrupo se refere à atualização da equivalência patrimonial decorrente de resultados negativos, exclusivamente da conta “Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial”. Em “Resultado Negativo”, o maior valor está registrado no Ministério da Fazenda, conforme a tabela abaixo.

*Tabela 162 – Resultado Negativo de Participações – Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	9.839	4.360	125,65	87,33
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1.278	35	3.510,53	11,34
Ministério da Previdência Social	131	-	-	1,16
Outros	19	34	(45,24)	0,17
<b>Total</b>	<b>11.266</b>	<b>4.430</b>	<b>154,33</b>	<b>100,00</b>

Entre os valores mais expressivos em 2023 sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, consta a perda com equivalência patrimonial da participação da União no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em R\$ 3,8 bilhões, no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em R\$ 1,3 bilhão, nos Correios, em



R\$ 1,2 bilhão, e na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), em R\$ 1,0 bilhão.

Com relação aos valores evidenciados no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, tal montante refere-se ao reconhecimento de despesas com resultado negativo na equivalência patrimonial de investimentos no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), apurado em abril de 2023, tendo em vista as novas diretrizes para a evidenciação dos fundos constitucionais de financiamento regional estabelecidas pela Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2023, especificamente em seu art. 2º.

Para mais informações, recomenda-se a leitura das Notas “Investimentos” e “Partes Relacionadas”.



### 31 - Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

O subgrupo “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” representou 43,03% do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” e 9,71% do total das VPA em 2023, e está detalhado na tabela abaixo.

Tabela 163 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	97.044	26.869	261,18	35,44
Reversão de Ajustes para Perdas	136.422	390.105	(65,03)	49,82
Reversão de Provisões	40.349	465.762	(91,34)	14,74
<b>Total</b>	<b>273.815</b>	<b>882.736</b>	<b>(68,98)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

A tabela a seguir mostra que, do montante de R\$ 273,8 bilhões registrados nesse subgrupo em 2023, aproximadamente 45,81% se concentraram no Ministério da Fazenda e 32,49% no Ministério da Previdência Social.

Tabela 164 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	125.431	728.457	(82,78)	45,81
Ministério da Previdência Social	88.955	24.641	261,01	32,49
Ministério das Comunicações	31.865	4.574	596,68	11,64
Ministério da Defesa	11.758	93.853	(87,47)	4,29
Outros	15.804	18.253	(13,42)	5,77
<b>Total</b>	<b>273.815</b>	<b>882.736</b>	<b>(68,98)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

Em relação à “Reversão de Provisões Matemática Previdenciárias”, em 2023, R\$ 64,5 bilhões foram referentes ao passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e R\$ 32,3 bilhões foram provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), como mostra a tabela abaixo. Mais informações sobre o tema podem ser encontradas na Nota “Provisões”.



Tabela 165 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	64.554	22.695	184,44	66,52
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	32.328	4.127	683,26	33,31
Outras	162	46	250,37	0,17
<b>Total</b>	<b>97.044</b>	<b>26.869</b>	<b>261,18</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Quanto à “Reversão de Ajustes para Perdas”, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) foi a unidade gestora que registrou, em 2023, o maior montante (R\$ 38,1 bilhões), conforme detalhamento apresentado na próxima tabela.

Tabela 166 – Reversão de Ajustes para Perdas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)	38.123	13.821	175,84	27,94
Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI/STN)	30.805	351.693	(91,24)	22,58
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel)	23.035	3.896	491,28	16,89
Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS)	18.611	6.420	189,89	13,64
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust)	8.233	572	1.339,07	6,03
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	4.021	3.760	6,95	2,95
Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN)	3.896	1.462	166,38	2,86
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	2.631	771	241,40	1,93
Outras	7.067	7.711	(8,34)	5,18
<b>Total</b>	<b>136.422</b>	<b>390.105</b>	<b>(65,03)</b>	<b>100,00</b>

A reversão de ajuste para perdas (VPA) deve ser lida em conjunto com a constituição de ajuste para perdas (VPD). Assim, é esperado que a diferença dos saldos de ajuste para perdas entre os exercícios de 2022 e 2023 corresponda ao movimento líquido entre constituição e reversão de ajuste para perdas. Outras informações podem ser encontradas na Nota “Créditos a Receber” e “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”.

A redução percebida no saldo acumulado de reversão de ajuste para perdas em 2023 na COAFI/STN está diretamente relacionada com os seguintes fatos ocorridos em 2022 e que não se repetiram no exercício corrente:



- I. Adesão dos Estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul às condições da Lei Complementar nº 159/2017 (art. 9º-A) – novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) –, bem como a adesão dos Estados do Amapá, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte ao disposto na Lei Complementar nº 178/2021, ocasionando a reversão do ajuste para perdas para créditos sub-rogados em mais de R\$ 100 bilhões; e
- II. Implementação, em novembro de 2022, do modelo “MAPHEM” para cálculo do ajuste para perda para créditos sub-rogados, em substituição ao modelo “CAPAG Plus”, proporcionando reversão de ajuste para perdas de aproximadamente R\$ 148 bilhões.

Por fim, a tabela a seguir apresenta os órgãos que registraram maiores saldo no item “Reversão de Provisões” em 2023.

*Tabela 167 – Reversão de Provisões*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Comando do Exército	6.911	40.676	(83,01)	16,58
Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN)	6.335	11.045	(42,64)	15,20
Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS)	4.371	766	470,42	10,48
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN)	3.909	6.522	(40,06)	9,38
Advocacia-Geral da União (AGU)	3.110	400	677,38	7,46
Comando da Aeronáutica	2.694	19.682	(86,31)	6,46
Comando da Marinha	2.067	33.411	(93,81)	4,96
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	1.807	890	103,03	4,33
Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério da Fazenda	1.546	3.511	(55,98)	3,71
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	1.488	2.290	(34,99)	3,57
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	1.387	-	-	3,33
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	1.339	224	497,88	3,21
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)	759	296.260	(99,74)	1,82
Outras	3.970	50.084	(92,07)	9,52
<b>Total</b>	<b>41.693</b>	<b>465.762</b>	<b>(91,05)</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

Os valores acumulados de reversão nos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em 2022 referem-se à reavaliação das estimativas dos passivos atuariais das pensões, dos proventos de veteranos, das pensões especiais e dos anistiados políticos dos militares. Quanto ao item “Reversão de Provisões”, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) registrou, em 2022, o montante de R\$ 296,3 bilhões (63,6% do total). A maior parte dessa reversão, refere-se à atualização do valor da provisão do tema que



trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, ação transitada em julgado em 2022 de forma desfavorável para a União.



## 32 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos títulos apresentados na tabela a seguir.

*Tabela 168 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	365.835	227.249	60,98	92,63
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.590	28.190	(51,79)	3,44
Multas Administrativas	10.486	11.483	(8,69)	2,65
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	4.977	4.180	19,09	1,26
Amortização de Deságio em Investimentos	63	55	14,65	0,02
<b>Total</b>	<b>394.952</b>	<b>271.157</b>	<b>45,65</b>	<b>100,00</b>

### (a) VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos

Em 2023, a maior parte deste item foi decorrente do registro de dívida ativa tributária não previdenciária (75,97%), realizado principalmente pela PGFN, responsável por 92,20% desses registros. A tabela a seguir detalha a composição desse título.

*Tabela 169 – VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>323.387</b>	<b>202.534</b>	<b>59,67</b>	<b>88,40</b>
Não Previdenciária	277.939	183.115	51,78	75,97
Previdenciária	45.448	19.418	134,05	12,42
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>10.053</b>	<b>15.886</b>	<b>(36,72)</b>	<b>2,75</b>
Recebimento de Ativos Contingentes	157	119	32,07	0,04
Outras	32.238	8.711	270,09	8,81
<b>Total</b>	<b>365.835</b>	<b>227.249</b>	<b>60,98</b>	<b>100,00</b>

Mais informações sobre dívida ativa podem ser encontradas na Nota “Créditos a Receber”.

### (b) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

Com relação ao título “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, houve o reconhecimento de receitas, no exercício de 2023, no valor de R\$ 13,6 bilhões, redução de R\$ 14,6 bilhões (51,79%) em



relação ao exercício anterior. Na tabela abaixo, são apresentados os órgãos superiores que deram origem a esses registros.

Tabela 170 – Indenizações, Restituições e Ressarcimentos – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	2.822	2.462	14,60	20,77
Ministério da Saúde	1.677	2.243	(25,23)	12,34
Ministério da Previdência Social	1.560	0	-	11,48
Ministério da Fazenda	1.486	16.596	(91,05)	10,93
Ministério do Trabalho e Emprego	1.368	1.492	(8,33)	10,06
Ministério da Educação (MEC)	859	1.069	(19,61)	6,32
Ministério das Cidades	676	-	-	4,97
Advocacia-Geral da União (AGU)	449	143	214,80	3,30
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR)	398	923	(56,90)	2,93
Ministério da Cultura	317	-	-	2,33
Ministério da Defesa	197	175	12,76	1,45
Justiça do Trabalho	194	223	(13,02)	1,43
Ministério da Agricultura e Pecuária	192	229	(16,18)	1,41
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	179	277	(35,51)	1,31
Justiça Federal	177	263	(32,78)	1,30
Outros	1.042	2.096	(50,30)	7,66
<b>Total</b>	<b>13.590</b>	<b>28.190</b>	<b>(51,79)</b>	<b>100,00</b>

No MDS, os registros de 2023 (R\$ 2,8 bilhões) se referem a restituições diversas, inclusive devoluções de Auxílio Emergencial não pagos.

No âmbito do Ministério da Saúde, o valor de R\$ 1,7 bilhão se refere, sobretudo, a diversos ressarcimentos ao SUS, registrados no Fundo Nacional de Saúde.

No Ministério da Previdência Social, o valor de R\$ 1,6 bilhão é referente, principalmente, a restituições de benefícios previdenciários do RGPS. A variação expressiva em relação ao exercício anterior nesse órgão superior decorre de reestruturação organizacional, que desmembrou o Ministério do Trabalho e Previdência em dois: Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego.

No âmbito do Ministério da Fazenda, a maior parte do saldo de 2023 refere-se a apropriações de indenizações no Fundo de Garantia a Exportação - BNDES, que alcançou a cifra de R\$ 1,3 bilhão. No exercício anterior, o Fundo registrou R\$ 445 milhões nessa rubrica.



A queda de 91,05% no Ministério da Fazenda é explicada por mudança de rotina contábil de restituições na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Até 2022, a baixa da provisão para pagamento de restituições do IRPF aos contribuintes reduzia indevidamente a VPA de Impostos, sendo compensada por uma VPA de restituições. Esse montante foi de, aproximadamente, R\$ 15,8 bilhões em 2022. Com a mudança contábil, não houve saldo em variações patrimoniais aumentativas de restituições do IRPF, em 2023.



### 33 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Em 2023, as despesas com remuneração a pessoal totalizaram R\$ 185,4 bilhões, representando uma elevação de 2,98% em relação ao exercício anterior, como detalha a tabela a seguir. Nesse subgrupo, o maior aumento de despesa registrado foi com Vencimentos e Salários (R\$ 4,5 bilhões).

Tabela 171 – Remuneração a Pessoal

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Vencimentos e Salários	83.211	78.685	5,75	44,87
Gratificações	49.335	46.448	6,22	26,60
Férias	13.740	11.735	17,08	7,41
Adicionais	13.188	12.324	7,01	7,11
Décimo Terceiro Salário	12.604	11.914	5,79	6,80
Sentenças Judiciais	9.880	15.865	(37,73)	5,33
Abonos	1.842	1.763	4,49	0,99
Indenizações	651	612	6,29	0,35
Bônus Decorrente do Exercício de Atividade Institucional	555	482	14,96	0,30
Licenças	272	174	56,34	0,15
Outros	166	73	126,82	0,09
<b>Total</b>	<b>185.444</b>	<b>180.077</b>	<b>2,98</b>	<b>100,00</b>

No exercício de 2023, o subgrupo “Sentenças Judiciais” apresentou uma queda de 37,73% em relação ao exercício anterior, sendo que o Ministério da Fazenda executou 78,35% do total daquele ano (R\$ 7,7 bilhões), o que representou uma redução de 45,50% da despesa desse subgrupo em comparação ao exercício anterior no referido órgão. Essa queda decorreu, principalmente, pelo reconhecimento de precatórios alimentícios de pessoal ativo a serem pagos em 2023. Em 2022, tais obrigações a pagar representaram um montante de R\$ 14,2 bilhões. Mais detalhes sobre precatórios, vide Nota “Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios”.

Quanto aos encargos patronais, em 2023 houve um aumento de 7,55% em comparação com 2022, como mostra a tabela a seguir.



*Tabela 172 – Encargos Patronais*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Encargos Patronais – RGPS	4.205	4.061	3,56	57,53
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	1.843	1.569	17,49	25,22
Encargos Patronais – FGTS	1.090	960	13,57	14,92
Encargos Patronais – RPPS	154	185	(16,52)	2,11
Contribuições Sociais Gerais	16	21	(21,88)	0,22
Outros	0	1	(94,74)	0,00
<b>Total</b>	<b>7.309</b>	<b>6.796</b>	<b>7,55</b>	<b>100,00</b>

Quanto ao detalhamento do montante de despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais por órgão superior, a tabela a seguir mostra que os Ministérios da Educação, da Defesa e da Fazenda concentraram cerca de 54,48% dessas rubricas em 2023.

*Tabela 173 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais – Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Educação	51.049	47.213	8,12	26,48
Ministério da Defesa	34.171	33.637	1,59	17,73
Ministério da Fazenda	19.789	33.064	(40,15)	10,27
Justiça do Trabalho	13.012	11.240	15,77	6,75
Justiça Federal	7.959	7.597	4,77	4,13
Ministério da Saúde	7.623	7.048	8,15	3,95
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público	6.559	-	-	3,40
Ministério da Justiça e Segurança Pública	6.514	6.362	2,39	3,38
Ministério Público da União	5.003	4.604	8,66	2,60
Ministério da Agricultura e Pecuária	4.960	5.537	(10,42)	2,57
Justiça Eleitoral	4.160	4.215	(1,31)	2,16
Câmara dos Deputados	3.116	2.647	17,70	1,62
Outros	28.839	23.709	21,64	14,96
<b>Total</b>	<b>192.753</b>	<b>186.873</b>	<b>3,15</b>	<b>100,00</b>



## 34 - Benefícios a Pessoal

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos civis, estatutários e não estatutários, a militares e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 13,6 bilhões em 2023 (R\$ 11,9 bilhões em 2022)

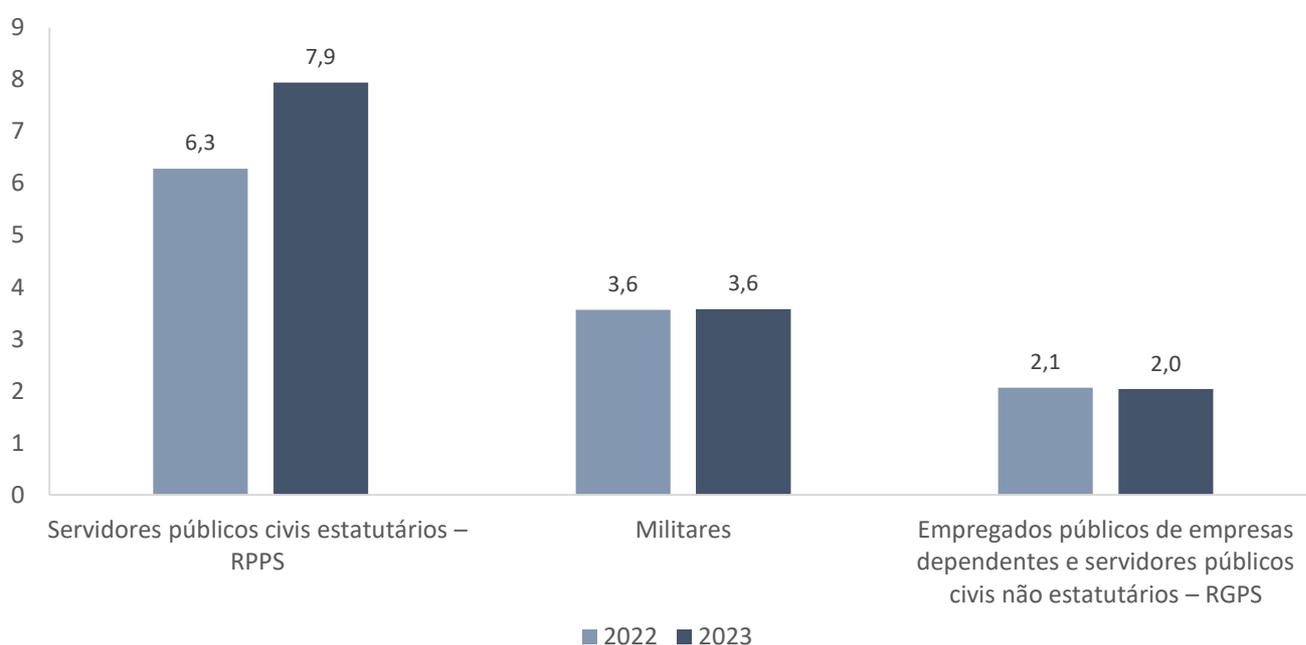
Esse grupo apresentou um aumento de R\$ 1,6 bilhão (13,85%) em comparação com o exercício anterior.

O gráfico a seguir mostra as despesas do grupo “Benefícios a Pessoal” por regime previdenciário.

Gráfico 11 – Benefícios a Pessoal – Por Regime Previdenciário

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



O pagamento de “Auxílio-Alimentação” (R\$ 7,0 bilhões) foi a principal despesa do subgrupo “Benefícios a Pessoal”, representando aproximadamente 52% do total em 2023, conforme tabela abaixo.



*Tabela 174 – Benefícios a Pessoal – Por Tipo*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Auxílio-Alimentação	7.048	5.593	26,03	51,99
Auxílio-Transporte	1.241	1.079	15,09	9,16
Ajuda de Custo	1.000	1.010	(1,00)	7,37
Auxílio-Creche	971	982	(1,15)	7,16
Auxílio-Moradia	933	826	13,01	6,88
Sentenças Judiciais	811	968	(16,17)	5,98
Retribuição em Serviços no Exterior	540	572	(5,52)	3,98
Auxílio-Fardamento	445	377	17,81	3,28
Outros	569	503	13,01	4,20
<b>Total</b>	<b>13.558</b>	<b>11.909</b>	<b>13,85</b>	<b>100,00</b>

Quanto aos servidores públicos civis estatutários, o pagamento de benefícios em 2023 totalizou R\$ 7,9 bilhões, sendo o item mais dispendioso o “Auxílio-Alimentação”, perfazendo R\$ 5,7 bilhões (71,61%), como demonstrado na tabela abaixo.

*Tabela 175 – Benefícios a Pessoal – Servidores Públicos Civis Estatutários*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Auxílio-Alimentação	5.687	4.363	30,34	71,61
Auxílio-Creche	569	509	11,87	7,17
Auxílio-Transporte	506	390	29,78	6,37
Retribuição em Serviços no Exterior	502	530	(5,33)	6,32
Auxílio-Moradia	159	65	145,47	2,00
Ajuda de Custo	133	72	83,33	1,67
Indenização de Transporte	117	83	40,85	1,47
Indenização de Repressão de Delitos Fronteiriços	110	108	2,19	1,39
Outros	159	164	(3,26)	2,00
<b>Total</b>	<b>7.942</b>	<b>6.284</b>	<b>26,37</b>	<b>100,00</b>

Em relação ao pagamento de benefícios a militares em 2023, foram despendidos R\$ 3,6 bilhões, sendo a “Ajuda de Custo” e o “Auxílio-Moradia” os itens mais representativos, totalizando R\$ 810 milhões (22,65%) e R\$ 752 milhões (21,03%), respectivamente.



Tabela 176 – Benefícios a Pessoal – Militares

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ajuda de Custo	810	871	(7,02)	22,65
Auxílio-Moradia	752	746	0,90	21,03
Auxílio-Transporte	654	599	9,18	18,27
Auxílio-Fardamento	445	377	17,81	12,42
Auxílio-Alimentação	364	380	(4,07)	10,18
Auxílio-Creche	284	356	(20,11)	7,94
Indenização de Transporte	183	166	10,50	5,12
Outros	86	70	23,14	2,39
<b>Total</b>	<b>3.578</b>	<b>3.563</b>	<b>0,40</b>	<b>100,00</b>

Já o pagamento de benefícios aos empregados públicos de empresas dependentes e aos servidores públicos civis não estatutários totalizou R\$ 2,0 bilhões em 2023, sendo o “Auxílio-Alimentação” o item mais dispendioso (R\$ 997 milhões – 48,93%).

Tabela 177 – Benefícios a Pessoal – Empregados Públicos de Empresas Dependentes e Servidores Públicos Civis Não Estatutários

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Auxílio-Alimentação	997	850	17,33	48,93
Sentenças Judiciais	752	916	(17,92)	36,87
Auxílio-Creche	117	117	(0,19)	5,75
Auxílio-Transporte	82	90	(9,26)	4,01
Ajuda de Custo	57	66	(13,88)	2,80
Outros	33	21	56,36	1,64
<b>Total</b>	<b>2.038</b>	<b>2.061</b>	<b>(1,10)</b>	<b>100,00</b>

A tabela a seguir apresenta o pagamento de benefícios a pessoal segregado por órgãos superiores.



*Tabela 178 – Benefícios a Pessoal – Por Órgão Superior*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Educação	2.842	2.239	26,95	20,97
Ministério da Defesa	2.784	2.778	0,21	20,53
Ministério da Fazenda	2.478	2.966	(16,45)	18,28
Justiça do Trabalho	794	621	27,80	5,86
Justiça Federal	562	423	33,00	4,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	506	408	23,99	3,73
Ministério da Saúde	467	389	20,14	3,44
Ministério das Relações Exteriores	428	450	(5,08)	3,15
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	368	-	-	2,72
Ministério Público da União	345	231	49,13	2,55
Câmara dos Deputados	290	205	40,99	2,14
Justiça Eleitoral	281	219	28,11	2,07
Ministério da Previdência Social	180	-	-	1,33
Outros	1.232	978	26,02	9,09
<b>Total</b>	<b>13.558</b>	<b>11.909</b>	<b>13,85</b>	<b>100,00</b>



## 35 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde às VPD relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e a outros benefícios previdenciários do RPPS e do RGPS, bem como às ações de assistência social visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Em 2023, os benefícios previdenciários e assistenciais montaram a quantia de R\$ 1,345 trilhão, apresentando uma variação positiva de R\$ 140,4 bilhões (11,66%) em relação ao exercício anterior, conforme tabela a seguir.

*Tabela 179 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias e Reformas	720.824	663.363	8,66	53,60
Pensões	251.751	236.137	6,61	18,72
Políticas Públicas de Transferência de Renda	169.864	115.813	46,67	12,63
Benefícios de Prestação Continuada (BPC)	89.611	77.375	15,81	6,66
Benefícios Eventuais	277	8.164	(96,61)	0,02
Outros	112.388	103.474	8,61	8,36
<b>Total</b>	<b>1.344.714</b>	<b>1.204.326</b>	<b>11,66</b>	<b>100,00</b>

### (a) Aposentadorias e Reformas

Os gastos com aposentadorias (RGPS e RPPS) e reformas (militares) atingiram R\$ 720,8 bilhões em 2023, representando um acréscimo nominal de 8,66% em relação a 2022.

*Tabela 180 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Aposentadorias e Reformas*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias – RGPS	607.899	558.055	8,93	84,33
Aposentadorias – RPPS	78.449	72.319	8,48	10,88
Reformas – Militares	34.475	32.988	4,51	4,78
Aposentadorias – Outras	0	0	(14,46)	0,00
<b>Total</b>	<b>720.824</b>	<b>663.363</b>	<b>8,66</b>	<b>100,00</b>

As aposentadorias decorrentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) perfizeram R\$ 607,9 bilhões em 2023, representando 84,33% do total desse subgrupo. Contribuiu para o aumento de 8,93% desse item em relação ao exercício anterior o reajuste no valor do salário mínimo, passando de R\$ 1.212,00 para R\$ 1.302,00 no mês de janeiro de 2023 (aumento de 7,43%), por força da Medida Provisória



nº 1.143/2022, e posteriormente para R\$ 1.320,00 em maio de 2023, conforme a Lei nº 14.663/2023, com consequente impacto no valor mínimo dos benefícios. Também contribuiu para o aumento o reajuste dos benefícios de quem ganha acima de um salário mínimo, com teto passando de R\$ 7.087,22 para R\$ 7.507,49, conforme a Portaria Interministerial MPS/MF nº 26/2023, a qual reajustou esses benefícios em 5,93%.

## (b) Pensões

Em 2023, os gastos com pensões totalizaram R\$ 251,8 bilhões, montante 6,61% superior ao registrado no exercício anterior, conforme tabela a seguir.

*Tabela 181 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Pensões*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Pensões – RGPS	196.607	182.910	7,49	78,10
Pensões – Militares	28.080	27.147	3,44	11,15
Pensões – RPPS	26.292	25.321	3,83	10,44
Pensões – Outras	773	759	1,84	0,31
<b>Total</b>	<b>251.751</b>	<b>236.137</b>	<b>6,61</b>	<b>100,00</b>

As pensões provenientes do RGPS foram responsáveis por R\$ 196,6 bilhões, equivalente a 78,10% desse subgrupo. Os reajustes no valor do salário mínimo e dos benefícios de quem ganha acima do mínimo contribuíram também para a variação positiva de 7,49% desse item em relação a 2022.

## (c) Políticas Públicas de Transferências de Renda

Em 2023, as despesas do subgrupo “Políticas Públicas de Transferência de Renda” totalizaram aproximadamente R\$ 170 bilhões, 46,67% maior do que o valor registrado em 2022, e foram decorrentes de apropriação de transferência financeira para atender o pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601/2023, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.



#### (d) Benefícios de Prestação Continuada (BPC)

Os Benefícios de Prestação Continuada totalizaram R\$ 89,6 bilhões em 2023, sendo praticamente a totalidade dos gastos registrados com portadores de deficiência (R\$ 49,8 bilhões) e idosos (R\$ 39,8 bilhões), conforme tabela a seguir.

Tabela 182 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – BPC

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Portador de deficiência	49.795	42.995	15,82	55,57
Idoso	39.813	34.379	15,81	44,43
Outros	2	1	114,02	0,00
<b>Total</b>	<b>89.611</b>	<b>77.375</b>	<b>15,81</b>	<b>100,00</b>

#### (e) Benefícios Eventuais

Praticamente a totalidade das despesas com o subgrupo “Benefícios Eventuais”, que perfizeram R\$ 277 milhões em 2023, foi referente ao pagamento do Auxílio Extraordinário destinado a pescadores profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – Seguro Defeso (cerca de R\$ 272 milhões), cadastrados em Municípios da Região Norte, conforme disposto na Medida Provisória nº 1.192/2023.

A redução de 96,61% nos benefícios eventuais em relação ao exercício anterior é decorrente da menor ocorrência de despesas com Auxílio Emergencial (proteção social no período de enfrentamento da Covid- 19), auxílio para motoristas de taxi e auxílio para transportadores autônomos de cargas em 2023.

#### (f) Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A tabela a seguir detalha os itens que compõem o subgrupo “Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais” e mostra que a maior despesa registrada em 2023 nesse subgrupo foi com a rubrica “Seguro-Desemprego e Abono Salarial”, que agrupa os benefícios pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



Tabela 183 – Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Seguro-Desemprego e Abono Salarial	47.078	42.294	11,31	41,89
Auxílios do FRGPS	47.550	40.358	17,82	42,31
Sentenças Judiciais	14.393	17.920	(19,68)	12,81
Assistência à Saúde	2.690	2.389	12,63	2,39
Outros	677	513	31,86	0,60
<b>Total</b>	<b>112.388</b>	<b>103.474</b>	<b>8,61</b>	<b>100,00</b>

Em 2023, os Benefícios Previdenciários e Assistenciais do FAT somaram R\$ 47,1 bilhões, uma variação positiva de 11,31% em relação ao exercício anterior, e corresponderam, em sua totalidade, a gastos com Seguro-Desemprego.

O item “Auxílios do FRGPS” aumentou 17,82% (R\$ 7,2 bilhões) em 2023, representado, em sua maior parte, pelo registro de pagamentos a beneficiários de área urbana. Contribuiu para esse aumento o reajuste dos benefícios instituídos pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 26/2023.

O saldo do item “Sentenças Judiciais” reduziu cerca de 20%, alcançando R\$ 14,4 bilhões em 2023, devido principalmente à retração nas sentenças judiciais de outros benefícios previdenciários do RGPS.



## 36 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta, seja indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade estão discriminadas na tabela a seguir.

Tabela 184 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Serviços	103.628	134.144	(22,75)	71,37
Uso de Material de Consumo	35.625	43.962	(18,96)	24,53
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.953	5.169	15,17	4,10
<b>Total</b>	<b>145.207</b>	<b>183.274</b>	<b>(20,77)</b>	<b>100,00</b>

### (a) Serviços

As despesas com serviços, em 2023, totalizaram R\$ 103,6 bilhões e corresponderam a 71,37% de todas as despesas reconhecidas neste grupo, apresentando uma redução de R\$ 30,5 bilhões (22,75%) em relação ao exercício anterior, como detalha a tabela abaixo.

Tabela 185 – Serviços

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Serviços de Terceiros Prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas	58.232	52.230	11,49	56,19
Sentenças Judiciais	43.204	80.319	(46,21)	41,69
Diárias	1.774	1.240	43,03	1,71
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra	419	355	18,05	0,40
<b>Total</b>	<b>103.628</b>	<b>134.144</b>	<b>(22,75)</b>	<b>100,00</b>

A maior parte de “Serviços” esteve concentrada em “Serviços de Terceiros Prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas”, no montante de R\$ 58,2 bilhões (56,19%), com acréscimo de 11,49% em relação ao exercício anterior, e em “Sentenças Judiciais” (R\$ 43,2 bilhões ou 41,69%), que reconhece as despesas com precatórios a serem pagas nos exercícios seguintes, tendo apresentado redução de 46,21% em comparação ao exercício de 2022 (mais informações sobre o comportamento dessas despesas entre os exercícios podem ser obtidas na Nota “Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios”).

O item materialmente mais relevante em “Serviços de Terceiros Prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas” foi “Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional” (R\$ 21,3 bilhões) e “Serviços Técnicos Profissionais” (R\$ 19,5 bilhões), como mostra a tabela a seguir.



*Tabela 186 – Serviços de Terceiros Prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	21.261	18.652	13,99	36,51
Serviços Técnicos Profissionais	19.464	17.720	9,84	33,42
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Gás	3.386	3.266	3,65	5,81
Serviços de Transporte, Passagens, Locomoção e Hospedagens	3.067	2.670	14,85	5,27
Serviços Administrativos	2.485	1.997	24,44	4,27
Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais	2.409	2.454	(1,83)	4,14
Loações e Arrendamentos	1.847	1.794	2,96	3,17
Serviços Educacionais e Culturais	1.752	1.673	4,75	3,01
Fornecimento de Alimentação	1.301	823	58,07	2,23
Outros	1.260	1.181	6,70	2,16
<b>Total</b>	<b>58.232</b>	<b>52.230</b>	<b>11,49</b>	<b>100,00</b>

#### (b) Uso de Materiais de Consumo

Segundo preconiza o § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/1964, para efeitos de classificação da despesa, considera-se material permanente aquele de duração superior a dois anos. Assim, por dedução, aqueles cuja duração seja inferior a este prazo devem ser classificados como material de consumo.

Conforme MCASP, além do critério temporal, há outros parâmetros excludentes para a classificação do material em permanente: durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade. Dessa forma, caso o material atenda a pelo menos um desses parâmetros, deverá ser classificado como material de consumo, e não como material permanente.

No exercício de 2023, o item “Material de Consumo Imediato” foi a despesa preponderante na composição de “Uso de Materiais de Consumo”, contribuindo com 67,69% do total desse subgrupo, ou seja, R\$ 24,1 bilhões, conforme detalha a tabela a seguir.



Tabela 187 – Uso de Materiais de Consumo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Material de Consumo Imediato	24.116	33.104	(27,15)	67,69
Consumo de Materiais Estocados	8.333	7.885	5,67	23,39
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	1.057	1.000	5,69	2,97
Consumo de Gêneros de Alimentação	795	731	8,86	2,23
Consumo de Material Farmacológico	652	594	9,79	1,83
Consumo de Material Hospitalar	472	480	(1,78)	1,32
Outros	201	168	19,82	0,56
<b>Total</b>	<b>35.625</b>	<b>38.575</b>	<b>(7,65)</b>	<b>100,00</b>

No exercício de 2023, os dispêndios relacionados a material de consumo imediato foram realizados principalmente pelo Ministério da Saúde (96,11%). A principal despesa foi a baixa de estoques para o envio de insumos e medicamentos a Estados, Municípios e outras Entidades.



### 37 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

No subgrupo “Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos”, o valor mais relevante referiu-se à “Dívida Mobiliária”, representando 98,68% do total, conforme a tabela a seguir.

Tabela 188 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Dívida Mobiliária	571.977	490.338	16,65	98,68
Dívida Contratual Interna	5.570	5.187	7,39	0,96
Dívida Contratual Externa	2.057	1.391	47,91	0,35
Outros Empréstimos e Financiamentos Externos	0	1	(100,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>579.604</b>	<b>496.917</b>	<b>16,64</b>	<b>100,00</b>

Cabe destacar que os juros e encargos referente à Dívida Mobiliária estão registrados no Ministério da Fazenda e se referem aos lançamentos decorrentes da apropriação do deságio, indexador e juros por competência de cada título, considerando os títulos em Mercado e em carteira do BCB (títulos em mercado interno). Ademais, referem-se aos lançamentos decorrentes da atualização cambial (títulos em mercado externo), quando da desvalorização da moeda nacional diante da moeda estrangeira.

Tabela 189 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Dívida Mobiliária – CODIV/STN

Dados em: R\$ milhões

Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Mobiliária Interna – Mercado	399.224	338.369	17,98	69,80
Mobiliária Interna – BCB	156.100	135.280	15,39	27,29
Mobiliária Externa – Mercado	16.654	16.689	-0,21	2,91
<b>Total</b>	<b>571.977</b>	<b>490.338</b>	<b>16,65</b>	<b>100,00</b>

O aumento na Dívida Mobiliária Interna Mercado e BCB reflete o comportamento da apropriação de juros ao estoque da DPMFi. Essa maior apropriação de juros é resultado da elevação do estoque da DPMFi e de variações positivas do custo médio da dívida em 2023, quando comparados a 2022.

Mais informações sobre a Dívida Pública Federal podem ser encontradas na Nota “Empréstimos e Financiamentos”.



## 38 - Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas

Do total registrado das “Variações Monetárias e Cambiais”, dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas, R\$ 365,7 bilhões foram referentes à dívida mobiliária interna, e R\$ 23,6 bilhões, referente à externa, conforme tabela a seguir.

Tabela 190 – Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Dívida Mobiliária Interna	365.745	518.740	(29,49)	85,45
Dívida Mobiliária Externa	23.591	36.533	(35,43)	5,51
Dívida Contratual Externa	6.721	8.382	(19,82)	1,57
Dívida Contratual Interna	2.260	2.608	(13,33)	0,53
Outras	29.701	37.612	(21,03)	6,94
<b>Total</b>	<b>428.018</b>	<b>603.875</b>	<b>(29,12)</b>	<b>100,00</b>

As variações monetárias da dívida mobiliária interna referem-se aos lançamentos decorrentes da atualização mensal do valor líquido pelo IPCA, nos meses em que ocorrer inflação para este índice, nas carteiras Mercado e BCB.

Entre 31/12/2023 e 31/12/2022, houve uma queda na Dívida Mobiliária Interna de 29,49%, decorrentes da menor variação do IPCA em 2023, que proporcional um menor volume de apropriações para elevação do estoque de principal da DPMFi.

Para informações mais detalhadas sobre a Dívida Pública Federal (DPF), sugere-se a leitura da Nota “Empréstimos e Financiamentos”.



### 39 - Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 687,5 bilhões em 2023 (R\$ 679,8 bilhões em 2022), A variação positiva de R\$ 7,7 bilhões ocorreu principalmente em função de transferências intergovernamentais, que aumentaram R\$ 163,6 bilhões.

Do total registrado neste grupo, 97,77% referiram-se às transferências intergovernamentais, que decorrem, basicamente, das transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios das receitas tributárias, das contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na CF/1988 ou em leis específicas, como detalha a tabela a seguir por destinatários das transferências.

Tabela 191 – Transferências Intergovernamentais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Municípios	397.177	376.358	5,53	59,09
Estados	261.498	275.101	(4,94)	38,90
Entidades não integrantes do OFSS da União	13.485	12.486	8,00	2,01
<b>Total</b>	<b>672.160</b>	<b>663.945</b>	<b>1,24</b>	<b>100,00</b>

A seguir, apresentam-se os valores das transferências intergovernamentais realizadas por órgão superior, por meio dos quais se verifica que o Ministério da Fazenda foi responsável por 57,84% dos valores transferidos.

Tabela 192 – Transferências Intergovernamentais – Por Órgão Superior

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	388.752	397.364	(2,17)	57,84
Ministério da Saúde	122.558	101.114	21,21	18,23
Ministério da Educação	68.366	60.368	13,25	10,17
Ministério de Minas e Energia	65.848	85.803	(23,26)	9,80
Outros	26.637	19.296	38,04	3,96
<b>Total</b>	<b>672.160</b>	<b>663.945</b>	<b>1,24</b>	<b>100,00</b>

Dentre os quatro maiores montantes apresentados na tabela acima, destacam-se, no Ministério da Fazenda, as transferências de recursos decendiais aos estados e municípios no valor de R\$ 376,0 bilhões e as transferências relacionadas à Emenda Constitucional nº 105/2019 no valor de R\$ 8,8 bilhões. A Emenda Constitucional nº105/2019 acrescenta o art. 166-A à CF/1988 para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei



orçamentária anual. Todas essas transferências são executadas pela Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais (COINT/STN),

No caso do Ministério da Saúde, 99,8% são transferências de recursos do Fundo Nacional da Saúde (FNS), órgão gestor dos recursos financeiros da Pasta e responsável por fazer a destinação dos recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação ao Ministério da Educação, 99,1% são transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério.

Por fim, no Ministério de Minas e Energia, 86,53% são transferências de recursos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP), sendo que quase a totalidade são transferências a estados e municípios.



## 40 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Em razão de alguns fatores, como a dificuldade na realização de créditos ou a redução da capacidade produtiva de um bem móvel ou imóvel, o valor contábil de determinados ativos pode não refletir o seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, há a necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil à realidade em que a entidade atua.

Em 2023, a União reconheceu, em suas demonstrações contábeis, ajustes para perdas com a realização de créditos e, também, reduções na capacidade que seu imobilizado apresenta de gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços, conforme tabela abaixo.

Tabela 193 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Ajuste para Perdas com Créditos, Invest. e Aplic. Temporárias	201.248	232.449	(13,42)	85,10
Reavaliação de Imobilizado	33.019	83.996	(60,69)	13,96
Ajuste para Perdas de Estoques	2.210	264	737,98	0,93
Outros	19	43	(56,30)	0,01
<b>Total</b>	<b>236.496</b>	<b>316.753</b>	<b>(25,34)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (a) Ajuste para Perdas com Créditos, Investimentos e Aplicações Temporárias

Em 2023, foram reconhecidos ajustes para perdas com créditos, investimentos e aplicações temporárias que montaram a quantia de R\$ 201,2 bilhões, como detalhado na tabela a seguir.

Tabela 194 – Ajuste para Perdas com Créditos, Investimentos e Aplicações Temporárias

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa	74.797	55.706	34,27	37,17
Empréstimos e Financiamentos	61.456	120.735	(49,10)	30,54
Créditos Tributários	53.182	43.667	21,79	26,43
Demais Créditos a Receber	9.649	7.401	30,37	4,79
Créditos de Longo Prazo	2.139	4.926	(56,57)	1,06
Outros	24	14	75,91	0,01
<b>Total</b>	<b>201.248</b>	<b>232.449</b>	<b>(13,42)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



Os ajustes para perdas com a Dívida Ativa, no montante de R\$ 74,8 bilhões, que representam 37,17% do total, se concentraram na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável por 68,42% dos lançamentos, concentrados em Ajuste de Perda de Crédito de Dívida Ativa Tributária. O aumento de 34,27% no exercício em relação ao exercício anterior decorreu, principalmente, da mudança na composição no crédito de Dívida Ativa Tributária, composta pela soma dos créditos da classificação de *rating* A e B, conforme percentuais estabelecidos pela Portaria MF nº 293/2017, bem como do crescimento do estoque da Dívida Ativa Tributária.

Em relação ao ajuste para perdas com Empréstimos e Financiamentos, que representam 30,54% do total, R\$ 44,1 bilhões são referentes aos haveres financeiros junto a Estados e Municípios em 2023, representando uma redução de 58,09% em relação aos R\$ 105,3 bilhões, em 2022. Essa redução decorreu principalmente dos seguintes fatores:

- I. Acertos nos primeiros meses de implantação da Metodologia “MAPHEM” que provocaram lançamento em dezembro de 2022 no valor de R\$ 49,8 bilhões;
- II. Políticas de recuperação fiscal ao longo de 2023 implicaram em melhoria na expectativa de recebimentos, por parte da União, das dívidas de entes devedores, de acordo com a regras de cálculo dos ajustes de perdas da metodologia MAPHEM, proporcionando diminuição no volume lançado em ajustes de perdas no exercício.

Mais informações sobre o tema podem ser encontradas na Nota “Créditos a Receber” – itens (a.1.7) e (f.7).

O terceiro ajuste para perdas mais representativo em 2023 foi relacionado aos créditos tributários, no montante de R\$ 53,2 bilhões, que representam 26,43% do total. O aumento de 21,79% no exercício em relação ao exercício anterior decorreu, principalmente, de registros sob responsabilidade da FRGPS, no montante de R\$ 20,7 bilhões, sendo R\$ 15,4 bilhões de atualização dos créditos ativos do FRGPS e do FAT, e R\$ 5,2 bilhões relativos ao cancelamento de registros de reversão do ajuste para perdas.

#### **(b) Reavaliação de Imobilizado**

No exercício de 2023, foram reconhecidas reavaliações em valores que montaram R\$ 33,0 bilhões, conforme tabela a seguir.



Tabela 195 – Reavaliação de Imobilizado  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Bens Imóveis	32.999	83.964	(60,70)	99,94
Bens Móveis	20	32	(37,49)	0,06
<b>Total</b>	<b>33.019</b>	<b>83.996</b>	<b>(60,69)</b>	<b>100,00</b>

A reavaliação de bens imóveis representou quase que a totalidade das reavaliações de imobilizado em 2023 (99,94%), dos quais R\$ 16,4 bilhões (49,61%) foram registrados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar devido, principalmente, para ratificação de registros do SPIUnet, efetuados pelo Incra.

Destaca-se que a redução de 60,7% em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, do fato do Ministério da Fazenda ter registrado no exercício de 2022 a desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, notadamente o lançamento realizado pela Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU/ES) no valor de R\$ 84,5 bilhões, referente a “Espelho d’Água” localizado no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo. Em agosto de 2022, a SPU adotou nova metodologia de mensuração do espelho d’água do mar territorial localizado no Município de Vitória/ES, de maneira que o referido ativo passou a ser mensurado em R\$ 16,8 bilhões em 31/12/2022, e não mais R\$ 101,3 bilhões, como foi avaliado em 31/12/2021.

### (c) Ajuste para Perdas de Estoques

Em 2023, foram registrados R\$ 2,2 bilhões de ajuste para perdas de estoques, uma variação de 737,98% em relação ao exercício anterior. Do total desses ajustes, 99,94% foram efetuados pelo Ministério da Saúde, principalmente em relação ao estoque de insumos estratégicos para a saúde (medicamentos).

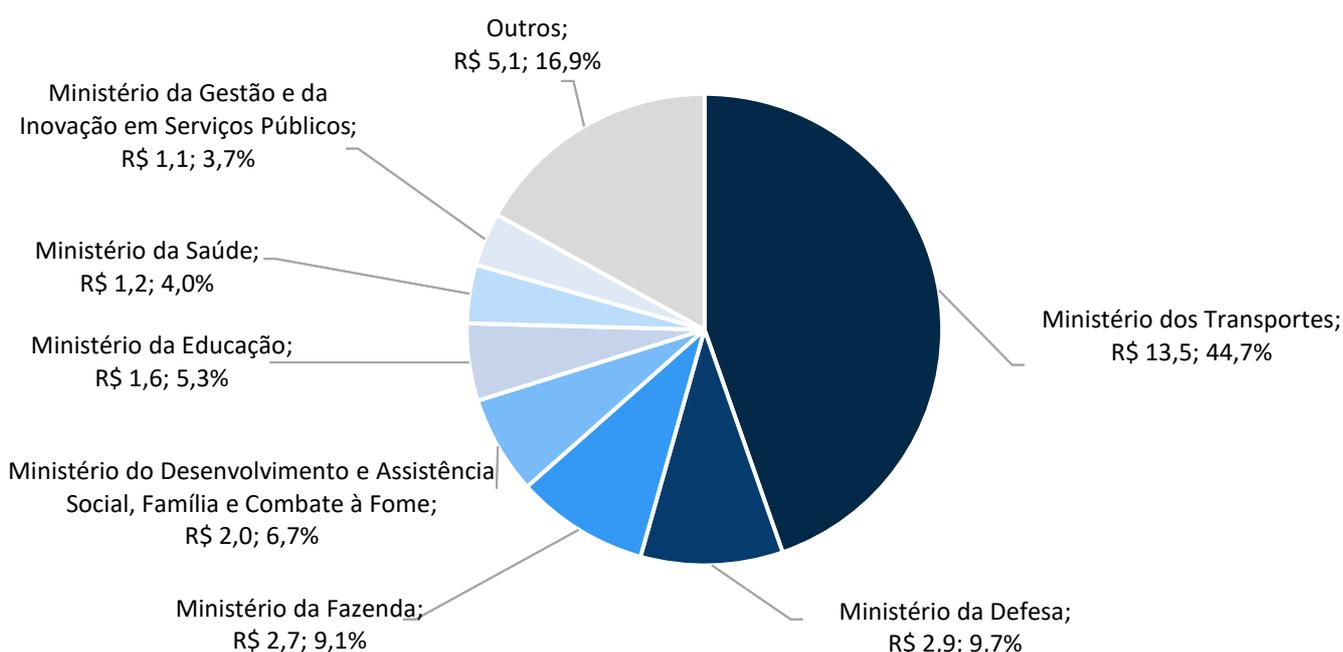


## 41 - Desincorporação de Ativos

Em 2023, houve desincorporação de ativos no valor de R\$ 30,2 bilhões (R\$ 59,04 bilhões em 2022), apresentando redução de 48,77% em relação ao exercício anterior. Em 2022, houve desincorporação de ativos no Ministério da Fazenda no montante de R\$ 34,8 bilhões, sendo R\$ 26,6 bilhões decorrentes da desincorporação do saldo de haveres financeiros junto a Estados e Municípios, mais especificamente da desincorporação do saldo do programa BCB-Banerj, transferido para o Programa Lei nº 9.496/1997 em função da adesão do Estado do Rio de Janeiro ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Esse fato vultoso de desincorporação ocorrido em 2022, não se repetiu em 2023, explicando a redução entre os exercícios.

Assim, do saldo acumulado em 2023, 44,66% está concentrado no Ministério dos Transportes, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Desincorporação de Ativos – Por Órgão Superior  
Dados em: R\$ bilhões  
Fonte: Siafi



Dos R\$ 13,5 bilhões desincorporados pelo Ministério dos Transportes, cerca de R\$ 12 bilhões decorrem da desvalorização de trechos rodoviários, registrada pelo DNIT. Os fatores que motivaram esse decréscimo foram, sobretudo, pioras nas condições das rodovias e reduções na extensão da malha, que incluem mudanças da administração de alguns trechos para estados e municípios, e mudanças no tipo de superfície na base do Sistema Nacional de Viação.



Quanto ao Ministério da Defesa, do total de R\$ 2,9 bilhões, 98,83% foram registrados pelos Comandos da Aeronáutica, do Exército, e da Marinha. Destacam-se as baixas de aeronaves, bens imóveis, *softwares*, mobiliário em geral e embarcações.

Em relação ao Ministério da Fazenda, 78,23% (R\$ 2,1 bilhões) concentram-se na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN). Naquela autarquia, houve baixa de créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais, no montante de R\$ 1,2 bilhão. Na COGEF/STN, houve baixas de R\$ 900 milhões de juros a receber de operações especiais, principalmente referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, foram desincorporados R\$ 2,0 bilhões de créditos a receber por dano ao patrimônio, oriundos dos Auxílios Emergenciais de 2020 e 2021.

No Ministério da Educação, houve R\$ 1,6 bilhão em desincorporações, tendo como movimentos mais relevantes as baixas de obras em andamento pelas universidades, institutos e outras unidades.



## 42 - Incentivos

No exercício de 2023, as despesas com incentivos foram de aproximadamente R\$ 12,7 bilhões. O maior montante foi verificado no título “Incentivos à Educação”, que representou 91,40% do total, conforme tabela a seguir.

Tabela 196 – Incentivos  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Incentivos à Educação	11.576	8.637	34,04	91,40
Incentivos à Ciência	1.077	831	29,63	8,50
Incentivos à Cultura, ao Esporte e Outros	12	10	13,06	0,09
<b>Total</b>	<b>12.665</b>	<b>9.478</b>	<b>33,63</b>	<b>100,00</b>

O tipo mais representativo dos “Incentivos à Educação” foi, assim como no exercício de 2022, “Bolsa de Estudos no País”, cerca de 95,63% do total, conforme tabela a seguir.

Tabela 197 – Incentivos à Educação  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Bolsa de Estudos no País	11.070	8.397	31,84	95,63
Bolsa de Estudos no Exterior	391	160	143,53	3,38
Auxílios para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa	111	79	41,48	0,96
Outros	4	1	366,18	0,03
<b>Total</b>	<b>11.576</b>	<b>8.637</b>	<b>34,04</b>	<b>100,00</b>

Do montante da despesa com “Bolsa de Estudos no País”, 57,73% referiram-se ao Ministério da Educação, e 28,33%, ao Ministério da Saúde.

Quanto ao aumento de 29,63% em Incentivos à Ciência, boa parte corresponde ao pagamento de auxílios a pesquisadores feito nominalmente no “Cartão Pesquisa”, que é caracterizado como meio de pagamento fornecido a pesquisadores para ser utilizado na modalidade crédito, possibilitando a quitação de bens, serviços e demais despesas autorizadas.



## 43 - Subvenções Econômicas

No exercício de 2023, as despesas com subvenções econômicas montaram a quantia de R\$ 30,5 bilhões, enquanto, no exercício anterior, tais despesas perfizeram o valor de R\$ 38,5 bilhões, evidenciando uma redução na execução desse tipo de despesa de 20,88% (R\$ 8,0 bilhões), como mostra a tabela a seguir por órgão superior.

*Tabela 198 – Subvenções Econômicas – Por Órgão Superior*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	24.833	34.677	(28,39)	81,52
Ministério da Saúde	2.863	2.363	21,17	9,40
Ministério das Cidades	1.362	-	-	4,47
Ministério da Agricultura e Pecuária	934	1.135	(17,66)	3,07
Outros	470	324	44,88	1,54
<b>Total</b>	<b>30.462</b>	<b>38.499</b>	<b>(20,88)</b>	<b>100,00</b>

Em ambos os exercícios, o Ministério da Fazenda foi o órgão que mais executou esse tipo de despesa, com R\$ 24,8 bilhões no exercício de 2023, representando 81,35% do total do subgrupo. As subvenções econômicas do Ministério da Fazenda referem-se às subvenções concedidas decorrentes da atuação governamental sob supervisão da Coordenação-Geral de Execução e Controle de Operações Fiscais (COGEF/STN/MF), oriundas de operações de linhas de crédito. A diminuição verificada nessas subvenções está diretamente ligada à redução da constituição de provisões e de pagamentos. A redução entre os exercícios apresentados ocorreu devida à queda das taxas de juros observadas ao longo do ano de 2023, o que impacta as previsões de gastos com subvenções e, conseqüentemente, a constituição da provisão contábil. Além da queda das taxas, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que tem como objetivo estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica, não possui mais contratações, reduzindo a constituição da provisão de pagamentos de subvenções a cada exercício. Mais detalhes sobre as subvenções podem ser obtidos na Nota “Provisões”.

Em relação às subvenções econômicas reconhecidas pelo Ministério da Saúde, cujo montante no exercício de 2023 foi de R\$ 2,9 bilhões, tais valores foram referentes à transferência de recursos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil. Em síntese, a disponibilização de medicamentos é efetivada por meio de farmácias populares, por intermédio de convênios firmados com Estados, Distrito Federal, Municípios e hospitais filantrópicos, bem como pela rede privada de farmácias e drogarias, devendo os preços praticados por esses últimos serem subsidiados, conforme disposto no Decreto nº 5.090/2004.



Quanto ao Ministério das Cidades, a execução de despesas com subvenções econômicas em 2023 totalizou R\$ 1,4 bilhão, em função predominantemente de subvenções econômicas relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Por sua vez, o Ministério da Agricultura e Pecuária evidenciou, em 2023, a execução de despesas com subvenções econômicas no montante de aproximadamente R\$ 934 milhões (diminuição de 17,66% em relação ao exercício anterior) que decorreram, em sua quase totalidade, do prêmio do Seguro Rural.



## 44 - Constituição de Provisões

O subgrupo “Constituição de Provisões” representa 62,36% do grupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” e 10,34% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), e está detalhado na tabela a seguir.

Tabela 199 – Constituição de Provisões  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
VPD de outras provisões	240.484	335.356	(28,29)	62,97
VPD de provisões matemáticas previdenciárias	96.742	270.473	(64,23)	25,33
VPD para perdas judiciais e administrativas	35.716	4.141	762,58	9,35
VPD de provisões para riscos cíveis	8.067	7.254	11,20	2,11
VPD de provisões para riscos trabalhistas	843	1.004	(16,01)	0,22
VPD de provisões para riscos fiscais	51	38.419	(99,87)	0,01
<b>Total</b>	<b>381.903</b>	<b>656.647</b>	<b>(41,84)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação apresentada na Nota “Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022” deste relatório.

Dentre os valores mais relevantes, destacam-se:

- I. Nas VPD de outras provisões, o reconhecimento de provisões referentes a ações judiciais com probabilidade provável de perda no valor de R\$ 150,7 bilhões, sendo R\$ 99,9 bilhões constituída pela PGFN e R\$ 50,8 bilhões constituída pela AGU; e reconhecimento de R\$ 40,7 bilhões de provisão para restituição de Imposto de Renda pela RFB.
- II. Nas VPD de provisões matemáticas previdenciárias, o registro da atualização das provisões matemáticas previdenciárias da União no valor de R\$ 96,7 bilhões, sendo R\$ 65,6 bilhões para RPPS – Cíveis e R\$ 30,7 bilhão para RPPS – Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), com base em informações da SRPRC/MPS.

Mais detalhes podem ser obtidos na Nota “Provisões”.



## 45 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas” tem por função consignar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos títulos apresentados na tabela a seguir.

Tabela 200 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	219.797	138.264	58,97	92,19
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	15.211	12.824	18,61	6,38
Indenizações e Restituições	3.408	46.549	(92,68)	1,43
Multas Administrativas	4	2	71,10	0,00
<b>Total</b>	<b>238.420</b>	<b>197.639</b>	<b>20,63</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

### (a) VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos

Entre os títulos de “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas”, 92,19% do montante foi registrado em “VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos”, cuja composição é evidenciada na tabela abaixo.

Tabela 201 – VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	189.955	125.251	51,66	86,42
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	22.518	3.066	634,38	10,25
Dívida Ativa Não Tributária	3.755	6.856	(45,23)	1,71
Outras	3.569	3.091	15,47	1,62
<b>Total</b>	<b>219.797</b>	<b>138.264</b>	<b>58,97</b>	<b>100,00</b>

Em síntese, a maior parte (81,90%) das VPD registradas em 2023 sob o título “VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos” são valores da Dívida Ativa da União registrados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A variação observada em relação ao exercício anterior deve-se principalmente às movimentações ocorridas nas VPD de reclassificação (principal, juros, multa e encargo legal) da Dívida Ativa da União, refletindo mudanças no *rating* do devedor, ou seja, créditos que anteriormente eram reconhecidos no ativo da PGFN (no *rating* A ou B) foram desreconhecidos (para o *rating* C ou D), tendo em vista as



premissas estabelecidas pela Portaria MF nº 293/2017. Cerca de 98% das VPD da Dívida Ativa na PGFN são decorrentes dessas reclassificações.

Outros órgãos merecem destaque: o FRGPS registrou VPD de R\$ 20,4 bilhões em 2023, decorrentes de baixas dos créditos, sendo R\$ 20,2 bilhões da Dívida Ativa Tributária Previdenciária; já o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) registrou R\$ 15,6 bilhões em Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária.

#### **(b) Compensação Financeira entre RGPS/RPPS**

Esse título corresponde à Compensação Previdenciária (COMPREV), um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores dos entes Federativos, referente ao tempo de contribuição utilizado na concessão de benefícios de aposentadoria e pensão, concedidos a partir de 5 de outubro de 1988.

Em 2023, a compensação financeira entre RGPS/RPPS correspondeu a 6,38% do subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas”. Historicamente, as compensações previdenciárias eram contabilizadas pelos valores líquidos, situação que foi alterada a partir do exercício financeiro de 2022, quando passaram a serem contabilizadas pelos valores brutos.

#### **(c) Indenizações e Restituições**

Com relação ao título “Indenizações e Restituições”, cujas VPD no exercício de 2023 corresponderam a 1,43% do subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas”, houve uma redução de R\$ 43,1 bilhões (92,68%) em comparação com o exercício anterior, principalmente em função dos seguintes registros no Ministério da Fazenda, ocorridos em 2022:

- I. Parcela de competência do exercício de 2022 sobre o acordo celebrado no âmbito da ADI nº 7.191 e ADPF nº 984, pela União, Estados e DF, relativo ao art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022 (perdas com arrecadação de ICMS), no valor de R\$ 27,0 bilhões; e
- II. Na RFB, contabilização de R\$ 15,8 bilhões referentes ao pagamento de restituição do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF). Em 2023, a contabilização dessa obrigação passou a ser reconhecida por meio de provisão.

Na tabela a seguir, é evidenciada a abertura deste título por órgão superior.



Tabela 202 – Indenizações e Restituições – Por Órgão Superior  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Ministério da Fazenda	1.424	44.417	(96,79)	41,79
Ministério das Relações Exteriores	400	421	(4,99)	11,74
Ministério das Cidades	364	-	-	10,67
Câmara dos Deputados	207	161	28,18	6,06
Ministério dos Portos e Aeroportos	200	-	-	5,88
Ministério da Defesa	185	186	(0,71)	5,42
Ministério do Trabalho e Emprego	102	153	(33,05)	3,01
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	65	53	22,39	1,91
Ministério da Saúde	63	49	30,56	1,86
Ministério da Previdência Social	63	-	-	1,85
Outros	335	1.110	(69,84)	9,82
<b>Total</b>	<b>3.408</b>	<b>46.549</b>	<b>(92,68)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Do total registrado no Ministério da Fazenda em 2023, R\$ 1,1 bilhão ocorreu no Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e se refere, sobretudo, a indenizações de sinistros de seguro de crédito à exportação. No exercício anterior, o FGE registrou R\$ 1,2 bilhão nessa rubrica.

A variação de 69,84% em "Outros" é explicada, principalmente, por indenizações registradas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que integrava da estrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em 2022, no montante de R\$ 750 milhões, sendo os valores mais relevantes as indenizações a construtoras e à Fundação Rede Ferroviária Federal. Em 2023, essa empresa registrou R\$ 362 milhões em indenizações, integrando o Ministério das Cidades.



## 46 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2023 foi deficitário em R\$ 752,0 bilhões, conforme se verifica na tabela a seguir.

Tabela 203 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.736.474	4.441.744	(15,88)
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	4.488.457	4.727.365	(5,05)
<b>Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)</b>	<b>(751.984)</b>	<b>(285.621)</b>	<b>(163,28)</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Em comparação com o exercício anterior, o Resultado Patrimonial de 2023 apresentou uma queda de 163,28%. Em termos absolutos, isso representou uma diferença de R\$ 466,4 bilhões. Nos gráficos a seguir, apresenta-se a evolução ocorrida nas variações patrimoniais aumentativas e nas diminutivas.



Gráfico 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi

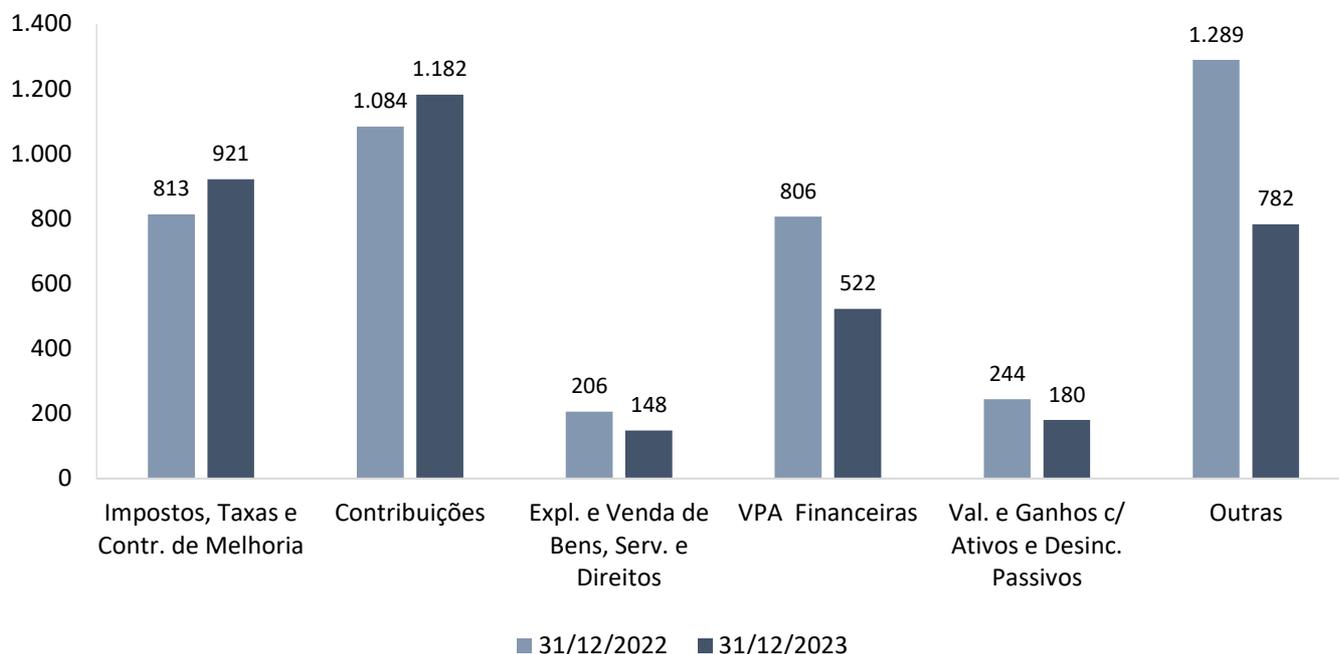
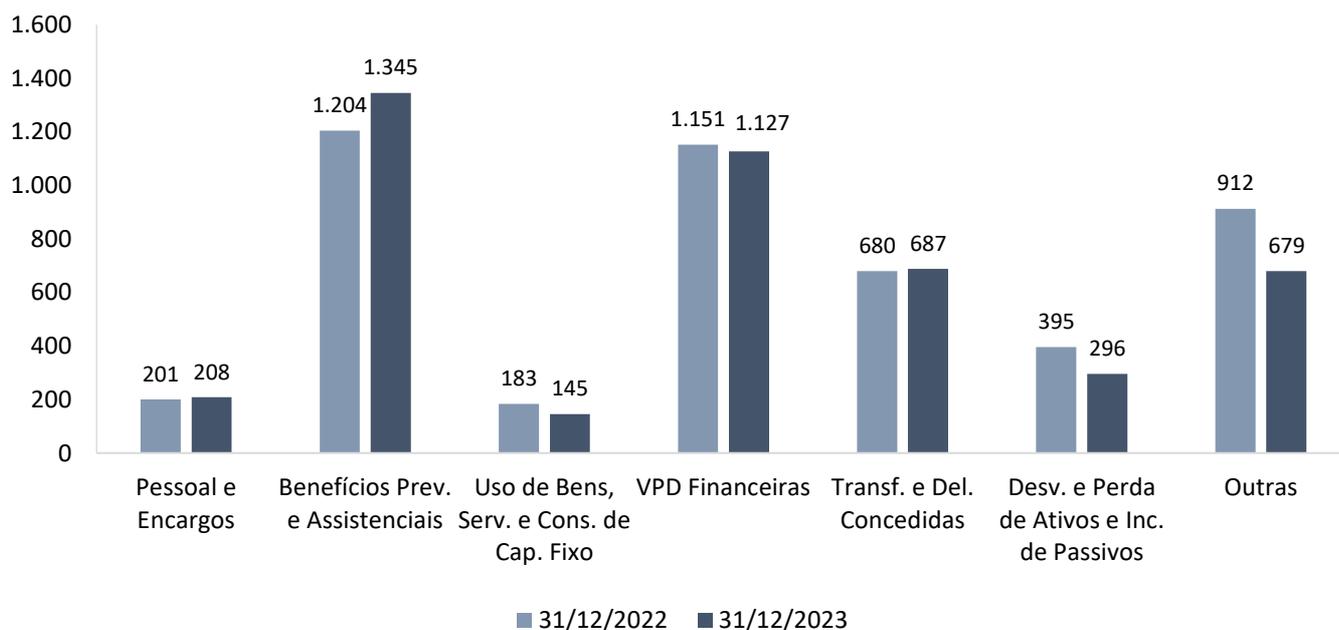


Gráfico 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



Para melhor análise do resultado patrimonial, as variações patrimoniais foram decompostas em Desempenho Financeiro e Desempenho Não Financeiro.



## (a) Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o desempenho financeiro de 2023 em relação ao exercício anterior.

Tabela 204 – Desempenho Financeiro  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)</b>	<b>522.366</b>	<b>806.073</b>	<b>(35,20)</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	69.638	81.474	(14,53)
Juros e Encargos de Mora	55.806	156.730	(64,39)
Variações Monetárias e Cambiais	217.851	386.784	(43,68)
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	179.067	180.096	(0,57)
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	4	990	(99,64)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)</b>	<b>1.127.430</b>	<b>1.151.417</b>	<b>(2,08)</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	579.604	496.917	16,64
Juros e Encargos de Mora	158	586	(73,09)
Variações Monetárias e Cambiais	428.018	603.875	(29,12)
Descontos Financeiros Concedidos	378	482	(21,61)
Aportes ao Banco Central	111.246	36.535	204,49
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.026	13.021	(38,36)
<b>Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras (III = I - II)</b>	<b>(605.064)</b>	<b>(345.344)</b>	<b>(75,21)</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

O resultado patrimonial das VPA e das VPD financeiras foi negativo em R\$ 605,1 bilhões em 2023, déficit 75,21% maior do que o apresentado em 2022. O aumento do déficit financeiro é explicado, principalmente, pela queda de 64,39% (ou R\$ 100,9 bilhões) das VPA de Juros e Encargos de Mora; pelo aumento de 16,64% (ou R\$ 82,7 bilhões) nas VPD de Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos; e pelo aumento de 204,49% (ou R\$74,7 bilhões) em "Aportes ao Banco Central".

A seguir, são analisados os principais itens da Tabela "Desempenho Financeiro".

### (a.1) Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

As receitas apropriadas com "Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos" montaram a quantia de R\$ 69,6 bilhões em 2023. Desse montante, R\$ 30,1 bilhões referem-se ao reconhecimento de juros relativos aos haveres financeiros a receber dos entes federativos. Importante mencionar também R\$ 23,1 bilhões de juros de financiamentos concedidos referentes a programas de desenvolvimento econômico com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A queda de 14,53% (ou R\$ 11,8 bilhões) nesse subgrupo se deve, principalmente:



- I. À mudança de prática contábil: revisão do tratamento dos ativos e passivos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que deixaram de ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da União, passando a serem evidenciados como Investimentos em Fundos avaliados por MEP (impacto de aproximadamente R\$ 10 bilhões); e
- II. À redução de juros e encargos nos haveres financeiros da União relativos a operações fiscais, cujo controle e acompanhamento são exercidos pelo COGEF/STN/MF, indo de R\$ 11,4 bilhões, no exercício anterior, para R\$ 5,8 bilhões em 2023, impactado, sobretudo, pela atualização de saldos de contratos junto ao BNDES em montante inferior ao verificado em 2022. Ao longo dos exercícios anteriores e, inclusive, em 2022, houve amortizações extraordinárias de empréstimos a receber do BNDES, fato que causou queda do estoque de empréstimos a receber desta instituição e, conseqüentemente, a menor apropriação de juros em 2023.

#### **(a.2) Juros e Encargos de Mora (VPA)**

Em 2023, do montante acumulado de R\$ 55,8 bilhões, R\$ 26,9 bilhões (48,28% do total) referem-se a juros e encargos de mora de créditos tributários registrados no FRGPS. No exercício anterior, foram registrados R\$ 48,3 bilhões nesse Órgão e rubrica.

A queda de 64,39% nesse item é explicada, principalmente, pela maior da arrecadação de juros e encargos de mora sobre créditos tributários do FRGPS em 2022. Comportamento semelhante ocorreu na RFB, com queda de cerca de 79% nesse item.

#### **(a.3) Variações Monetárias e Cambiais (VPA)**

Quanto às “Variações Monetárias e Cambiais” da VPA, foram R\$ 217,9 bilhões em 2023, sendo que R\$ 122,8 bilhões se referiram à Dívida Pública Federal (DPF) sob gestão da CODIV/STN. A redução de 43,68% nesse item está relacionada à DPF e ocorreu, principalmente, pela queda de 65,72% da atualização monetária positiva em razão do comportamento do IPCA no ano de 2023. Esse indexador sofreu variações menores ao longo do exercício, quando comparado a 2022, Menores valores de IPCA ocasionam menores variações de atualização monetária nos pagamentos da dívida.

Também contribuiu para essa redução a queda de 22,63% em Outras Variações Cambiais da DPF, que acompanha o comportamento do Real frente ao Dólar, uma vez que os movimentos de apreciação daquela moeda frente a esta foram menores em 2023.



#### (a.4) Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

No grupo “Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos”, os valores relacionados à DPF correspondem a 98,94% do total. A tabela a seguir mostra a composição dos saldos de juros e encargos das dívidas mobiliária e contratual.

Tabela 205 – Juros e Encargos da Dívida Mobiliária e Contratual  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: CODIV/STN/MF

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Juros e encargos da DPMFi	555.323	473.649	17,24	96,83
Em mercado	399.224	338.369	17,98	69,61
Em carteira do BCB	156.100	135.280	15,39	27,22
Juros e encargos da DPFe em mercado	16.654	16.689	(0,21)	2,90
Juros e encargos da dívida contratual	1.500	674	122,41	0,26
<b>Total</b>	<b>573.477</b>	<b>491.013</b>	<b>16,79</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

O aumento de 17,24% dos juros e encargos da DPMFi, mercado e BCB, reflete o comportamento da apropriação de juros da DPMFi. Essa maior apropriação de juros é resultado da elevação do estoque da dívida e de variações positivas do seu custo médio em 2023, quando comparados ao exercício anterior.

O crescimento de 122,41% em juros e encargos da dívida contratual é reflexo de desembolsos ao longo de 2023, bem como incremento dos indexadores dos contratos.

#### (a.5) Variações Monetárias e Cambiais (VPD)

Quanto ao grupo “Variações Monetárias e Cambiais” da VPD, seu saldo atingiu R\$ 428,0 bilhões em 2023, sendo que R\$ 396,0 bilhões estão relacionados à DPF sob gestão da CODIV/STN. No exercício anterior, esse subgrupo totalizou R\$ 603,9 bilhões, e as operações de apropriação da DPF foram responsáveis por R\$ 559,6 bilhões.

É possível segregar os dois principais componentes na DPF: variações monetárias e variações cambiais. Em relação ao primeiro, houve redução de 29,49%, indo de R\$ 518,7 bilhões para R\$ 365,7 bilhões, decorrente da menor variação do IPCA nos meses de 2023, em comparação com 2022. Ou seja, em 2023, houve um menor montante de apropriações para elevação do estoque da DPMFi decorrentes de ajustes pelo IPCA.



Em relação às variações cambiais, são referentes à dívida contratual e mobiliária externa. Houve redução de 35,82% na CODIV/STN, indo de R\$ 40,8 bilhões para R\$ 26,2 bilhões. A queda é explicada por menor depreciação do Real frente ao Dólar em 2023.

#### (a.6) Aportes ao Banco Central

Em 2023, o resultado negativo do Banco Central criou uma obrigação ao Tesouro Nacional de R\$ 111,2 bilhões; no exercício anterior, o resultado negativo a ser coberto foi de R\$ 36,5 bilhões. A variação de 204,49% (ou R\$ 74,7 bilhões) na cobertura do resultado negativo contribuiu para a piora do desempenho financeiro. Para mais informações, sugere-se a leitura da Nota “Resultado do Banco Central do Brasil”.

#### (b) Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos das VPA e VPD financeiras.

Tabela 206 – Desempenho Não Financeiro  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>3.214.107</b>	<b>3.635.671</b>	<b>(11,60)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	921.433	813.156	13,32
Contribuições	1.181.891	1.083.636	9,07
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	148.425	206.268	(28,04)
Transferências e Delegações Recebidas	4.706	4.132	13,88
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	179.945	244.055	(26,27)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	777.707	1.284.423	(39,45)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>3.361.027</b>	<b>3.575.948</b>	<b>(6,01)</b>
Pessoal e Encargos	208.210	200.777	3,70
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.344.714	1.204.326	11,66
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	145.207	183.274	(20,77)
Transferências e Delegações Concedidas	687.490	679.799	1,13
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	295.911	395.380	(25,16)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	679.496	912.392	(25,53)
<b>Resultado Patrimonial das VPA e VPD Não Financeiras (III = I - II)</b>	<b>(146.920)</b>	<b>59.723</b>	<b>(346,00)</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Ao desconsiderar as VPA e VPD financeiras, tem-se o resultado negativo de R\$ 146,9 bilhões em 2023, ante o resultado positivo de R\$ 59,7 bilhões em 2022, que corresponde a uma redução no Resultado Patrimonial Não Financeiro de R\$ 206,6 bilhões.



### **(b.1) Receita Tributária**

O resultado do período referente aos tributos pode ser explicado pelo desempenho da atividade econômica e por fatores não recorrentes, conforme explicitado nos relatórios "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", disponível no endereço: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao>.

Neste contexto, ressalta-se as diferenças conceituais entre os relatórios da arrecadação, apresentados pela RFB e os relatórios contábeis extraídos do Siafi. A receita registrada pela contabilidade pública utiliza o conceito de arrecadação líquida que, no caso das receitas administradas pela RFB, não previdenciárias, representa a arrecadação bruta ajustada por eventos modificativos de arrecadação, tais como: as retificações de receita, decomposições, compensações (positivas e negativas oriundas dos sistemas Sief-Processos e Siafi), restituições e incentivos fiscais (relativos ao IRPJ). Diferentemente, os relatórios divulgados pela RFB, sobre a arrecadação federal, apresentam a totalização dos pagamentos efetuados pelos contribuintes, recolhidas em DARF ou GPS, na visão de caixa, conforme apuradas nos sistemas da arrecadação da RFB.

### **(b.2) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

Esse grupo é formado principalmente por exploração de bens, direitos e prestação de serviços (cerca de 95% do total). A queda de 28,04% (ou R\$ 57,8 bilhões) está concentrada, principalmente, na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Na Aneel, houve queda de R\$ 28,1 bilhões devido ao maior volume de receitas não recorrentes em 2022, principalmente, o pagamento pela bonificação de outorga de novos contratos de concessão derivados da privatização da Eletrobrás.

Na RFB, houve queda de R\$ 20,9 bilhões. Há apropriação da parte referente à taxa de administração do repasse aos Serviços Sociais Autônomos, relativa à remuneração que cabe a esse Órgão por exercer a função de administradora da arrecadação do Sistema S. Os valores de maior vulto registrados são relacionados a royalties de exploração do petróleo.

### **(b.3) Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos**

O grupo "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos" atingiu, em 2023, a cifra de R\$ 179,9 bilhões, contra R\$ 244,1 bilhões no exercício anterior (queda de 26,27%).

A queda é explicada, pelo menor volume de ganhos com incorporação de ativos (variação negativa de R\$ 59,5 bilhões ou 50,05%). Em 2022, houve um montante maior de bens imóveis incorporados em



superintendências da SPU, no Ministério da Fazenda, assim como atualizações do valor patrimonial das rodovias federais, pelo DNIT.

#### **(b.4) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

O grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, apresentou saldo de R\$ 777,7 bilhões em 2023, ante R\$ 1,284 trilhão no exercício anterior. A variação negativa de R\$ 506,7 bilhões (-39,45%) é relativa a reversões de provisões e de ajustes para perdas, que sofreram queda de R\$ 608,9 bilhões. Em 2022, ocorreram os seguintes fatos, que explicam essa redução:

- I. Na RFB, atualização de R\$ 296,3 bilhões da provisão para perdas judiciais sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, ação transitada em julgado em 2022 de forma desfavorável para a União;
- II. Na COAFI/STN, ocorreram reversões de R\$ 144,2 bilhões, decorrentes da adesão dos Estados do Amapá, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Além disso, em novembro de 2022, foi implementada a nova metodologia MAPHEM, com regras menos conservadoras que aquelas consideradas na metodologia anterior (“CAPAG Plus”), tendo como consequência a reversão de R\$ 143,8 bilhões. Em 2023, as reversões de provisões na COAFI não alcançaram um montante tão expressivo.

Em 2023, as reversões de provisões do passivo atuarial do RPPS, no Ministério da Previdência Social, contribuíram para melhorar o desempenho nesse grupo, alcançando a cifra de R\$ 64,6 bilhões em 2023, ante R\$ 22,7 bilhões no exercício anterior.

#### **(b.5) Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” atingiu o montante de R\$ 1,345 trilhão em 2023. O crescimento de 11,66% (ou R\$ 140,4 bilhões) deve-se, sobretudo, ao crescimento em VPD de aposentadorias e reformas do RGPS (aumento de R\$ 49,8 bilhões), e de políticas públicas de transferências de renda (aumento de R\$ 54,1 bilhões, ou 46,67%), fatos que contribuíram para a piora do desempenho não financeiro. Para mais informações sobre esse grupo, sugere-se a leitura da nota “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”.

#### **(b.6) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

O grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” atingiu a cifra de R\$ 295,9 bilhões, em 2023, valor 25,16% inferior ao apresentado no exercício anterior (R\$ 395,4 bilhões).



Cerca de 80% desse grupo é composto por reavaliações, redução ao valor recuperável e ajustes para perdas. Nesse item, houve queda de 25,34% (ou R\$ 80,3 bilhões). Os principais fatores responsáveis por isso foram:

- I. Na COAFI/STN, as VPD de ajustes para perdas foram de R\$ 46,3 bilhões em 2023; no exercício anterior, foram de R\$ 111,8 bilhões. A queda de R\$ 65,5 bilhões (58,61%) se deve ao maior volume na contabilização de ajustes de perda de créditos sub-rogados no ano de 2022, pela implantação da nova metodologia de cálculo dos ajustes para perdas (MAPHEM); e à incorporação de garantias honradas pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, e não recuperadas em decorrência de ações judiciais, aos contratos ao amparo da Lei Complementar nº 178/2022, firmados com a União pelos dois Estados em 2022, foi verificada a baixa desses saldos de créditos sub-rogados. Tais ajustes de perdas podem sofrer grandes variações, pois decorrem da nota CAPAG do ente, da existência de pendências jurídicas ou de sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; e
- II. Reavaliações de imóveis: em 2023, as reavaliações negativas de bens imóveis atingiram o montante de R\$ 33,0 bilhões, ante R\$ 84,0 bilhões em 2022. A queda de cerca de 61% decorre, sobretudo, da baixa do “Espelho d’Água”, localizado no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, pela Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU/ES) no valor de R\$ 84,5 bilhões, em 2022.

#### **(b.7) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

Em 2023, o saldo do grupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” foi de R\$ 679,5 bilhões, contra R\$ 912,4 bilhões no exercício anterior (redução de 25,53%). Destaca-se constituição de provisões, que passou de R\$ 656,6 bilhões para R\$ 381,9 bilhões (queda de R\$ 274,7 bilhões ou 41,84%). Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram:

- I. As VPD de provisões do passivo atuarial do RRPS foram de R\$ 65,6 bilhões em 2023, enquanto em 2022, foram de R\$ 274,2 bilhões (queda de R\$ 208,5 bilhões ou 76,06%); e
- II. Em 2022, houve reconhecimento de provisão de ações judiciais no FRGPS, no valor de R\$ 120,0 bilhões, referente ao direito de opção dos segurados que ingressaram na Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/1999, na apuração do seu salário-benefício, entre a regra do art. 3º do mencionado diploma e a regra do art. 29, I e II, da Lei nº 8.213/1991.



## 47 - Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2023 estão representadas na tabela a seguir em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Tabela 207 – Receitas Realizadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	2.439.948	2.402.956	1,54	55,70
Receitas de Capital (exceto Refinanciamento)	562.683	444.827	26,49	12,84
Refinanciamento da Dívida	1.378.041	1.479.194	(6,84)	31,46
<b>Total</b>	<b>4.380.671</b>	<b>4.326.976</b>	<b>1,24</b>	<b>100,00</b>

Houve crescimento de 1,24% das receitas em 2023 em comparação com 2022, de R\$ 4,327 trilhões para R\$ 4,381 trilhões. Isso ocorreu principalmente pelo crescimento de 26,49% das receitas de capital, indo de R\$ 444,8 bilhões para R\$ 562,7 bilhões, apesar da queda de 6,84% nas receitas de Refinanciamento da Dívida. As receitas correntes aumentaram 1,54%, indo de R\$ 2,403 trilhões para R\$ 2,440 trilhões. Nesse contexto, houve aumento da representatividade das receitas correntes: em 2023, corresponderam a 55,70% do total das receitas orçamentárias; no exercício anterior, esse percentual foi de 55,53%.

A seguir, será apresentada uma análise mais detalhada dos componentes da receita orçamentária.

### (a) Receitas Correntes

Em 2023, as receitas correntes somaram R\$ 2,440 trilhões, apresentando um aumento R\$ 37,0 bilhões em comparação com o exercício anterior, como detalha a tabela a seguir.

Tabela 208 – Receitas Correntes

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Receitas de Contribuições	1.219.232	1.150.852	5,94	49,97
Receitas de Impostos e Taxas	887.935	856.280	3,70	36,39
Receitas Patrimoniais	210.494	298.030	(29,37)	8,63
Receitas de Serviços	49.970	52.518	(4,85)	2,05
Receitas Industriais	6.335	5.545	14,26	0,26
Transferências Correntes	242	410	(40,81)	0,01
Receitas Agropecuárias	21	31	(30,79)	0,00
Outras	65.717	39.291	67,26	2,69
<b>Total</b>	<b>2.439.948</b>	<b>2.402.956</b>	<b>1,54</b>	<b>100,00</b>



Os aumentos mais significativos, em termos absolutos, ocorreram nas receitas de contribuições, nas receitas tributárias (impostos e taxas) e nas receitas patrimoniais. Os três itens citados representam cerca de 95% do total das receitas correntes.

As receitas de contribuições cresceram 5,94% em 2023, indo de R\$ 1,151 trilhão para R\$ 1,219 trilhão. Essas receitas representaram 49,97% das receitas correntes em 2023. É importante ressaltar que há vinculação desses recursos a despesas específicas, não podendo ser utilizados em outras áreas.

Um exemplo disso são as contribuições sociais sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, conforme disposto no art. 195 da CF/1988, incisos I e II, que não podem ser utilizadas na realização de despesas distintas do pagamento de benefícios concedidos pelo RGPS. Outro exemplo é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e álcool etílico combustível, instituída pela Lei nº 10.336/2001, cujos recursos devem ser destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte desses combustíveis, ao financiamento de projetos ambientais relacionados a essas indústrias, ao financiamento de programas de infraestrutura de transporte e de auxílios para mitigar o efeito do preço de gás liquefeito de petróleo sobre o orçamento de famílias de baixa renda, conforme prevê o inciso II do § 4º do art. 177 da CF/1988, bem como o § 1º do art. 1º da referida Lei.

Pode-se citar ainda a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que deve ser obrigatoriamente despendida com seguridade social, e a contribuição para o financiamento do PIS/Pasep, que financia o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como é destinada ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico por meio do BNDES (pelo menos 28%). As principais receitas de contribuições estão discriminadas na tabela a seguir.

Tabela 209 – Receitas de Contribuições

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Contribuição para o RGPS	585.114	528.434	10,73	47,99
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	292.903	276.748	5,84	24,02
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	148.652	158.497	(6,21)	12,19
Contribuição para o PIS/Pasep	84.701	80.009	5,86	6,95
Contribuição para o RPPS e o SPSMFA	49.193	48.896	0,61	4,03
Outras	58.670	58.268	0,69	4,81
<b>Total</b>	<b>1.219.232</b>	<b>1.150.852</b>	<b>5,94</b>	<b>100,00</b>

A análise da tabela anterior mostra que o principal responsável por esse aumento, em termos absolutos, foi a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que subiu R\$ 56,7 bilhões. Esse é o



item mais representativo desse grupo (47,99% das receitas de contribuições). Os valores arrecadados são provenientes de contribuições dos empregadores e dos segurados do RGPS.

As receitas de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) apresentaram uma variação positiva de R\$ 16,2 bilhões (5,84%). Já a CSLL apresentou variação negativa de R\$ 9,8 bilhões (6,21%), chegando à cifra R\$ 148,7 bilhões. Sobre esta contribuição, o resultado foi influenciado por fatores não recorrentes e por alterações na legislação tributária, de acordo o Relatório de Análise da Arrecadação das Receitas Federais da RFB<sup>3</sup>.

No tocante à arrecadação de receitas tributárias (impostos e taxas), houve acréscimo de R\$ 31,7 bilhões em relação ao exercício anterior, atingindo o montante de R\$ 887,9 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 210 – Receitas Tributárias  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Impostos	879.229	848.441	3,63	99,02
Taxas	8.706	7.839	11,06	0,98
<b>Total</b>	<b>887.935</b>	<b>856.280</b>	<b>3,70</b>	<b>100,00</b>

Essa variação se deve principalmente ao aumento de R\$ 30,8 bilhões nas receitas de impostos, que compõem 99,02% das receitas tributárias, totalizando R\$ 879,2 bilhões. Com relação às receitas de impostos, é importante destacar que, ao contrário das contribuições, elas não são vinculadas a órgão, fundo ou gasto específico, ressalvados os casos previstos na CF/1988, como a repartição da arrecadação prevista nos art. 158 e 159.

A tabela a seguir mostra que a arrecadação de impostos sobre rendas e proventos tem a maior participação (79,17%) e que aumentou R\$ 28,5 bilhões (4,27%) em relação a 2022, fechando o exercício em R\$ 696,1 bilhões.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal>



*Tabela 211 – Receitas com Impostos*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Impostos sobre Rendas e Proventos	696.076	667.547	4,27	79,17
Impostos sobre Operações Financeiras e Cambiais	61.902	59.091	4,76	7,04
Impostos sobre a Produção	59.327	59.894	(0,95)	6,75
Impostos sobre o Comércio Internacional	58.664	59.135	(0,80)	6,67
Impostos sobre o Patrimônio, a Propriedade Rural e Outros	3.260	2.775	17,51	0,37
<b>Total</b>	<b>879.229</b>	<b>848.441</b>	<b>3,63</b>	<b>100,00</b>

Em 2023, do montante arrecadado com impostos sobre rendas e proventos, R\$ 375,0 bilhões se referiram ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), representando 53,87% do total desta rubrica, conforme a tabela a seguir.

*Tabela 212 – Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	374.996	322.704	16,20	53,87
Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ)	261.718	286.271	(8,58)	37,60
Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF)	59.362	58.571	1,35	8,53
<b>Total</b>	<b>696.076</b>	<b>667.547</b>	<b>4,27</b>	<b>100,00</b>

Quanto à receita de imposto de renda retido na fonte, são compostas na maior parte por rendimentos do trabalho, como salários, soldos, subsídios, entre outras formas de remuneração; e por retenção da remuneração do capital, como rendimentos de aplicações financeiras, aluguéis e *royalties*. O crescimento de R\$ 52,3 bilhões (16,20%) decorre de maior arrecadação com rendimentos de capital, que atingiu a cifra de R\$ 123,8 bilhões (aumento de R\$ 26,8 bilhões) e sobre rendimentos do trabalho, que atingiu R\$ 167,7 bilhões (aumento de R\$ 12,7 bilhões). Esse detalhamento pode ser mais bem observado na tabela a seguir.

*Tabela 213 – Impostos sobre a Renda Retido na Fonte*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Rendimentos do Trabalho	167.677	155.010	8,17	44,71
Rendimentos da Remuneração do Capital	123.816	97.047	27,58	33,02
Rendimentos de Remessas ao Exterior	66.709	55.493	20,21	17,79
Outros	16.794	15.154	10,82	4,48
<b>Total</b>	<b>374.996</b>	<b>322.704</b>	<b>16,20</b>	<b>100,00</b>

Em relação às receitas patrimoniais, houve redução de 29,37%, passando de R\$ 298,0 bilhões para R\$ 210,5 bilhões. A tabela a seguir mostra a composição dessas receitas.



Tabela 214 – Receita Patrimonial

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Exploração de Recursos Naturais	108.529	140.138	(22,56)	51,56
Valores Mobiliários	79.519	109.494	(27,38)	37,78
Cessão de Direitos	9.640	8.002	20,47	4,58
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão / Permissão / Autorização / Licença	5.691	33.237	(82,88)	2,70
Outros	7.116	7.159	(0,60)	3,38
<b>Total</b>	<b>210.494</b>	<b>298.030</b>	<b>(29,37)</b>	<b>100,00</b>

As receitas de exploração de recursos naturais foram de R\$ 108,5 bilhões em 2023, ante R\$ 140,1 bilhões no exercício anterior. A redução de 22,56% se deve, principalmente, às receitas dos regimes de concessão e partilha de petróleo, que foram de R\$ 97,9 bilhões em 2023, ante R\$ 129,7 bilhões em 2022.

As receitas de valores mobiliários alcançaram a cifra de R\$ 79,5 bilhões. A redução de 27,38% se deve, principalmente, às receitas de juros sobre capital próprio e de dividendos, que alcançaram R\$ 50,1 bilhões em 2023, ante R\$ 87,2 bilhões em 2022. Para mais detalhes, consultar a Nota “Investimentos”.

Destaca-se ainda a redução nas receitas de delegação de serviços públicos de R\$ 27,5 bilhões em 2023. Em 2022, houve a outorga de novos contratos de concessão, derivados da privatização da Companhia Estadual de Geração de Energia (CEEE-G) e da Eletrobrás, que resultaram numa arrecadação de R\$ 28,7 bilhões naquele exercício.

## (b) Receitas de Capital

As receitas de capital compreendem os ingressos relativos às operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos, entre outras. Em 2023, houve um discreto aumento de 0,87% nas receitas de capital, indo de R\$ 1,924 trilhão para R\$ 1,941 trilhão. A tabela a seguir apresenta as receitas de capital do exercício de 2023, em comparação com o exercício anterior.

Tabela 215 – Receitas de Capital

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito	1.754.143	1.559.127	12,51	90,39
Amortização de Empréstimos	36.253	136.409	(73,42)	1,87
Alienação de Bens	653	964	(32,21)	0,03
Outras	149.674	227.521	(34,22)	7,71
<b>Total</b>	<b>1.940.724</b>	<b>1.924.021</b>	<b>0,87</b>	<b>100,00</b>



Se desconsiderado o refinanciamento da dívida pública, houve um aumento de 26,49% nas receitas de capital, conforme evidencia a tabela a seguir, devido ao aumento de 370,52% das operações de crédito, indo de R\$ 79,9 bilhões para R\$ 376,1 bilhões.

Tabela 216 – Receitas de Capital (exceto Refinanciamento)

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito	376.102	79.933	370,52	66,84
Amortização de Empréstimos	36.253	136.409	(73,42)	6,44
Alienação de Bens	653	964	(32,21)	0,12
Outras	149.674	227.521	(34,22)	26,60
<b>Total</b>	<b>562.683</b>	<b>444.827</b>	<b>26,49</b>	<b>100,00</b>

Os valores provenientes de operações de crédito, incluindo as relacionadas ao refinanciamento da dívida, são definidas como compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens e outras operações assemelhadas, conforme definido pelo art. 29, inciso III, da LRF. Assim, futuramente esses recursos terão que ser devolvidos aos credores, de acordo com as condições previstas nos respectivos instrumentos.

Também se destaca a redução das receitas de “Amortização de Empréstimos” realizadas pela Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN/MF). Em 2022, foram arrecadados R\$ 87,7 bilhões (principalmente referente a empréstimos a instituições financeiras), porém não se verificou o mesmo volume em 2023. Para mais informações, é sugerida a leitura da Nota “Créditos a Receber”.

As operações de crédito (excluindo-se o refinanciamento da dívida) aumentaram em relação ao exercício anterior, principalmente em operações no mercado interno, totalizando R\$ 362,8 bilhões. Já as operações no mercado externo somaram R\$ 13,3 bilhões em 2023, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 217 – Operações de Crédito (exceto Refinanciamento da Dívida)

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Mercado Interno	362.810	70.280	416,24	96,47
Mercado Externo	13.293	9.653	37,71	3,53
<b>Total</b>	<b>376.102</b>	<b>79.933</b>	<b>370,52</b>	<b>100,00</b>

Contudo, cabe analisar, também, as operações de crédito em sua totalidade, agregando as informações de refinanciamento, alcançando-se o cenário representado na tabela a seguir.



Tabela 218 – Operações de Crédito

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Mercado Interno</b>	<b>1.726.453</b>	<b>1.549.474</b>	<b>11,42</b>	<b>98,42</b>
Não Refinanciadas	362.810	70.280	416,24	20,68
Refinanciadas	1.363.643	1.479.194	(7,81)	77,74
<b>Mercado Externo</b>	<b>27.690</b>	<b>9.653</b>	<b>186,86</b>	<b>1,58</b>
Não Refinanciadas	13.293	9.653	37,71	0,76
Refinanciadas	14.397	-	-	0,82
<b>Total</b>	<b>1.754.143</b>	<b>1.559.127</b>	<b>12,51</b>	<b>100,00</b>

As operações internas foram a maioria das operações de créditos realizadas pela União, respondendo por 98,42% desse tipo de operação. Desse montante, R\$ 1,364 trilhão se refere ao refinanciamento da dívida pública, enquanto R\$ 362,8 bilhões correspondem às demais operações. Mais informações sobre a composição da dívida pública federal podem ser encontradas nas Notas “Empréstimos e Financiamentos”, “Juros e Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos Obtidos” e “Variações Monetárias Cambiais Diminutivas”.

Destacam-se também as “Outras Receitas de Capital”, cuja composição é apresentada a seguir.

Tabela 219 – Outras Receitas de Capital

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	149.643	154.669	(3,25)	100,00
Resultado do Banco Central	-	72.824	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>149.643</b>	<b>227.493</b>	<b>(34,22)</b>	<b>100,00</b>

A remuneração das disponibilidades do Tesouro reduziu 3,25%, atingindo o valor de R\$ 149,6 bilhões. As disponibilidades de caixa do Governo Federal depositadas no BCB (CUTN) são remuneradas pela taxa média da rentabilidade dos títulos públicos federais da DPMFi existentes em carteira do BCB, conforme dispõe a Medida Provisória nº 2.179-36/2001.

Dessa forma, o comportamento da remuneração ao longo do ano está diretamente relacionado à rentabilidade dos títulos públicos existentes em carteira do BCB, bem como à evolução do saldo da Conta Única ao longo do exercício.

### (c) Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes da União,



deduzidas as transferências constitucionais e legais e as contribuições da seguridade social (incluindo compensações financeiras entre RPPS e RGPS, contribuições para o PIS/Pasep e custeio para a pensão dos militares).

O acompanhamento da RCL é importante porque ela é base para o estabelecimento de uma série de limites e condições, entre eles os gastos com pessoal, a dívida consolidada líquida e as operações de crédito. Em 2023, a RCL reduziu 1,57% em relação ao ano anterior, indo de R\$ 1,253 trilhão para R\$ 1,234 trilhão, como se pode verificar na tabela seguinte.

*Tabela 220 – Receita Corrente Líquida*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Receita Corrente (I)</b>	<b>2.417.316</b>	<b>2.377.247</b>	<b>1,69</b>	<b>195,94</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	887.930	856.276	3,70	71,97
Receita de Contribuições	1.196.997	1.128.487	6,07	97,02
Receita Patrimonial	210.474	298.024	(29,38)	17,06
Receita Agropecuária	21	31	(30,79)	0,00
Receita Industrial	6.312	5.523	14,29	0,51
Receita de Serviços	49.803	52.330	(4,83)	4,04
Transferências Correntes	242	410	(40,81)	0,02
Receitas Correntes a Classificar	3	(0)	3.121,75	0,00
Outras Receitas Correntes	65.534	36.167	81,20	5,31
<b>Deduções (II)</b>	<b>1.183.601</b>	<b>1.123.820</b>	<b>5,32</b>	<b>95,94</b>
Transferências Constitucionais e Legais	484.428	487.160	(0,56)	39,27
Contribuição de Emp. e Trab. p/ Seg. Social	586.315	529.675	10,69	47,52
Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor	17.399	17.283	0,67	1,41
Compensação Financeira RGPS/RPPS	1.675	884	89,56	0,14
Contribuição para o Custeio de Pensões Militares	9.067	8.787	3,19	0,73
Contribuição para o PIS/Pasep	84.716	80.032	5,85	6,87
<b>Receita Corrente Líquida (III = I - II)</b>	<b>1.233.715</b>	<b>1.253.427</b>	<b>(1,57)</b>	<b>100,00</b>

Houve crescimento de 1,69% nas receitas correntes consideradas na apuração. Entretanto, as deduções aumentaram em maior proporção (5,32%), especialmente as contribuições de empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social, que aumentaram R\$ 56,6 bilhões.

#### (d) Renúncia de Receitas

Com relação à renúncia de receitas, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) divulga anualmente o Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT), que integra o projeto de lei orçamentária, disponível em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-ploa>.



Por meio do DGT referente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, verifica-se que as renúncias de receitas tributárias da União foram estimadas nesse exercício em R\$ 456,1 bilhões, ante R\$ 371,1 bilhões em 2022.

### (e) Vinculação de Receitas

Viu-se anteriormente que parte da arrecadação da União é vinculada a determinados fins. Assim, a tabela a seguir apresenta todas as receitas executadas organizadas por grupos temáticos de vinculação de recursos. Basicamente, apenas 15,34% da receita realizada em 2023 está desvinculada de qualquer finalidade específica. O restante da receita orçamentária possui algum tipo de vinculação assim que ingressa na CUTN.

*Tabela 221 – Receitas – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>672.210</b>	<b>692.381</b>	<b>(2,91)</b>	<b>15,34</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>3.708.462</b>	<b>3.634.595</b>	<b>2,03</b>	<b>84,66</b>
Educação	20.090	18.094	11,03	0,46
Seguridade Social (Exceto Previdência)	549.603	449.955	22,15	12,55
Previdência Social (RPPS)	39.630	39.645	(0,04)	0,90
Previdência Social (RGPS)	587.990	534.274	10,05	13,42
Receitas Financeiras*	-	1.160	(100,00)	-
Dívida Pública	1.844.702	1.860.024	(0,82)	42,11
Alienação de Bens e Direitos*	-	934	(100,00)	-
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	468.818	471.079	(0,48)	10,70
Fundos, Órgãos e Programas	197.627	257.880	(23,36)	4,51
Outros Recursos Vinculados*	-	1.549	(100,00)	-
Recursos Não Classificados	3	(0)	3.121,75	0,00
<b>Total</b>	<b>4.380.671</b>	<b>4.326.976</b>	<b>1,24</b>	<b>100,00</b>

*Nota \*Estes grupos de fontes foram extintos com a implementação da Portaria Conjunta STN/SOF n°20/2021 em 2023, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.*

A divisão temática adotada na tabela acima consta também no quadro de superávit financeiro do Balço Patrimonial e nos ingressos do Balço Financeiro. Essa divisão agrupa as fontes conforme a finalidade legal ou constitucional dos recursos arrecadados. Desse modo, observa-se queda de 2,91% na arrecadação de recursos ordinários; e crescimento de 2,03% nas receitas vinculadas, que passaram de R\$ 3,635 trilhões em 2022 para R\$ 3,708 trilhões em 2023.



## 48 - Execução Orçamentária da Despesa

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Conforme essa mesma Lei, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por esse estágio inicial, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) até 31 de dezembro são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de nota específica neste documento.

Feitas essas considerações iniciais, observa-se que, em 2023, foram empenhados R\$ 4,594 trilhões, enquanto, em 2022, o montante foi de R\$ 4,257 trilhões.

Da forma semelhante ao ano anterior, o empenho de despesas correntes contribuiu preponderantemente para este número, participando com 60,28% de toda a despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 222 – Despesas Empenhadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	2.769.293	2.493.190	11,07	60,28
Despesas de Capital (Exceto Refinanciamento da Dívida)	340.839	332.110	2,63	7,42
Refinanciamento da Dívida	1.483.638	1.431.332	3,65	32,30
<b>Total</b>	<b>4.593.770</b>	<b>4.256.633</b>	<b>7,92</b>	<b>100,00</b>

### (a) Despesas Correntes

A tabela a seguir mostra a composição das despesas correntes empenhadas. Houve aumento de 11,07% em 2023, em comparação com o exercício anterior.



Tabela 223 – Despesas Correntes Empenhadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Pessoal e Encargos Sociais	391.793	360.328	8,73	14,15
Juros e Encargos da Dívida	240.753	247.309	(2,65)	8,69
Outras Despesas Correntes	2.136.747	1.885.553	13,32	77,16
<b>Total</b>	<b>2.769.293</b>	<b>2.493.190</b>	<b>11,07</b>	<b>100,00</b>

Nas despesas correntes empenhadas pelos órgãos e entidades federais, há o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, cuja segregação é evidenciada na tabela a seguir. A maior variação absoluta ocorreu em “Vencimentos e Pagamento de Pessoal”, que aumentou R\$ 11,3 bilhões (7,19%) em relação ao ano anterior.

Tabela 224 – Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Empenhadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Vencimentos e Pagamento de Pessoal	169.160	157.819	7,19	43,18
Aposentadorias e Pensões	162.255	152.685	6,27	41,41
Obrigações Patronais	28.760	27.982	2,78	7,34
Outras Despesas com Pessoal	31.618	21.842	44,76	8,07
<b>Total</b>	<b>391.793</b>	<b>360.328</b>	<b>8,73</b>	<b>100,00</b>

A maior parte das despesas correntes se refere ao grupo de natureza de despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”, o qual alcançou a marca de R\$ 2,137 trilhões. Esse item é detalhado conforme tabela abaixo.



*Tabela 225 – Outras Despesas Correntes Empenhadas*  
 Dados em: R\$ milhões  
 Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias do RGPS – Urbana	467.342	430.350	8,60	21,87
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	444.242	450.021	(1,28)	20,79
Contribuições e Subvenções	220.936	180.825	22,18	10,34
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	173.575	123.640	40,39	8,12
Pensões do RGPS – Urbana	154.638	144.525	7,00	7,24
Sentenças Judiciais	129.394	48.989	164,13	6,06
Aposentadorias do RGPS – Rural	128.203	116.042	10,48	6,00
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	90.300	77.460	16,58	4,23
Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	43.300	37.265	16,20	2,03
Pensões do RGPS – Rural	41.924	38.723	8,27	1,96
Seguro-Desemprego e Abono Salarial	41.419	42.112	(1,65)	1,94
Indenizações e Restituições	35.792	42.990	(16,74)	1,68
Outras	165.681	152.611	8,56	7,75
<b>Total</b>	<b>2.136.747</b>	<b>1.885.553</b>	<b>13,32</b>	<b>100,00</b>

De acordo com a tabela anterior, observa-se que o grupo “Outras Despesas Correntes” aumentou 13,32% (R\$ 251,2 bilhões) no exercício de 2023 em relação ao anterior. A seguir, serão detalhados os principais itens dessa tabela, conforme o objeto do gasto público.

**(a.1) Benefícios Previdenciários do RGPS e Compensações aos Regimes de Previdência**

A soma de todos os itens relacionados ao RGPS — Benefícios Previdenciários (aposentadorias, pensões e outros benefícios) e compensações a regimes previdenciários — foi de R\$ 839,8 bilhões em 2023, enquanto, no exercício anterior, o empenho desse tipo de despesa foi de R\$ 773,4 bilhões, conforme tabela a seguir.



Tabela 226 – Benefícios Previdenciários do RGPS e Compensações aos Regimes de Previdência

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias do RGPS – Urbana	467.342	430.350	8,60	55,65
Pensões do RGPS – Urbana	154.638	144.525	7,00	18,41
Aposentadorias do RGPS – Rural	128.203	116.042	10,48	15,27
Pensões do RGPS – Rural	41.924	38.723	8,27	4,99
Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	43.300	37.265	16,20	5,16
Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	4.346	3.429	26,74	0,52
Compensações a Regimes de Previdência	-	3.096	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>839.754</b>	<b>773.431</b>	<b>8,58</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o art. 201 da CF/1988, a Previdência Social é organizada sob a forma de regime geral, tendo caráter contributivo e filiação obrigatória, devendo atender aos critérios da cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, da proteção à maternidade, da proteção ao trabalhador desempregado involuntariamente, da concessão de pensão por morte do assegurado aos seus cônjuges e dependentes e à distribuição do salário-família e auxílio-reclusão.

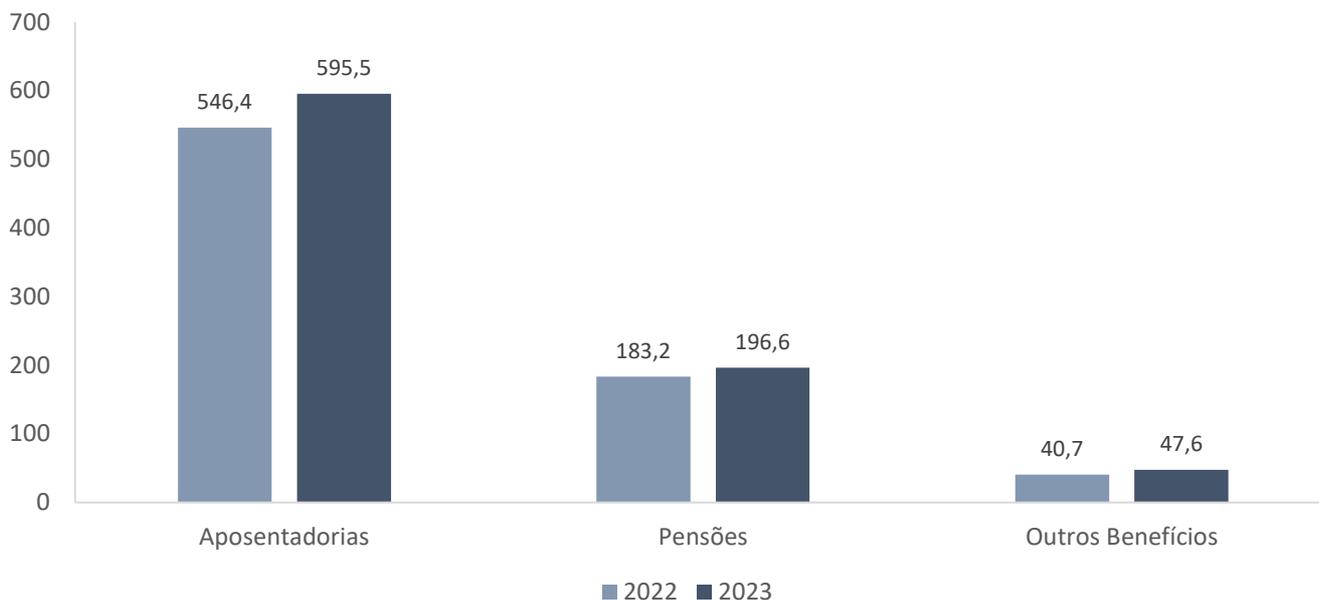
Em razão disso, o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.213/1991 preconiza que o RGPS garantirá a cobertura de todas as situações colocadas no parágrafo anterior, com exceção daquelas decorrentes de desemprego involuntário, objeto de lei específica, bem como a de aposentadoria por tempo de contribuição de trabalhadores acometidos pelo agravamento de doenças anteriores a acidentes de trabalho.

Assim, com vistas a cumprir os objetivos listados pela CF/1988, o RGPS organiza a concessão de aposentadoria por invalidez, por idade e por tempo de contribuição, além da aposentadoria especial, do auxílio-doença, do salário família, do salário maternidade e do auxílio-acidente, aos segurados, conforme previsto no art. 18, incisos I a III, da Lei nº 8.213/1991. O regime também concede aos dependentes pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão. Por fim, em razão do disposto no § 9º do art. 201 da CF/1988, existem compensações entre regimes previdenciários.

Dessa forma, considerando os objetivos constitucionalmente estabelecidos, o empenho de despesas com os principais benefícios prestados pelo RGPS nos exercícios de 2022 e 2023 são apresentados no gráfico a seguir.



**Gráfico 15 – Benefícios Concedidos pelo RGPS – Despesas Empenhadas**  
Dados em: R\$ bilhões  
Fonte: Siafi

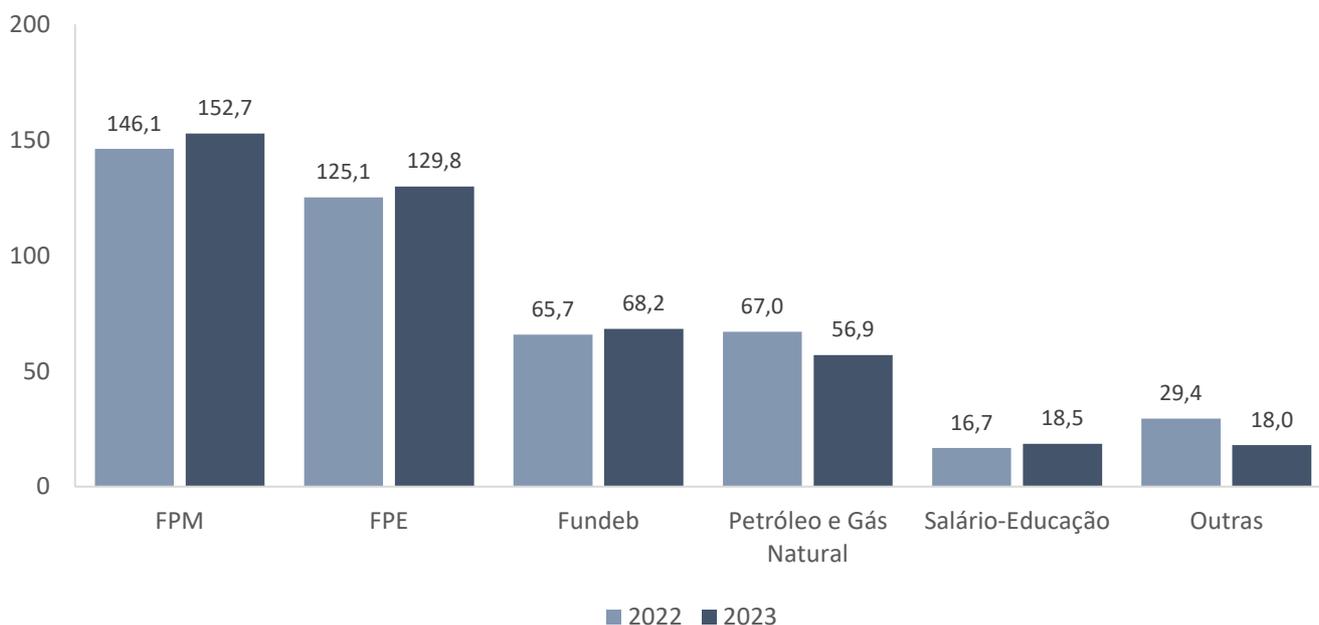


Nota: \*O gráfico acima não considera compensações a regimes de previdência.

**(a.2) Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas**

As despesas com a distribuição constitucional ou legal de receitas abarcam as repartições tributárias previstas na Seção IV do Capítulo I do Título VI da CF/1988. Houve redução de 1,28% em 2023 desse item, indo de R\$ 450,0 bilhões para R\$ 444,2 bilhões. O gráfico a seguir mostra o empenho dessas despesas.

**Gráfico 16 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Despesas Empenhadas**  
Dados em: R\$ bilhões  
Fonte: Siafi





### (a.3) Contribuições e Subvenções

De acordo com o art. 58 do Decreto nº 93.872/1986, as subvenções, os auxílios e as contribuições são formas de cooperação financeira da União a entidades públicas ou privadas. As subvenções destinam-se a cobrir despesas de custeio de entidades públicas ou privadas, distinguindo-se entre subvenções sociais e subvenções econômicas, conforme disposto no art. 59 do Decreto nº 93.872/1986.

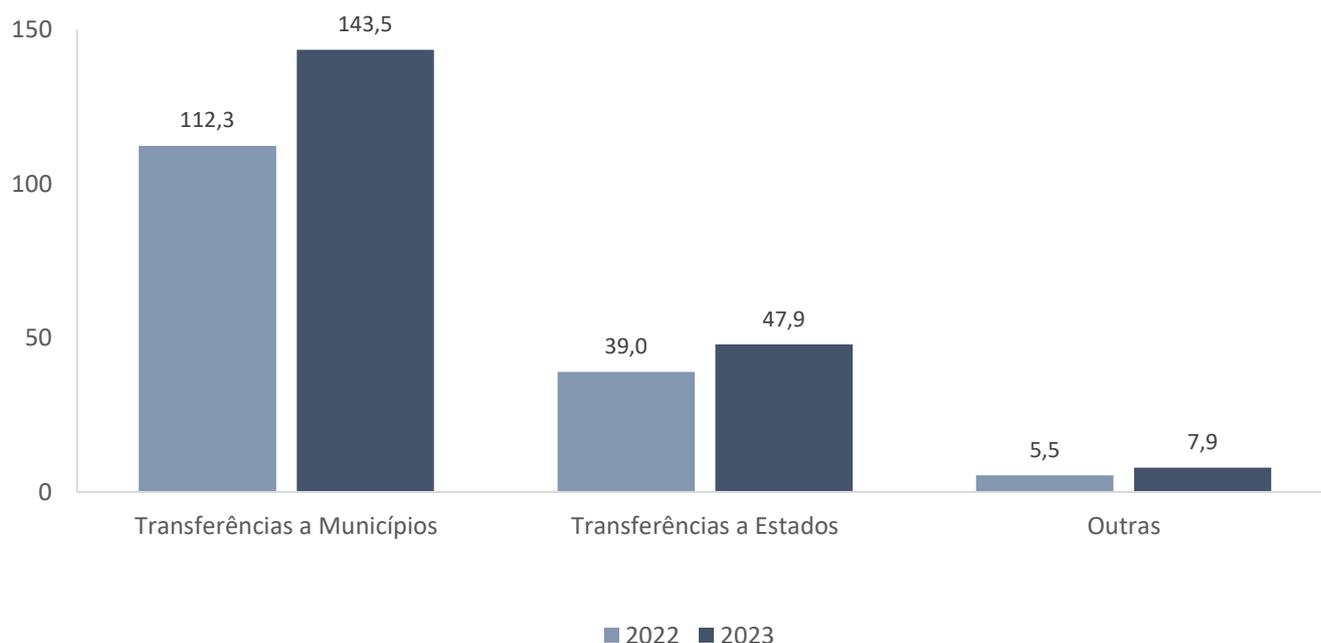
As despesas empenhadas com contribuições e subvenções somaram a quantia de R\$ 220,9 bilhões, sendo R\$ 199,3 bilhões em contribuições, R\$ 20,3 bilhões em subvenções econômicas e R\$ 1,4 bilhão em subvenções sociais.

Os auxílios e as contribuições são destinados a entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, independentemente da atividade exercida pela entidade, conforme previsto no art. 63 do Decreto nº 93.872/1986. O gráfico a seguir detalha as despesas empenhadas com contribuições.

Gráfico 17 – Contribuições – Despesas Empenhadas

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



Houve aumento de 27,77% nas transferências a Municípios, indo de R\$ 112,3 bilhões para R\$ 143,5 bilhões; a despesa empenhada em transferências a Estados aumentou 22,87%, de R\$ 39,0 bilhões para R\$ 47,9 bilhões. O item “Outras” é composto por: transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; transferências ao exterior; e as decorrentes da Lei Complementar nº 141/2012, que trata dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde, inclusive mediante transferência aos fundos de saúde estaduais e municipais.



A subvenção econômica é concedida a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, mediante expressa autorização legal, lembrando que, de acordo com o § 1º do art. 61 do Decreto nº 93.872/1986, a cobertura de déficit de manutenção de empresas públicas é feita por meio de subvenções econômicas. Outros exemplos de subvenções econômicas são os pagamentos de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais, bem como a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda praticados pelo governo de gêneros alimentícios ou de outros materiais.

Por sua vez, a subvenção social é concedida a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem finalidade lucrativa, tendo por objetivo a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

#### **(a.4) Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas**

Esse item é composto por despesas orçamentárias com concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Em 2023, as despesas empenhadas aumentaram 40,39% quando comparadas com o exercício anterior, sendo os Programas Auxílio Brasil e Bolsa Família, que somaram R\$ 166,3 bilhões, os principais fatores responsáveis por esse aumento.

#### **(a.5) Sentenças Judiciais**

Esse item é composto por despesas orçamentárias resultantes de<sup>4</sup>:

- I. Pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da CF/1988, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- II. Cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- III. Cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do § 3º do art. 100 da CF/1988;

---

<sup>4</sup> Fonte: Manual Técnico de Orçamento (MTO 2023). Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2023>



- IV. Cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e
- V. Cumprimento de outras decisões judiciais.

Em 2023, as despesas empenhadas com sentenças judiciais atingiram a cifra de R\$ 129,4 bilhões, contra R\$ 49,0 bilhões no exercício anterior (aumento de 164,13%), sendo que as sentenças judiciais transitadas em julgado relativas a Precatórios alcançaram o valor de R\$ 90,1 bilhões. Já as sentenças judiciais transitadas em julgado relativas a Requisições de Pequeno Valor alcançaram R\$ 25,98 bilhões.

O aumento expressivo na execução deste tipo de despesa deve-se à decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7047 e 7064, propostas em face das Emendas Constitucionais nº 113/2021 e nº 114/2021, as quais promoveram alterações temporárias no rito ordinário de execução de sentenças judiciais pela União.

Então, de maneira a atender a referida decisão, foram abertos créditos extraordinários no montante de R\$ 93,1 bilhões por meio da Medida Provisória nº 1.200/2023.

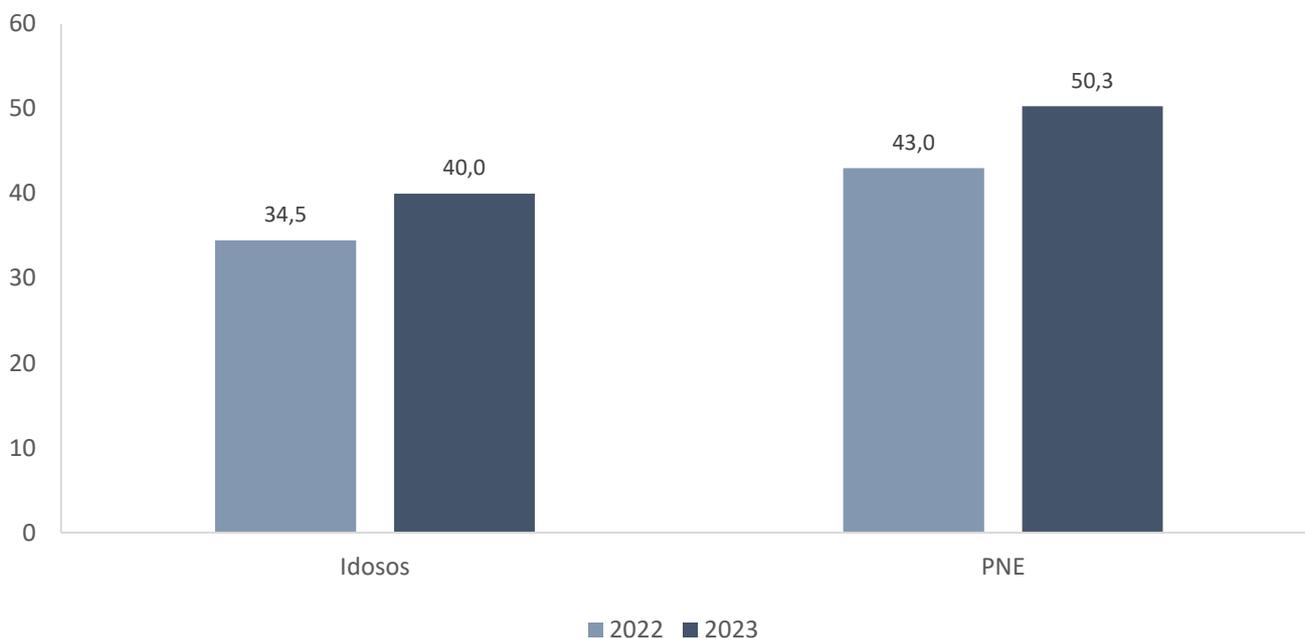
#### ***(a.6) Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso***

No exercício de 2023, houve um aumento no empenho de despesas com benefícios mensais a pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE) e a idosos, lembrando que, de acordo com o disposto no art. 2º, inciso I, alínea “e”, da Lei nº 8.742/1993, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.435/2011, é garantido o pagamento de um salário-mínimo àqueles que, naquelas condições, comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou tê-la provida por sua família.

Tais despesas alcançaram a soma de R\$ 90,3 bilhões, enquanto, no exercício anterior, elas chegaram a R\$ 77,5 bilhões, evidenciando um aumento de R\$ 12,8 bilhões. O gráfico abaixo mostra a evolução dessas despesas.



Gráfico 18 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso  
Dados em: R\$ bilhões  
Fonte: Siafi



**(a.6) Seguro-Desemprego e Abono Salarial**

O seguro-desemprego é um direito garantido em caso de desemprego involuntário, conforme disposto no art. 7º, inciso II, da CF/1988, enquanto o abono salarial consiste no pagamento de um salário-mínimo anual a todo trabalhador que recebeu até dois salários-mínimos mensais de empregadores que contribuem para o PIS/Pasep, conforme disposto no § 3º do art. 239 da Carta Magna. O financiamento desses direitos sociais é realizado pelas contribuições arrecadadas no âmbito do PIS/Pasep.

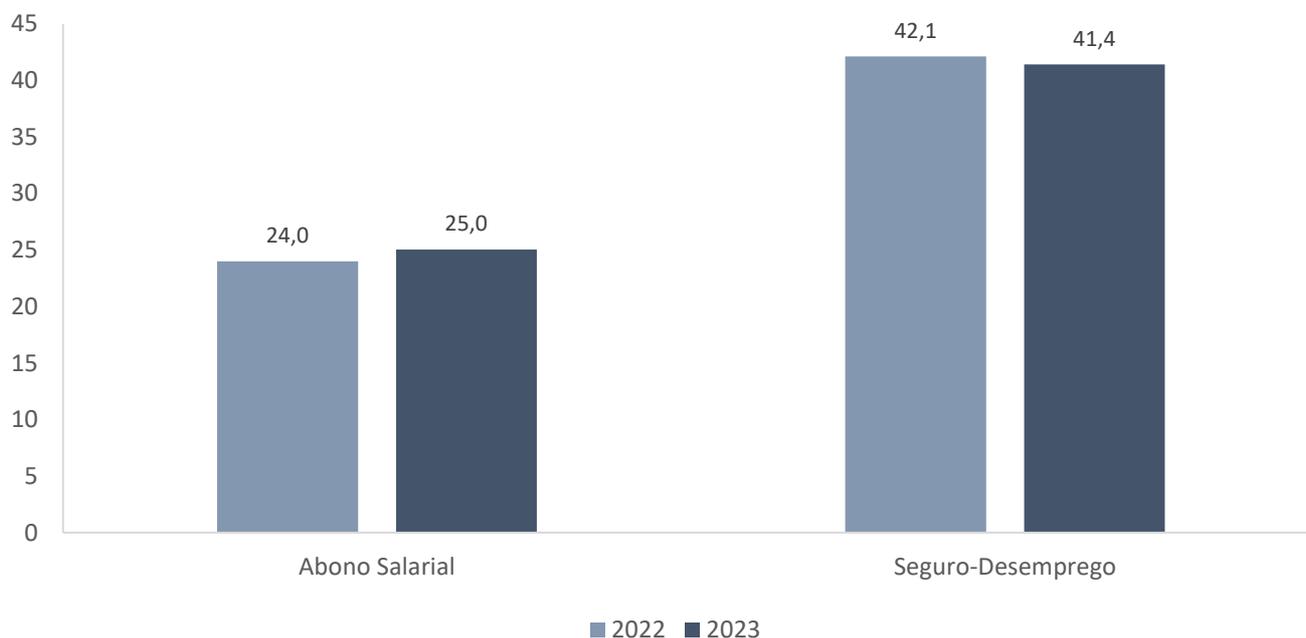
Cabe destacar que os empenhos de abono salarial em 2023 referem-se a despesas cuja competência não é do próprio exercício. Por esse motivo, estão classificadas na linha “Despesas de Exercícios Anteriores” da Tabela “Outras Despesas Correntes Empenhadas”, mas são apresentadas no gráfico a seguir em razão da relevância dos valores envolvidos.



Gráfico 19 – Seguro-Desemprego e Abono Salarial

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi



#### (a.7) Indenizações e Restituições

Compreende as despesas orçamentárias com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.

Em 2023, foram empenhados R\$ 35,8 bilhões em despesas com indenizações e restituições, contra R\$ 43,0 bilhões no exercício anterior, portanto, uma variação negativa de 16,74%.

#### (b) Despesas de Capital

Em relação às despesas de capital, as relacionadas com amortização da dívida pública e seu refinanciamento foram de R\$ 178,8 bilhões e R\$ 1,484 trilhão, respectivamente. O refinanciamento da dívida pública cresceu cerca de 3,65%, sendo responsável por 81,32% do total das despesas dessa categoria, conforme demonstrado a seguir.



*Tabela 227 – Despesas de Capital – Despesas Empenhadas*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Refinanciamento	1.483.638	1.431.332	3,65	81,32
Amortização	178.786	207.110	(13,68)	9,80
Inversões Financeiras	93.370	73.783	26,55	5,12
Investimentos	68.684	51.217	34,10	3,76
<b>Total</b>	<b>1.824.477</b>	<b>1.763.443</b>	<b>3,46</b>	<b>100,00</b>

O refinanciamento da dívida correspondeu a 32,30% do total das despesas empenhadas em 2023, evidenciando ainda um aumento de aproximadamente R\$ 52,3 bilhões em comparação com o exercício de 2022, ou seja, um crescimento de 3,65%. Cabe ressaltar que a amortização da dívida se diferencia do refinanciamento: este é pago com recursos de novas operações de crédito, em substituição a títulos anteriormente emitidos; enquanto aquela representa, efetivamente, uma redução da dívida.

Inversões financeiras são aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização, bem como a aquisição de títulos do capital de empresas ou entidades constituídas de qualquer espécie já constituídas, mas desde que a operação não represente aumento de capital na investida. Tais operações aumentaram 26,55% (R\$ 19,6 bilhões) no exercício de 2023 em relação ao anterior.

Os investimentos superaram os valores empenhados no exercício anterior em R\$ 17,5 bilhões, indo de R\$ 51,2 bilhões para R\$ 68,7 bilhões, como detalha a tabela a seguir.

*Tabela 228 – Investimentos*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Auxílios	21.748	14.623	48,72	31,66
Obras e Instalações	14.005	11.581	20,93	20,39
Equipamentos e Materiais Permanentes	10.800	10.683	1,09	15,72
Contribuições	10.010	4.861	105,91	14,57
Outros Serviços de Terceiros PJ	8.758	6.585	32,99	12,75
Outros	3.363	2.883	16,67	4,90
<b>Total</b>	<b>68.684</b>	<b>51.217</b>	<b>34,10</b>	<b>100,00</b>



## 49 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 229 – Comparação entre Receita e Despesa Orçamentária Executadas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receitas Realizadas (I)	4.380.671	4.326.976	1,24
Despesas Empenhadas (II)	4.593.770	4.256.633	7,92
<b>Resultado (III = I - II)</b>	<b>(213.099)</b>	<b>70.344</b>	<b>(402,94)</b>

Em 2023, as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 4,381 trilhões, enquanto as despesas empenhadas somaram R\$ 4,594 trilhões, ocasionando um resultado orçamentário negativo de R\$ 213,1 bilhões. O empenho de despesas representou 85,49% da dotação atualizada para o exercício, enquanto a realização de receitas alcançou 84,21% da previsão atualizada de arrecadação.

Quanto ao relacionamento das receitas arrecadadas em determinadas vinculações e suas respectivas despesas, os fluxos em 2023 podem ser verificados na tabela a seguir. As informações apresentadas se referem tão somente às receitas e despesas executadas em cada grupo de fonte e não representam o superávit ou déficit de cada regime previdenciário. Cabe ressaltar ainda que recursos de fontes ordinárias ou provenientes de endividamento são utilizados para complementar as despesas desses regimes quando suas fontes específicas se mostrarem insuficientes.

Tabela 230 – Receita e Despesa Orçamentárias – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	Receitas (a)	Despesas (b)	Saldo (c = a - b)
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>672.210</b>	<b>727.272</b>	<b>(55.062)</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>3.708.462</b>	<b>3.866.498</b>	<b>(158.037)</b>
Educação	20.090	11.593	8.497
Seguridade Social (Exceto Previdência)	549.603	577.913	(28.310)
Previdência Social (RPPS)	39.630	39.044	586
Previdência Social (RGPS)	587.990	592.207	(4.217)
Dívida Pública	1.844.702	2.073.737	(229.035)
Transferências a Estados, DF, Municípios	468.818	466.144	2.674
Fundos, Órgãos e Programas	197.627	105.861	91.766
Recursos Não Classificados	3	-	3
<b>Resultado</b>	<b>4.380.671</b>	<b>4.593.770</b>	<b>(213.099)</b>



Os recursos ordinários, ou seja, que não estão vinculados a nenhum tipo de gasto específico, foram deficitários em R\$ 55,1 bilhões. Entre os recursos vinculados, destacam-se os recursos vinculados a “Fundos, Órgãos e Programas”, que cresceram um saldo de R\$ 91,8 bilhões. Por outro lado, nos grupos “Dívida Pública” e “Seguridade Social (Exceto Previdência)” houve déficit de R\$ 229,0 bilhões e R\$ 28,3 bilhões, respectivamente. Nestes grupos, o montante de despesa empenhada que superou a arrecadação do exercício é suportado por recursos disponíveis oriundos da arrecadação de exercícios anteriores.

Nos itens “a” e “b” a seguir, são detalhados, respectivamente, o resultado da Seguridade Social, assim como o resultado de cada um dos regimes separadamente.

### **(a) Resultado da Seguridade Social**

O art. 194 da CF/1988 define a Seguridade Social como o conjunto de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sua organização busca atender aos seguintes objetivos: a universalidade da cobertura; a uniformidade e a equivalência das suas ações em todos os estratos sociais; a irredutibilidade do valor de seus benefícios; e a equidade na forma de participação do seu custeio.

A União arrecadou R\$ 1,179 trilhão no âmbito da Seguridade Social em 2023, um crescimento de 5,79% em relação a 2022, quando foram arrecadados R\$ 1,115 trilhão. O valor empenhado foi de R\$ 1,608 trilhão em 2023, R\$ 217,0 bilhões a mais do que no exercício anterior (variação de 15,60%), devido, principalmente, ao crescimento de R\$ 100,2 bilhões nas despesas previdenciárias do Regime Geral. Também contribuiu para o crescimento no déficit da seguridade o aumento de R\$ 70,0 bilhões nas despesas com assistência social.

Em virtude de o crescimento das despesas ter superado o das receitas, o resultado da Seguridade Social variou negativamente: o déficit passou de R\$ 276,1 bilhões para R\$ 428,6 bilhões, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.



Tabela 231 – Receitas e Despesas da Seguridade Social

Dados em: R\$ milhões

Fonte: RREO

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Receitas da Seguridade Social</b>	<b>1.179.280</b>	<b>1.114.736</b>	<b>5,79</b>
RGPS	588.955	534.274	10,23
RPPS	40.126	40.110	0,04
<i>União</i>	39.230	39.456	(0,57)
FCDF	896	654	37,01
Pensionistas Militares	9.067	8.787	3,19
Demais (Cofins, CSLL e Outras)	541.132	531.566	1,80
<b>Despesas da Seguridade Social</b>	<b>1.608.081</b>	<b>1.391.073</b>	<b>15,60</b>
RGPS	904.672	804.475	12,46
RPPS	102.934	97.243	5,85
<i>União</i>	94.005	90.029	4,42
FCDF	8.928	7.214	23,77
Pensionistas Militares	26.619	25.708	3,55
Saúde	157.924	151.858	3,99
Assistência Social	268.322	198.324	35,29
Abono Salarial	25.047	24.009	4,32
Seguro-Desemprego	47.714	42.112	13,30
Demais Seguridade	74.849	47.344	58,10
<b>Resultado</b>	<b>(428.802)</b>	<b>(276.337)</b>	<b>(55,17)</b>
Desvinculação das Receitas da União	229	216	6,11
<b>Resultado incluindo Receitas Desvinculadas</b>	<b>(428.572)</b>	<b>(276.121)</b>	<b>(55,21)</b>

#### (b) Resultado do RGPS, do RPPS, do SPSMFA e das Receitas e Despesas Previdenciárias do FCDF

Basicamente, a Previdência Social pode ser dividida em dois grandes grupos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Além desses dois regimes, existem as receitas e despesas previdenciárias com pensões de dependentes de militares e as despesas com proteção social dos militares inativos. Ainda, a União custeia também despesas previdenciárias relativas a servidores civis, policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, por força do disposto no inciso XIV do art. 21 da CF/1988. As despesas com tais servidores e militares integram o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), instituído pela Lei nº 10.633/2002.

Destaca-se que, no caso do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receitas de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui exposto representa apenas um balanceamento entre receitas de contribuições para as



pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

Tabela 232 – Receitas e Despesas do RGPS, do RPPS, do SPSMFA e do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Dados em: R\$ milhões

Fonte: RREO

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receitas do RGPS	588.955	534.274	10,23
Despesas do RGPS	904.672	804.475	12,46
<b>Resultado do RGPS (Déficit)</b>	<b>(315.717)</b>	<b>(270.202)</b>	<b>(16,84)</b>
Receitas do RPPS	39.230	39.456	(0,57)
Despesas do RPPS	94.005	90.029	4,42
<b>Resultado do RPPS (Déficit)</b>	<b>(54.776)</b>	<b>(50.574)</b>	<b>(8,31)</b>
Receitas do SPSMFA	9.067	8.787	3,19
Despesas do SPSMFA	58.797	56.778	3,56
<b>Resultado do SPSMFA (Déficit)</b>	<b>(49.730)</b>	<b>(47.991)</b>	<b>(3,62)</b>
Receitas previdenciárias do FCDF	896	654	37,01
Despesas previdenciárias do FCDF	8.928	7.214	23,77
<b>Resultado do previdenciário do FCDF (Déficit)</b>	<b>(8.032)</b>	<b>(6.560)</b>	<b>(22,45)</b>

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) rege os trabalhadores do setor privado e é administrado pela União, por meio da RFB quanto às receitas, e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às despesas. O RGPS arrecadou R\$ 589,0 bilhões em 2023, R\$ 54,7 bilhões a mais do que em 2022, quando foram auferidos R\$ 534,3 bilhões (variação de 10,23%). As despesas do RGPS cresceram 12,46% em 2023, indo de R\$ 804,5 bilhões para R\$ 904,7 bilhões. Houve, portanto, crescimento de 16,84% no déficit, de R\$ 270,2 bilhões para R\$ 315,7 bilhões.

Por outro lado, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é estabelecido por lei e, no âmbito da União, busca assegurar, aos servidores titulares de cargos efetivos, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos na CF/1988. Em 2023, a soma das receitas foi de R\$ 39,2 bilhões (queda de 0,57%), enquanto as despesas perfizeram o montante de R\$ 94,0 bilhões (crescimento de 4,42%), gerando um resultado negativo de R\$ 54,8 bilhões. O déficit de 2023 aumentou 8,31% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao SPSMFA, foram arrecadados R\$ 9,1 bilhões de contribuições, um aumento de 3,19% em relação ao exercício anterior. Já as despesas com pensionistas e militares inativos alcançaram R\$ 58,8 bilhões em 2023, tendo crescido 3,56% em relação ao ano anterior, quando foram empenhados R\$ 56,8 bilhões.



No contexto do FCDF, a arrecadação de contribuições previdenciárias foi de R\$ 896 milhões em 2023, e de R\$ 654 milhões em 2022. Já as despesas foram de R\$ 8,9 bilhões em 2023 e de R\$ 7,2 bilhões em 2022, resultando em um déficit de R\$ 8,0 bilhões em 2023.

### **(c) Resultado da Regra de Ouro**

A CF/1988 (art. 167, III) estabelece que é vedada “a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. Essa vedação é conhecida como Regra de Ouro e visa impedir que se recorra ao aumento de endividamento público para o pagamento de despesas correntes, que são as despesas de custeio e manutenção da máquina pública (remunerações a servidores, benefícios previdenciários, serviços, diárias, passagens etc.). Por outro lado, é permitido ao ente público recorrer ao endividamento para realizar investimentos ou refinaranciar a própria dívida (despesas de capital).

Dessa forma, como princípio geral, quando o volume de despesas de capital é superior ao volume de operações de crédito contratadas, cumpre-se a regra. Em situação oposta, quando o ente público contrata operações de crédito (financiamento) em volume superior às despesas de capital executadas, pode-se afirmar que parte desse endividamento foi utilizado para cobrir despesas correntes, configurando-se uma situação proibida pelo texto constitucional, ressalvado se o Congresso Nacional autorizar essa possibilidade.

A apuração do cumprimento da Regra de Ouro ocorre em dois aspectos: no orçamento aprovado e no orçamento executado. Cabe ao Tesouro Nacional a apuração do cumprimento da regra quanto ao segundo aspecto.

Nessa apuração, são levados em consideração os efeitos dos acúmulos ou resgates de recursos da subconta da dívida da Conta Única do Tesouro Nacional – o chamado colchão de liquidez da dívida pública – conforme define a Resolução do Senado nº 48/2007. Explicando de outra forma, os recursos financeiros decorrentes da emissão de títulos da Dívida Pública Federal (DPF) somente são considerados na apuração da Regra de Ouro quando são utilizados no pagamento de alguma despesa.

Assim, na verificação do valor efetivo das operações de crédito utilizadas no exercício financeiro, a variação positiva na subconta da dívida reduz o montante de operações consideradas na apuração da Regra de Ouro, pois sinaliza a ocorrência de emissões de títulos não utilizadas em pagamentos de despesas. Por outro lado, quando o colchão de liquidez apresenta variação negativa, o valor das



operações consideradas é acrescido, pois houve pagamento de despesas utilizando valores arrecadados com emissões de períodos passados.

Em 2023, as receitas de operação de crédito consideradas na apuração foram de R\$ 1,919 trilhão, sendo compostas por R\$ 1,754 trilhão de operações de crédito do exercício e por R\$ 164,6 bilhões da variação da subconta da dívida da Conta Única do Tesouro Nacional.

Em relação à metodologia de apuração da Regra de Ouro na execução orçamentária, as despesas de capital são consideradas executadas pela ótica do empenho, que inclui a inscrição em restos a pagar não processados das despesas não liquidadas. Desse modo, as despesas de capital em 2023 totalizaram R\$ 1,824 trilhão. É importante observar que, para o exercício de 2023, conforme prevê o Parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 126/2022, ficou ressalvado da apuração da regra de ouro o aumento do limite estabelecido pela referida emenda, no valor de R\$ 145,0 bilhões, conforme tabela abaixo.

*Tabela 233 – Resultado da Regra de Ouro*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: RREO*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I)</b>	<b>1.918.730</b>	<b>1.699.680</b>	<b>12,89</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.754.143	1.559.127	12,51
Variação negativa do saldo da subconta Dívida	164.587	140.553	17,10
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>1.824.477</b>	<b>1.763.443</b>	<b>3,46</b>
Investimentos	68.684	51.217	34,10
Inversões Financeiras	93.370	73.783	26,55
Amortização de Dívida	1.662.424	1.638.442	1,46
<b>Ressalva da EC nº 126/2022 (III)</b>	<b>145.000</b>	-	-
<b>Resultado da Regra de Ouro (IV = II + III – I)</b>	<b>50.747</b>	<b>63.763</b>	<b>(20,41)</b>

Observa-se, portanto, que as despesas de capital foram inferiores às receitas de operações de crédito consideradas em R\$ 94,3 bilhões no exercício de 2023. No entanto, considerando-se a ressalva da Emenda Constitucional nº 126/2022, verifica-se o cumprimento dessa norma constitucional com uma margem de R\$ 50,7 bilhões.

#### **(d) Cumprimento dos Gastos Mínimos com Ações e Serviços Públicos de Saúde**

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) da União são aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8.080/1990 e que sejam de acesso universal, igualitário e gratuito, não se aplicando a



despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população, como o saneamento básico.

Foi estabelecido, pela EC nº 95/2016 (com alterações posteriores pela EC nº 113/2021), que o mínimo de despesas com ASPS para 2017 não poderia ser inferior a 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), passando os gastos dos anos subsequentes a serem calculados pela atualização do gasto mínimo estabelecido para aquele ano, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Desse modo, o mínimo a ser aplicado pela União com ASPS em 2023 foi de R\$ 147,9 bilhões.

A tabela a seguir evidencia o cumprimento do gasto mínimo constitucional com ASPS em 2023. Foram executados, no exercício, R\$ 179,8 bilhões, superando em R\$ 31,9 bilhões o mínimo constitucional.

Tabela 234 – Cumprimento do Mínimo Constitucional com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Dados em: R\$ milhões

Fonte: RREO

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Despesas Executadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	179.814	151.858	18,41
Mínimo Constitucional	147.908	139.813	5,79
<b>Despesa Excedente ao Mínimo Constitucional</b>	<b>31.906</b>	<b>12.046</b>	<b>164,87</b>

Vale destacar que as despesas aqui mencionadas são restritas àquelas que integram o câmputo legal para apuração do mínimo constitucional, existindo, ainda, outras despesas com saúde executadas na União, mas que não compõem esse montante.

#### (e) Cumprimento dos Gastos Mínimos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

No exercício de 2023, a União executou o montante de R\$ 100,8 bilhões com despesas típicas de ensino. O cálculo do mínimo de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) foi dado pela EC nº 95/2016 (com posterior alteração pela EC nº 113/2021), que determinou que a União aplique, na vigência do Novo Regime Fiscal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o valor do mínimo do ano anterior atualizado pelo IPCA. Desse modo, o total das despesas executadas com MDE em 2023 deve ser maior ou igual a R\$ 66,4 bilhões.

A tabela a seguir demonstra que a União executou R\$ 34,4 bilhões acima do mínimo estabelecido para despesas com MDE em 2023, cumprindo, portanto, a determinação constitucional.



*Tabela 235 – Cumprimento do Mínimo Constitucional com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino*  
 Dados em: R\$ milhões  
 Fonte: RREO

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Despesas Executadas com MDE	100.848	83.984	20,08
Mínimo Constitucional	66.411	62.776	5,79
<b>Despesa Excedente ao Mínimo Constitucional</b>	<b>34.437</b>	<b>21.208</b>	<b>62,38</b>

Vale destacar que as despesas aqui mencionadas são apenas as que integram o cômputo legal para apuração do mínimo constitucional, existindo, ainda, outras despesas com ensino executadas na União, mas não consideradas no cálculo. Quando adicionadas as despesas executadas com todas as fontes de recursos (que incluem, por exemplo, despesas custeadas com a contribuição social do salário-educação, as despesas com o FCDF e as custeadas com receitas de *royalties* de exploração do pré-sal) o total executado com educação atinge o montante de R\$ 137,4 bilhões.

Sem prejuízo de outros dispositivos legais que limitam as despesas utilizadas na apuração do mínimo com MDE, a Lei nº 9.394/1996 elenca nos art. 70 e 71, respectivamente, os gastos considerados e não considerados nessa apuração.



## 50 - Execução dos Restos a Pagar

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro anterior. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação. A liquidação é o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o terceiro e último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados.

Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e conseqüentemente não pagas até o final do exercício. Os restos a pagar que, no encerramento do ano seguinte à sua inscrição, permanecerem pendentes de pagamento são reinscritos em RP.

Foi inscrito, para o exercício de 2024, o estoque de R\$ 284,8 bilhões de restos a pagar (RP), o que representa crescimento nominal de R\$ 29,8 bilhões (11,67%) em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2023 (R\$ 255,1 bilhões). Essa elevação decorreu do aumento da despesa primária (R\$ 23,2 bilhões), enquanto R\$ 6,6 bilhões dessa variação referem-se ao crescimento de despesas financeiras. Conforme evidenciado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar<sup>5</sup>, os principais fatores responsáveis por esse aumento nas inscrições são:

- I. Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira – Discricionárias (+ R\$ 10,2 bilhões): variação concentrada em quatro funções orçamentárias: Saúde (+ R\$ 5,6 bilhões), Agricultura (+ R\$ 5,3 bilhões), Encargos Especiais (- R\$ 4,8 bilhões) e Transporte (+ R\$ 1,7 bilhão);

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48779](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48779)



- II. Pessoal e Encargos Sociais (+ R\$ 5,2 bilhões) e Benefícios Previdenciários (+ R\$ 4,3 bilhões): despesas inscritas ao final de um exercício e pagas logo no início do exercício seguinte;
- III. Despesas Financeiras (+ R\$ 6,6 bilhões): variação explicada principalmente pelo aumento na inscrição de restos a pagar não processados relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (+ R\$ 9,1 bilhões);
- IV. Apoio Financeiro a Estados e Municípios (- R\$ 3,1 bilhões): redução explicada principalmente pela inscrição em 2022/2023 de ações emergenciais destinadas ao setor cultural (Lei Complementar 195/2022), consoante decisão do STF. Evento sem contrapartida para o período 2023/2024.

A tabela a seguir mostra a trajetória da posição de restos a pagar inscritos e reinscritos ao final de cada ano. Em 2023, do estoque de R\$ 255,1 bilhões inscritos/reinscritos, foram cancelados R\$ 15,7 bilhões (processados e não processados), foram pagos R\$ 183,5 bilhões e o saldo a pagar foi de R\$ 55,8 bilhões. No exercício anterior, foram cancelados R\$ 16,7 bilhões, pagos R\$ 158,8 bilhões e o saldo a pagar foi de R\$ 58,1 bilhões no final do ano.



Tabela 236 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Siafi

Exercício	Total				Processados				Não Processados			
	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008/2009	94,6	16,3	48,3	30,0	26,9	7,6	15,2	4,2	67,7	8,7	33,2	25,8
2009/2010	115,0	14,8	61,9	38,2	22,9	1,4	17,8	3,7	92,1	13,4	44,2	34,5
2010/2011	128,9	16,6	74,1	38,3	25,5	1,5	19,8	4,2	103,4	15,1	54,3	34,1
2011/2012	141,2	12,7	79,5	49,0	24,1	0,9	18,2	5,0	117,1	11,8	61,3	44,0
2012/2013	177,0	17,2	88,7	71,1	26,3	0,9	20,5	4,9	150,7	16,3	68,2	66,2
2013/2014	219,1	21,2	111,8	86,1	33,6	0,7	27,9	5,0	185,5	20,5	83,9	81,1
2014/2015	228,0	34,6	121,6	71,9	38,5	1,7	32,2	4,6	189,5	32,9	89,3	67,3
2015/2016	185,7	21,2	105,6	58,9	45,2	0,7	40,1	4,3	140,5	20,5	65,5	54,6
2016/2017	148,2	17,1	76,2	55,0	22,9	0,4	18,7	3,8	125,3	16,6	57,5	51,2
2017/2018	155,3	19,4	83,0	53,0	26,8	0,8	23,0	3,0	128,5	18,5	60,0	49,9
2018/2019	189,6	29,8	114,9	44,8	59,7	0,6	56,3	2,8	129,9	29,2	58,6	42,0
2019/2020	181,2	18,4	117,8	44,9	72,4	1,4	62,2	8,8	108,7	17,0	55,6	36,2
2020/2021	227,9	40,2	139,8	47,8	74,0	1,8	64,5	7,7	153,9	38,4	75,3	40,2
2021/2022	233,6	16,7	158,8	58,1	74,7	1,4	67,1	6,3	159,0	15,3	91,7	51,9
2022/2023	255,1	15,7	183,5	55,8	81,8	0,9	76,0	4,9	173,2	14,8	107,5	50,9
2023/2024	284,8			284,8	89,0			89,0	195,8			195,8



## 51 - Execução Efetiva do Gasto Público por Função de Governo

Esta Nota apresenta uma abordagem gerencial da execução da despesa, constituindo-se da soma das despesas liquidadas relativas a empenhos do exercício financeiro de 2023 com os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e liquidados neste exercício.

Importante destacar que as despesas sob a rubrica “Encargos Especiais”, majoritariamente associadas ao refinanciamento da dívida da União e às transferências obrigatórias para outros entes, não foram incluídas nesta análise.

Após ajustes pertinentes, as despesas liquidadas de 2023, incluindo os restos a pagar liquidados, alcançaram R\$ 1,955 trilhão. Isso representa um crescimento de 12,65% em relação ao ano anterior, como pode ser verificado na tabela abaixo.

*Tabela 237 – Despesas Executadas por Função, Exceto Encargos Especiais*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Previdência Social	975.037	895.751	8,85	49,88
Assistência Social	266.373	202.569	31,50	13,63
Saúde	177.144	152.668	16,03	9,06
Educação	147.699	124.481	18,65	7,56
Trabalho	99.382	93.659	6,11	5,08
Defesa Nacional	89.964	87.134	3,25	4,60
Judiciária	44.045	41.354	6,51	2,25
Administração	29.218	28.176	3,70	1,49
Agricultura	27.548	28.157	(2,16)	1,41
Transporte	17.721	10.942	61,96	0,91
Segurança Pública	15.531	14.394	7,90	0,79
Ciência e Tecnologia	13.638	9.092	50,00	0,70
Essencial à Justiça	9.323	8.501	9,67	0,48
Legislativa	8.376	7.707	8,67	0,43
Urbanismo	6.711	8.469	(20,77)	0,34
Gestão Ambiental	5.048	3.951	27,77	0,26
Relações Exteriores	4.012	3.994	0,45	0,21
Cultura	3.296	1.234	167,13	0,17
Organização Agrária	3.101	1.842	68,33	0,16
Comércio e Serviços	3.048	2.029	50,20	0,16
Comunicações	3.003	3.658	(17,92)	0,15
Indústria	2.130	1.852	14,99	0,11
Direitos da Cidadania	1.206	1.280	(5,79)	0,06
Energia	1.182	1.459	(19,01)	0,06



	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Desporto e Lazer	868	750	15,69	0,04
Saneamento	347	348	(0,32)	0,02
Habitação	6	9	(32,83)	0,00
<b>Total</b>	<b>1.954.957</b>	<b>1.735.463</b>	<b>12,65</b>	<b>100,00</b>

O principal gasto da União em 2023 foi com a função “Previdência Social”, perfazendo R\$ 975,0 bilhões (49,88% das despesas efetivamente executadas). Em comparação com o exercício anterior, os gastos com essa função apresentaram um acréscimo de R\$ 79,3 bilhões, variação de 8,85%, principalmente em decorrência do aumento das despesas com aposentadorias do RGPS (aumento de R\$ 37,0 bilhões e de R\$ 12,2 bilhões nas áreas urbana e rural, respectivamente).

A função “Assistência Social” também se destacou, com gastos de R\$ 266,4 bilhões, um crescimento de 13,63% em relação ao exercício anterior. Esse aumento se deveu, em grande parte, aos Programas de Transferência de Renda do Auxílio Brasil e do Bolsa Família (aumento de R\$ 53,3 bilhões), além dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) a pessoa idosa e a pessoa com deficiência (crescimento de R\$ 12,2 bilhões).

Na função “Saúde”, observou-se um total de R\$ 177,1 bilhões, um acréscimo de 16,03% em comparação com o exercício anterior. Esse aumento é atribuído principalmente às transferências aos entes federativos para pagamento de agentes comunitários de saúde (alta de R\$ 8,8 bilhões), aos recursos para atenção à saúde da população para procedimentos de média e alta complexidade (crescimento de R\$ 7,7 bilhões) e à assistência financeira complementar aos entes federativos para o pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem (elevação de R\$ 7,3 bilhões).

A função “Educação” registrou despesas de R\$ 147,7 bilhões em 2023, representando um aumento de 18,65% em relação ao exercício anterior. Destacam-se, nessa variação, a integralização de cotas pela União em fundo privado com o objetivo de custear e gerir poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio, instituída por meio da Medida Provisória nº 1.198/2023, e cujos créditos para integralização no referido fundo foram abertos pela Lei nº 14.771/2023 e ampliados pelo Decreto nº 11.847/2023 (acrécimo de R\$ 6,1 bilhões), bem como o aumento da complementação da União ao Fundeb, que passou de R\$ 32,9 bilhões para R\$ 37,5 bilhões. A variação expressiva de 61,96% na função “Transporte”, indo de R\$ 10,9 bilhões em 2022 para R\$ 17,7 bilhões em 2023, se deve principalmente pelo aumento de R\$ 5,7 bilhões dos gastos com conservação e recuperação de ativos de infraestrutura de transporte terrestre da União.



Por fim, a função “Ciência e Tecnologia” registrou uma despesa aproximadamente 50% maior que o exercício anterior, indo de R\$ 9,1 bilhões em 2022 para R\$ 13,6 bilhões em 2023. O aumento se deve, principalmente, aos empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) à empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O FNDCT tem a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico no País e, desse modo, a empresa opera concedendo empréstimos de longo prazo a várias cadeias produtivas nacionais. Em 2023, o valor repassado do FNDCT à Finep alcançou R\$ 5,0 bilhões.



## 52 - Receita Orçamentária

O Balanço Financeiro apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de uma forma diferente da Demonstração dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferências. Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes.

Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente, como a Previdência Social.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Para possibilitar a análise das deduções por grupo de fonte, a tabela a seguir mostra a arrecadação líquida por grupo de fonte de recursos, bem como a participação percentual de cada grupo em relação ao total da arrecadação líquida.

*Tabela 238 – Receita Orçamentária – Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	AV* (%)
<b>Ordinárias</b>	<b>713.183</b>	<b>(40.974)</b>	<b>672.210</b>	<b>15,34</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>3.770.474</b>	<b>(62.012)</b>	<b>3.708.462</b>	<b>84,66</b>
Educação	18.747	1.343	20.090	0,46
Seguridade Social (Exceto Previdência)	608.802	(59.199)	549.603	12,55
Previdência Social (RPPS)	39.656	(26)	39.630	0,90
Previdência Social (RGPS)	558.680	29.310	587.990	13,42
Dívida Pública	1.848.745	(4.042)	1.844.702	42,11
Transferências Constitucionais e Legais (Inclusive Fundos)	492.827	(24.009)	468.818	10,70
Fundos, Órgãos e Programas	202.120	(4.493)	197.627	4,51
Recursos Extraorçamentários	-	-	-	-
Recursos Não Classificados	897	(895)	3	0,00
<b>Total</b>	<b>4.483.658</b>	<b>(102.986)</b>	<b>4.380.671</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Análise vertical (AV) calculada em relação à arrecadação líquida.



Do total líquido arrecadado pela União em 2023 (R\$ 4,381 trilhões), apenas R\$ 672,2 bilhões (15,34%) se deram com recursos ordinários, ou seja, não possuíam uma vinculação específica e puderam ser alocados discricionariamente pelos gestores públicos, respeitando-se a legislação vigente.

A receita com recursos vinculados à dívida pública representou 42,11% (R\$ 1,845 trilhão) do total líquido arrecadado. Já a receita de recursos vinculados à Seguridade Social (saúde, previdência social e assistência social) representou 26,87% (R\$ 1,177 trilhão).

Mais informações sobre a execução da receita orçamentária podem ser consultadas nas Notas “Execução Orçamentária da Receita” e “Resultado Orçamentário”.



## 53 - Despesa Orçamentária

Durante o exercício de 2023, a despesa orçamentária executada importou em R\$ 4,594 trilhões, o que correspondeu a um aumento de 7,92% em relação ao exercício anterior.

*Tabela 239 – Despesa Orçamentária – Execução – Por Grupos de Fontes de Recursos e Destinação*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Ordinárias</b>	<b>727.272</b>	<b>660.932</b>	<b>10,04</b>	<b>15,83</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>3.866.498</b>	<b>3.595.701</b>	<b>7,53</b>	<b>84,17</b>
Educação	11.593	13.230	(12,38)	0,25
Seguridade Social (Exceto Previdência)	577.913	434.932	32,87	12,58
Previdência Social (RPPS)	39.044	39.983	(2,35)	0,85
Previdência Social (RGPS)	592.207	534.514	10,79	12,89
Receitas Financeiras*	-	612	(100,00)	-
Dívida Pública	2.073.737	1.855.514	11,76	45,14
Alienação de Bens e Direitos*	-	12.553	(100,00)	-
Transferências Constitucionais e Legais (Inclusive Fundos)	466.144	470.487	(0,92)	10,15
Fundos, Órgãos e Programas	105.861	233.563	(54,68)	2,30
Outros Recursos Vinculados	-	312	(100,00)	-
<b>Total</b>	<b>4.593.770</b>	<b>4.256.633</b>	<b>7,92</b>	<b>100,00</b>

*Nota \*Estes grupos de fontes foram extintos com a implementação da Portaria Conjunta STN/SOF n°20/2021 em 2023, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.*

Em 2023, apenas 15,83% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias. Em relação às vinculadas, a despesa com a dívida pública representou 45,14% (R\$ 2,074 trilhões) do total executado. Já as despesas com recursos vinculados à Seguridade Social (saúde, previdência social e assistência social) representaram 26,32% (R\$ 1,209 trilhão).

Para mais informações sobre o tema, consultar as Notas “Execução Orçamentária da Despesa” e “Resultado Orçamentário”.



## 54 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

Em 2023, o resultado financeiro foi deficitário em R\$ 182,8 bilhões, e sua formação é detalhada na tabela a seguir.

Tabela 240 – Resultado Financeiro

Dados em: R\$ milhares

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	4.380.671.493	4.326.976.229	1,24
Despesa Orçamentária (II)	4.593.770.423	4.256.632.711	7,92
<b>Resultado Orçamentário (III = I - II)</b>	<b>(213.098.930)</b>	<b>70.343.518</b>	<b>(402,94)</b>
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	37	2	2.209,64
Transferências Financeiras Concedidas (V)	-	4.804	(100,00)
<b>Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)</b>	<b>37</b>	<b>(4.802)</b>	<b>100,77</b>
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	278.797.355	244.994.454	13,80
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	248.506.003	212.124.990	17,15
<b>Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)</b>	<b>30.291.352</b>	<b>32.869.464</b>	<b>(7,84)</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)</b>	<b>(182.807.541)</b>	<b>103.208.180</b>	<b>(277,13)</b>

Em comparação com o exercício anterior, tanto a receita quanto a despesa orçamentária tiveram acréscimos em 2023, porém as despesas aumentaram em maior proporção (7,92%) do que as receitas (1,24%).

Entre os recebimentos extraorçamentários, 82,13% corresponderam à inscrição de restos a pagar em 2023, totalizando R\$ 229,0 bilhões. Já em relação aos pagamentos extraorçamentários, 73,85% referiram-se ao pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores, no montante de R\$ 183,5 bilhões.



## 55 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” na União apurada em 31/12/2023 foi negativa em R\$ 182,8 bilhões, representando uma redução de 277,13% em relação ao exercício anterior, quando o resultado foi positivo em R\$ 103,2 bilhões, conforme tabela a seguir.

*Tabela 241 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Atividades Operacionais	(195.522)	63.172	(409,51)
Atividades de Investimento	(89.252)	43.350	(305,89)
Atividades de Financiamento	101.967	(3.313)	3.177,56
<b>Total</b>	<b>(182.808)</b>	<b>103.208</b>	<b>(277,13)</b>

### (a) Atividades Operacionais

A geração de caixa das atividades operacionais foi negativa no montante de R\$ 195,5 bilhões, em 31/12/2023, e apresentou uma redução de 409,51% em relação ao montante positivo de R\$ 63,2 bilhões gerado no exercício anterior.

O consumo de caixa das atividades operacionais avançou, principalmente, devido ao aumento dos desembolsos em R\$ 292,6 bilhões (11,51%), destacando-se o acréscimo de R\$ 240,0 bilhões (15,20%) em “Pessoal e Demais Despesas” e de R\$ 47,7 bilhões (7,19%) em “Transferências Concedidas”. Em contraposição, houve redução de R\$ 6,7 bilhões (2,7%) dos desembolsos com “Juros e Encargos da Dívida”.

*Tabela 242 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Ingressos (I)</b>	<b>2.639.437</b>	<b>2.605.516</b>	<b>1,30</b>
Receitas Derivadas e Originárias	2.589.348	2.557.215	1,26
Transferências Recebidas	273	437	(37,47)
Outros Ingressos Operacionais	49.815	47.864	4,08
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>2.834.959</b>	<b>2.542.345</b>	<b>11,51</b>
Pessoal e Demais Despesas	1.818.879	1.578.913	15,20
Juros e Encargos da Dívida	240.663	247.340	(2,70)
Transferências Concedidas	710.423	662.758	7,19
Outros Desembolsos Operacionais	64.995	53.334	21,86
<b>Total (III = I - II)</b>	<b>(195.522)</b>	<b>63.172</b>	<b>(409,51)</b>



Os desembolsos de Pessoal e Demais Despesas representaram 64,16% do total de desembolsos do Fluxo de Caixa, tendo as principais funções orçamentárias abaixo relacionadas.

Tabela 243 – Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função Orçamentária  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Previdência Social	968.778	889.414	8,92	53,26
Assistência Social	259.961	197.185	31,84	14,29
Encargos Especiais	184.580	108.812	69,63	10,15
Defesa Nacional	80.740	78.688	2,61	4,44
Trabalho	75.523	70.786	6,69	4,15
Educação	72.031	63.359	13,69	3,96
Demais Funções	177.266	170.668	3,87	9,75
<b>Total (III = I - II)</b>	<b>1.818.879</b>	<b>1.578.913</b>	<b>15,20</b>	<b>100,00</b>

Em 2023, os principais gastos, por função orçamentária, do item “Pessoal e Demais Despesas” foram com: “Previdência Social” (R\$ 968,8 bilhões), que cresceu 8,92% em relação ao exercício de 2022; “Assistência Social” (R\$ 260,0 bilhões), com crescimento de 31,84%, destacando-se as naturezas de despesas “Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física” (R\$ 170,1 bilhões) e “Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso” (R\$ 88,9 bilhões); e “Encargos Especiais” (R\$ 184,6 bilhões), que cresceu 69,63%.

Em relação à função orçamentária “Previdência Social”, o total de desembolsos representou 53,26% de todos os gastos de “Pessoal e Demais Despesas”, cujo detalhamento está apresentado na tabela a seguir.

Tabela 244 – Desembolsos com Previdência Social  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Aposentadorias do RGPS</b>	<b>591.752</b>	<b>541.941</b>	<b>9,19</b>	<b>61,08</b>
Área Urbana	464.227	426.579	8,83	47,92
Área Rural	127.525	115.362	10,54	13,16
<b>Pensões do RGPS</b>	<b>195.966</b>	<b>181.856</b>	<b>7,76</b>	<b>20,23</b>
Área Urbana	154.143	143.361	7,52	15,91
Área Rural	41.823	38.495	8,64	4,32
<b>Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar</b>	<b>68.362</b>	<b>64.852</b>	<b>5,41</b>	<b>7,06</b>
<b>Pensões do RPPS e do Militar</b>	<b>51.328</b>	<b>49.377</b>	<b>3,95</b>	<b>5,30</b>
<b>Outros Benefícios do RGPS</b>	<b>47.264</b>	<b>40.006</b>	<b>18,14</b>	<b>4,88</b>
Área Urbana	42.918	36.641	17,13	4,43
Área Rural	4.346	3.365	29,17	0,45
<b>Outros</b>	<b>14.106</b>	<b>11.382</b>	<b>23,93</b>	<b>1,46</b>
<b>Total</b>	<b>968.778</b>	<b>889.414</b>	<b>8,92</b>	<b>100,00</b>



## (b) Atividades de Investimento

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento, houve um consumo de caixa de R\$ 89,3 bilhões em 31/12/2023, ante uma geração de caixa de R\$ 43,3 bilhões no exercício anterior. Tais valores foram alcançados, principalmente, pela redução nos ingressos de “Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos”, em R\$ 100,2 bilhões (73,42%) como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 245 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Ingressos (I)</b>	<b>36.906</b>	<b>137.373</b>	(73,13)
Alienação de Bens	653	964	(32,21)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	36.253	136.409	(73,42)
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>126.158</b>	<b>94.023</b>	<b>34,18</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	23.382	19.742	18,44
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	53.986	64.443	(16,23)
Outros Desembolsos de Investimentos	48.790	9.838	395,91
<b>Total (III = I - II)</b>	<b>(89.252)</b>	<b>43.350</b>	<b>(305,89)</b>

No detalhamento do item “Amortizações de Empréstimos e Financiamentos Concedidos”, destaca-se a redução de R\$ 73,8 bilhões (78,70%) dos ingressos de “Empréstimos Contratuais” seguida de R\$ 23,7 bilhões (74,34%) nos ingressos de “Empréstimos – Estados e Municípios” em relação ao exercício anterior, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 246 – Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Empréstimos Contratuais	19.961	93.718	(78,70)	55,06
Empréstimos – Estados e Municípios	8.195	31.934	(74,34)	22,61
Financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	2.762	2.787	(0,92)	7,62
Financiamentos – Fies	2.107	2.380	(11,48)	5,81
Empréstimos – Programa das Operações Oficiais de Crédito	881	905	(2,68)	2,43
Empréstimos e Financiamentos – Outros	2.346	4.684	(49,91)	6,47
<b>Total</b>	<b>36.253</b>	<b>136.409</b>	<b>(73,42)</b>	<b>100,00</b>

No caso dos Empréstimos Contratuais, a maior parte refere-se aos haveres originários de empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras, tais como o BNDES, a Caixa e o BB, cujo controle e acompanhamento são exercidos pelo Tesouro Nacional. A redução na amortização em 78,70% em 2023, quando comparada com 2022, está relativamente ligada aos contratos de empréstimos junto ao BNDES, já que em 2022 ocorreram recebimentos de principal que totalizaram um montante de R\$ 63,8 bilhões, com destaque para as amortizações extraordinárias do Contrato 034/PGFN/CAF, ocorridas em junho



(R\$ 4 bilhões), setembro (R\$ 10 bilhões) e novembro (R\$ 45 bilhões) de 2022. Em 2023, não ocorreram amortizações extraordinárias.

Quanto aos Desembolsos, entre as “Concessões de Empréstimos e Financiamentos”, destacam-se aquelas realizadas por meio do FAT, totalizando R\$ 23,3 bilhões em 2023 (R\$ 22,2 bilhões em 2022) referentes à transferência mínima de 28% da arrecadação do PIS/Pasep ao BNDES, de acordo com o art. 239 da CF/1988. Esses recursos são destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, com o objetivo de fomentar as seguintes áreas/atividades:

- I. Ampliação e diversificação das exportações;
- II. Reestruturação da indústria;
- III. Expansão e adequação da infraestrutura a cargo da iniciativa privada, com ênfase em investimentos nos setores de energia e telecomunicações;
- IV. Melhoria dos canais de acesso ao crédito para micros, pequenas e médias empresas;
- V. Fortalecimento do mercado de capitais; e
- VI. Redução dos desequilíbrios regionais.

Para mais informações, sugere-se a leitura da Nota “Créditos a Receber”.

### (c) Atividades de Financiamento

No que se refere ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, foi registrado um crescimento de R\$ 105,3 bilhões no exercício de 2023 em comparação ao exercício encerrado de 2022, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 247 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Ingressos (I)</b>	<b>1.754.143</b>	<b>1.631.951</b>	7,49
Operações de Crédito	1.754.143	1.559.127	12,51
Outros Ingressos de Financiamento	-	72.824	(100,00)
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>1.652.176</b>	<b>1.635.264</b>	<b>1,03</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	1.652.176	1.635.264	1,03
<b>Total (III = I - II)</b>	<b>101.967</b>	<b>(3.313)</b>	<b>3.177,56</b>

Em relação aos “Ingressos de Operações de Crédito”, a tabela abaixo detalha a variação de R\$ 195 bilhões (12,51%) em relação ao exercício anterior.



Tabela 248 – Ingressos de Operações de Crédito

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Títulos do Tesouro Nacional – Mercado Interno	1.726.453	1.549.474	11,42	98,42
Títulos do Tesouro Nacional – Mercado Externo	20.854	-	-	1,19
Operações de Crédito Contratuais – Mercado Externo	6.836	9.653	(29,18)	0,39
<b>Total</b>	<b>1.754.143</b>	<b>1.559.127</b>	<b>12,51</b>	<b>100,00</b>

Um dos motivos do aumento do caixa em relação ao exercício anterior decorre do aumento nas emissões de Títulos do Tesouro Nacional – Mercado Interno.

Já o montante de desembolsos com “Amortização e Refinanciamento da Dívida” foi de R\$ 1,652 trilhão em 31/12/2023, R\$ 16,9 bilhões a mais que no exercício anterior, sendo “Refinanciamento – Dívida Mobiliária” o item mais representativo, conforme detalhamento a seguir.

Tabela 249 – Amortização e Refinanciamento da Dívida

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Refinanciamento – Dívida Mobiliária	1.450.395	1.411.840	2,73	87,79
Amortização – Dívida Mobiliária	178.707	206.985	(13,66)	10,82
Refinanciamento – Dívida Contratual	22.998	16.330	40,84	1,39
Amortização – Dívida Contratual	76	110	(30,38)	0,00
<b>Total</b>	<b>1.652.176</b>	<b>1.635.264</b>	<b>1,03</b>	<b>100,00</b>

Para mais informações sobre o financiamento da dívida pública, sugere-se a leitura do Relatório Anual da Dívida Pública Federal (RAD)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> RAD disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-anual-da-divida-rad>.



## 56 - Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL

A DMPL é uma demonstração cuja elaboração exige a montagem de uma matriz na qual as colunas representam as contas do patrimônio líquido, enquanto as linhas apresentam as movimentações ocorridas nessas contas ao longo do exercício.

Diferentemente da consolidação do Balanço Patrimonial, em que são aplicadas regras para compensar/eliminar saldos recíprocos entre unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (OFSS), na DMPL são apresentados valores brutos, ou seja, sem aplicação dessas regras.

Ocorre que a DMPL possui formato matricial, e, na atual estrutura do Siafi, apenas é permitida a aplicação de regras de consolidação em saldos, e não em células de matriz. Para efeitos de comparação, é apresentado, após a linha de saldo final da DMPL, o total consolidado, que representa o saldo final de cada conta do patrimônio líquido, caso fossem eliminadas as transações intraorçamentárias. Na tabela a seguir, é apresentada a conciliação entre os saldos finais da DMPL.

Tabela 250 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	DMPL – Sem Consolidação (a)	Total Intraorçamentário	Saldo Eliminado (b)	DMPL – Com Consolidação (c = a - b)
Patrimônio/ Capital Social	52.593	48.533	45.412	7.182
AFAC	2.798	2.798	2.770	28
Reservas de Capital	17	-	-	17
Reservas de Lucros	253	253	253	-
Demais Reservas	785.378	60	60	785.318
Resultados Acumulados	(6.359.060)	(45.245)	(42.105)	(6.316.955)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(60.417)	246	246	(60.664)
Ações/Cotas em Tesouraria	(677)	(0)	-	(677)
<b>Total</b>	<b>(5.579.115)</b>	<b>6.645</b>	<b>6.636</b>	<b>(5.585.751)</b>

As regras de consolidação, no patrimônio líquido, visam à eliminação dos investimentos da União nas empresas estatais dependentes, tendo como contrapartida as contas do patrimônio líquido dessas empresas. Isso ocorre porque tais empresas compõem a entidade econômica “União”.

Além disso, na DVP, as VPA e VPD referentes aos resultados positivos e negativos de equivalência patrimonial intraorçamentários também são eliminadas no processo de consolidação, motivo pelo qual o valor do resultado patrimonial do exercício na DVP (consolidado) é diferente daquele apresentado na DMPL (não consolidado). No exercício de 2023, a diferença foi de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, conforme tabela a seguir.



Tabela 251 – Conciliação entre o Resultado Patrimonial na DVP e na DMPL

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

<b>Resultado do Exercício na DMPL (I)</b>	<b>(755.965)</b>
Resultado Negativo de Participações – MEP (II)	4.530
Resultado Positivo de Participações – MEP (III)	(548)
<b>Resultado Patrimonial na DVP (IV = I + II + III)</b>	<b>(751.984)</b>



## 57 - Partes Relacionadas

De acordo com a NBC TSP 22, se uma entidade tiver o poder de controlar a outra, ambas são consideradas partes relacionadas. O mesmo ocorre se uma das entidades tiver o poder de exercer influência significativa sobre a outra nas decisões financeiras e operacionais ou, ainda, se ambas estiverem sujeitas ao controle comum.

Nesse primeiro momento, optou-se por evidenciar apenas as informações relacionadas às participações diretas da União. Além disso, nas seções “b” e “c” desta nota, que tratam respectivamente de receitas recebidas e pagamentos efetuados, são evidenciadas apenas as informações relacionadas às seguintes entidades:

- I. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- II. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- III. Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras);
- IV. Caixa Econômica Federal (Caixa);
- V. Banco do Brasil S.A. (BB);
- VI. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- VII. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- VIII. Fundo de Garantia de Operações (FGO);
- IX. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás);
- X. Fundo de Arrendamento Residencial (FAR);
- XI. Fundo Garantidor para Investimentos (FGI);
- XII. Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON);
- XIII. Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEduc);
- XIV. Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar);
- XV. Fundo de custeio da poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio;
- XVI. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB);
- XVII. Banco da Amazônia S.A. (Basa);



- XVIII. Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies);
- XIX. Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- XX. Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás);
- XXI. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev);
- XXII. Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab);
- XXIII. Casa da Moeda do Brasil (CMB);
- XXIV. Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); e
- XXV. Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

A escolha dessas entidades decorre do:

- I. Controle ou da influência significativa que a União possui sobre elas;
- II. Fato de que elas não estão consolidadas nas DCON, de acordo com o modelo brasileiro; e
- III. Fato de que tais entidades representam cerca de 99% do total das participações permanentes sob controle direto da União.

#### **(a) Investimentos**

Na tabela a seguir, é demonstrada a evolução dos investimentos da União em suas partes relacionadas durante o exercício de 2023.



Tabela 252 – Partes Relacionadas – Evolução dos Investimentos em 2023

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	Saldo Inicial 31/12/2022	Aportes	Ganhos MEP	Perdas MEP	Dividendos e JCP	Outros Movimentos	Saldo Final 31/12/2023
BNDES	137.046	-	20.807	-	(9.914)	-	147.939
FNE	124.240	16.259	1.693	(1.944)	-	-	140.248
Petrobras	94.286	-	38.052	-	(26.684)	-	105.654
Caixa	84.816	2	12.829	-	(4.425)	-	93.223
BB	71.916	-	16.407	-	(6.505)	-	81.819
FCO	44.001	5.667	52	(1.027)	-	-	48.693
FNO	42.346	4.519	476	(38)	-	-	47.302
FGO	40.691	1.007	-	(927)	-	-	40.772
Eletrbrás	0	30.997	1.749	(0)	(0)	-	32.747
FAR	21.734	7.948	-	(3.756)	-	-	25.927
FGI	18.137	100	2.017	-	-	-	20.254
EMGEPRON	11.162	-	657	-	(156)	-	11.663
FGEduc	7.883	-	2.221	-	-	-	10.104
ENBPar	6.323	-	3.296	(1.042)	(25)	-	8.553
F. Ens. Médio	-	6.100	-	-	-	-	6.100
BNB	4.757	-	1.615	-	(442)	-	5.930
Basa	3.579	445	901	(445)	(219)	-	4.261
FG-Fies	3.217	500	577	(1.318)	-	-	2.976
Finep	2.535	-	651	-	(276)	-	2.910
Hemobrás	1.651	393	311	(8)	(35)	-	2.311
Dataprev	976	690	830	(131)	(191)	-	2.174
FGHab	1.786	-	235	(13)	-	-	2.007
CMB	1.682	-	247	(45)	(6)	-	1.878
Serpro	-	987	777	(18)	-	-	1.747
Terracap	1.228	-	-	-	-	-	1.228
Outros	4.222	1.543	782	(1.960)	(151)	(3)	4.432
<b>Total</b>	<b>730.214</b>	<b>77.157</b>	<b>107.182</b>	<b>(12.671)</b>	<b>(49.028)</b>	<b>(3)</b>	<b>852.851</b>

Considerando-se a evolução dos investimentos da União em relação às partes relacionadas, houve um aumento líquido de R\$ 122,6 bilhões quando comparados os saldos de 31/12/2022 e 31/12/2023, sendo R\$ 77,2 bilhões em aportes, R\$ 107,2 bilhões em ganhos com resultado de equivalência patrimonial, R\$ 12,7 bilhões em perdas com resultado de equivalência patrimonial e R\$ 49,0 bilhões em distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP).

Os aportes relacionam-se principalmente à Eletrobrás, que após a exclusão da empresa do Programa Nacional de Desestatização, conforme o Decreto nº 11.643/2023, gerou um efeito positivo significativo de R\$ 32,7 bilhões, marcando a maior variação na conta de Investimentos.



Os principais ganhos com resultado de equivalência patrimonial foram: R\$ 38,1 bilhões na Petrobras, R\$ 20,8 bilhões no BNDES, R\$ 16,4 bilhões no Banco do Brasil e R\$ 12,8 bilhões na Caixa, enquanto as principais perdas com resultados de equivalência patrimonial ocorreram no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em R\$ 3,8 bilhões, no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em R\$ 1,9 bilhão, no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em R\$ 1,3 bilhão, nos Correios, em R\$ 1,2 bilhão, e na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), em R\$ 1,0 bilhão.

Para mais informações, recomenda-se a leitura das Notas “Investimentos” e “Resultado de Participações”.

### (b) Receitas Recebidas

No exercício de 2023, foram recebidos R\$ 133,0 bilhões de receitas cujos recolhedores foram as partes relacionadas da União. As principais receitas se relacionaram com Valores Mobiliários (R\$ 52,9 bilhões) e Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público (R\$ 26,0 bilhões), representando em conjunto 59,31% do total, conforme tabela a seguir.

Tabela 253 – Partes Relacionadas – Receitas Recebidas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Valores Mobiliários	52.907	87.583	(39,59)	39,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	25.990	2 1.330.830,21		19,54
Operações de Crédito - Mercado Externo	20.854	-	-	15,68
Amortização de Empréstimos	18.584	93.831	(80,19)	13,97
Serviços e Atividades Financeiras	5.583	9.741	(42,68)	4,20
Outros	9.104	11.469	(20,62)	6,84
<b>Total</b>	<b>133.022</b>	<b>202.626</b>	<b>(34,35)</b>	<b>100,00</b>

A composição das fontes de receitas com partes relacionadas no que tange a valores mobiliários é apresenta na tabela a seguir.

Tabela 254 – Partes Relacionadas – Valores Mobiliários

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Petrobras	28.689	56.374	(49,11)	54,23
BNDES	12.673	19.447	(34,83)	23,95
BB	6.714	6.087	10,31	12,69
Caixa	2.578	3.899	(33,88)	4,87
Outros	2.252	1.776	26,81	4,26
<b>Total</b>	<b>52.907</b>	<b>87.583</b>	<b>(39,59)</b>	<b>100,00</b>



As receitas de Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público se referem às transferências das cotas de PIS/Pasep não sacadas, conforme determinação aprovada na Emenda Constitucional nº 126/2022, no valor de R\$ 26,0 bilhões.

As receitas de operações de crédito no mercado externo foram recebidas apenas pelo Banco do Brasil, responsável por R\$ 20,9 bilhões.

As fontes de receitas com partes relacionadas nas rubricas de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos a terceiros foram provenientes da atuação com intermediários financeiros da União. Um exemplo disso foi o BNDES, responsável por quitar cerca de R\$ 9,2 bilhões com a União, o que equivaleu a 49,67% dos ingressos relacionados com amortização de empréstimos, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 255 – Partes Relacionadas – Amortização de Empréstimos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
BNDES	9.230	85.163	(89,16)	49,67
Caixa	5.531	2.697	105,06	29,76
BB	2.610	2.417	7,98	14,04
Basa	314	1.321	(76,26)	1,69
FGEDUC	311	1.561	(80,06)	1,68
Outros	588	670	(12,34)	3,16
<b>Total</b>	<b>18.584</b>	<b>93.831</b>	<b>(80,19)</b>	<b>100,00</b>

### (c) Pagamentos Efetuados

No exercício de 2023, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 521,7 bilhões que envolveram as partes relacionadas da União. Em muitas dessas transações, as partes relacionadas operaram como intermediários financeiros, inicialmente recebendo o valor da União e, depois, repassando para o beneficiário final do pagamento. Na tabela a seguir, é apresentada a composição desses pagamentos.



Tabela 256 – Partes Relacionadas – Pagamentos Efetuados

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Contribuições a Estados e Municípios	119.028	99.574	19,54	22,82
Aposentadorias do RGPS	51.995	41.477	25,36	9,97
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	45.847	42.709	7,35	8,79
Seguro-Desemprego e Abono Salarial	41.480	40.680	1,97	7,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	40.611	40.692	(0,20)	7,78
Despesas de Exercícios Anteriores	31.633	24.045	31,56	6,06
Participação em Fundos, Organismos ou Entidades Assemelhadas	30.456	1.040	2.829,23	5,84
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar	24.371	23.367	4,30	4,67
Distribuição de Receitas	18.282	16.115	13,45	3,50
Subvenções Econômicas	14.354	14.500	(1,00)	2,75
Pensões, Pensões Especiais e Pensões do RGPS	9.419	8.926	5,53	1,81
Contribuições	9.130	5.715	59,77	1,75
Indenizações e Restituições	8.906	7.092	25,59	1,71
Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciado	7.537	7.138	5,59	1,44
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.456	7.160	4,14	1,43
Auxílios Financeiros a Pessoa Física	7.296	11.375	(35,87)	1,40
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.200	4.503	59,90	1,38
Outros	46.658	35.126	32,83	8,94
<b>Total</b>	<b>521.659</b>	<b>431.232</b>	<b>20,97</b>	<b>100,00</b>

O principal pagamento referiu-se às contribuições realizadas a estados e municípios (22,82%), caracterizadas como transferências correntes ou de capital, realizadas pela União em favor desses entes da Federação. Nessa modalidade de pagamento, as partes relacionadas atuam como intermediários financeiros da União, fazendo com que os recursos cheguem aos outros entes federados. No caso das contribuições, todo o montante foi operacionalizado pelo BB.

A parcela dos pagamentos relacionados com aposentadorias do RGPS, no montante de R\$ 52,0 bilhões, foi realizada integralmente com intermediação financeira do BB.

A execução de pagamentos de vencimentos e vantagens fixas devidas a servidores e empregados públicos civis evidenciou repasses de R\$ 45,9 bilhões em 2023, sendo o BB responsável por 81,30% e a Caixa responsável por 18,70% destes repasses.

O seguro-desemprego e abono salarial são benefícios sociais pagos aos trabalhadores, conforme legislações específicas. Dessa forma, por exemplo, a Lei nº 7.998/1990 determina, em seus art. 9º-A, 10 e 15, que o pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego seja efetuado com recursos do FAT por



meio de instituições financeiras. As operações foram realizadas integralmente no exercício 2023 por intermédio da Caixa.

Abaixo, apresenta-se a composição dos pagamentos para concessão de empréstimos e financiamentos.

*Tabela 257 – Partes Relacionadas – Concessão de Empréstimos e Financiamentos*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
BNDES	26.441	24.934	6,04	65,11
Finep	5.091	2.857	78,19	12,54
BB	4.864	7.078	(31,28)	11,98
Caixa	1.668	653	155,48	4,11
Basa	1.652	4.631	(64,32)	4,07
Outros	895	539	66,08	2,20
<b>Total</b>	<b>40.611</b>	<b>40.692</b>	<b>(0,20)</b>	<b>100,00</b>

Nos pagamentos relacionados com a concessão de empréstimos e financiamentos, as partes relacionadas da União atuaram em grande parte na intermediação financeira, não sendo beneficiárias diretas de tais gastos, à exceção dos fundos. Destaque para o valor intermediado por meio do BNDES, que representou 65,11% (R\$ 26,4 bilhões) do total dos recursos.

#### (d) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A norma IPSAS 20 descreve que, além das transações com as partes relacionadas, devem ser evidenciadas informações sobre o pessoal-chave da Administração e, em especial, da estrutura de remuneração.

No caso da União, a apresentação de informações em muitos detalhes seria inviável, dada a complexidade que envolve o tema. Não existe um único sistema que reúna tais informações, pois cada Poder possui autonomia em relação à gestão de pessoal. As despesas com pessoal estão distribuídas conforme tabela abaixo.

*Tabela 258 – Participação nas Despesas com Pessoal – Por Poder*

*Dados em: %*

*Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)*

	31/12/2023	31/12/2022
Executivo	78,24	79,97
Judiciário	16,92	15,11
Legislativo	2,92	3,02
Ministério Público da União	1,91	1,90
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br>.*



No caso do Poder Executivo, a gestão de pessoal é feita por intermédio do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe). O sistema é supervisionado pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

As informações sobre as despesas com pessoal da União, distribuição por órgão e entidade da Administração Federal, número de servidores públicos, distribuição por faixa de remuneração e demais informações organizacionais estão disponíveis no endereço eletrônico intitulado “Painel Estatístico de Pessoal” (<http://painel.pep.planejamento.gov.br>)<sup>7</sup>.

Destaca-se ainda a existência do Portal da Transparência ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)), que contém informações sobre esta temática no Poder Executivo Federal, sendo nele possível consultar, de forma individualizada, as remunerações pagas por aquele Poder.

A seguir, é apresentada a distribuição dos cargos, funções e gratificações em dezembro de 2023, que totalizou 90.636 cargos, representando uma redução de 0,56% em relação aos 91.151 existentes em 2022.

*Tabela 259 – Quantitativo de Ocupantes de Cargos e Funções de Confiança e Gratificações do Poder Executivo Federal  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)*

Cargos e Funções	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
FEX (Funções Comissionadas Executivas – Lei nº 14.204/2021)	30.419	23.910	27,22	33,56
FG (Função Gratificada Específica de Instituição de Ensino)	23.540	22.392	5,13	25,97
FUC (Função Comissionada de Coordenador de Curso)	11.700	11.623	0,66	12,91
CD (Cargo de Direção)	8.757	8.742	0,17	9,66
CCX (Cargos Comissionados Executivos – Lei nº 14.204/2021)	7.533	5.805	29,77	8,31
CCT (Cargo Comissionado Técnico)	2.537	2.568	(1,21)	2,80
FGR (Função Gratificada – Lei nº 8.216/1991)	1.536	2.988	(48,59)	1,69
Outros	4.614	13.123	(64,84)	5,09
<b>Total</b>	<b>90.636</b>	<b>91.151</b>	<b>(0,56)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br>.

Entre os cargos e as funções anteriormente apresentados, merece especial destaque o grupo “Comissionados de Direção e Assessoramento”, que contempla os cargos e as funções: Cargo Comissionado de Assessoria (CA), Cargo Comissionado de Assistência (CAS), Cargo Comissionado de Direção (CCD), Cargo Comissionado Executivo (CCX), Cargo de Direção (CD), Cargo Comissionado de

<sup>7</sup> Em que pese o Painel Estatístico de Pessoal ter adotado as siglas “CCX” e “FEX” para os Cargos Comissionados Executivos e as Funções Comissionadas Executivas, nesta Nota foram utilizadas as siglas dispostas na Lei nº 14.204/2021, quais sejam, “CCE” e “FCE”, respectivamente.



Gerência Executiva (CGE), Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), Função Comissionada Executiva (FEX), Gratificação Função de Natureza Especial Ex-Territórios (GNE-EX-TER/A), Gratificação Função de Natureza Especial Distrito Federal (GNE-GDF), Cargo de Natureza Especial (NE-001 e NES). As competências de seus ocupantes são as que mais se aproximam do conceito de pessoal-chave da administração, apresentado na IPSAS 20.

De acordo com a referida norma, o pessoal-chave da administração engloba todos os gestores da entidade e outras pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Tabela 260 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Nível de Função

Dados em: unidades

Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)

Nível de Função	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>FEX</b>	<b>30.419</b>	<b>23.910</b>	<b>62,87</b>
FEX-0105	5.375	4.171	11,11
FEX-0107	3.464	2.284	7,16
FEX-0110	3.181	1.866	6,57
FEX-0102	2.877	2.740	5,95
Outros	15.522	12.849	32,08
<b>CD</b>	<b>8.757</b>	<b>8.742</b>	<b>18,10</b>
CD-0004	5.022	5.014	10,38
CD-0003	2.304	2.299	4,76
Outros	1.431	1.429	2,96
<b>CCX</b>	<b>7.533</b>	<b>5.805</b>	<b>15,57</b>
CCX-0113	1.286	923	2,66
CCX-0110	1.042	863	2,15
CCX-0107	729	591	1,51
CCX-0105	667	568	1,38
Outros	3.809	2.860	7,87
<b>Outras funções</b>	<b>1.673</b>	<b>6.883</b>	<b>3,46</b>
<b>Total</b>	<b>48.382</b>	<b>45.340</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br>.

Nas próximas tabelas, é demonstrada a faixa etária, o grau de instrução e o sexo dos ocupantes de cargos desse grupo.



**Tabela 261 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Faixa Etária**

Dados em: unidades

Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)

Nível de Função	Faixa Etária					Total
	Até 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
FEX	353	7.190	11.014	7.506	4.356	30.419
CD	90	2.478	3.420	1.991	778	8.757
CCX	723	1.952	2.259	1.563	1.036	7.533
Outras	43	451	816	283	80	1.673
<b>Total</b>	<b>1.209</b>	<b>12.071</b>	<b>17.509</b>	<b>11.343</b>	<b>6.250</b>	<b>48.382</b>

Nota: \*Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br>.

**Tabela 262 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Grau de Instrução**

Dados em: unidades

Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)

Grau de Instrução	FEX	CD	CCX	Outras	Total
Ensino Fundamental Incompleto	112	0	16	3	131
Ensino Fundamental	243	0	82	62	387
Ensino Médio	4.557	83	1.232	462	6.334
Ensino Superior	20.032	643	5.275	970	26.920
Aperfeiçoamento	59	1	4	1	65
Especialização	1.545	1.543	48	11	3.147
Mestrado	2.454	2.337	539	134	5.464
Doutorado	1.417	4.150	336	30	5.933
Pós-doutorado	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>30.419</b>	<b>8.757</b>	<b>7.533</b>	<b>1.673</b>	<b>48.382</b>

**Tabela 263 – Quantitativo dos Comissionados de Direção e Assessoramento – Por Sexo**

Dados em: unidades

Fonte: SGP/MGI (Painel Estatístico de Pessoal\*)

Nível de Função	Masculino		Feminino		Total
	(Qtde)	(%)	(Qtde)	(%)	
FEX	18.486	60,77	11.933	39,23	30.419
CD	5.240	59,84	3.517	40,16	8.757
CCX	3.881	51,52	3.652	48,48	7.533
Outras	1.180	70,53	493	29,47	1.673
<b>Total</b>	<b>28.787</b>	<b>59,50</b>	<b>19.595</b>	<b>40,50</b>	<b>48.382</b>

Nota: \*Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br>.



## 58 - Evolução da Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A tabela a seguir denota a evolução do pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP), critério de caixa, de 2019 a 2023.

Tabela 264 – Dividendos/JCP Recebidos – Por Ano

Dados em: R\$ milhões

Fonte: STN/MF (Resultado do Tesouro Nacional)

	2019	2020	2021	2022	2023
Petrobras	1.314	1.649	21.144	56.374	28.689
BNDES	9.538	-	13.565	18.879	10.425
Banco do Brasil	3.709	2.120	3.247	5.975	6.555
Caixa	4.767	1.008	2.816	3.591	1.818
BNB	177	130	135	215	297
Eletrobrás	476	1.086	1.601	472	188
Correios	-	-	-	260	-
IRB	85	-	-	-	-
Outras	814	584	977	1.238	1.986
<b>Total</b>	<b>20.879</b>	<b>6.577</b>	<b>43.484</b>	<b>87.004</b>	<b>49.958</b>

Em 2023, a arrecadação de Dividendos/JCP pelo Tesouro Nacional – critério caixa – atingiu o montante de aproximadamente R\$ 50 bilhões, uma queda de 42,58% ao volume obtido no exercício anterior.

Destaque para o baixo desempenho das empresas Petrobras e BNDES, que juntas reduziram o pagamento de dividendos/JCP no montante de R\$ 36,1 bilhões, 49,11% e 44,78% respectivamente.

A tabela a seguir resume as antecipações de dividendos e JCP de 2019 a 2023.

Tabela 265 – Antecipação de Dividendos/JCP Recebidos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: COPAR/STN/MF

	2019	2020	2021	2022	2023
Petrobras	1.122	-	18.179	45.264	11.381
Banco do Brasil	2.849	1.487	2.626	4.794	5.371
BNDES	7.870	-	8.616	-	-
Caixa	3.019	-	-	-	-
Outras	385	366	486	93	-
<b>Total</b>	<b>15.245</b>	<b>1.854</b>	<b>29.906</b>	<b>50.150</b>	<b>16.751</b>

Importante registrar que os Dividendos/JCP recebidos em um determinado ano (regime de caixa) não podem ser comparados diretamente com o resultado daquele exercício (regime de competência), uma vez que os valores pagos em um exercício são, regra geral, relativos ao lucro declarado do exercício anterior, podendo conter ainda encargos financeiros incidentes desde a data de encerramento do exercício até a data de recolhimento efetivo da remuneração aprovada, conforme dispõe o Decreto



nº 2.673/1998. Além disso, os valores recebidos podem conter quantias referentes a resultados de exercícios anteriores registrados em reservas de lucros.

Na tabela seguinte, é possível analisar o comportamento dos Dividendos/JCP em relação à receita total (receitas administradas pela RFB, receitas não administradas pela RFB e as receitas líquidas para o RGPS, antes de deduzidos os incentivos fiscais e as transferências por repartição da receita), arrecadados pelo critério de caixa, ambos em valores correntes, no período de 2019 a 2023.

*Tabela 266 – Dividendos/JCP Recebidos em Relação à Receita Total*

*Dados em: R\$ milhares*

*Fonte: STN/MF (Resultado do Tesouro Nacional)*

<b>Ano</b>	<b>Receita de Dividendos – Critério Caixa (A)</b>	<b>Receita Total (B)</b>	<b>Relação (%) (A/B)</b>
2023	49.958	2.351.401	2,12
2022	87.004	2.313.305	3,76
2021	43.484	1.932.650	2,25
2020	6.577	1.468.096	0,45
2019	20.879	1.635.608	1,28



## 59 - Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social

De acordo com o art. 1º da Lei nº 8.213/1991, “a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente”.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) garante a cobertura de todas as situações anteriormente descritas, com exceção de desemprego involuntário objeto de lei específica e aposentadoria por tempo de contribuição para o contribuinte individual e facultativo, abrangido pelo art. 21, § 2º, da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 12.470/2011.

Segundo a NBC TSP 29 – Benefícios Sociais, as entidades provedoras de benefícios sociais são incentivadas, mas não obrigadas, a elaborar Relatórios Contábeis de Propósito Geral que forneçam informações sobre a sustentabilidade de longo prazo das finanças da entidade. Dessa forma, esta nota atende a essa perspectiva.

Diante desse cenário, visto que os beneficiários do RGPS não são, em sua maioria, empregados da União, buscou-se analisar a experiência internacional sobre a evidenciação da Previdência Social.

As referências analisadas foram os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá, que figuram entre as maiores economias mundiais, pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e possuem sistemas similares ao RGPS.

Em 2023, em conjunto com as demonstrações contábeis baseadas no regime de competência, o governo federal norte-americano divulgou o Relatório de Sustentabilidade Financeira (*Sustainability Financial Statements*) contendo a informação relativa ao *Social Insurance* (que abrange os programas de seguridade social: *Social Security*, *Medicare*, *Railroad Retirement* e *Black Lung*). Guardadas as devidas particularidades, o *Social Insurance* pode ser considerado equivalente ao RGPS e segue o regime de caixa.

No modelo norte-americano, são evidenciados os valores presentes das receitas e despesas futuras, estimadas para um período de 75 anos. A projeção das despesas que afetarão o *Social Insurance* é baseada em premissas de longo prazo, mas não é contabilizada nas contas anuais. Por convenção contábil, as transferências de recursos para financiamento desses programas são eliminadas ao nível das demonstrações contábeis consolidadas do governo. Ademais, as normas contábeis daquele país exigem a divulgação de estimativas das obrigações atuariais em demonstrações contábeis separadas.



Nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em março de 2023 publicadas pelo governo nacional canadense, é adotada uma lógica semelhante à utilizada pelos Estados Unidos, porém, a explicação é outra. No Canadá, existe um plano de benefícios conhecido como *Canadian Pension Plan* (CPP), que, guardadas as devidas particularidades, é similar ao RGPS. O CPP não é consolidado nas demonstrações do governo nacional, pois o governo canadense não controla tal entidade.

No entanto, o CPP possui demonstrações contábeis nas quais são evidenciadas informações sobre o passivo atuarial. Na *Statement of Financial Position* (similar ao Balço Patrimonial utilizado no Brasil), são apresentados os ativos e os passivos relacionados com a arrecadação de contribuições e a obrigação atuarial, respectivamente.

Por sua vez, as obrigações atuariais do governo para cobertura do plano são descontadas a taxas à vista de títulos públicos, resultando em oscilações significativas entre os exercícios. Assim, a partir das demonstrações contábeis de 2019-2020, o governo canadense passou a divulgar em seus relatórios financeiros o déficit anual isolando o impacto das perdas líquidas atuariais.

Observa-se que, diante da experiência internacional aqui relatada, ocorre a evidenciação do passivo atuarial de regimes semelhantes ao RGPS. Todavia, não há consolidação dessas informações nas demonstrações dos respectivos governos nacionais. No âmbito do Governo Federal brasileiro, está em discussão qual deve ser a melhor forma de evidenciação para o RGPS.

Neste período e no exercício anterior, na União, considerando o contexto anteriormente apresentado, não foi realizada a consolidação do passivo atuarial relacionado ao RGPS por entender que é necessário o avanço da discussão sobre esta temática para o aperfeiçoamento do modelo contábil nacional. Entretanto, na tabela a seguir, é apresentada a projeção do resultado previdenciário do RGPS para um horizonte de 77 anos.

Tabela 267 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: SRGPS/MPS

Ano	Receitas previdenciárias		Despesas previdenciárias		Necessidade de Financiamento	
	Valor (A)	% em relação ao PIB	Valor (B)	% em relação ao PIB	Valor (A-B)	% em relação ao PIB
2024	636.545	5,53	918.834	7,98	326.168	2,45
2025	690.284	5,62	974.617	7,93	284.333	2,31
2026	739.887	5,65	1.029.197	7,85	289.309	2,21
2027	793.147	5,69	1.084.023	7,77	290.876	2,09
2028	849.613	5,73	1.157.085	7,80	307.473	2,07
2029	898.238	5,72	1.227.124	7,81	328.885	2,09
2030	942.097	5,71	1.292.225	7,84	350.128	2,12



Ano	Receitas previdenciárias		Despesas previdenciárias		Necessidade de Financiamento	
	Valor (A)	% em relação ao PIB	Valor (B)	% em relação ao PIB	Valor (A-B)	% em relação ao PIB
2031	987.401	5,71	1.360.758	7,86	373.357	2,16
2032	1.034.432	5,70	1.442.463	7,95	408.031	2,25
2033	1.083.211	5,69	1.517.744	7,98	434.533	2,28
2034	1.133.742	5,69	1.596.829	8,01	463.086	2,32
2035	1.186.028	5,68	1.691.773	8,11	505.745	2,42
2036	1.240.004	5,68	1.779.546	8,15	539.542	2,47
2037	1.295.944	5,67	1.872.167	8,20	576.223	2,52
2038	1.353.770	5,67	1.983.885	8,31	630.116	2,64
2039	1.413.453	5,66	2.087.904	8,37	674.450	2,70
2040	1.474.965	5,66	2.197.143	8,43	722.178	2,77
2041	1.538.579	5,66	2.327.412	8,56	788.833	2,90
2042	1.604.341	5,65	2.452.623	8,64	848.282	2,99
2043	1.672.289	5,65	2.583.924	8,73	911.635	3,08
2044	1.742.393	5,64	2.734.234	8,86	991.841	3,21
2045	1.814.608	5,64	2.884.485	8,97	1.069.877	3,33
2046	1.889.231	5,64	3.042.928	9,08	1.153.696	3,44
2047	1.966.452	5,64	3.216.504	9,22	1.250.052	3,58
2048	2.046.242	5,63	3.392.847	9,34	1.346.605	3,71
2049	2.128.539	5,63	3.577.097	9,46	1.448.558	3,83
2050	2.213.247	5,63	3.775.843	9,60	1.562.596	3,97
2051	2.300.765	5,62	3.979.598	9,73	1.678.833	4,10
2052	2.391.180	5,62	4.188.989	9,85	1.797.810	4,23
2053	2.484.321	5,62	4.407.634	9,97	1.923.313	4,35
2054	2.580.063	5,62	4.633.732	10,09	2.053.669	4,47
2055	2.678.252	5,61	4.870.321	10,20	2.192.069	4,59
2056	2.779.851	5,61	5.155.309	10,40	2.375.458	4,79
2057	2.884.624	5,60	5.455.817	10,60	2.571.192	5,00
2058	2.992.616	5,60	5.770.130	10,80	2.777.514	5,20
2059	3.103.802	5,60	6.096.147	10,99	2.992.345	5,39
2060	3.218.047	5,59	6.436.679	11,18	3.218.632	5,59
2061	3.337.247	5,59	6.797.180	11,38	3.459.933	5,79
2062	3.460.842	5,58	7.189.451	11,60	3.728.609	6,02
2063	3.588.721	5,58	7.609.552	11,84	4.020.831	6,25
2064	3.720.714	5,58	8.056.810	12,08	4.336.096	6,50
2065	3.856.665	5,58	8.493.784	12,28	4.637.118	6,70
2066	3.999.380	5,57	8.860.455	12,35	4.861.076	6,78
2067	4.147.571	5,57	9.189.693	12,35	5.042.122	6,78
2068	4.300.855	5,57	9.528.098	12,34	5.227.243	6,77
2069	4.458.914	5,57	9.874.985	12,34	5.416.071	6,77



Ano	Receitas previdenciárias		Despesas previdenciárias		Necessidade de Financiamento	
	Valor (A)	% em relação ao PIB	Valor (B)	% em relação ao PIB	Valor (A-B)	% em relação ao PIB
2070	4.621.451	5,57	10.300.469	12,41	5.679.018	6,84
2071	4.792.097	5,57	10.810.793	12,56	6.018.696	6,99
2072	4.968.815	5,57	11.337.641	12,70	6.368.826	7,13
2073	5.151.428	5,56	11.884.546	12,84	6.733.117	7,27
2074	5.339.743	5,56	12.452.091	12,97	7.112.347	7,41
2075	5.533.294	5,56	13.042.135	13,10	7.508.841	7,54
2076	5.736.405	5,56	13.655.998	13,23	7.919.593	7,67
2077	5.947.621	5,56	14.293.925	13,36	8.346.303	7,80
2078	6.166.677	5,56	14.959.975	13,48	8.793.298	7,92
2079	6.392.828	5,55	15.655.317	13,60	9.262.489	8,05
2080	6.625.067	5,55	16.380.608	13,73	9.755.541	8,18
2081	6.870.237	5,55	17.136.484	13,85	10.266.247	8,30
2082	7.125.446	5,55	17.922.514	13,97	10.797.069	8,42
2083	7.389.666	5,55	18.744.617	14,09	11.354.951	8,54
2084	7.661.932	5,55	19.601.271	14,21	11.939.338	8,66
2085	7.941.468	5,55	20.491.014	14,33	12.549.546	8,78
2086	8.237.177	5,56	21.413.466	14,44	13.176.289	8,89
2087	8.544.215	5,56	22.368.310	14,55	13.824.095	8,99
2088	8.861.726	5,56	23.363.397	14,65	14.501.671	9,09
2089	9.188.836	5,56	24.396.574	14,75	15.207.738	9,19
2090	9.524.667	5,55	25.467.941	14,85	15.943.273	9,30
2091	9.879.937	5,55	26.625.274	14,97	16.745.337	9,41
2092	10.248.582	5,55	27.824.745	15,08	17.576.164	9,53
2093	10.630.276	5,55	29.075.584	15,19	18.445.308	9,64
2094	11.024.471	5,55	30.375.631	15,30	19.351.160	9,74
2095	11.429.933	5,55	31.725.827	15,40	20.295.895	9,85
2096	11.859.995	5,55	33.127.509	15,50	21.267.514	9,95
2097	12.308.489	5,55	34.575.622	15,59	22.267.134	10,04
2098	12.773.785	5,55	36.083.716	15,67	23.309.931	10,12
2099	13.253.551	5,55	37.649.786	15,76	24.396.235	10,21
2100	13.745.583	5,55	39.273.429	15,85	25.527.845	10,30

Nota: Elaboração a partir de dados da Grade de Parâmetros SPE/ME de 12 de janeiro de 2024 (taxa de crescimento real do PIB e taxa de inflação — INPC acumulado), entre 2024 e 2028.

A tabela a seguir apresenta as hipóteses que foram utilizadas para elaboração do Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social.



Tabela 268 – Hipóteses do Demonstrativo da Projeção Atuarial do RGPS

Dados em: percentual

Fonte: SRGPS/MPS

Exercício	Massa salarial (%)	Massa salarial dos Ocupados (%)	Crescimento vegetativo (%)	Taxa de inflação anual (INPC) (%)	Variação real do PIB (%)	Reajuste do salário mínimo (%)	Reajuste dos demais benefícios (%)
2024	6,04	6,15	2,09	3,45	2,19	6,97	3,71
2025	5,68	5,80	2,16	3,00	2,56	6,73	3,45
2026	5,16	5,28	2,51	3,00	2,62	5,37	3,00
2027	5,07	5,19	2,08	3,00	2,53	5,67	3,00
2028	5,00	5,12	2,59	3,00	2,51	5,72	3,00
2029	4,94	5,05	2,97	3,00	2,00	5,60	3,00
2030	4,88	5,00	2,24	3,00	1,94	5,58	3,00
2031	4,81	4,92	2,24	3,00	1,86	5,05	3,00
2032	4,76	4,87	2,92	3,00	1,82	5,00	3,00
2033	4,72	4,82	2,16	3,00	1,77	4,92	3,00
2034	4,66	4,77	2,15	3,00	1,72	4,87	3,00
2035	4,61	4,71	2,86	3,00	1,67	4,82	3,00
2036	4,55	4,64	2,13	3,00	1,60	4,77	3,00
2037	4,51	4,60	2,14	3,00	1,56	4,71	3,00
2038	4,46	4,55	2,88	3,00	1,51	4,64	3,00
2039	4,41	4,50	2,18	3,00	1,46	4,60	3,00
2040	4,35	4,44	2,17	3,00	1,40	4,55	3,00
2041	4,31	4,39	2,85	3,00	1,35	4,50	3,00
2042	4,27	4,34	2,31	3,00	1,31	4,44	3,00
2043	4,24	4,30	2,29	3,00	1,27	4,39	3,00
2044	4,19	4,26	2,74	3,00	1,23	4,34	3,00
2045	4,14	4,21	2,43	3,00	1,18	4,30	3,00
2046	4,11	4,17	2,42	3,00	1,14	4,26	3,00
2047	4,09	4,14	2,63	3,00	1,11	4,21	3,00
2048	4,06	4,11	2,41	3,00	1,08	4,17	3,00
2049	4,02	4,07	2,36	3,00	1,04	4,14	3,00
2050	3,98	4,03	2,48	3,00	1,01	4,11	3,00
2051	3,95	4,00	2,33	3,00	0,97	4,07	3,00
2052	3,93	3,98	2,20	3,00	0,95	4,03	3,00
2053	3,90	3,95	2,16	3,00	0,92	4,00	3,00
2054	3,85	3,92	2,07	3,00	0,89	3,98	3,00
2055	3,81	3,88	2,05	3,00	0,85	3,95	3,00
2056	3,79	3,86	2,77	3,00	0,84	3,92	3,00
2057	3,77	3,84	2,75	3,00	0,82	3,88	3,00
2058	3,74	3,82	2,68	3,00	0,80	3,86	3,00
2059	3,72	3,80	2,58	3,00	0,78	3,84	3,00
2060	3,68	3,76	2,51	3,00	0,74	3,82	3,00



Exercício	Massa salarial (%)	Massa salarial dos Ocupados (%)	Crescimento vegetativo (%)	Taxa de inflação anual (INPC) (%)	Variação real do PIB (%)	Reajuste do salário mínimo (%)	Reajuste dos demais benefícios (%)
2061	3,70	3,77	2,53	3,00	0,75	3,80	3,00
2062	3,70	3,76	2,69	3,00	0,74	3,76	3,00
2063	3,70	3,75	2,76	3,00	0,73	3,77	3,00
2064	3,68	3,73	2,80	3,00	0,71	3,76	3,00
2065	3,65	3,70	2,36	3,00	0,69	3,75	3,00
2066	3,70	3,73	1,28	3,00	0,71	3,73	3,00
2067	3,71	3,73	0,70	3,00	0,71	3,70	3,00
2068	3,70	3,72	0,67	3,00	0,70	3,73	3,00
2069	3,68	3,71	0,63	3,00	0,69	3,73	3,00
2070	3,65	3,68	1,27	3,00	0,67	3,72	3,00
2071	3,69	3,71	1,90	3,00	0,69	3,71	3,00
2072	3,69	3,71	1,82	3,00	0,70	3,68	3,00
2073	3,68	3,71	1,77	3,00	0,69	3,71	3,00
2074	3,66	3,69	1,73	3,00	0,68	3,71	3,00
2075	3,62	3,67	1,69	3,00	0,65	3,71	3,00
2076	3,67	3,69	1,66	3,00	0,67	3,69	3,00
2077	3,68	3,70	1,63	3,00	0,69	3,67	3,00
2078	3,68	3,70	1,61	3,00	0,69	3,69	3,00
2079	3,67	3,69	1,60	3,00	0,67	3,70	3,00
2080	3,63	3,66	1,59	3,00	0,64	3,70	3,00
2081	3,70	3,70	1,57	3,00	0,68	3,69	3,00
2082	3,71	3,71	1,54	3,00	0,69	3,66	3,00
2083	3,71	3,70	1,54	3,00	0,69	3,70	3,00
2084	3,68	3,68	1,53	3,00	0,67	3,71	3,00
2085	3,65	3,65	1,50	3,00	0,64	3,70	3,00
2086	3,72	3,71	1,46	3,00	0,69	3,68	3,00
2087	3,73	3,72	1,42	3,00	0,70	3,65	3,00
2088	3,72	3,71	1,41	3,00	0,70	3,71	3,00
2089	3,69	3,70	1,38	3,00	0,68	3,72	3,00
2090	3,65	3,67	1,35	3,00	0,66	3,71	3,00
2091	3,73	3,73	1,50	3,00	0,71	3,70	3,00
2092	3,73	3,74	1,46	3,00	0,72	3,67	3,00
2093	3,72	3,74	1,45	3,00	0,73	3,73	3,00
2094	3,71	3,74	1,43	3,00	0,72	3,74	3,00
2095	3,68	3,71	1,41	3,00	0,69	3,74	3,00
2096	3,76	3,77	1,38	3,00	0,75	3,74	3,00
2097	3,78	3,79	1,33	3,00	0,77	3,71	3,00
2098	3,78	3,79	1,33	3,00	0,77	3,77	3,00
2099	3,76	3,77	1,30	3,00	0,75	3,79	3,00



Exercício	Massa salarial (%)	Massa salarial dos Ocupados (%)	Crescimento vegetativo (%)	Taxa de inflação anual (INPC) (%)	Variação real do PIB (%)	Reajuste do salário mínimo (%)	Reajuste dos demais benefícios (%)
2100	3,71	3,73	1,28	3,00	0,71	3,79	3,00

Nota: Elaboração a partir de dados da Grade de Parâmetros SPE/MF de 12 de janeiro de 2024 (taxa de crescimento real do PIB, deflator e taxa de inflação — INPC acumulado) para o período entre 2024 e 2028.

De acordo com a projeção apresentada, observa-se que as receitas previdenciárias serão insuficientes para a cobertura das respectivas despesas no horizonte de 77 anos. Mantendo-se, no futuro, o mesmo comportamento das hipóteses e parâmetros utilizados no cálculo, haverá crescimento do déficit previdenciário. Estima-se que a necessidade de financiamento de 2,45% do PIB, em 2024, poderá atingir 10,30% em 2100. É necessário ressaltar que eventuais revisões nas projeções dos parâmetros ou a observação de resultados, no curto prazo, diferentes dos projetados, implicam, necessariamente, na revisão das projeções de longo prazo.

Na tabela a seguir, são apresentados os parâmetros utilizados na projeção.

Tabela 269 – Parâmetros Utilizados para a Projeção do Resultado Previdenciário  
Fonte: SRGPS/MPS

Variáveis	2024	2025	2026	2027	2028
Produto Interno Bruto (PIB) – Variação Nominal (%)	6,06%	6,79%	6,63%	6,43%	6,36%
Produto Interno Bruto (PIB) – Deflator (%)	3,79%	4,11%	3,92%	3,79%	3,77%
Produto Interno Bruto (PIB) – Variação Real (%)	2,19%	2,56%	2,62%	2,53%	2,51%
Produto Interno Bruto (PIB) – Valor (R\$ bilhões)	11.509,58	12.291,17	13.106,30	13.948,88	14.836,19
Reajuste do Salário Mínimo (%)	6,97%	6,73%	5,37%	5,67%	5,72%
Reajuste dos Demais Benefícios (%)	3,81%	3,45%	3,00%	3,00%	3,00%
Salário Mínimo (R\$)	1.412,00	1.507,00	1.588,00	1.678,00	1.774,00
Novo Teto (R\$)	7.786,02	8.054,75	8.296,14	8.544,76	8.800,83
Teto (em número de salário mínimo)	5,51	5,34	5,22	5,09	4,96
Precatórios e RPV Previdenciário (R\$ milhões)	27.722,93	28.679,78	29.539,26	30.756,71	32.031,27
Compensação Previdenciária (R\$ milhões)	8.589,82	9.191,68	9.835,72	10.524,88	11.262,32
Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (%)	3,45%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

Nota: Data da projeção: 22 de janeiro de 2024; Grade de parâmetros SPE/ME de 12 de janeiro de 2024.



## 60 - Resultado do Banco Central do Brasil

O Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), foi criado pelo art. 2º da Lei nº 4.595/1964, com o objetivo principal de formular a política monetária, cambial e creditícia necessária ao progresso econômico e social do País.

Por sua vez, ao Banco Central do Brasil (BCB), que também integra o SFN, nos termos do art. 1º, inciso II, da Lei nº 4.595/1964, compete cumprir e fazer cumprir as orientações que lhe são atribuídas pelo CMN, conforme preconiza o art. 9º da referida Lei.

Nessa linha, para que o BCB possa operacionalizar as orientações proferidas pelo CMN, há a necessidade de a União dotá-lo de instrumentos necessários para tanto, assegurando, àquela Instituição, a manutenção de uma carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária. Para tanto, o Poder Executivo Federal é autorizado a emitir títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme preconiza o art. 1º, inciso IX, da Lei nº 10.179/2001, incluído pelo art. 2º da Lei nº 11.803/2008.

Além disso, outra forma utilizada na operacionalização dessas políticas é a atuação do BCB no funcionamento regular do mercado de câmbio, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo aquela entidade comprar e vender moeda estrangeira, conforme preconiza o art. 11, inciso III, da Lei nº 4.595/1964, com redação dada pelo art. 4º do Decreto-lei nº 581/1969.

Com o objetivo de aferir o resultado dessas operações, a Lei Complementar nº 179/2021 estabelece que o BCB deve elaborar seus balanços anualmente, abrangendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, inclusive para fins de destinação ou cobertura de seus resultados e constituição de reservas, observado o disposto na Lei nº 13.820/2019. Essa Lei estabeleceu novas regras acerca das relações financeiras entre a União e o BCB, notadamente no que se refere à condução da política monetária.

Conforme estabelecido nos artigos 2º e 3º da citada Lei, o resultado positivo apurado no balanço do BCB, após a constituição de reservas, será considerado obrigação daquela entidade com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço. Tais valores serão destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF). A parcela desse resultado que corresponder ao resultado financeiro positivo de suas operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, observado o limite do valor integral do resultado positivo, será destinada à constituição de reserva de resultado.



Por outro lado, o art. 4º da mesma Lei disciplina que quando o resultado apurado no balanço do BCB for negativo, será coberto, sucessivamente, mediante:

- I. Reversão da reserva de resultado positivo constituída anteriormente; e
- II. Redução do patrimônio institucional do Banco Central do Brasil.

Cabe ressaltar que a cobertura do resultado negativo em referência ocorrerá na data do balanço do BCB, e a redução do patrimônio só pode ocorrer até que esse atinja o limite mínimo de 1,5% do ativo total existente na data do balanço. Nos casos em que a reversão de reservas e a redução patrimonial forem insuficientes para fazerem face ao saldo negativo, o saldo remanescente será considerado obrigação da União com o BCB, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço. Para o pagamento das obrigações remanescentes, poderão ser emitidos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) adequados aos fins de política monetária, com características definidas pelo Ministro da Fazenda.

Acrescente-se a isso que, tendo em vista o disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.179-36/2001, que dispõe sobre a remuneração das disponibilidades de caixa da União depositadas no BCB, combinado com o § 1º do art. 2º e § 4º do art. 4º da Lei nº 13.820/2019, as obrigações, tanto do BCB com a União quanto desta com aquela instituição, deverão ser remuneradas pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da DPMFi em poder do BCB.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN/MF), registra os lançamentos tanto no passivo, em função de obrigação decorrente do resultado negativo do BCB, quanto em contas do ativo em função do resultado positivo.

No exercício de 2023, o BCB apurou resultado patrimonial negativo no total de R\$ 114,2 bilhões, parcialmente coberto da seguinte forma:

- I. Realização de Reserva de Reavaliação de R\$ 5,8 milhões;
- II. Ajustes e Exercícios Anteriores de R\$ 21,1 milhões; e
- III. Redução do Patrimônio Institucional de R\$ 2,9 bilhões.

Com essa cobertura parcial, apurou-se o valor líquido de R\$ 111,2 bilhões para o exercício de 2023.

Contudo, até a data de conclusão do Balanço Geral da União de 2023, as demonstrações contábeis do BCB do mesmo período não haviam sido aprovadas pelo CMN, não sendo possível estimar a data de vencimento para o pagamento da referida obrigação.



No exercício de 2022, o BCB apurou resultado patrimonial negativo de R\$ 298,5 bilhões, compensado da seguinte forma:

- I. Realização de Reserva de Reavaliação de R\$ 5,8 milhões;
- II. Reversão de Reserva de Resultado do BCB no valor de R\$ 179,1 bilhões; e
- III. Redução do Patrimônio Institucional de R\$ 82,8 bilhões.

Com isso, o Resultado Negativo do BCB apresentou o saldo de R\$ 36,5 bilhões em 31/12/2022. Em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023, o CMN aprovou o balanço do BCB relativo ao exercício de 2022, devendo a obrigação decorrente de seu resultado negativo ser quitada pela União até a data de 15 de janeiro de 2024.

Em 2023, foram apropriados R\$ 4,0 bilhões referentes à remuneração desse passivo.

Somadas as apurações de 2022 e 2023, assim como a remuneração do passivo, a conta de Resultado Negativo do BCB apresenta saldo líquido de R\$ 151,8 bilhões, em 31/12/2023, que representa uma obrigação do Tesouro Nacional e um direito a receber do BCB.

Para fins de eventos subsequentes às demonstrações contábeis, houve o pagamento ao BCB de R\$ 40,7 bilhões, no dia 15 de janeiro de 2024, composto por R\$ 36,5 bilhões de principal e de R\$ 4,2 bilhões a título de remuneração sobre o resultado.



## 61 - Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Em 31/12/2023, o total de garantias concedidas, a executar e em execução, foi de R\$ 292,7 bilhões, distribuídas de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 270 – Garantias Concedidas – Por Unidade Gestora

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN)	269.295	276.852	(2,73)	92,00
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	14.799	20.007	(26,03)	5,06
Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN)	8.616	8.997	(4,24)	2,94
Outros	2	2	-	0,00
<b>Total</b>	<b>292.711</b>	<b>305.858</b>	<b>(4,30)</b>	<b>100,00</b>

As garantias concedidas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), no valor de R\$ 14,8 bilhões, referem-se ao seguro de crédito à exportação e representam o saldo das prestações a vencer de todos os contratos com cobertura do Fundo.

As garantias sob gestão da Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN/MF) são relacionadas com os programas sob sua gestão, principalmente o registro dos riscos de crédito atribuíveis à União nas operações financeiras realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em decorrência do estabelecido na Lei nº 8.036/1990.

No entanto, as mais representativas, com cerca de 92% do total, são as garantias sob gestão da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN/MF), que são aquelas concedidas nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), segundo o qual a União pode conceder garantias às operações de crédito realizadas por outras entidades, nos limites e condições estabelecidos na própria Lei e em resoluções do Senado Federal.

Sempre que a União concede uma garantia a um estado, ao Distrito Federal ou a um município, é exigida uma contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia. Somente quando se trata de órgão ou entidade da própria União, as contragarantias são dispensadas.

As contragarantias representam a forma como a União vai recuperar seus recursos caso seja instada a pagar a dívida garantida. No caso de o mutuário ser estado, o Distrito Federal ou município, a LRF permite que o ente garantidor retenha receitas tributárias diretamente arrecadadas ou transferências constitucionais para esse fim.

A tabela a seguir detalha o total de garantias concedidas a outras entidades, no total de R\$ 269,3 bilhões em 31/12/2023.



*Tabela 271 – Garantias Concedidas sob Gestão da CODIV/STN/MF*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fontes: CODIV/STN/MF e Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Estados</b>	<b>202.606</b>	<b>213.844</b>	<b>(5,26)</b>	<b>75,24</b>
Operações Externas	112.388	123.784	(9,21)	41,73
Operações Internas	90.218	90.060	0,18	33,50
<b>Municípios</b>	<b>36.619</b>	<b>30.879</b>	<b>18,59</b>	<b>13,60</b>
Operações Externas	22.195	21.702	2,27	8,24
Operações Internas	14.424	9.177	57,18	5,36
<b>Estatais Federais</b>	<b>22.553</b>	<b>24.507</b>	<b>(7,97)</b>	<b>8,38</b>
Operações Externas	17.194	18.370	(6,40)	6,38
Operações Internas	5.360	6.136	(12,66)	1,99
<b>Entidades Controladas</b>	<b>7.517</b>	<b>7.622</b>	<b>(1,38)</b>	<b>2,79</b>
Operações Externas	7.517	7.622	(1,38)	2,79
<b>Total</b>	<b>269.295</b>	<b>276.852</b>	<b>(2,73)</b>	<b>100,00</b>

Em contrapartida, as contragarantias apresentaram saldo de R\$ 250,5 bilhões em 31/12/2023, conforme tabela abaixo.

*Tabela 272 – Contragarantias Recebidas a Executar sob Gestão da CODIV/STN/MF*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fontes: CODIV/STN/MF e Siafi*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Estados</b>	<b>202.606</b>	<b>213.844</b>	<b>(5,26)</b>	<b>80,87</b>
Operações Externas	112.388	123.784	(9,21)	44,86
Operações Internas	90.218	90.060	0,18	36,01
<b>Municípios</b>	<b>36.619</b>	<b>30.879</b>	<b>18,59</b>	<b>14,62</b>
Operações Externas	22.195	21.702	2,27	8,86
Operações Internas	14.424	9.177	57,18	5,76
<b>Estatais Federais</b>	<b>3.795</b>	<b>4.552</b>	<b>(16,64)</b>	<b>1,51</b>
Operações Externas	996	1.594	(37,47)	0,40
Operações Internas	2.798	2.959	(5,42)	1,12
<b>Entidades Controladas</b>	<b>7.517</b>	<b>7.622</b>	<b>(1,38)</b>	<b>3,00</b>
Operações Externas	7.517	7.622	(1,38)	3,00
<b>Total</b>	<b>250.536</b>	<b>256.898</b>	<b>(2,48)</b>	<b>100,00</b>

Como pode ser observado nas tabelas acima, as operações dos estados e municípios possuem contragarantias integrais, enquanto a diferença de R\$ 18,8 bilhões existente entre as garantias concedidas e as contragarantias recebidas se refere às operações com empresas estatais federais, que, por pertencerem à União, podem ser dispensadas de contragarantias nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000.

As tabelas a seguir indicam os estados e os municípios com os maiores saldos devedores.



Tabela 273 – Garantias Concedidas – Por Estado

Dados em: R\$ milhões

Fonte: STN/MF (Relatório Quadrimestral de Operações de Créditos Garantidas)

Estado	Saldo Devedor	AV (%)
São Paulo	34.403	16,98
Rio de Janeiro	29.762	14,69
Minas Gerais	18.422	9,09
Bahia	14.198	7,01
Ceará	13.448	6,64
Pernambuco	10.452	5,16
Rio Grande do Sul	9.288	4,58
Outros	72.634	35,85
<b>Total</b>	<b>202.606</b>	<b>100,00</b>

Tabela 274 – Garantias Concedidas – Por Município

Dados em: R\$ milhões

Fonte: STN/MF (Relatório Quadrimestral de Operações de Créditos Garantidas)

Município	Saldo Devedor	AV (%)
Rio de Janeiro	7.412	20,24
Fortaleza	3.266	8,92
Manaus	2.774	7,58
São Bernardo do Campo	1.735	4,74
Belo Horizonte	1.668	4,55
Outros	19.764	53,97
<b>Total</b>	<b>36.619</b>	<b>100,00</b>

A maior parte desses saldos não causa impacto no Balanço Patrimonial, pois são registrados apenas em contas de controle, como atos potenciais passivos (garantias) e atos potenciais ativos (contragarantias). O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 9ª edição) define como atos potenciais aqueles que, potencialmente, podem afetar o patrimônio do ente público. É o caso das garantias e das contragarantias: As garantias podem se tornar passivos para a União, caso o devedor original não honre suas obrigações. Nesse caso, as contragarantias, concomitantemente, tornam-se ativos para a União.

Conforme § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000, a garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida. Assim, uma vez que ocorra a inadimplência do ente quanto ao pagamento de parcelas oriundas de operações de crédito garantidas pela União, gera-se a obrigação de esta adimplir as parcelas não pagas e executar as contragarantias oferecidas pelo ente da Federação, conforme contrato de contragarantia firmado entre o ente e a União. Além do valor original devido, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.



A Secretaria do Tesouro Nacional monitora os atrasos de pagamentos dos contratos garantidos pela União, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando os devedores para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente. Caso o mutuário não efetue o pagamento nos prazos estabelecidos, a União, na condição de garantidora, efetua a liquidação do débito junto ao credor, adotando, em seguida, as medidas necessárias à compensação do pagamento, mediante o bloqueio de receitas próprias e de transferências constitucionais, conforme previsto nos contratos de contragarantia.

Ao aderir ao RRF, a probabilidade de o ente da federação não pagar suas obrigações e a União ser instada a fazê-lo é muito alta, pois, no futuro, quando a União reouver esses recursos, serão cobrados apenas encargos financeiros de normalidade, previstos nos contratos originais (inciso I do § 1º do art. 21 da Lei Complementar nº 178/2021). Em outras palavras, essa é uma forma prevista na Lei para que a UF ganhe mais prazo para quitação das suas obrigações. Durante o RRF, a União paga as operações garantidas de responsabilidade do ente da Federação, que passa a dever a ela, não mais para o credor original. A União, porém, somente poderá cobrar essa dívida após o encerramento do prazo estipulado na Lei.

O total de provisões para honra de garantias assumidas alcançou R\$ 65,6 bilhões em 31/12/2023. A tabela a seguir detalha o montante da provisão para assunção de garantias por Unidade da Federação.

*Tabela 275 – Provisão para Assunção de Garantias – Por Unidade da Federação*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: CODIV/STN/MF*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Rio de Janeiro	30.235	34.839	(13,21)	46,12
Minas Gerais	18.653	22.764	(18,06)	28,45
Rio Grande do Sul	9.381	11.129	(15,70)	14,31
Goiás	7.294	5.613	29,96	11,13
Rio Grande do Norte	-	2.077	(100,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>65.564</b>	<b>76.421</b>	<b>(14,21)</b>	<b>100,00</b>

Em 2023, houve novos registros de provisão no valor de R\$ 8,4 bilhões, reversões de R\$ 8,8 bilhões, e utilização dessa provisão (honras) de R\$ 10,5 bilhões, resultando em uma redução de R\$ 10,9 bilhões no saldo de 31/12/2023.



Tabela 276 – Movimentação das Provisões para Honras de Avais

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>76.421</b>
Utilização (Honras)	(10.488)
Reversões	(8.794)
Novos Registros	8.426
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>65.564</b>

Ressalta-se que a União está impedida de executar as contragarantias de estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a execução das referidas contragarantias e as relativas aos Estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que estão sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) instituído pela Lei Complementar nº 159/2017 (alterada pela Lei Complementar nº 178/2021).

Independentemente da existência ou não de provisão, todas as honras de garantias geram um ativo para a União. Esses ativos são registrados em contas específicas de créditos sub-rogados que, até o encerramento do exercício, apresentaram um crescimento de R\$ 111 milhões (6,65%), conforme movimentação apresentada na tabela a seguir.

Tabela 277 – Movimentação dos Créditos Sub-rogados

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.663</b>
Atualizações	(10.319)
Pagamentos de Honras	12.291
Recuperação de Honras	(8)
Compensações	(1.855)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.774</b>

Em 2023, a União realizou o pagamento de R\$ 12,3 bilhões com o objetivo de honrar garantias concedidas a operações de crédito, sendo as mais relevantes: R\$ 4,6 bilhões referentes ao Estado do Rio de Janeiro, R\$ 3,6 bilhões ao Estado de Minas Gerais, e R\$ 1,4 bilhão ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme detalhado no Relatório Mensal de Garantias Honradas (RMGH)<sup>8</sup> de dezembro de 2023.

O item “Compensações” da tabela anterior é referente a decisões judiciais que permitiram aos entes federativos a suspensão do pagamento de dívidas garantidas pela União para compensar perdas na arrecadação do ICMS. A Lei Complementar nº 201/2023 definiu esses valores. Dessa forma, o valor de

<sup>8</sup>Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-de-garantias-honradas-rmqh/>



R\$ 1,9 bilhão em compensações é referente aos Estados de Alagoas (R\$ 129 milhões), Espírito Santo (R\$ 62 milhões), Maranhão (R\$ 480 milhões), Pernambuco (R\$ 888 milhões) e Piauí (R\$ 296 milhões).

A tabela a seguir detalha o total de créditos sub-rogados, apresentando os devedores que possuíam honras pendentes de recuperação em 31/12/2023.

Tabela 278 – Honras a Recuperar – Por Devedor

Dados em: R\$ milhões

Fonte: COAFI/STN/MF

Ente da Federação	Saldo a Recuperar	AV (%)
Maranhão	838	47,25
Piauí	443	24,97
Pernambuco	248	13,96
Alagoas	133	7,49
Taubaté (SP)	104	5,88
Corumbá (MS)	8	0,44
<b>Total</b>	<b>1.774</b>	<b>100,00</b>

Importante destacar que, dos entes federativos da tabela anterior, a União está impedida de recuperar os valores por acionamento de contragarantias, em virtude de decisão judicial, exceto para o município de Corumbá/MS.

Informações mais detalhadas estão disponíveis no Relatório Mensal de Garantias Honradas (RMGH), no Relatório Quadrimestral de Garantias (RQG) e no Painel de Garantias Honradas, os quais são publicados no Portal “Tesouro Transparente” (<https://tesourotransparente.gov.br>).



## 62 - Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai)

Existem entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), porém utilizam o Siafi para registrar a sua evolução patrimonial. Cinco delas merecem especial destaque:

- I. Banco Central do Brasil (BCB) – Autoridade Monetária;
- II. Fundação Habitacional do Exército;
- III. Fundação Nacional do Índio (Funai) – Patrimônio Indígena;
- IV. Reserva Global de Reversão – Eletrobrás; e
- V. Conta de Desenvolvimento Energético – Eletrobrás.

Por não pertencerem aos OFSS, essas entidades não estão consolidadas na elaboração das DCON. Com exceção da Funai, os demais órgãos utilizam o Siafi em sua modalidade parcial, integrando seus saldos contábeis por meio da transação de Integração de Balancete. Isto ocorre em função de essas entidades utilizarem outros sistemas para registro de suas transações econômicas.

Na tabela apresentada a seguir, são evidenciados os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais da União e das entidades supracitadas.

*Tabela 279 – Agregação de Saldos – Entidades Pertencentes aos OFSS, Entidades que Fazem Integração de Saldos e Funai – Patrimônio Indígena*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Siafi

Demonstrativo	Itens	Órgãos Pertenc. aos OFSS (BGU)	Órgãos que fazem a integração de Balancetes e Funai (não pertencem aos OFSS)					Total
			BCB	Fundação Hab. do Exército	Funai	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenv. Energ.	
Balanço Patrimonial	Ativo Circulante (I)	1.965.376	1.779.728	1.347	58	1.974	85.636	3.834.118
	Ativo Não Circulante (II)	5.406.612	2.403.849	3.881	35	25.454	-	7.839.831
	<b>Ativo (III = I + II)</b>	<b>7.371.988</b>	<b>4.183.577</b>	<b>5.228</b>	<b>92</b>	<b>27.427</b>	<b>85.636</b>	<b>11.673.948</b>
	Passivo Circulante (IV)	2.463.182	3.850.376	113	0	4.460	79.405	6.397.536
	Passivo Não Circulante (V)	10.499.756	381.693	9	-	-	-	10.881.458
	Patrimônio Líquido (VI)	(5.590.950)	(48.492)	5.105	92	22.967	6.232	(5.605.046)
	<b>Passivo + Patrimônio Líquido (VII = IV + V + VI)</b>	<b>7.371.988</b>	<b>4.183.577</b>	<b>5.228</b>	<b>92</b>	<b>27.427</b>	<b>85.636</b>	<b>11.673.948</b>
Demonstração das Variações Patrimoniais	Aumentativas (VIII)	3.821.355	4.079.234	1.818	33	83.893	16.575	8.002.908
	Diminutivas (IX)	4.571.575	4.196.420	1.818	19	84.115	16.246	8.870.191
	<b>Resultado (X = VIII - IX)</b>	<b>(750.219)</b>	<b>(117.186)</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>(222)</b>	<b>329</b>	<b>(867.283)</b>



## 63 - Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios

### (a) Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

As provisões para perdas judiciais e administrativas compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos relacionados a ações administrativas e judiciais ajuizadas contra a União, porém passíveis de serem estimadas de forma confiável.

Em 31/12/2023, tais provisões representaram um montante de R\$ 739,4 bilhões (R\$ 732,7 bilhões em 31/12/2022), sendo R\$ 536,0 bilhões referentes a ações judiciais sem trânsito em julgado, R\$ 193,8 bilhões referentes a ações transitadas em julgado com decisão desfavorável à União, e R\$ 9,6 bilhões referentes à provisão de precatórios cancelados.

As provisões para perdas Judiciais e Administrativas relacionadas às ações judiciais ainda sem trânsito em julgado, em que a União figura diretamente no polo passivo, referem-se ao montante classificado como de perda provável, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis, conforme Portaria Normativa AGU nº 68/2022. Todo o saldo está registrado no passivo não circulante (longo prazo).

#### (a.1) Provisões de Demandas Judiciais Transitadas em Julgado

A maior parte da provisão para perdas judiciais e administrativas referente às ações transitadas em julgado com decisão desfavorável à União, estão sob gestão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), no montante de R\$ 193,8 bilhões, em 31/12/2023.

Tabela 280 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Ações Transitadas em Julgado - RFB – Por Temas

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
PIS/Cofins. Base de cálculo, inclusão do ICMS	124.396	236.840	(47,48)	64,18
Cebas – Lei nº 12.101/2009	23.520	29.400	(20,00)	12,13
Conversão de tempo especial em comum – RPPS	22.500	30.000	(25,00)	11,61
Titularidade do IRRF sobre valores pagos aos Municípios	12.563	16.750	(25,00)	6,48
Lei do bem	5.695	-	-	2,94
Multa por indeferimento administrativo de pedidos de ressarcimento, compensação e restituição	2.660	-	-	1,37
Imposto de renda pessoa física sobre juros de mora	1.643	2.190	(25,00)	0,85
Imunidade IPI sobre automóveis para deficientes auditivos	855	1.140	(25,00)	0,44
<b>Total</b>	<b>193.831</b>	<b>316.320</b>	<b>(38,72)</b>	<b>100,00</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



Devido ao trânsito em julgado com decisão desfavorável ao Poder Público, os montantes de perda estimada da União dos temas listados acima deixaram de estar no âmbito da Portaria nº 68/2022 da AGU e passaram a ter características de obrigação já exigível. Consequentemente, as ações de temas tributários, na contabilidade, deixam de estar sob gestão da PGFN e passam a ser controlados pela RFB.

Embora o trânsito em julgado dos temas tributários evidenciados na tabela acima, os valores estimados continuam classificados como provisão devido à incerteza de valor e de tempo de execução da obrigação.

Na reavaliação da mensuração da provisão após a concretização do risco, a RFB considera, sempre que possível, o montante das compensações tributárias realizadas em sede da concretização desfavorável do risco fiscal. Quando não for possível estimar o montante das obrigações de que trata o item anterior, a sua extinção será feita de forma proporcional ao período estimado de execução, a critério da RFB.

#### ***(a.2) Provisões de Demandas Judiciais sem Trânsito em Julgado***

A Portaria Normativa AGU nº 68/2022, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais à União, suas autarquias ou fundações públicas. A referida portaria aplica-se à Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral Federal e à Secretaria-Geral de Contencioso, e no que couber, ao Núcleo Especializado em Arbitragem da Consultoria-Geral da União e à Equipe Nacional Especializada em Arbitragens da Procuradoria-Geral Federal.

Dentro do contexto das ações judiciais, a PGFN tem como atribuições, dentre outras, a representação da União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários.

Já a Procuradoria-Geral Federal (PGF) é o órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais.

E, por fim, a Procuradoria-Geral da União (PGU) é responsável pela representação judicial da Administração Direta da União, que abrange os três Poderes da República e as funções essenciais à Justiça, atuando perante as diversas instâncias do Poder Judiciário, bem como o contencioso internacional, ressalvada a matéria tributária e fiscal.

##### ***(a.2.1) Demandas Judiciais Classificadas como de Perda Provável – PGFN***

No âmbito da Portaria Normativa AGU nº 68/2022, ou seja, as ações sem trânsito julgado classificadas como risco provável de perda, o montante de R\$ 147,3 bilhões são de matéria tributária e estão sob gestão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).



A PGFN apura periodicamente as informações acerca do valor atualizado de ações judiciais defendidas pela Procuradoria que possam se converter em risco fiscal possível e provável, passando a constar do Anexo de Riscos Fiscais, segundo o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), além do Balanço Geral da União.

Em síntese, o procedimento de apuração inicia com a solicitação pela PGFN, responsável pela classificação dos riscos fiscais, da estimativa dos efeitos financeiros de determinados recursos em tramitação nos tribunais superiores. O Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da RFB recebe a solicitação e procede a estimativa do efeito fiscal dos temas e dos recursos, acompanhados de breve descrição da matéria objeto da lide. A estimativa feita pela RFB adota como premissa a base ampla de contribuintes sujeitos à mesma condição jurídica, a partir de informações agregadas.

Assim, esses valores representam a situação hipotética aplicada ao conjunto total de contribuintes que estariam sob a mesma situação jurídica e seriam beneficiados pela eventual decisão desfavorável à Fazenda, independentemente de ter ingressado ou não em juízo.

A tabela a seguir apresenta os temas das ações judiciais defendidas pela PGFN com perda provável, sendo que os valores em 31/12/2023 e 31/12/2022 se baseiam nas Notas Técnicas nº 00096/2023/SGE/AGU e nº 00027/2022/SGE/AGU, respectivamente.

Tabela 281 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – PGFN – Por Temas  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Nota Técnica AGU ° 96/2023

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
Refis – Exclusão	80.100	-	-	54,40
Crédito-Prêmio de IPI	23.690	23.690	-	16,09
Funrural	12.170	-	-	8,26
PIS/Cofins – Não Cumulatividade	9.350	9.350	-	6,35
Índice de Correção de Balanço de Instituições Financeira em Liquidação Extrajudicial em Débitos com o PROER	6.400	6.400	-	4,35
Imunidade Recíproca	4.700	-	-	3,19
Alargamento da base de cálculo do PIS/Cofins – art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998	2.350	2.350	-	1,60
Lei do Bem. Revogação antecipada da alíquota zero de PIS/Cofins para os varejistas dos produtos da Lei de Informática (Medida Provisória nº 690/2015).	-	6.700	(100,00)	0,00
Alíquota zero PIS/Cofins combustíveis	-	5.700	(100,00)	0,00
Outros	8.493	4.500	88,73	5,77
<b>Total</b>	<b>147.253</b>	<b>58.690</b>	<b>150,90</b>	<b>100,00</b>

Conforme tabela acima, o tema “Lei do Bem”, R\$ 6,7 bilhões, que trata da revogação antecipada da alíquota zero de PIS/Cofins para os varejistas dos produtos da Lei de Informática (Medida Provisória



nº 690/2015) teve o trânsito em julgado desfavorável para a União. Dessa forma, ela sai do âmbito da Portaria Normativa AGU nº 68/2022 e passa a ser controlada, até o seu efetiva execução financeira, pela RFB. Também pode-se observar que a PGFN excluiu R\$ 5,7 bilhões referente ao tema “Alíquota zero PIS/Cofins combustíveis” em razão do trânsito em julgado de decisão que a julgou prejudicada, portanto, favorável à União.

Em relação aos temas “Refis-Exclusão” e “Funrural”, houve uma mudança de classificação da perda de remota para provável. A provisão para o tema “Refis-Exclusão” considerou os dados disponibilizados no Sistema de Pagamentos da RFB sobre receitas arrecadadas nos anos-base de 2016 a 2020, referentes a Cofins – Importação, Cofins – Importação de serviços, PIS – Importação, PIS – Importação de serviços e demais receitas correlatas. Então, foi estimado o impacto tributário de eventual decisão judicial desfavorável à União que considere inconstitucional sua cobrança, o que se consubstanciaria em perda de arrecadação futura dessas contribuições sobre importação, além de necessidade de restituição ou compensação dos valores eventualmente recolhidos a maior, possivelmente nos últimos cinco anos – a depender dos exatos termos da decisão judicial em comento.

Quanto à provisão do tema “Funrural”, a metodologia adotada para a estimativa do impacto consistiu em obter o valor da GPS rural do conjunto de empresas com GFIP declarada nos códigos FPAS 604 e 744 e com situação FPAS contendo a expressão PRU (Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Comercialização da Produção Rural) no período de 2014 a 2018. Desta lista, foram excluídas as agroindústrias. Procedeu-se, então, à separação de valores de comercialização de produção rural própria e de terceiros (revenda), fundamentado na proporção entre os valores de vendas de produção própria (cerca de 71%) e de terceiros (cerca de 29%) constantes da nota fiscal eletrônica de vendas emitidas por este conjunto de empresas no período de 2014 a 2018. Aplicando estes percentuais ao total de GPS rural de 2014 a 2018, e atualizando-se pela Selic, foram obtidas as seguintes estimativas preliminares de impacto financeiro: R\$ 11,7 bilhões (5 anos) e R\$ 2,3 bilhões (média anual).

Ademais, a provisão do tema “Crédito-Prêmio de IPI” contemplou, em geral, o cálculo produzido pela RFB a partir de dados fornecidos pelas empresas contribuintes na execução de sentença e atualizados pelo IPCA.

#### *(a.2.2) Demandas Judiciais Classificadas como de Perda Provável – PGU*

As ações judiciais defendidas pela PGU com perda provável seguem os critérios da Portaria Normativa AGU nº 68/2022, bem como das normas contábeis relativas a provisões e passivos contingentes. A tabela



a seguir apresenta essas ações por tema, sendo que os valores em 31/12/2023 e 31/12/2022 se baseiam nas Notas Técnicas nº 00096/2023/SGE/AGU e nº 00027/2022/SGE/AGU, respectivamente.

*Tabela 282 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – PGU – Por Temas*  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Nota Técnica AGU nº96/2023

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Fundef	128.350	133.030	(3,52)	52,10
Indenização Obras	32.500	-	-	13,19
Intervenção do Estado no domínio econômico. Fixação de tarifas pelo ente central no período compreendido entre 1987 e 1992	9.520	9.520	-	3,86
Correção de expurgos inflacionários	8.000	3.820	109,42	3,25
Reajuste Tabela SUS X TUNEP	7.920	-	-	3,22
Audidores fiscais. Reajuste de 28,86% sobre a RAV. Incidência na forma integral	7.050	7.050	-	2,86
Diferenças salariais	4.800	5.800	(17,24)	1,95
Servidor Público – Pagamento de GIFA	4.600	5.400	(14,81)	1,87
Gratificações de desempenho – GDAT	4.270	4.270	-	1,73
Indenização por danos materiais	3.700	3.100	19,35	1,50
Indenização ao setor sucroalcooleiro	3.600	3.600	-	1,46
Reajuste Planos Bresser 26,06% e Verão 26,05%	3.320	-	-	1,35
Equiparação dos aposentados e pensionistas do extinto DNER com os servidores do DNIT	3.130	3.130	-	1,27
Desapropriação	2.300	3.310	(30,51)	0,93
Incorporação de GAT ao VB	-	3.000	(100,00)	0,00
Outros	23.270	13.600	71,10	9,45
<b>Total</b>	<b>246.330</b>	<b>198.630</b>	<b>24,01</b>	<b>100,00</b>

*Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.*

O tema Fundef, no montante de R\$ 128,4 bilhões, refere-se ao pedido de complementação da União de valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) em favor dos Estados, de modo a garantir o recebimento do valor mínimo nacional por aluno a partir da média nacional.

Além disso, destaca-se uma mudança de classificação de remoto para provável com reconhecimento da provisão referente ao tema “Indenização Obras”. Essa ação se refere ao pagamento de reajustamentos de contratos celebrados pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Outra provisão que passou a ser reconhecida no exercício de 2023, refere-se às ações relativas ao tema “Reajuste Tabela SUS X TUNEP”, onde entidades privadas prestadoras de serviços públicos de saúde buscam a revisão dos valores pagos de acordo com a Tabela SUS, mediante a aplicação dos valores previstos na Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP) e no Índice de Valoração do Ressarcimento (IVR). Tais obrigações montaram a quantia aproximada de R\$ 7,9 bilhões.



Ainda quanto às provisões reconhecidas no âmbito da AGU, destaca-se aquela relativa ao tema “Reajuste Planos Bresser 26,06% e Verão 26,05%”, no valor de R\$ 3,3 bilhões. Tal temática abrange processo trabalhista coletivo proposto em face da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cujo objeto é o pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes dos Planos Bresser e Verão.

*(a.2.3) Demandas Judiciais Classificadas como de Perda Provável – PGF*

Tendo como parte processual o INSS, autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), a PGF, conforme Nota Técnica nº 0096/2023/CGPG/DGE/AGU, classificou como perda provável o risco fiscal cujo tema é a possibilidade de revisão de benefício previdenciário mediante a aplicação da regra definitiva do art. 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/1991, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei nº 9.876/1999 aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da publicação da referida Lei.

Por meio da Nota Técnica nº 12/2022/DIRBEN-INSS, a Diretoria de Benefícios do INSS realizou análise acerca das consequências práticas da possibilidade de utilização dos salários de contribuição anteriores ao período de julho de 1994 no cálculo dos benefícios previdenciários. Nesse contexto, estima-se que, em havendo majoração média da renda mensal em 5%, levando em consideração apenas os benefícios previdenciários ativos, o custo a ser suportado pela Previdência Social totalizaria quase R\$ 2 bilhões mensais, não considerando eventuais pagamentos retroativos.

Ainda consoante a referida Nota Técnica, considerando-se os pagamentos retroativos, respeitada a prescrição quinquenal, chega-se ao montante aproximado de R\$ 120 bilhões de pagamento imediato; e, projetando uma expectativa de vida média dos beneficiários – com benefícios ativos – em quinze anos, ter-se-ia a estimativa de R\$ 360 bilhões, totalizando R\$ 480 bilhões.

**(b) Passivos Contingentes para Demandas Judiciais**

Os passivos contingentes relacionados às ações judiciais referem-se ao montante classificado como de perda possível (não provável), observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. Essas ações, nas quais a União figura diretamente como ré, foram mensuradas seguindo os critérios da Portaria Normativa AGU nº 68/2022, da LRF e das normas contábeis relativas a provisões e passivos contingentes.

Tais passivos não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os passivos contingentes devem



ser apenas evidenciados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

As ações judiciais defendidas pela AGU com perda possível em 31/12/2023 e 31/12/2022 se baseiam nas Notas Técnicas nº 00096/2023/SGE/AGU e nº 00027/2022/SGE/AGU, respectivamente. Em 31/12/2023, os passivos contingentes de demandas judiciais apenas da PGFN, da PGU e da PGF corresponderam a R\$ 1,490 trilhão (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1,423 trilhão).

**(b.1) Demandas Judiciais classificadas como de perda possível – PGFN**

Em 31/12/2023, o saldo das ações judiciais defendidas pela PGFN, classificadas como perda possível, teve variação negativa de 15,35% (R\$ 123,6 bilhões), conforme detalhado a seguir.

*Tabela 283 – Passivos Contingentes de Demandas Judiciais – PGFN – Por Tema*

*Dados em: R\$ milhões*

*Fonte: Nota Técnica AGU nº 96/2023*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Exigência de lei complementar para disciplinar PIS/Cofins na importação	325.000	325.000	-	47,69
IRPF – dedução de despesas com educação	87.500	87.500	-	12,84
Inclusão do PIS/Cofins nas suas próprias bases de cálculo	65.710	65.710	-	9,64
Reintegra – devolução de resíduo tributário remanescentes na cadeia de produção de bens exportados	49.900	42.600	17,14	7,32
PIS/Cofins – base de cálculo, inclusão do ISS	35.370	35.370	-	5,19
PIS/Cofins – incidência em receitas decorrentes da locação – bens móveis	20.190	20.190	-	2,96
CIDE sobre remessas ao exterior	19.600	19.600	-	2,88
Exclusão do PIS/COFINS os créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e DF	16.500	16.500	-	2,42
PIS/Cofins – instituições financeiras	-	115.210	(100,00)	0,00
Creditamento de PIS/Cofins na revenda de produtos submetidos à tributação monofásica (alíquota zero/regime não cumulativo)	-	31.000	(100,00)	0,00
Outros	61.650	46.350	33,01	9,05
<b>Total</b>	<b>681.420</b>	<b>805.030</b>	<b>(15,35)</b>	<b>100,00</b>

Os impactos na variação total dos passivos contingentes geridos pela PGFN foram consequência de reclassificações de riscos e mudança de estimativa de valores. Os temas “PIS/Cofins – instituições financeiras” e “Creditamento de PIS/Cofins na revenda de produtos submetidos à tributação monofásica (alíquota zero/regime não cumulativo)” tiveram seus riscos reclassificados de perda possível para remota.

**(b.2) Demandas Judiciais classificadas como de perda possível – PGU**

As ações judiciais defendidas pela PGU com probabilidade de perda possível estão detalhadas na tabela a seguir.



Tabela 284 – Passivos Contingentes para Demandas Judiciais – PGU – Por Tema  
Dados em: R\$ milhões  
Fonte: Nota Técnica AGU nº 96/2023

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	AH (%)	AV (%)
FGTS correção monetária	295.900	295.900	-	46,48
Setor sucroalcooleiro – responsabilidade civil do Estado	79.640	79.640	-	12,51
ACP – devolução das diferenças pagas pelos mutuários de Cédulas de Crédito Rural – Plano Collor I	239.000	79.000	202,53	37,54
Fornecimento de medicamento pelo Poder Público	14.000	14.000	-	2,20
Compensação de ICMS dos Estados – Leis Complementares nº 192/2022 e 194/2022	-	23.000	(100,00)	0,00
Política agrícola – incentivos	-	12.000	(100,00)	0,00
Outros	8.080	13.470	(40,01)	1,27
<b>Total</b>	<b>636.620</b>	<b>517.010</b>	<b>23,13</b>	<b>100,00</b>

No caso das estimativas de risco das possíveis perdas da União com ações judiciais sob gestão da PGU/AGU, a variação positiva de 23,13% (R\$ 119,6 bilhões) decorreu, principalmente, da reestimativa da valoração do risco sobre o tema “ACP – devolução das diferenças pagas pelos mutuários de Cédulas de Crédito Rural – Plano Collor I”, aumentado de R\$ 79,0 bilhões em 31/12/2022 para R\$ 239,0 bilhões em 31/12/2023 (variação de R\$ 160,0 bilhões).

Este tema trata de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Banco do Brasil S.A., da União e do Banco Central do Brasil, na qual pleiteia a devolução das diferenças pagas pelos mutuários de Cédulas de Crédito Rural, lastreadas em recursos da caderneta de poupança, em virtude da implementação do chamado Plano Collor I, no mês de março de 1990.

De acordo com a Nota Técnica nº 00096/2023/CGPG/DGE/AGU, a controvérsia poderia alcançar até 800 mil mutuários de cédulas de crédito rural com operações ativas em março de 1990, totalizando impacto financeiro estimado virtualmente em mais de R\$ 239 bilhões, segundo levantamento apresentado nos autos pelo Banco Central do Brasil.

Os temas “Compensação de ICMS dos Estados – Leis Complementares nº 192/2022 e 194/2022” e “Política agrícola – incentivos” tiveram os riscos reclassificados para perda remota. Com relação ao primeiro tema, ressalte-se que, no exercício financeiro de 2023, União, Estados e o Distrito Federal celebraram acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) visando disciplinar o ressarcimento das perdas com arrecadação de ICMS prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022, propiciando assim a extinção das ações judiciais impetradas em face da União. Em consequência do referido acordo, foi promulgada a Lei Complementar nº 201/2023, disciplinando as premissas a serem observadas pelos acordantes para o pretendido ressarcimento.



### **(b.3) Demandas Judiciais classificadas como de perda possível – PGF**

A tabela a seguir apresenta as ações judiciais defendidas pela PGF com probabilidade de perda possível.

*Tabela 285 – Passivos Contingentes para Demandas Judiciais – PGF – Por Tema*  
*Dados em: R\$ milhões*  
*Fonte: AGU*

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Exclusão do Fator Previdenciário da base de cálculo das aposentadorias	89.000	-	-	51,77
Fator Previdenciário	36.400	54.600	(33,33)	21,18
Natureza salarial do auxílio-alimentação, integrado ao salário de contribuição para fins de cálculo da renda mensal inicial (RMI)	46.500	46.500	-	27,05
<b>Total</b>	<b>171.900</b>	<b>101.100</b>	<b>70,03</b>	<b>100,00</b>

No caso das estimativas de risco das possíveis perdas da União com ações judiciais sob gestão da PGF/AGU, a variação positiva de 70,03% (R\$ 70,8 bilhões) foi causada, principalmente, pela reclassificação do risco, de remoto para possível, sobre o tema “Exclusão do Fator Previdenciário”, no valor estimado de R\$ 89,0 bilhões. Tal ação judicial tem por objeto a exclusão do fator previdenciário da base de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição, ou seja, a não aplicabilidade do fator previdenciário nas hipóteses subsumíveis às regras de transição da Emenda Constitucional nº 20/1998 no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

### **(c) Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV)**

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União) façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais, sendo disciplinados pelo art. 100 da CF/1988. Conforme o § 6º desse artigo, as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão que está sendo executada determinar o pagamento integral. Exclusivamente nos casos de preterimento do direito de precedência do credor ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, caberá, à mesma autoridade judiciária, a requerimento do credor, autorizar o sequestro da quantia respectiva.

Os valores referentes aos precatórios precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para serem pagos. Se requeridos até 2 de abril de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte. Destaca-se que essa característica temporal dos valores requeridos até 2 de abril causa descompasso entre os valores pagos e a pagar de um ano para outro, ou seja, nem todo o saldo a pagar ao final de cada exercício é pago no exercício seguinte, já que o pagamento implica ter sido inserido na LOA do ano. Assim, os precatórios requeridos a partir de 3 de abril de cada ano somente serão pagos no segundo exercício subsequente.



O pagamento dos precatórios federais usualmente é realizado pelos próprios tribunais nos quais houve o julgamento dos processos e ocorre de acordo com calendário divulgado anualmente pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Uma exceção ocorre quando o INSS é condenado na Justiça Estadual, sendo o pagamento feito diretamente pela Autarquia, por meio do FRGPS.

Do saldo de precatórios e RPV a pagar em 31/12/2023 (R\$ 84,5 bilhões), os valores relacionados a precatórios de terceiros representaram 49,16% do total (R\$ 41,5 bilhões), conforme tabela a seguir.

Tabela 286 – Precatórios e RPV a Pagar

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado*)	AH (%)	AV (%)
Precatórios de Terceiros	41.549	70.172	(40,79)	49,16
RPV	29.337	26.656	10,06	34,71
Precatórios de Benefícios Previdenciários	10.610	21.278	(50,13)	12,55
Precatórios de Pessoal	3.027	14.282	(78,81)	3,58
<b>Total</b>	<b>84.523</b>	<b>132.387</b>	<b>(36,15)</b>	<b>100,00</b>
Circulante (Curto Prazo)	63.166	103.426	(38,93)	74,73
Não Circulante (Longo Prazo)	21.358	28.962	(26,26)	25,27

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.

Observa-se que os valores de Precatórios e RPV a pagar apresentaram, em 31/12/2023, variação negativa de 36,15% quando comparados ao encerramento do exercício de 2022.

Os valores de precatórios e RPV pagos e os saldos a pagar apresentaram o comportamento demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 287 – Precatórios e RPV a Pagar e Pagos

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

		Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>100.345</b>
2022	(+) Adições líquidas	91.095
	(-) Pagamentos do exercício	(58.111)
	(-) Pagamentos de Restos a Pagar	(942)
	<b>Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado*)</b>	<b>132.387</b>
2023	(+) Adições líquidas	104.433
	(-) Pagamentos do exercício	(150.981)
	(-) Pagamentos de Restos a Pagar	(1.315)
	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>84.523</b>

Nota: \*Os saldos referentes a 31/12/2022 foram reapresentados conforme explicação constante na Nota "Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022" deste relatório.



Em 20 de dezembro de 2023, foi editada a Medida Provisória nº 1.200, que abriu o montante de R\$ 93,1 bilhões em créditos extraordinários para pagamento de precatórios, o que explica o aumento expressivo apresentado na linha “Pagamentos do exercício”, na tabela acima.

Em 31/12/2023, dos pagamentos totais de precatórios e RPV realizados, o Ministério da Fazenda foi responsável por R\$ 89,6 bilhões e o FRGPS por R\$ 56,5 bilhões, conforme a tabela a seguir.

Tabela 288 – Precatórios e RPV Pagos – Por Órgão Responsável

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2023			31/12/2022		
	Exercício	Restos a Pagar	Total	Exercício	Restos a Pagar	Total
Ministério da Fazenda (MF)	89.424	186	89.609	23.845	223	24.069
Fundo do Regime Geral de Previdência (FRGPS)	55.623	921	56.544	27.337	608	27.945
Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS)	3.632	148	3.779	2.161	90	2.251
Outros	2.303	61	2.364	4.767	21	4.788
<b>Total</b>	<b>150.981</b>	<b>1.315</b>	<b>152.297</b>	<b>58.111</b>	<b>942</b>	<b>59.053</b>

Mais informações sobre a evolução do estoque de precatórios e RPV, bem como os fluxos de pagamentos dessas rubricas estão disponíveis em <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/riscos-fiscais-com-demandas-judiciais-e-precatorios>.



## Glossário

Este glossário objetiva auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados neste documento. Contudo, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

**Ações / Cotas em Tesouraria.** Compreendem o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).** Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

**Ajustes de Avaliação Patrimonial.** Compreendem as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência.

**Ajustes de Exercícios Anteriores.** Compreendem os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

**Amazônia Legal.** Refere-se à área da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, na sua porção a oeste do meridiano 44º.

**Análise Horizontal (AH).** Compreende a relação de cada conta da demonstração contábil com sua equivalente de exercícios anteriores. Mede, portanto, a evolução das contas ao longo de dois ou mais exercícios, permitindo projetar uma tendência futura.

**Análise Vertical (AV).** Compreende a importância relativa de cada conta com um valor-base dentro da demonstração contábil, permitindo inferir, por exemplo, se há itens fora das proporções usuais e qual a sua representação diante da totalidade de um grupo.

**Ativo.** Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

**Ativo Circulante.** Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: i) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; ii) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; iii) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações



contábeis; ou iv) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Ativo Não Circulante.** Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

**Ativo Não Circulante Mantido para Venda.** Compreende o ativo não circulante cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a doze meses.

**Ativo Realizável a Longo Prazo.** Compreende bens, direitos, dívida ativa e despesas antecipadas realizáveis após dozes meses da publicação das demonstrações contábeis.

**Atos Potenciais Ativos.** São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público.

**Atos Potenciais Passivos.** São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público.

**Benefícios Previdenciários e Assistenciais.** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

**Bens de Uso Comum do Povo.** Compreendem os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

**Bens de Uso Especial.** Compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, tais como hospitais, universidades e viaturas de polícia.

**Bens Dominicais.** Compreendem os bens que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico, tais como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

**Caixa e Equivalentes de Caixa.** Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balço Patrimonial.



**Contribuições.** Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

**Créditos a Curto Prazo.** Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Créditos Adicionais.** Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Créditos Sub-rogados.** Referem-se a ativos que a União adquire quando, na condição de garantidora, liquida obrigações de terceiros perante os credores originais, passando esse terceiro, beneficiário da garantia, a dever diretamente para a União.

**Cotas em Tesouraria.** Vide “Ações / Cotas em Tesouraria”.

**Curto Prazo.** Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados.** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício correspondente às respectivas receitas de venda. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

**Demais Obrigações.** Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Demais Reservas.** Compreendem as demais reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

**Despesas Orçamentárias.** Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

**Despesa Orçamentária Empenhada.** Consiste no valor que o Estado reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição.



**Despesa Orçamentária Liquidada.** Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

**Despesa Orçamentária Paga.** Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

**Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.** Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

**Diferido.** Compreende as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

**Direitos Contratuais a Executar.** Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratada, visando ao fornecimento de bens e serviços para terceiros.

**Dívida Ativa.** Abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

**Dividendos.** Distribuições de lucros a detentores de instrumentos patrimoniais na proporção de suas participações em uma classe particular do capital.

**Dotação Atualizada.** Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

**Dotação Inicial.** Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na LOA.

**Eclusas.** Obras de engenharia que permitem que embarcações superem desníveis em cursos de água, ou seja, subam ou desçam os rios ou mares em locais onde há desníveis. Nessa conta do Imobilizado, são registrados os valores das eclusas construídas com recursos públicos e que estejam sob controle ou administração do poder público.

**Empréstimos e Financiamentos.** Compreendem as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.



**Estoques.** Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

**Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.** Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

**Fluxos de Caixa.** São as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

**Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.** São aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

**Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.** São aqueles referentes à aquisição e à venda de ativos não circulantes e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

**Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.** São aqueles referentes às principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

**Fornecedores e Contas a Pagar.** Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Gleba.** Porção de terra que não tenha sido submetida a loteamento ou desmembramento.

**Honra de Avais.** Refere-se aos pagamentos de obrigações de terceiros realizados pela União em virtude de garantia concedida ao devedor original. Quando ocorre esse tipo de pagamento, a União se sub-roga nos direitos do credor, ou seja, passa a ser titular dos créditos perante os devedores.

**Imobilizado.** Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

**Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.** São espécies de receitas tributárias as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória – em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Intangível.** Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como *software*, marcas, direitos e patentes industriais.



**Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.** Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

**Investimentos Permanentes.** Compreendem as participações societárias diversas, bem como bens e direitos não classificáveis no ativo circulante, nem no ativo realizável a longo prazo, e que não se destinem à manutenção das atividades normais da entidade.

**Juros.** Encargos decorrentes do uso por terceiros de caixa ou equivalentes de caixa ou de valores devidos à entidade.

**Longo Prazo.** Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Obrigações Contratuais a Executar.** Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

**Obrigações de Repartições a Outros Entes.** Compreendem os valores arrecadados pela União referente a impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

**Obrigações Fiscais.** Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.** Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.** Compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos específicos, tais como: outras receitas correntes; ingressos extraorçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes para perdas.

**Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.** Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

**Pagamentos Extraorçamentários.** São aqueles que não constam na LOA, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.



**Passivo.** Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

**Passivo Circulante.** Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: i) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; ii) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; iii) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Passivo Não Circulante.** Passivo que não é classificado como passivo circulante.

**Passivos Contingentes.** Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

**Patrimônio Social e Capital Social.** Subgrupo do “Patrimônio Líquido” formado, fundamentalmente, pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

**Pessoal e Encargos Sociais.** Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

**Precatório.** Processo administrativo que operacionaliza o pagamento judicial feito pela Fazenda Pública à parte vencedora.

**Previsão Atualizada.** Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: i) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; ii) criação de novas



naturezas de receita não previstas na LOA; iii) remanejamento entre naturezas de receita; ou iv) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

**Previsão Inicial.** Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na LOA.

**Propriedades para Investimento.** Compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

**Provisões.** Compreendem os passivos de prazo ou de valor incerto.

**Recebimentos Extraorçamentários.** Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário do qual o Estado é mero agente depositário, bem como a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa. Logo, não integram a LOA.

**Receitas Orçamentárias.** Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumentos por meio dos quais se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na LOA.

**Receitas Orçamentárias Realizadas.** Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

**Reestruturação Organizacional.** Compreende um programa planejado e controlado pela administração da entidade e, que, materialmente, altera: i) o alcance das atividades da entidade; ou ii) a maneira com que essas atividades são conduzidas.

**Reservas de Capital.** Compreendem os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como VPA, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da entidade em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

**Reservas de Lucros.** Compreendem as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

**Restos a Pagar.** Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.



**Restos a Pagar Não Processados.** Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e consequentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

**Restos a Pagar Processados.** Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

**Resultado Diferido.** Compreende o saldo existente na antiga conta “Resultado de Exercícios Futuros”, em 31 de dezembro de 2008, composto de VPA diferida e o respectivo custo diferido.

**Resultado Financeiro.** Representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

**Resultado Orçamentário.** Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

**Resultado Patrimonial.** Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

**Resultados Acumulados.** Subgrupo do “Patrimônio Líquido”, formado fundamentalmente pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávit ou déficit acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

**Royalties.** Encargos pelo uso de ativos de longo prazo da entidade como, por exemplo, de patentes, minérios, marcas, direitos autorais e *software*.

**Transferências e Delegações Concedidas.** Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, a instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), a convênios e ao exterior.

**Transferências e Delegações Recebidas.** Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições multigovernamentais, transferências das instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

**Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.** Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias; material de consumo; material de distribuição gratuita; passagens e despesas com locomoção; serviços de terceiros; arrendamento mercantil operacional; aluguel; depreciação; e amortização e exaustão.



**Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos.** Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

**Variações Patrimoniais Aumentativas.** Correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

**Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.** Estão incluídos os descontos financeiros obtidos, os juros auferidos, os prêmios de resgate de títulos e debêntures, as variações monetárias e cambiais positivas, a remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras, bem como demais operações financeiras que afetam positivamente o patrimônio.

**Variações Patrimoniais Diminutivas.** Correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

**Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.** Estão incluídos juros incorridos, descontos concedidos, comissões, tarifas bancárias e variações cambiais.

**Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias.** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

**VPD Pagas Antecipadamente.** Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte ou, até mesmo, depois desse prazo.